



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

MARIA CLARA LIMA DE MENEZES

LABOR E REPRODUÇÃO SOCIAL:
as marcas da transição rural-urbana na trajetória de trabalhadores rurais migrantes do Setor
da Construção na Paraíba

JOÃO PESSOA – PB
2023

MARIA CLARA LIMA DE MENEZES

LABOR E REPRODUÇÃO SOCIAL:

as marcas da transição rural-urbana na trajetória de trabalhadores rurais migrantes do Setor da Construção na Paraíba

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UEPB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento

Orientador: Maurício Rombaldi

JOÃO PESSOA – PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M5411 Menezes, Maria Clara Lima de.

Labor e reprodução social : as marcas da transição rural urbana na trajetória de trabalhadores rurais migrantes do setor da construção na paraíba / Maria Clara Lima de Menezes. - João Pessoa, 2023.
216 f. : il.

Orientação: Maurício Rombaldi.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Políticas sociais - Desenvolvimento. 2. Setor da construção - Paraíba. 3. Mercado de trabalho - Brasileiro. I. Rombaldi, Maurício. II. Título.

UFPB/BC

CDU 69(043)

ATA Nº 2/2023 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 10 de Fevereiro de 2023

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA AVALIAR AALUNA MARIA CLARA LIMA DE MENEZES

Aos dez dias do mês de fevereiro de 2023, às 14 horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de defesa de Dissertação, intitulada: "Labor e reprodução social: as marcas da transição rural-urbana na trajetória de trabalhadores rurais migrantes do Setor da Construção na Paraíba" apresentada pela discente Maria Clara Lima de Menezes, matrícula 20211011019, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: Maurício Rombaldi (Orientador), Sérgio Botton Barcellos (PPGS/UFPB), Jaime Santos Júnior (UFPR) e Doralice Sátyro Maia (CCEN/UFPB). Dando início aos trabalhos, o professor Maurício Rombaldi, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra à defendente para expor uma síntese de sua Dissertação que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, os/as examinadores/as deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o conceito de APROVADA. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de MESTRE EM SOCIOLOGIA.

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA

(Assinado digitalmente em 10/02/2023 10:39)
DORALICE SATYRO MAIA
PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIOR
Matrícula: 337195

(Assinado digitalmente em 10/02/2023 18:03)
MAURICIO ROMBALDI
PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIOR
Matrícula: 2276902

(Assinado digitalmente em 10/02/2023 17:01) SERGIO BOTTON BARCELLOS
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 1350613

Processo Associado: 23074.010946/2023-78

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 2, ano: 2023, documento (espécie): ATA, data de emissão: 10/02/2023 e o código de verificação: 09d6dcfe4b

*“Quando a situação é grave
Se organizar, a concentração é a palavra-
chave”*

Black Alien, *Um extrapunkprumextrafunk*,
2004

Num “punk-funk” bem conhecido, Gustavo, codinome Black Alien, entoa essas palavras, vocalizadas no sentido da luta e da resistência. Por isso, dedico este trabalho às várias frações da classe trabalhadora que se criam e recriam ao longo dos dias e dos momentos de tensão. Nos coloquemos – pesquisadores, professores e afins – nessa mesma dinâmica pois, também, somos e viemos dela.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Carmem e Josué, trabalhadores transitórios entre o formal e o informal, sempre virados na tentativa de construir uma situação melhor, em busca de seus planos e desejos de vida. Agradeço não só o apoio material durante grande parte de minha vida, mas, também, os momentos diários de carinho, atenção e trocas. Sem tal dinâmica, tudo isso não seria possível.

Ao meu orientador, Maurício, pelo apoio ao longo desses cinco anos e pela construção de uma relação dinâmica entre aluna e professor/orientador e orientanda. Agradeço muitíssimo os momentos de partilha e pesquisa.

À minha grande amiga, Jaciara, cuja beleza reside não só no trabalho maravilhoso que performa enquanto assistente social e pesquisadora, mas, também, como amiga e pessoa que dá suporte, que brinca, que fofoca e quem tornou esses anos de pandemia e a relação de coleguismo universitário muito mais aprazível.

À minha camarada e amiga, Waléria Martins, pelo apoio e carinho ao longo desse último ano, como, também, sua labuta e auxílio na confecção dos mapas que acompanharam este trabalho. Obrigada imensamente pela parceria.

À banca examinadora, pelo aceite carinhoso em participar dessa discussão e agregar não só ao trabalho desde o exame de defesa de projeto quanto da leitura atenta no período de qualificação e a gentileza em compartilhar comigo este momento.

Às trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da Universidade Federal da Paraíba, encarregados diariamente de promover uma estrutura básica de limpeza, organização e apoio a todas e todos restantes que compõem a universidade, mesmo sem receber um salário decente e o reconhecimento pelo seu trabalho e frutos de um plano de governo e de sociedade capachos das demandas do Capital.

Às trabalhadoras dos comércios de alimentação, em sua maioria mulheres, viventes e produtoras de universidade pública há mais de 30 anos e que lidam diariamente com o descaso da interventoria e compõem parte do público excluído do projeto neoliberal de privatização do ensino público. Responsáveis não só por promover uma possibilidade de alimentação diária aos estudantes da Universidade como, também, trabalhadoras e “chefes de família”. E, ainda, construtoras deste espaço compartilhado e compartilhável que é (ou deve ser) a Universidade Pública.

Agradeço, também, o apoio material para a execução desta pesquisa a partir da bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e os demais órgãos de pesquisa que estiveram presentes na minha trajetória desde a graduação. Sem apoio financeiro e mental, não é possível realizar nosso trabalho enquanto pesquisadoras e pesquisadores. Portanto, agradeço, primeiramente, e me coloco sempre na defesa do ensino superior público e de qualidade, do reajuste qualitativo de todas as bolsas e da proteção dos nossos órgãos de pesquisa, tão importantes para a história brasileira e para milhares de pesquisadores que dependem diretamente deles!

Agradeço, para além dos aqui listados e listados, todas e todos que contribuíram de alguma forma tanto para a execução desta pesquisa quanto no decorrer dos últimos dois anos. É na classe trabalhadora e a partir dela que se constrói uma cidade, os estados e a tentativa de um país. Aparentados por esse nome em sua descrição de cargo, agradeço imensamente, ao mesmo tempo em que dedico esta pesquisa em construção aos trabalhadores do Setor da Construção da Paraíba e do Brasil, como um todo, responsáveis por levantar as cidades em todos os sentidos possíveis. Dedico e agradeço, em especial, àqueles trabalhadores que fizeram parte efetiva deste trabalho, nas formas de entrevistas, conversas informais, indicações, apoios e afins.

Aos camaradas de luta, organizados juntas, juntos e juntas no movimento estudantil, nunca morto e quase sempre em ebulição. Caminhar com vocês de forma mais efetiva nesse último ano acendeu fagulhas e propôs lutas (im)possíveis não só para construção de um país justo, popular, como para edificação interna, do meu ser. É na estruturação de uma universidade pública e verdadeiramente popular que reside um dos nossos principais objetivos de vida. Sem privatização e sem fascismo. Ousemos lutar e ousemos vencer! Sempre.

O imaginário dessa pesquisa (e da vida) tem sua própria trilha sonora. Aqui, algumas músicas que acompanharam e instigaram este trabalho:

1. primavera – Don L
2. Cidadão/Vaqueiros Urbanos – Zé Geraldo
3. A cidade – Chico Science, Nação Zumbi
4. Saudosa maloca – Adoniran Barbosa
5. Jorge da Capadócia – Racionais MC's
6. Porque É Proibido Pisar Na Grama – Jorge Bem Jor
7. Na segunda vinda – Black Alien
8. Novas auroras – Nação Zumbi
9. Salve Geral – Aláfia

*[...] Vão no mesmo itinerário
sofrendo a mesma opressão
nas cidades, o operário
e o camponês no sertão
embora um do outro ausente
o que um sente o outro sente
se queimam na mesma brasa
e vivem na mesma guerra
os agregados sem terra
e os operários sem casa.*

*Operário da cidade
se você sofre bastante
a mesma necessidade
sofre o seu irmão distante
levando vida grosseira
sem direito de carteira
seu fracasso continua
é grande martírio aquele
a sua sorte é a dele
e a sorte dele é a sua.*

*Disto eu já vivo ciente
se na cidade o operário
trabalha constantemente
por um pequeno salário
lá nos campos o agregado
se encontra subordinado
sob o jugo do patrão
padecendo vida amarga
tal qual burro de carga
debaixo da sujeição. [...]*

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a analisar como o Setor da Construção se torna atrativo, tanto em termos objetivos – de trabalho, salário, renda, oportunidades de empregos etc. – quanto em termos simbólicos, ao perceber o espaço que essa atividade ocupa na vida dos trabalhadores rurais migrantes como uma das únicas – senão a única – oportunidade de emprego na capital do estado da Paraíba. Ele passa a receber, assim, uma mão de obra acostumada com um trabalho flexível e instável que tende a se ajustar de maneira mais fácil às suas dinâmicas próprias, no mesmo mote da flexibilidade que estrutura o mercado de trabalho brasileiro. Para o recorte metodológico, foram adotados métodos qualitativos, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas e em profundidade para compor a análise das trajetórias de trabalho-vida, e o caderno de campo. Ainda, obtivemos auxílio de ferramentas quantitativas que ficaram a cargo de delinear melhor as condições objetivas do setor – emprego, renda, número de trabalhadores, escolaridade, níveis de formalidade e informalidade, dentre outros aspectos. Essa pesquisa quantitativa foi orientada a partir da busca em portais de dados secundários – IBGE, RAIS, CAGED e CBIC –, bem como da confecção de gráficos, tabelas, quadros e mapas quantitativos e ilustrativos decorrentes de dados primários coletados durante pesquisa de campo. A união entre os métodos adotados nos serviu para melhor analisar características focais de nossa discussão, tais como: o conflito perene entre o(s) rural(is) e urbano(s) enquanto espaços em construção e as condições laborais presentes no mercado de trabalho brasileiro, seja em um ambiente mais urbanizado ou um mais ruralizado. Com esses movimentos de migração/transição entre um local e outro vistos como centro de nossas discussões, pudemos perceber quais as vivências passadas, presentes e as expectativas de futuro desses trabalhadores; bem como, de quais formas este Setor para abrigar essa mão de obra masculina, com baixa escolarização formal e que tem na cidade seu principal horizonte de trabalho formalizado.

Palavras-chave: Rural; Urbano; Migração; Precariedade; Trajetórias.

ABSTRACT

This research analyzes how the Construction Sector becomes attractive, both in objective terms – of work, salary, income, job opportunities etc. – and in symbolic terms, by perceiving the space that this activity occupies in the lives of rural migrant workers as the only – if not the only – possible job opportunity in the capital of Paraíba. Thus, it receives a labour force used to flexible and unstable work that tends to adjust more easily to its own dynamics, in the same motto of flexibility that structures the Brazilian labour market. For the methodological approach, qualitative methods were adopted, from the realization of semi-structured interviews and in-depth to compose the analysis of life-work trajectories and the field notebook. We also obtained help from quantitative tools which were in charge of better outlining the sector's objective conditions – employment, income, number of workers, schooling, formality and informality levels, among other aspects. This quantitative research was guided from the search in portals of secondary data – IBGE, RAIS, CAGED and CBIC – as well as the making of graphs, tables, charts and quantitative and illustrative maps arising from primary data collected during the field research. The union between the adopted methods served us to better analyze focal characteristics of our discussion, such as: the eternal conflict between rural and urban areas as spaces under construction and the work conditions present in the Brazilian labour market, whether in a more urbanized or more ruralized environment. With these movements of migration/transition between one place and another, seen as the center of our discussions, we could perceive what are the past and present experiences and the future expectations of these workers; as well as, how this sector shelters this male workforce, with low formal education and that has in the city its main horizon of formalized work.

Keywords: Rural; Urban; Migration; Precariousness; Trajectories.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – O <i>locus</i> da pesquisa (Brasil, Nordeste e Paraíba).....	48
Mapa 2 – Aglomerações com mais de 20 mil habitantes em 1940.....	51
Mapa 3 – As mesorregiões paraibanas.....	52
Mapa 4 – Origens dos trabalhadores migrantes de acordo com os municípios (em números absolutos).....	55
Mapa 5 – Distâncias entre as cidades de origem dos trabalhadores e a capital do estado da Paraíba, João Pessoa.....	56
Mapa 6 – Região metropolitana de João Pessoa.....	107
Mapa 7 – João Pessoa e suas zonas (divisão por grupos de bairros).....	109
Mapa 8 – Obras trabalhadas e os bairros.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Vilas e Cidades criadas/XVI-XVIII.....	50
Tabela 2 – População brasileira ocupada de acordo com os setores da Economia (1872-1920).....	60
Tabela 3 – Trabalho e Moradia.....	112
Tabela 4 – Gastos com transporte dos trabalhadores migrantes da Construção em João Pessoa (valores brutos em reais, R\$).....	113
Tabela 5 – Gastos estruturais para se manter em João Pessoa (valores brutos em reais, R\$).....	113
Tabela 6 – Trajetos e migrações.....	139
Tabela 7 – Trabalhadores e migrações.....	140
Tabela 8 – Participação da Indústria da Construção na População Ocupada.....	144
Tabela 9 – Idade, escolaridade e tempo de migração de trabalhadores migrantes da Construção em João Pessoa-PB.....	165

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População do estado da Paraíba por área urbana e rural.....	68
Gráfico 2 - Faixa de tempo no emprego dos trabalhadores na Indústria da Construção no Nordeste, em % (2007-2017).....	74
Gráfico 3 – Pessoas de 14 anos ou mais no trabalho por conta própria a partir de 2020 no Brasil (em %).....	123
Gráfico 4 – Distribuição percentual de pessoas desocupadas por sexo, em %, 1º trimestre de 2022.....	124
Gráfico 5 – Pessoas desocupadas no Brasil segundo o sexo, em % (2012-2022).....	125
Gráfico 6 – Faixa de escolaridade de trabalhadores migrantes da Construção em João Pessoa-PB, 2022.....	164
Gráfico 7 - Escolaridade dos trabalhadores da Indústria da Construção no Nordeste, em % (2007-2017).....	174
Gráfico 8 - Escolaridade dos dirigentes sindicais CONTICOM-CUT, 2018.....	175

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Música, cachaça e conversas.....	46
Imagem 2 – O espaço coletivo privado.....	97
Imagem 3 – O espaço de Régis ou a janta a fazer.....	98
Imagem 4 – O sofá-cama.....	99
Imagem 5 – O lugar do falar.....	100
Imagem 6 – Um olho no jogo, outro na vida.....	101
Imagem 7 – De cima para baixo; do escuro para o iluminado.....	102
Imagem 8 – Uma visão do privado.....	103
Imagem 9 – Investimento para quem? – grandes obras e pequenas remunerações.....	141
Imagem 10 – Símbolo do Grupo Zé Pião.....	153
Imagem 11 – Lema do Grupo Zé Pião na Campanha Salarial de 1987.....	154
Imagem 12 – Intervenção sobre o salário na Campanha Salarial de 1987.....	155
Imagem 13 – Campanha Salarial de 1987 contra os “salários de fome”.....	157
Imagem 14 – Quarto-sala: trabalhadores e espaços em transição.....	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEAT – Anuário Estatísticos de Acidentes de Trabalho

AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

BR – Avenida Beira Rio

CAFOD – Catholic Agency for Overseas Development

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CESIT – Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho

CESIT – Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho

CIBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTICOM – Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CCEN – Centro de Ciências da Natureza

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CDP – Campo Democrático Popular

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OXFAM – Oxford Committee for Famine Relief
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PO – Pastoral Operária
PBA – Programa Brasil Alfabetizado
PJ – Pessoa Jurídica
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PT – Partido dos Trabalhadores
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
REMIR – Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista
RT – Reforma Trabalhista
SECTMA – Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia e do Meio Ambiente
SEDUP – Serviço de Educação Popular
SINTRICOM-JP – Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Pesada, Montagem e do Mobiliário de João Pessoa e região
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
USP – Universidade de São Paulo
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 DOS MÉTODOS DE PESQUISA AO FORMATO DO TEXTO.....	27
2 PENSANDO O CAMPO E SEUS SUJEITOS: RURAL-CAMPO/URBANO-CIDADE E AS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO-VIDA.....	35
2.1 TRAJETÓRIAS SOCIAIS: DE APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO À PERCEPÇÃO REAL DA VIDA.....	38
2.2 A GEOGRAFIA DO CAMPO DE PESQUISA E DOS TRABALHADORES ANALISADOS.....	47
2.3 SÉCULOS RECENTES E A PROBLEMATIZAÇÃO SOCIOLÓGICA POR MEIO DE DICOTOMIAS: RURAL-URBANO, CAMPO-CIDADE, TRABALHO-EMPREGO E ATRASADO-MODERNO.....	57
2.4 LUGARES EM TRANSIÇÃO, CARACTERÍSTICAS EM COMPLETUDE: <i>HABITUS</i> RURAL, <i>HABITUS</i> URBANO?.....	75
3 LABOR E MIGRAÇÃO: A FORMAÇÃO DE SUJEITOS TRANSITÓRIOS DENTRO DE UMA ESTRUTURA URBANA TAMBÉM EM TRANSIÇÃO.....	83
3.1 O LUGAR DO SETOR DA CONSTRUÇÃO NA FORMAÇÃO DA URBANIDADE.....	84
3.2 A CASA NA CIDADE OU O MUNDO INVERTIDO DOS TRABALHADORES.....	94
3.3 SUJEITOS RURAIS, SUJEITOS INDUSTRIAIS? – A RELAÇÃO ENTRE TRABALHADORES MIGRANTES E A CAPITAL.....	104
4 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS ESTRUTURAS FLEXÍVEIS: ENTRE A FORMALIDADE, A INFORMALIDADE E A PRECARIEDADE.....	116
4.1 “SER FICHADO” E A NOÇÃO DE FORMALIDADE: ENTRE A PRECARIEDADE E A BUSCA POR PROTEÇÃO SOCIAL?.....	119
4.2 DUAS DÉCADAS DE DEBATES EM TORNO DA NOÇÃO DE “INFORMALIDADE”, SEU CONTEÚDO E USOS.....	122
4.3 DA DESOCUPAÇÃO À INFORMALIDADE: ALGUNS DADOS CONTEMPORÂNEOS.....	126
4.4 INFORMALIDADE: UMA CATEGORIA OU UMA REALIDADE?.....	133

5 OS TRABALHADORES MIGRANTES, O SINDICATO E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	146
5.1 SINDICATOS, ACORDOS E A DIMENSÃO DA POLÍTICA PARTIDÁRIA COMO PRÁTICAS URBANAS PARA OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO NA PARAÍBA.....	149
5.2 EDUCAÇÃO FORMAL COMO UM DILEMA NA VIDA DOS TRABALHADORES MIGRANTES?.....	160
5.3 O “PROGRAMA ESCOLA ZÉ PEÃO” E SEUS EFEITOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES EM MIGRAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO DA PARAÍBA.....	167
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS.....	187
APÊNDICES.....	196
A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	196
B ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTA.....	198
C “O DESASTRE CIDADINO” OU OUTRAS IMAGENS DA CIDADE.....	203
ANEXOS.....	211
1 PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CCS/UFPB.....	211
2 INFORMATIVO BIMESTRAL SINTRICON, ANO 07, Nº 21/ABRIL-MAIO DE 2013, P. 04.....	216
3 TABELAS ORIGINAIS.....	217
3.1 <i>Vilas e Cidades (criadas)</i>	218
3.2 <i>População ocupada nos setores da economia (1872-1920)</i>	218

1 INTRODUÇÃO

Eu quero ser escritor e estou disposto a tomar na vida o lugar que colimei. Queimei os meus navios; deixei tudo, tudo, por essa coisa de letras. Não quero aqui fazer a minha biografia; basta, penso eu, que lhes diga que abandonei todos os caminhos, por esse das letras; e o fiz conscientemente, superiormente, sem nada de mais forte que me desviasse de qualquer outra ambição; e agora vem essa coisa de letra, esse último obstáculo, esse premente pesadelo, e não sei que hei de fazer!

Lima Barreto, *Esta minha letra...*, 1911

“É o mundo minúsculo – dentro de uma estrutura maiúscula, férrea – dos que vivem o prosaico mundo cotidiano, sem perspectivas”.

Ignácio Brandão sobre o *apocalipse dos trabalhadores*, de valter hugo mãe, 2016

Na linha do que Lima Barreto padeceu ao viver, esse processo de “tornar-se” algo delimita o que poderia “ser” com algo. Como diz Diógenes (1998, p. 22), “gosto de gente e gosto de escrever. Sou curiosa, observar para mim é puro deleite e escrever é um dos meus prazeres mais raros”. “Tornar-se” e “ser”, então, se imbricam numa atividade realizada cotidianamente, a partir de nossos processos de vida e profissão, ao admitirmos, sem tantas dores, suas diversas sobreposições. Por isso, é necessário “exercitar o pensamento, deixar fluir a imaginação e fazer disso tudo uma aventura do conhecimento é o que torna emergencial para as ciências sociais nesse final de século” (*ibidem*).

Nosso dilema enquanto ciências sociais ainda se mantém. Portanto, tomei a liberdade de escrever, no que se segue, quase como um relato de experiência que, para muitos, pode não condizer com o aspecto mais amplo do trabalho teórico da pesquisa. Para outros, careceria de “mais” desse movimento. Suponho ser necessário e importante mostrar para o(a) leitor(a) que quase nada se faz sem que outra coisa anteriormente seja feita. Na relação entre vontades, atitudes, gostos e construções, as delimitações do “fazer pesquisa” são postas.

Nesse processo, de maneira geral, somos “agraciadas” com coincidências, descobertas, enfim, processos que chegam até nós de maneira não esperadas. É só na vivência cotidiana que podemos descobrir e sermos descobertos por eles, pois, para estar atenta às essas descobertas,

temos que estar abertas e abertos para tal. O que quero dizer, ao meio disso tudo, é que são aqueles momentos espontâneos de vivências e as coincidências ocorridas na nossa trajetória enquanto pesquisadora que se colocam como matéria concreta para aquilo que chamamos de “trabalho de pesquisa”. Logo seguidos por um árduo percurso de fundamentação, verificação e tudo aquilo que já pensamos saber.

Não irei excluir o trabalho sistemático, ponto primordial na construção de qualquer fazer teórico, mas ousamos perceber, então, que sem os momentos de pânico e de ideias – que podem ocorrer simultaneamente, é claro – pensar problemas de pesquisa, unidades de análise e os campos que desejamos seguir, não seria possível. Para que isso ocorra, no entanto, nossa percepção do campo e nosso estado nele – enquanto lugar de pesquisa e de conflito de interesses, como poderia colocar Bourdieu (1989) – deve apresentar as condições de curiosidade e preparo para fazer o processo de pesquisa se nutrir das coincidências aparentes. Dessa forma, farei uma pequena digressão para compartilhar com o(a) leitor(a) um pouco de minhas impressões enquanto autora e, por vezes, sujeita de outras pesquisas. Bem como, a contextualização para o percurso que fizemos ao longo deste trabalho. Logo após minhas impressões iniciais, será realizada uma apreensão introdutória das categorias a serem mais bem destrinchadas ao longo do texto e como os processos de pesquisa e de vida operaram tanto na construção de problemas quanto na visualização de novos e distintos caminhos.

No meu caso, os processos ocorridos em minha vida pessoal e acadêmica me levaram a percorrer pelos caminhos, ideias, conflitos e processos gerais desse fazer de pesquisa sociológica e, ousar dizer, periférica, nos termos que Sá (2019) compõe. Minha situação enquanto pesquisadora também periférica – seja enquanto estado de origem, tensões de gênero e disposições intelectuais/acadêmicas incorporadas no decorrer deste processo – me levaram a coincidências de vida e de pesquisa que ainda me saltam aos olhos e me fazem rir – positivamente. Especialmente quando consideramos a nossa necessidade/ansiedade de estarmos abertas e abertos para o mundo (de ideias), ao mesmo tempo em que lidamos com o fechamento, por vezes, de nossas condições mais materiais-objetivas possíveis e seus efeitos na construção de nosso sujeito e do eu-pesquisadora.

Minha situação enquanto pessoa que veio do interior do estado da Paraíba – *locus* do problema de pesquisa deste trabalho –, de uma família rural, só se tornou perceptível a partir da entrada em projetos de extensão durante a graduação, onde a figura e a trajetória de vida de

trabalhadores antes assalariados rurais, agora assentados, tornou-se o foco de análise¹ (MENEZES, 2019; RAMIRO *et al.*, 2020). A partir dessa entrada no campo – em seus diversos sentidos possíveis –, uma série de comparações internas entre aquela realidade vivenciada na pesquisa e o “pouco” daquela vista no início de minha vida, de maneira muito “comum”, não refletida, foi acionada.

Pensar enquanto um indivíduo que vivenciou minimamente uma “situação rural”, como chamei no decorrer desta pesquisa, foi necessário para acionar as poucas disposições que tinha para percorrer aquele campo; falar com pessoas fora do meu convívio diário, acadêmico. Pessoas com trajetórias de vida e trabalho que compunham intimamente a realidade brasileira e seus dilemas, sendo, nesses modos, frutos de micros e macroprocessos sociais e econômicos diversos das últimas três/quatro décadas, mais precisamente. Acionar essas disposições, que até pouco tempo eu desconhecia, só foi possível a partir do contato, das leituras, de uma presença de *corpo e alma* dentro daquele ambiente de pesquisa. Desvincular dele, porém, seja enquanto categoria de análise ou local de vida, se torna um tanto mais difícil.

Tivemos nesses antes assalariados de uma usina, submetidos por muito tempo a um trabalho árduo, compulsório, repleto de dificuldades e sujeições e, agora, necessitados a se ambientar a uma ótica de vida assentada, com um controle próprio do tempo, uma nova janela de análise. Tem-se, então, dificuldades próprias que são criadas nesse meio no que tange a habituação a um contexto em que o indivíduo não possuía nem as disposições sociais necessárias para tal nem compunha uma realidade de direitos mais ampla, tanto em termos materiais e objetivos quanto subjetivos. Essa realidade vivenciada pelos trabalhadores assalariados do corte de cana de uma Usina de açúcar, antes Engenho, representa uma face precarizante e ainda existente da estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Ainda, da dificuldade apresentada em se obter qualidade de vida no setor rural, a partir de uma estrutura agrária dominada e dominante, que tem no debate rural-urbano seus maiores erros e suas possibilidades de acertos malnutridas².

Durante os anos seguintes, cheguei à percepção que a vontade de investigar o rural e seus trabalhadores ainda persistia, mas teve, por ocasiões da vida, pausas necessárias. Mas, ao não estar alheia àquelas situações vivenciadas no contexto teórico e prático da pesquisa, me fiz

¹ Os projetos de pesquisa e extensão, intitulados “Reprodução social em assentamentos rurais paraibanos” e “Caminhos do roçado”, respectivamente, estiveram em vigor entre 2017 e 2019, ambos coordenados pela prof. dra. Patrícia Alves Ramiro, com financiamento interno da UFPB, onde participei na condição de voluntária.

² Essa relação dicotômica entre o rural e o urbano enquanto categorias de problematização teórica será mais bem discutida ao longo do primeiro capítulo deste trabalho, especialmente durante o tópico 2.3, intitulado “Séculos recentes e a problematização sociológica por meio de dicotomias: rural-urbano, campo-indústria, trabalho-emprego e atrasado-moderno”.

alinhar – de maneira talvez inconsciente – as demandas e desejos que gostaria de realizar durante minha trajetória acadêmica. Não só enquanto problema sociológico fruto, talvez, de uma abstração teórica, mas enquanto percepção real da vida ao meu redor. Disso, chegamos na segunda parte dessas impressões iniciais: como migrar – com uso livre da palavra – de uma situação rural para uma urbana, tanto em termos acadêmicos quanto pessoais?

Em 2018, originado por uma necessidade/vontade de incursão numa nova vivência do fazer pesquisa e, impulsionada, também, por carências orçamentárias³, a entrada no estudo sobre o Setor da Construção escalou rapidamente. Naquele momento, o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT), ao qual faço parte, promovia a junção com uma agenda recente da Rede de Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR) que visava a, como mostra seu nome, perceber os efeitos e impactos da recém implementada Reforma Trabalhista de 11 de novembro de 2017 em diversos ramos econômicos, entre eles, o Setor da Construção da Paraíba. Com a Reforma Trabalhista, percebemos que a informalidade que já era uma grande marca e realidade do mercado de trabalho brasileiro⁴ e, especificamente do Setor da Construção, passa a ser aprofundada (MENEZES, 2020).

Em ocasião de uma pesquisa externa ao PIBIC em 2018⁵, em auxílio ao meu orientador, que a união entre vontade e realidade de pesquisa tomaram forma. Ao estudar uma trajetória paradigmática de um trabalhador rural migrante da Construção, os mecanismos de transição e reprodução entre rural e urbano se tornaram mais nítidos. Parte do meu desejo se materializou e aquilo que eu deixei de lado por um tempo – na figura do campo – apareceram para mim como uma realidade concreta vivenciada por trabalhadores em constante transição. É possível, então, analisar o setor rural e o urbano tendo a realidade concreta de trabalhadores que necessitam transitar entre esses dois espaços. Assim, não creditando como margem apenas as classes fundiárias dominantes ou analisando a industrialização de maneira técnica. Seja em busca das condições objetivas para sua reprodução material e social – na forma de emprego e renda; de uma nova sociabilidade; ou, por uma pedida pungente de uma mão de obra mais

³ Se assim podemos chamar a necessidade da pesquisadora estudante em ter uma renda própria, mesmo que mínima, frente aos cortes orçamentários cotidianos e falta de reajustes nas bolsas de pesquisa enquanto problemas governamentais.

⁴ No capítulo terceiro deste trabalho, intitulado “*O mundo do trabalho e suas estruturas flexíveis: entre a formalidade, a informalidade e a precariedade*”, nos debruçamos sobre a temática da informalidade, suas noções, usos, características e efeitos no setor analisado e na sociedade brasileira de modo mais amplo. A fim de perceber as conexões com o setor formal da economia e suas formas estruturais.

⁵ Entre 2018 e 2020, realizamos pesquisa sobre os efeitos da Reforma Trabalhista no Setor da Construção no Nordeste e na Paraíba, com os planos de trabalho “Os impactos da Reforma Trabalhista no Brasil: o caso do Setor da Construção em João Pessoa” e “Os impactos da Reforma Trabalhista no Brasil: perspectivas sobre informalidade no Setor da Construção em João Pessoa”, ambos coordenados pelo prof. dr. Maurício Rombaldi, com financiamento de uma bolsa de pesquisa de iniciação científica UFPB/CNPq.

adaptável a essas novas construções do mundo urbano moderno e industrial – encarada, aqui, em suas formas materiais, físicas e simbólicas.

Mas, ao voltar para informalidade e tensionados por essa pedida, montamos, enquanto proposta, uma agenda própria de pesquisa para andar com o PIBIC e, de alguma forma, ser subsídio para o macroprojeto. Ao analisar o perfil de trabalhadores e as relações de trabalho no Setor, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) encontrava suas vias de realização. No meio do caminho, o que tinha como objetivos de utilizar métodos qualitativos de história oral e de vida no TCC, tal qual vivenciado minimamente nos estudos sobre o setor rural, encontrou um empecilho: a pandemia do Covid-19. Concluir uma Graduação e adentrar a Pós-Graduação num período pandêmico retirou partes da autonomia – e, por vezes, da vontade física e mental completa – de realizar qualquer pesquisa de campo. Na verdade, nos retirou parte da vontade de vivenciar o cotidiano de maneira geral e enxergar rumos futuros em diversos âmbitos da vida.

Sem conseguir fazer pesquisa de campo por questões sanitárias, totalmente impeditivas, o desejo por analisar essas trajetórias de vida foi, por mais uma vez, adiado. Lembro aqui, então, o que pontua Lahire ([2002] 2004, p. 19)⁶, ao falar sobre ideias e caminhos, e perceber que “ao passar da ideia à pesquisa, o mesmo pesquisador percebe todos os limites e imperfeições desta, o que se deve sobretudo ao fato de que a ideia nem sempre encontrou as condições ideais no momento de sua aplicação”. Neste sentido, *estar disposto*, nos termos de Lahire, seria não apenas adotar uma atitude de espera, mas, de fato, se colocar no campo para que, no calor dos momentos, as interconexões possíveis entre sentimento e possibilidade de teoria se cruzem. Assim, a que devemos estas disposições para ideias “mirabolantes” mesmo que, quando olhamos em retrospecto para nossas trajetórias, não pareçam tão mirabolantes assim? Como ofício do antropólogo, olhar, ouvir, escrever e se atentar às evidências simbólicas se tornam essenciais para colocar de forma teórica-empírica sentimentos e pensamentos que outrora pareceriam passageiros (OLIVEIRA, 2007)?

⁶ Os colchetes são usados, aqui, como forma de referenciar a primeira publicação de determinada obra. Muitas vezes, ela é lançada primeiramente no exterior e demora a ser traduzida no Brasil. Outras vezes, cada edição traz informações diferentes e complementares se comparado a primeira. Assim, sempre que aparecer o sinal nas referências, aquela obra possui uma diferença na data da publicação que é importante ser mencionada pelo seu processo histórico próprio. No caso de repetições da citação na mesma página ou capítulo, o sinal de “[...]” irá sumir a partir da segunda ou terceira citação em diante. Podendo se repetir quando muito distantes no texto elas estarão. Quando não aparecerem, é porque o ano de lançamento da obra coincide com a publicação consultada ou, raramente, por não ser possível traçar o primeiro ano de seu lançamento.

Até o presente momento, onde se tentou – na união entre vontades e condições reais –, como bem o(a) leitor(a) desse trabalho irá perceber, promover um quadro de análise em que o trabalhador migrante da Construção em João Pessoa – PB se encontra num entremeio direto entre duas condições que marcam sua trajetória: aquela vista no campo, e outra, nas cidades; ou, ainda, entre uma disposição ruralizada que pode ser minimizada ao abrir espaço para uma “mais urbanizada”. Ambas tão perto e tão longe, ao mesmo tempo, de serem alinhadas. Seja na conformação de um novo *habitus* lido como urbano ou, como mais comum, a reprodução das disposições rurais na cidade grande. Esse trabalhador ocupa um ponto de intermédio, onde a capital só representa um emprego rápido e o campo, um lugar de descanso. Local em que suas relações sociais qualitativas – amigos, família etc. – realmente acontecem, mesmo que apenas aos fins de semana.

No decorrer dos capítulos que se seguem, nos aproximaremos de relatos de trajetórias de trabalhadores migrantes do rural ou interior das cidades para a capital João Pessoa, onde esse estudo se assenta. Longe do que poderia termos pensado enquanto hipótese de pesquisa, a partir da bibliografia analisada e de informações colhidas durante a graduação, os trabalhadores analisados não tiveram uma realidade de migração para o Sul ou Sudeste, como visto no trabalho de Garcia (1990), no qual me baseei originalmente. A notória maioria deles são oriundos de microrregiões do Agreste e da Zona da Mata paraibana, onde a distância entre seu lugar de origem e a capital do estado é de aproximadamente uma ou duas horas de viagem. O que se pensava no prelúdio desta pesquisa, a partir das longas migrações entre um estado e outro, não se mostrou em nosso campo de investigação. Os trabalhadores analisados aqui foram aqueles que passam cinco dias por semana na capital e, aos fins de semana, voltam para o interior do estado, local este onde vivenciam seus cultos religiosos, seus lazeres e compartilham a vida com suas famílias. Esse trânsito então, entre um estado de moradia e de identidade prévia e outra, é a marca da vida desses indivíduos em constante transição.

Quase como uma duplicidade de relações e locais sociodemográficos, as realidades vivenciadas na área da capital e aquela vista no campo ou nas cidades do interior, muito se diferenciam. Suas vidas ocorrem entrecortadas por diversas demandas e relações próprias desses dois domínios distintos. Vivem uma realidade na cidade grande, ligada ao trabalho e a tentativa de reprodução material e, aquela vista durante os fins de semana, tendo seu lugar de origem um local passível de trocas mais qualitativas, seja com amigos ou familiares. Assim, quando estão na capital trabalhando, são relegados a viverem, cinco dias por semana, sob um espaço encapsulado, onde o principal orientador de sentidos ali é a obra e sua execução. Quando

liberados do turno ao fim da tarde, se reúnem brevemente para as refeições e vão ao descanso. Essa relação será vista e revista no decorrer deste trabalho ao analisarmos as falas de nossos sujeitos e suas relações constantes com sentimentos de nostalgia, raiva, saudades, entre outros, que confluem para que os cinco dias na capital, na maioria das vezes, se torne uma realidade momentânea para qual os dois dias de volta em casa seja mais bem aproveitado e aguardado.

Com essa separação entre uma situação e outra, e o sentido que a acompanha, pensar a cidade onde estão situadas essas obras, como local próprio de sociabilidade e trânsito de pessoas distintas, não se coloca na vida cotidiana desses trabalhadores. Em grande medida, devido ao fosso encontrado entre trabalhar-estar na cidade e morar/vivê-la, cultural ou subjetivamente. No segundo capítulo, abrimos uma porta para pensar qual seria o direito à cidade desse trabalhador em trânsito e como ele se faria na prática cotidiana.

Sem adiantar as discussões futuras, voltarei novamente, aqui, para o campo das coincidências. Foi assim que pude me encontrar com parte dos meus sujeitos de pesquisa. Ao desenvolver uma atividade paralela a condição de pesquisadora, unindo um desejo antigo meu – a cozinha – junto à minha mãe, fui procurada para oferecer refeições noturnas à trabalhadores de uma construção perto do ponto físico de nossa lanchonete. Num primeiro momento, fomos abordadas por um trabalhador originário de uma cidade da Região Metropolitana de João Pessoa⁷ – Santa Rita – responsável por esse contato com a empresa e por parte de outros trabalhadores, esses últimos, migrantes.

Tamanha foi a alegria de, “por coincidência”, naquele momento, encontrar com esse grupo de trabalhadores aos quais, posteriormente, apresentei a proposta de pesquisa e recebi uma confirmação prévia de participação. Semanas passaram e, para minha tristeza enquanto pesquisadora, a obra terminaria logo dali a uma semana. Ao saber da notícia, uma alegria que tinha me tomado antes se transformou em agonia por não ter dado conta de garantir minimamente um diálogo com esse coletivo de trabalhadores que, até um primeiro momento, se mostrou tão aberto e que possuía as características principais do público-alvo almejado para este trabalho.

Meu principal interlocutor naquele grupo, um homem de meia idade, proveniente de um interior perto do sertão do estado, aquele que de pronto tinha aceitado participar, tentou convocar seus colegas para se juntar a ele. No entanto, a negativa foi maior. Apenas meu sujeito

⁷ A Região Metropolitana de João Pessoa designa a inclusão, de 2003 e 2009, de doze municípios junto a capital do estado da Paraíba, são eles: Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Pedras de Fogo, Conde, Rio Tinto, Caaporã, Alhandra, Pitimbu, Mamanguape, Cruz do Espírito Santo e Lucena (ESTADO DA PARAÍBA, 2009). Em 2013, com a criação da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape, o município de Mamanguape foi excluído de sua ligação com João Pessoa.

inicial pareceu estar disposto a ser entrevistado. Nesse momento, mais um empecilho surgiu. Tinha o contato apenas do responsável de antes garantir as refeições dos outros trabalhadores e aquele que, a meu ver, possuía maior agência com a empresa, ficando ao seu encargo resolver certas burocracias e contas. Mas, consegui falei com senhor Silva⁸, depois de o responsável ter me passado seu telefone, e o contactei via mensagem de texto. Dois dias se passaram e nenhuma resposta. Fiquei me perguntando se ele havia desistido, estava muito ocupado, dentre várias outras coisas. Passado esses dois dias, resolvi mandar uma mensagem de áudio para me fazer mais presente e, no mesmo dia, recebi uma resposta para marcarmos a entrevista. O que estava desconfiando, se tornou realidade: seu Silva não sabia ler/escrever mesmo que tivera me dito, no ato de nosso diálogo, que chegou a fazer até o terceiro ano fundamental, mesmo que “*vivesse na bagunça*” como disse ele, ou, que “*ia mais pra namorar que pra estudar*”.

No dia até então marcado, não conseguiu se desvencilhar da obra em ocasião de uma comemoração entre seus colegas de trabalho. Dois dias após, ele veio me procurar disposto a conversar. Pega um tanto de surpresa, me organizei prontamente para a interação. Depois que li os termos, senhor Silva, acredito que por vergonha, ficou titubeante, alegou que não mais participaria porque sua filha mais velha, menina de 14 anos, também “*fazia essas coisas*”. Não entendi de pronto e ele me explicou que ela estava na escola e constantemente levava trabalhos para casa, atividades requisitadas nas disciplinas. Disposta a não desistir daquele primeiro laço de pesquisa criado, expliquei mais uma vez ao seu Silva sobre o que se tratava a pesquisa, como poderíamos conversar e garanti-lo que aquilo não traria nenhum prejuízo a ele. Ao fim, com um sorriso, ele concordou em participar, agora mais calmo e com vontade de contar um pouco da sua história de vida. Mesmo que minimamente, nesse primeiro momento.

Parte de seu relato, como o de outros sujeitos analisados, veremos mesclados nos capítulos que se seguem. Essas trajetórias, vistas separadamente ou em conjunto, contemplam as transições ocorridas na vida desses trabalhadores, mas, também, como elas percebem as consequências de acontecimentos maiores e externos de acordo com o Setor que o emprega e a realidade da economia nacional. Seu Silva é o segundo trabalhador mais velho do grupo analisado e, junto à Zé, representa um nicho de trabalhadores que transitaram entre mais de três décadas e trazem consigo mais semelhanças que diferenças quando comparado aos trabalhadores mais novos. Com isso, servem para percebermos a forma histórica do Setor da

⁸ Os nomes adotados para nossos sujeitos de pesquisa se deram em a partir de características desses trabalhadores ou de suas trajetórias. A exemplo, temos Dida, trabalhador amante de futebol e apelidado segundo ídolo do seu clube de coração, o Flamengo. Já Silva, foi o primeiro a ser entrevistado e nosso contato se deu em mais de dois momentos distintos, o que propiciou que eu reconfigurasse parte do roteiro original, que recebeu algumas demãos de mudança durante esse último ano de pesquisa.

Construção e como ela pouco se modifica com os anos passados, ainda responsável por abrigar uma mão de obra masculina, altamente disponível e refém de vínculos de trabalho frágeis, seja no campo ou na cidade.

1.1 DOS MÉTODOS DE PESQUISA AO FORMATO DO TEXTO

Ao analisar a inserção de trabalhadores rurais paraibanos nos centros urbanos por meio do Setor da Construção, passamos a considerar a relação entre a experiência ocupacional e as disposições sociais incorporadas no meio rural ao espaço urbano, percebidos socialmente enquanto locais distintos, mediados por uma transição rural-urbana que não ocorre em sua completude.⁹ Essa proposta se assentou na percepção da criação e reprodução de modos de agir e de sistemas de disposições intrínsecos a esses dois domínios, a partir da formação específica de cada território ou setor. Assim, com o uso da noção proposta por Bourdieu (1989), nosso foco aponta para como modos de disposições a ocupações precárias e rotativas, operacionalizado no setor rural e das cidades do interior, passa a ser reproduzido e reproduzível no urbano a partir do emprego de trabalhadores rurais migrantes no Setor da Construção das capitais, também precário e rotativo.

Para construção desse movimento de pesquisa, nos utilizamos da noção de *habitus* (BOURDIEU, 1989) como um sistema transponível de disposições criadas pelo contexto em que o indivíduo está inserido, para analisar o que seriam disposições rurais e urbanas e como a primeira se recria nos “*subespaços rurais*” dispostos por Maia (1994) na cidade e acionados, aqui, a partir da estrutura do Setor da Construção. Esses subespaços se colocam como locais de reprodução de atitudes originadas num *locus* rural e se apresentam como resíduos mantidos a despeito da expansão do movimento de urbanização. Com isso em mente, a partir da leitura prévia sobre o Setor dentro da bibliografia proposta, como também das falas e sentidos colocados por nossos sujeitos, tivemos como pensar o Setor da Construção como um espaço próprio de vivências precárias, mas com sentidos complexos a partir da reprodução em si e por si desses resíduos rurais e de seus subespaços dominados na cidade.

Nessa relação perene entre um contexto e outro e seus modos específicos de vivência, buscamos orientar esta pesquisa no sentido de apreender as seguintes questões: como as

⁹ A percepção de rural e urbano propostas nesta pesquisa se assenta nas categorias divididas na historiografia brasileira, assim, como um local em constante transição demarcada pela mudança de conduta, de mercado consumidor e produtor, e tecnificação, do que nos convenhamos a chamar de “campo” em comparação a um setor urbano que, no caso de João Pessoa, é nomeado como capital e foco político do estado, sem necessariamente se colocar como um grande centro industrial.

condições sociais e de trabalho experimentadas no contexto rural de origem desses trabalhadores migrantes implicaram em seu deslocamento para o trabalho na Construção nos centros urbanos? O emprego na Construção representa uma oportunidade de proteção social vinculada ao trabalho? Nesse sentido, poderíamos compreender a migração com sentido trabalho na Construção como uma via de transformação em operários urbanos ou, ao mesmo tempo, serve como manutenção de sua reprodução no mundo rural, como visto em Garcia (1990)? Tais questionamentos foram colocados como pontos estruturantes para a construção deste trabalho e serão melhor tratados nos capítulos focais que se seguirão.

Como mencionamos anteriormente, a abertura para pensar este trabalho se inicia partir da confluência de dois eixos de pesquisa desenvolvidos por mim ao longo dos últimos anos (2017-2020), como consequência da participação em projetos de iniciação científica e extensão nas áreas de Sociologia Rural e do Trabalho. Tais projetos suscitaram questões que podem ser colocadas lado a lado para analisar as possíveis contradições trabalhistas existentes entre o setor rural – na imagem do trabalhador da roça, que experiêcia as estruturas desse mundo rural, ora parte do grande latifúndio, ora explorado pelo mesmo – e o setor urbanizado das grandes cidades – na figura do operariado industrial, fruto do processo de tecnificação do setor rural e super industrialização que marcou o século XX, no Brasil. Ainda que as migrações para o país sejam uma grande marca da história colonial¹⁰, elas também fazem parte do nosso presente, seja com o trânsito contemporâneo de indivíduos/grupos entre regiões do próprio território brasileiro que, apesar do pequeno decréscimo, ainda representam uma tendência de continuação¹¹. Ou, com os novos fluxos de migrantes estrangeiros, bem como de brasileiros para o exterior¹².

O sentido histórico deste estudo se baseou nas migrações internas no Brasil, um fenômeno que, originalmente, marcou o trânsito de pessoas no eixo Nordeste-Sul/Sudeste durante todo o século XX e início do século XXI. No entanto, nosso recorte analítico e o grupo focal delimitado foi pensado a partir de migrações bem mais internas, aquelas ocorridas dentro de um mesmo estado, entre seus interiores e sua capital, delimitado a partir do crescimento

¹⁰ Aqui, temos como exemplo a própria formação social brasileira com a vinda de nobres portugueses a fim de se estabelecer nessa nova capitania e os Ciclos da Borracha, que representou um amplo processo migratório entre regiões do próprio território brasileiro e países vizinhos, a partir do fim do século XIX.

¹¹ A partir de dados do IBGE, tem-se que os decréscimos nas migrações interestaduais foram de 5,2 milhões entre 1995-2000, para 4,6 milhões, entre 1999-2005, e de 4,4 milhões, de 2001-2006, para 3,2 milhões entre 2004-2009 (BAENINGER, 2011).

¹² Segundo números do Itamaraty, a quantidade de brasileiros vivendo no exterior cresceu nos últimos anos, especialmente a partir de 2018, cerca de 4,2%, em 2020 (VALOR ECONÔMICO, 2021). A maioria deles vão para não mais voltar. Os questionamentos que ficam, então, são: qual a condição socioeconômica desses migrantes para o exterior? O que impulsiona esse deslocamento? Será que o teor dessa migração muda de acordo com o destino?

recorrente desta última frente às políticas de urbanização, tanto da prefeitura quanto do acompanhamento de metas nacionais do Governo Federal. E, para chegar nesse ponto, tratamos sobre esses deslocamentos tendo em mente a relação, num primeiro momento, Brasil-Nordeste e vice-versa.

Os sujeitos em migração demonstram um público que se cria e recria a partir das tensões entre um mundo rural e um urbano, mesmo que não haja um corte significativo entre eles. Nossos sujeitos de pesquisas são trabalhadores rurais que migraram para o trabalho no Setor da Construção na capital do estado da Paraíba, João Pessoa, e nele estão até o tempo presente. O contato com esse ambiente de pesquisa se deu a partir de recomendações, indicações e uma procura e presença em canteiros de obra espalhados pela cidade de João Pessoa a partir do primeiro semestre de 2022, mais especificamente entre os meses de março e outubro.

Num primeiro momento, buscamos perceber se tinha algum vínculo entre esses trabalhadores além de sua origem e *habitus* primário; seja a partir de uma empresa, cidade ou local de moradia parecidos. No entanto, nossa busca nesse meio não se concluiu como era esperado. Percebeu-se ali que esses trabalhadores se encontram espalhados pelas obras distintas da cidade e, apesar de representarem uma característica do setor analisado, não migram em grupo ou mantêm esse contato mais próximo, especialmente após a volta das obras no contexto pandêmico.

No entanto, a partir de indicações de outros sujeitos, conseguimos acessar *ilhas* próprias de trabalhadores que vivem na cidade em conjunto e trabalham para uma mesma empresa, em agosto de 2022, onde as entrevistas ocorreram até outubro do mesmo ano. Empresa essa que possui obras por todo o Nordeste, mas que se centram, aqui em João Pessoa, significativamente, em bairros tidos como “nobres” – como é o caso do Altiplano, Cabo Branco e Manaíra. Para perceber esse movimento, nos pautamos tanto na análise desses grupos compartilháveis de rotinas de trabalho, oriundos de uma mesma empresa e situados no Altiplano, quanto em indicações de outros trabalhadores, não inseridos tecnicamente no mesmo contexto, mas que acompanham o escopo delimitado da pesquisa – como é o caso de Silva, trabalhador de obra já finalizada em Manaíra.

Ao tanger os métodos de pesquisa utilizados, nos centramos numa abordagem qualitativa, a partir da análise das trajetórias de trabalho-vida. Fizemos um uso breve de métodos quantitativos, com a pesquisa em portais de dados secundários – IBGE, RAIS, CAGED e CBIC – sobre as condições de emprego e renda nos setores analisados; bem como os dados estatísticos sobre os níveis de informalidade, desocupação e, de dados mais específicos

no que concerne as características socioeconômicas dos contextos investigados – números de trabalhadores, participação na economia etc. A partir dessa pesquisa estatística, como também de nossos dados primários, foram criados mapas, tabelas e gráficos que auxiliaram na contextualização das discussões postas e na construção teórica dos setores aqui analisados.

Com esse contato inicial a partir das realidades vistas nos dados e o anterior, com trajetórias paradigmáticas desses trabalhadores durante os projetos de pesquisa na graduação, sucedeu-se a criação de um roteiro de entrevista que versava sobre o perfil dos trabalhadores e de seu núcleo familiar; suas experiências quando no rural e a partir da transição para um contexto urbano; sua função de trabalho hoje na Construção, sua relação com os colegas, empregadores etc. e quais os aspectos que mais marcaram, para eles, esse movimento de um contexto-vida para outro.

A proposta para este trabalho apresentada à seleção do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, passou, no início de 2022, pela análise do Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UFPB, seguido por sua aprovação no primeiro semestre do mesmo ano (Anexo 1). Com isso posto, para além das conversas informais e debates em grupo, foram realizados contatos exploratórios nos canteiros de obra e dez entrevistas em profundidade, com duração média de duas horas, entre os meses de abril e outubro do ano de 2022. As primeiras entrevistas, com trabalhadores mais velhos, situados no bairro de Manaíra, ocorreram em dois momentos distintos, um primeiro de maneira mais informal, em abril, como forma de “pré-teste” do roteiro geral de entrevista (Apêndice 2). E, o segundo momento, a partir do mês de agosto do mesmo ano e que se seguiu até outubro de 2022.

É notório mencionar, no sentido do que pretendíamos enquanto proposta e, depois, o trabalho realizado em campo e a realidade dos sujeitos e trajetórias analisados, que aquelas entrevistas feitas com trabalhadores mais jovens tiveram uma menor duração. Enquanto com os trabalhadores mais velhos e, consecutivamente, com trajetórias mais longevas, a disposição para falar sobre seu trabalho e vida foi maior. A questão geracional, no entanto, não se colocou como um mote da pesquisa, mas se mostrou apenas na comparação entre os sujeitos e relatos analisados, ao passo que nos centramos no grupo e nas relações tecidas e trazidas por ele.

A escolha pelos nossos sujeitos de pesquisa foi realizada a partir do contato pela lanchonete, indicações entre trabalhadores, proximidades geográficas entre os prédios e interesse/disponibilidade em participar do estudo por parte dos trabalhadores-sujeitos. Das dez entrevistas realizadas, duas foram com trabalhadores que moravam e trabalhavam no bairro de Manaíra e, as outras oito, com um grupo de trabalhadores moradores do bairro do Altiplano,

onde dividem uma casa alugada e trabalham todos para a mesma empresa. Desse grupo de oito pessoas, apenas dois deles não atuavam perto da morada, onde um trabalhava numa obra em Cabo Branco (bairro vizinho ao Altiplano) e o outro, em Manaíra.

As entrevistas foram realizadas na casa dos trabalhadores, depois de seus horários de trabalho, e se dividiram em conversas coletivas e relatos individuais. Como o espaço da casa era pequeno, constantemente os trabalhadores ficavam no mesmo local, onde puderam, assim, interromper e complementar um ao outro. Importante dizer que, no decorrer desse contato, o grupo visto inicialmente se modificou, em virtude de demissões, férias e trabalhadores que já estavam em aviso prévio e voltaram para suas cidades de origem.

Foram utilizadas, também, imagens e figuras a título de contextualização e demonstração das realidades tratadas, tanto de arquivo pessoal quanto de órgãos de pesquisa e acervos de memória, a partir do recorte “Trabalho e Sociedade”, “Setor da Construção” e “Paraíba”, a serem listados e referenciados no corpo do texto. Também, nos utilizamos de poemas, canções, literatura escrita e versada em forma de Cordel de histórias sobre os setores analisados e seus trabalhadores migrantes, e como essas ideias se apresentam no imaginário social brasileiro. As imagens listadas advindas do acervo pessoal foram retratadas nos meses que se seguiram as entrevistas, com autorização por escrito dos sujeitos – a partir do TCLE, Apêndice 1 – e por afirmativa verbal, ao fim de nossas conversas. As fotos foram feitas de acordo como estava o local no momento do contato, prezando apenas por um cuidado maior com itens que pudessem inferir a identidade de algum de nossos sujeitos, o que, acredito, não tenha sido o caso. Já as imagens que visavam a retratar a cidade, obras e afins, foram realizadas a partir de caminhadas nos bairros mencionados, durante o último ano de pesquisa.

Esquemáticamente, dividimos o texto em quatro capítulos, representando os objetivos específicos da proposta de pesquisa que se uniram a questões trazidas durante o trabalho de campo e a presença junto aos trabalhadores, como é o caso da discussão empreendida sobre o sindicato da Construção a ser vista no quarto e último capítulo. Desse modo, no primeiro capítulo, buscamos apresentar os conceitos, categorias e métodos utilizados como forma de situar o(a) leitor(a) sobre as discussões empregadas, bem como nosso ponto de partida e onde esperamos ter chegado. Ao estabelecermos a transição rural-urbana como nosso ponto inicial, tratando-a como uma questão sociológica, buscamos definir seus efeitos na estruturação do mercado de trabalho brasileiro, mais especificamente, no Setor da Construção e em seus trabalhadores. Assim como na própria construção de espaço e tempo, e onde se insere.

Nosso principal intuito residiu na apreensão de como o setor analisado se torna atrativo, tanto em termos objetivos – possibilidade de emprego, remuneração, estabilidade etc. – quanto simbólicos, ao passo que se coloca como uma das, senão única, portas de entrada no mercado laboral urbano para esses trabalhadores rurais/interioranos em migração no estado da Paraíba. Essa dimensão objetiva de fugir de uma instabilidade no campo e no trabalho mais ruralizado e instável se choca com a condição que estrutura o Setor da Construção a partir de uma mão de obra majoritariamente migrante, contratada a partir de indicações e que concentra suas poucas oportunidades de trabalho na forma de um emprego mais estável no Setor, sabendo ser esse um caminho historicamente traçado por seus parentes e amigos, tanto no presente quanto no passado. Portanto, uma oportunidade mais certa que pode ser abraçada para fugir de sua condição de sujeição expressa a partir de uma vida de poucas oportunidades e cenários para que possa ascender ou, pelo menos, viver. Portanto, buscou-se perceber as vinculações entre o rural/campo, o urbano/cidade e a migração a partir da trajetória dos trabalhadores analisados e suas percepções sobre o passado, o presente e a expectativa de futuro.

As percepções dos trabalhadores tornam-se um mote para pensar o segundo capítulo, dividido em três pontos que percorrem a dimensão histórica do Setor da Construção dentro da realidade social e laboral brasileira. Bem como, sua união com a percepção de urbanidade a partir da migração e das trajetórias de nossos trabalhadores para a capital do estado da Paraíba, nosso polo de investigação. Pensamos as discussões empregadas no capítulo anterior quando a vida na cidade e a produção do espaço urbano a partir do Setor da Construção para direcionar nosso foco entre os relatos de migração analisados e o trabalho na Construção da capital. Também, analisamos os (novos) modos de agência criados diante dessa vida em transição. Assim, no primeiro tópico podemos ver o papel do Setor da Construção na formação das capitais e cidades urbanizadas. Logo em seguida, quais as relações entre os trabalhadores e a casa alugada e compartilhada na capital e seus espaços de trabalho. E, por fim, no terceiro e último tópico deste capítulo, buscamos perceber quais as relações tecidas entre os trabalhadores migrantes e a cidade da capital, e como eles usufruem (ou não) desse espaço social.

Dessa vivência na cidade, percorremos o tema da informalidade vs formalidade como um dos pontos mais tensionados na vida de nossos sujeitos, voltando-se para suas dimensões históricos-sociais, bem como suas impressões nas realidades cotidianas dos trabalhadores analisados. Assim, com o tema da informalidade, buscamos perceber como ela se assemelha a formalidade vivenciada por nossos sujeitos na Construção, seja a partir de um vínculo em carteira ou possibilidade de estabilidade no emprego que não se coloca na prática.

Características como a rotatividade, flexibilidade dos vínculos, instabilidade de contratos, entre outras, são características tanto da formalidade quanto de seu oposto, vistas, no Setor da Construção, como elementos de funções complementares. Essa discussão teórica, então, se assenta na nossa narrativa de mostrar a Construção como um campo precarizado e precarizante, onde o sistema de disposições ruralizadas e instáveis não carece de uma mudança rápida ou efetiva para nele se encaixar. Mas, antes, se complementa aos parâmetros adotados pelo Setor mesmo no meio da capital em vias de urbanização.

Portanto, visamos a percorrer a história do conceito de informalidade, suas características e usos, e como ele pode se colocar na realidade dos setores analisados mediados por características precárias. Ainda, para fechar este capítulo, buscamos perceber quais as noções dos trabalhadores sobre as condições de trabalho na Construção e como *ser fichado* representa, mesmo que inicialmente, uma chance de proteção social vinculada ao trabalho. Com este último ponto, ligado diretamente a trajetória dos trabalhadores analisados, conectamos os três primeiros capítulos ao quarto e último, ao percorremos como essas condições de trabalho-emprego que estão presentes na capital são carregadas com uma série de situações novas e antigas às quais esses trabalhadores carecem de adaptação, seja na junção prática entre o formal e o informal, ou, entre condições educacionais e direitos trabalhistas constantemente negados durante suas trajetórias de trabalho-vida.

No quarto e último capítulo, seguimos com alguns pontos de reflexão trazidos ao longo do trabalho (de campo), ao tratar desses empregados da Construção e suas relações com práticas educativas postas. Sejam elas a partir do aparato formal da escola ou, como aprendizado cotidiano, visto na obra ou em políticas sociais que permeiam esse ambiente, como é o caso do Programa Escola Zé Peão, fruto de uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Pesada, Montagem e do Mobiliário de João Pessoa (SINTRICOM-CUT) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com mais de vinte anos de história. Nos dividimos para pensar se a educação formal se apresenta como um dilema na vida desse trabalhador em transição e como as práticas educativas que apareceram em seus caminhos propiciaram mudanças significativas em suas trajetórias de trabalho-vida.

Com esses elementos em mente, podemos criar um nicho de análise que correlaciona as categorias propostas nesta pesquisa e que perpassam o trabalho arrendado no setor rural, os bicos no interior até o emprego assalariado, mas instável, que aparece como oportunidade na Construção na capital paraibana. Mesmo com o vínculo em carteira assinada, o modelo informal que dá estrutura ao mercado de trabalho segue essas relações laborais e as trajetórias sociais,

propiciando uma conexão entre os tópicos de análise levantados no que concerne trabalho-emprego, rural-urbano, campo-cidade, instabilidade-estabilidade e migração. Isso ocorre, também, para que no quarto capítulo, pontuemos relações mais específicas dentro do Setor da Construção e seus trabalhadores, desde o espaço da escolaridade nessas trajetórias e relações laborais quanto do papel histórico do sindicato da Construção, mas não aceito ou percebido agora, na contemporaneidade, pelos trabalhadores que poderiam dar corpo a ele.

A estrutura tanto dos capítulos como do texto, como um todo, foi pensada para agregar a teoria debatida às trajetórias analisadas e vice-versa. Muito do que se pensou antes do trabalho de campo, foi posto à prova pelos relatos obtidos e assim, modificados de acordo com as análises dessas trajetórias, quais tópicos e discussões estavam mais presentes para os trabalhadores e o que eles traziam de novo dentro e fora de seus relatos. Assim, como bem o(a) leitor(a) irá perceber, o terceiro capítulo assume um tom mais formal em comparação aos demais, com poucos usos dos relatos obtidos em campo, visando a discutir elementos estruturantes do mundo do trabalho no Brasil, como é o caso da informalidade. Já no quarto capítulo, promoveu-se uma análise de elementos presentes nessa trajetória de migração pessoal e dos trabalhadores analisados, como também o que surgiu de curiosidade no processo de elaboração da análise e pesquisa das fontes.

No formato do texto, portanto, os dois primeiros capítulos servem como produto de discussões levantadas no decorrer dos contatos em campo e delimitam características mais específicas dos nossos sujeitos de pesquisa, desde o modo de pensar o trabalho e a migração até as relações tecidas nesse espaço da cidade grande, onde se difere social e simbolicamente de sua trajetória rural/interiorana.

2 PENSANDO O CAMPO E SEUS SUJEITOS: RURAL-CAMPO, URBANO-CIDADE E AS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO-VIDA

Parecido com a nossa retomada na introdução, ao longo deste capítulo privilegiaremos continuar a pensar a delimitação da pesquisa como um processo de troca e construção, preservando, dessa forma, nosso principal objetivo: a vivência dos trabalhadores. Pontuaremos a seguir como orientamos a chegada ao campo, suas relações com métodos de pesquisa adotados, bem como parte da bibliografia escolhida sobre os temas tratados. Com a troca entre histórias e estórias já contadas, textos lidos e interpretados, e nosso material primário, visamos a estender uma ponte entre as trajetórias de trabalhadores migrantes situados no Setor da Construção, elementos macrosociais e os rebatimentos numa outra trajetória, autorrefletida e em conjunto com as demais – a minha.

Posto isso, os tópicos organizados para este capítulo buscam situar o(a) leitor(a) dentro da chegada ao campo, os conflitos para estruturá-la dentro do atual contexto pandêmico e situações bem mais intrínsecas aos setores analisados: a performance de gênero operada na Construção através das masculinidades e seu contraponto na figura de uma mulher que nela orienta sua pesquisa.

As trajetórias sociais compõem, desse modo, material significativo para pensar o campo social, o campo físico – na figura do setor rural – e suas conexões com um panorama político e social mais geral, de onde nos originamos enquanto sujeitos e indivíduos. Os quatro tópicos orientados para este capítulo visam a promover ao leitor(a) a correspondência com a escolha pela análise de trajetórias, as semelhanças e diferenças entre aquelas visitadas durante a pesquisa e como, de tal forma, é constituído nosso público analisado.

Nesse sentido, o presente capítulo buscou apresentar as categorias focais e os métodos utilizados como forma de situar o(a) leitor(a) sobre as discussões empregadas, bem como nosso ponto de partida e onde esperamos ter chegado. Ao estabelecermos a discussão de uma transição rural-urbana como nosso ponto inicial, tratando-a como uma questão sociológica, buscamos definir seus efeitos na estruturação do mercado de trabalho brasileiro, mais especificamente, no Setor da Construção, a partir da trajetória de alguns de seus trabalhadores situados na capital do estado da Paraíba, João Pessoa. Como nosso principal objetivo residia na apreensão de como o setor analisado se coloca como porta de entrada no mercado laboral urbano para os trabalhadores rurais em migração no estado, a partir de processos objetivos e simbólicos,

buscou-se perceber as vinculações entre o rural, o urbano e a migração a partir da trajetória de trabalhadores-sujeitos analisados.

No primeiro dos quatro tópicos aqui presentes, procuramos discutir o uso das trajetórias sociais enquanto aporte de pesquisa e seu principal elemento. Ao situar, no tempo e espaço, a prosaica vida de trabalhadores da Construção, discutimos como as realidades se apresentam dentro e fora da bibliografia. Bem como, quais as preocupações e utilizações dessa ferramenta de apreensão do social. Em conexão com o primeiro, nosso segundo tópico visa a apresentar ao leitor(a) o perfil de nossos sujeitos de pesquisa e onde estão situados – social, econômico, geográfico e politicamente – a partir dos dados primários colhidos em campo e da análise das trajetórias. A linguagem constantemente no masculino foi uma escolha deliberada ao falar de nosso público-alvo e sujeitos de pesquisa, que acaba sendo historicamente marcado por um recorte masculino de gênero. Também, como bem o(a) leitor(a) irá perceber, fizemos uso constante de dados quantitativos de origem primária e secundária, a partir de pesquisa em portais estatísticos. Transformar, também, nossas análises em tabelas, gráficos e mapas, foi pensado para tornar mais imagético e visível ao leitor(a), orientando sua percepção, como uma conversa própria com os sujeitos escolhidos. Então, colocamos a nossa disposição dados estatísticos de origem primária e secundária, mapas, canções, poemas e imagens – tanto pessoais quanto fruto da pesquisa em acervos externos – a serem mais bem detalhadas no corpo do texto.

O tópico dois, então, ao promover essa abertura focal para conhecer os sujeitos que acompanharemos no decorrer de todo o texto, abre, também, uma porta para o ponto seguinte, o terceiro, onde visamos a debater, a partir das trajetórias analisadas, as percepções dos empregados na Construção sobre o trabalho urbano e o rural, assim com suas percepções acerca do presente, um período de transição perene, pautado na ida e volta constante entre o campo e a cidade grande.

Essa transição de um contexto de trabalho-vida para outro, diante da imensidão de gostos, vivências, lazeres etc. que a cidade propõe, vem a se tornar uma realidade constante na vida desses trabalhadores rurais e interioranos migrantes que encontram no emprego na Construção Civil da capital uma possibilidade de reprodução material via labor assalariado *fichado* – como eles colocam – diante da constante instabilidade laboral vivenciada no contexto rural/interiorano. Esse emprego, que aparece na forma de indicação de amigos, parentes, antigos empregadores etc., visa a promover a capacidade de manutenção de sua família no contexto de origem, bem como, uma chance mínima de proteção social via um trabalho formalizado. No

entanto, como estamos a trabalhar com migrações momentâneas de curta distância, essa transição entre um contexto e outro, que antes poderíamos observar como uma mudança estrutural de vida, não passa a ocorrer.

Divididos entre duas realidades distintas, mas complementares, ambas realizáveis a partir do emprego na Construção, o trabalhador que aprece nesse contexto é aquele que está em constante transição. É um “cigano”, cuja trajetória é composta pela mudança entre um espaço e outro de trabalho e vida. Simultaneamente compartilhadas e sobrepostas, a vivência rural que divide espaço com a vida na cidade, majoritariamente orientada pela obra trabalhada, se sobrepõe em camadas nem tão distintas dentro desses percursos sociais realizados e realizáveis pelos trabalhadores migrantes da Construção. Dentro desse contexto, mais que uma mudança na sua estrutura socioeconômica, o que se tem é uma ação dentro de uma formação urbana, a partir do emprego assalariado, com vias a manutenção principal de outra parte da vida que se dá no campo e/ou no interior.

Com essa percepção, poderíamos supor que há uma ruptura com as características estruturantes dadas no rural-interior para uma situação urbana que se aproveita da instabilidade ocorrida nesse contexto anterior? Ou, como a própria bibliografia já apresenta, temos uma alternância desses estados de ação, orientados pela procura por estabilidade provocada pela vida no campo e como essa se mantém na cidade? Como forma de responder à essa questão no decorrer deste trabalho e ampliar o debate suscitado, buscamos o apoio da categoria de *habitus* (BOURDIEU, 1989) como forma de apreender as estruturas sociais e econômicas que dão origem a modos de agir específicos, que podem ou não se diferenciarem com a entrada desse indivíduo em um novo contexto de trabalho-vida – numa nova mediação com o mundo. Como é o caso do Setor da Construção.

Longe de representar a criação de um novo modo de vida, esse trânsito curto e constante propicia uma forma de adequação específica para esses trabalhadores numa estrutura urbana também em transição. Se há, por um lado, as respectivas diferenças e sentimentos a respeito do trabalho urbano em comparação ao rural, haveria, portanto, a criação de um novo sistema de disposições socialmente orientado pela cidade em detrimento do campo? Ou, diante desse deslocamento constante, temos um estado presente de transição que faz da migração e da mudança não só uma ação, mas um lugar por si mesmo, um estado de vida e um modo de orientação? Se no tópico três vamos percorrer percepções dos trabalhadores sobre o trabalho no rural em contraponto ao no urbano, a partir da Construção Civil, poderíamos inferir, no quarto, se haveria, também, um *habitus* rural e um *habitus* urbano?

Com as análises das trajetórias pesquisadas e nossas percepções sobre o campo, procuramos contrapor no quarto ponto quais as chances de criação desses modos de disposições e se são, dentro das trajetórias, construídas a partir da articulação entre as disposições criadas entre esses dois domínios principais, justamente no processo de migração. Ao perceber as dinâmicas e características desse universo de disposições sociais vinculados ao fazer laboral, podemos perceber suas diferenças, semelhanças e pesos nas trajetórias dos trabalhadores analisados. Nesse esquema, pontua-se a condição do rural ou do urbano como algo que pode se modificar a partir de percepções diferentes, de pessoa para pessoa e formação social para outra. E estabelece-se como um arcabouço de estruturas que norteiam a vida desses indivíduos coexistentes – trabalhador e migrante, como no nosso caso – e se formula como uma disposição própria, também em transição¹³.

2.1 TRAJETÓRIAS SOCIAIS: DE APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO À PERCEPÇÃO REAL DA VIDA

“[...] O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes. A vida presente”.

Carlos Drummond de Andrade, *Mãos dadas*, 1940

As trajetórias de vida assumem, dentro desse trabalho, um dos objetivos e elementos centrais. Buscamos perceber as conexões que ocorrem entre agente e estrutura dentro das mudanças físicas e sociais, tanto em nível pessoal quanto global. Como seres em transformação localizados numa estrutura social maleável e em constante mudança, uma trajetória de vida não se coloca de forma isolada dentro do cosmos social. Seja a partir de mudanças políticas governamentais, econômicas e/ou pessoais, são suscitadas questões a serem respondidas durante o decorrer não só de uma vida, mas, também, dentro de pesquisas mais amplas que tomam este fato enquanto elemento central. Assim, nos perguntamos: por que é importante estudar trajetórias sociais? De que e por quem elas são constituídas?

Boris Fausto (1930-2023), em sua pesquisa de doutoramento intitulada *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)* e publicada pela primeira vez em 1976, invoca na apresentação à segunda edição o seguinte: “[...] que sentido teria tentar reconstituir vidas,

¹³ Temos, como exemplo, a condição/*habitus* feirante visto por Sá (2019).

organizações, lutas de gente de classe baixa cujo lugar na história, a rigor, não existia?” (FAUSTO, [1976] 2016, p. 9). O autor revela que quando o livro foi escrito pela primeira vez, durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985), o estudo da classe operária a partir da área da *Sociologia do Trabalho* começava a engatinhar. Ainda, para muitos, se mostrava irrelevante diante de questões, aparentemente, mais consideráveis. Essa realidade começa a se modificar a partir do surgimento do *Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho – CESIT*, na antiga Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, da Universidade de São Paulo – USP. Desse grupo, como pontua o autor, fizeram parte nomes conhecidos pela política pública e organizacional, como Fernando Henrique Cardoso (1931-).

Essa mudança de objeto só é possível a partir da visualização da classe trabalhadora enquanto instrumento de análise e vetor de mudanças sociais estruturais (MARX, [1948] 2010; MATOS, 2019; MENEZES, 2021). No período analisado por Fausto, entre 1890 e 1920, as lutas da classe trabalhadora eram organizadas em volta, majoritariamente, dos movimentos anarquistas trazidos pelos imigrantes italianos. Detinham-se, especialmente, na capital federal da época – Rio de Janeiro –, e na capital econômica, São Paulo, devido a crescente produção de café. Esses movimentos começavam, então, a despontarem enquanto fator social digno de, se não mudança estrutural, grito de revolta. Nesse período, a industrialização começa a se orientar como um novo modo de produção visto na colônia, agora com o compartilhamento do trabalho a partir de uma mão de obra escravizada e livre, com a presença dos nacionais/*brasileiros de cor* e dos imigrantes, respectivamente (PINTO, 1998).

Perceber o início dessas trajetórias de lutas, vistas em comunhão com seu tempo histórico-social, nos permite compreender minimamente as convergências entre as forças produtivas materiais e as relações de produção existentes, como coloca Marx ([1903] 2008). Pensar, assim, as relações laborais que estão em modificação constante em relação à sua face material – salários e condições de trabalho –, organização política e de vida, é essencial para analisar um grupo social e suas ramificações. Considera-se que “por sua vez, a análise de uma mentalidade coletiva ganha sentido a partir da inserção da classe social no conjunto da sociedade, de cujo quadro mental participa a seu modo, assim como a partir de representações nascidas nas relações de trabalho e nas outras esferas de existência” (FAUSTO, [1976] 2016, p. 24).

Nesse passado nem tão remoto e num presente de perdas e danos que nos dificulta prospectar um futuro, atenta-se para o fato de que

sem embargo o destino dessa classe, nos primeiros anos de sua formação, não é indiferente à história global do país e à história da própria classe. Nas alternativas de uma ordem democrática ou autoritária, nas possibilidades abertas à autonomia/heteronomia da categoria social, estará presente [...] a marca das definições de um período anterior (*ibidem*, p. 27).

Vemos que, com a inserção de trabalhadores dentro da estrutura de mercado que se iniciava ali, proletários rurais e urbanos se tornam uma massa de análise em conformidade com suas diferenças e semelhanças. Não só: na condição própria de *trabalhador* que é a marca principal de suas trajetórias.

Nos alimentamos dessa abertura trazida por Fausto para pensar a proposta inicial para esta pesquisa e como ela se nutre tanto das discussões sobre aspectos mais amplos da conjuntura socioeconômica brasileira – como veremos nos capítulos seguintes – quanto de aspectos micros conectados as trajetórias sociais analisadas. Estão, esses dois, indiscutivelmente imbricados. O que se tem é a união entre dois campos de pesquisa tidos separadamente ou em conjunto, na figura do rural e do urbano, e como eles se colocam ao longo da contemporaneidade brasileira que tem início há mais de cem anos atrás, a partir da transição política e econômica do século XIX e XX, a ser tangenciada ao longo desse texto.

Para visualizarmos melhor essa relação, torna-se necessário pontuarmos de onde partimos nessa conformidade entre os dois domínios estudados e seus agentes, para entender como o processo migratório e a reprodução de sua vida urbana se coloca na prática entre agente-estrutura durante essas trajetórias. Nessa esteira, ao desenvolver uma genealogia dos conceitos principais de Bourdieu (1930-2002) e às críticas sofridas por ele a respeito de uma pretensa apreensão neo-objetivista ao contrário de uma percepção sintética e satisfatória da relação agência-estrutura, Peters (2013) abre um campo de análise sobre o que Bourdieu ([1982] 1988) vai chamar de *cumplicidade ontológica*.

O que Bourdieu tenta fazer é a criação de um quadro teórico-metodológico em que a dimensão da análise da vida coletiva é tomada enquanto elemento central em todos seus aspectos sociais e simbólicos, numa dimensão *etnossociológica* (BOURDIEU, [2000] 2021). Ao analisar o poder de agência do indivíduo dentro de uma macroestrutura, relacionando-os, é possível verificar como se reproduz aquele sujeito, como podemos inferir, numa apreensão “foucaultiana” da palavra, em que o indivíduo é sujeito de algo ou alguém e sujeito a algo ou alguém (FOUCAULT, 1995). O que se pretende é perceber as amarras desse mundo social na conduta individual e vice-versa, ao notar seus efeitos na relação entre indivíduos e grupos e/ou

instituições; assim como no estabelecimento de uma conduta pré-reflexiva que denota a incorporação desse *habitus* social e dialeticamente construído.

Vimos, a partir do recorte de nossos sujeitos analisados, que grande parte desses trabalhadores tiveram suas trajetórias iniciadas no mundo rural, enquanto trabalhadores da roça e/ou moradores¹⁴, e por isso, em seus relatos, podemos ver como esse domínio rural está presente em seus gestos, em seu imaginário e num *habitus* próprio. O que se pretendeu foi perceber os símbolos de dominação desse mundo social na conduta individual e seu oposto, ao notar seu impacto na relação entre indivíduos e grupos.

Esse esquema nos possibilita pensar que esse trabalhador migrante inserido no trabalho na Construção, na maioria das vezes com pouca educação formal e que começou cedo sua jornada no trabalho no ambiente rural, muitas vezes com cinco ou sete anos, torne-se uma mão de obra mais suscetível às demandas do Setor da Construção, que é rotativo e não demandante de uma alta qualificação formal para o desempenho de suas funções de entrada, como servente de pedreiro, pedreiro e outros postos de apoio dentro do chão de obra. Torna-se necessário perceber para além das capacidades próprias de seus indivíduos, mas sim atentando-se à suas trajetórias de vida e como é efetuada sua inserção nesse campo social e nesse novo mercado de trabalho, já que “a partir dessa dimensão, ficaria evidenciado o caráter dialético da relação entre indivíduo e sociedade ancorada no *habitus*, que está na base não apenas da associação, mas também da individuação dos agentes” (ALVES, 2016, p. 301).

Como colocado por Bourdieu (1989), o *habitus* se apresenta como uma condição que é também individual, mas é, de todo modo, coletivo. Como nos vemos e cremos que somos estará condicionado previamente por atributos sociais que se estabelecem na conexão entre o eu e o mundo; entre o indivíduo e as regras de seu mundo social, estabelecendo uma relação dinâmica e perene. Ao ser durável, transponível e apresentar toda uma série de disposições – lidas como inclinações para agir por parte desse indivíduo – a apreensão de sua condição abre margem para perceber os aspectos e as mudanças macroestruturais e como tais surtem efeito na composição social e disposicional de um indivíduo em completa transição.

Sua caracterização se dá por uma relação de imposição e exposição pois, ao passo que há uma interiorização do mundo externo por parte do indivíduo, há também uma exteriorização, a partir de suas ações e comportamento no mundo social, daquilo que foi introjetado anteriormente, pois “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e

¹⁴ Categoria presente na obra de Garcia (1990) e que diz respeito ao trabalhador que, sem nenhuma outra opção à vista, pede moradia ao senhor de engenho e dali começa a trabalhar para ele, como seu dependente simbólico direto.

também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em ação” (*ibidem*, p. 61). Seja por instituições totais – igreja, Estado etc. – ou por símbolos que estão presentes de forma constante em seu mundo cultural e disponíveis para ele, o indivíduo analisado, como uma forma de agir nesse mundo.

A abordagem praxiológica realizada e defendida por Bourdieu foi em muito influenciada pela teoria marxista, ao pautar uma dimensão relacional entre indivíduo e estrutura. Para isso, a saída seria “[...] conciliar ambas as tendências, ou seja, tomar como objeto não apenas o sistema de relações objetivas, mas também as relações dialéticas entre elas e as disposições estruturadas, nas quais as primeiras se atualizam e que tendem a reproduzi-las” (MICELI, 2003, p. 69). A realidade social deve ser pautada em relações de força e poder, ao perceber que, historicamente, temos a existência de grupos sociais que estão colocados em disputa e em relação, o que acentua a condição de trabalhador executada por nossos sujeitos de pesquisa. Essas disputas podem ocorrer entre campos distintos ou entre indivíduos dentro de um mesmo campo social, relacionados a *doxa* existente. Ou, em outras palavras, em uma lógica de ação que é naturalizada, tida como algo subentendido, auto evidente, indiscutido etc.; uma ordem tácita de ação.

Ao analisar, assim, as similaridades e diferenças entre os relatos colhidos, podemos identificar perfis paradigmáticos, ilustrativos do fenômeno estudado quanto aos hábitos, dificuldades em se manter em sua nova realidade, relação com demais trabalhadores e da realidade de precariedade/proteção social vivenciada nesses dois territórios que se confluem na vida desse trabalhador em transição. São esses questionamentos fundamentais que buscamos tomar a partir das trajetórias sociais, ao confirmar as relações constantes entre aspectos micros e macros a partir dos sistemas de disposições.

Para se fazer isso, nos baseamos em pesquisas prévias sobre os temas analisados, fazendo uso de métodos qualitativos, como o das entrevistas semiestruturadas e em profundidade, a bem de problematizar parte das histórias de vida coletadas. A realização das entrevistas, aparentada por uma pesquisa prévia sobre o que será questionado, é primordial para se chegar a uma realidade mais bem acabada do problema existente, pois, como explicita Thompson (2002, p. 255), “não obstante, o que se dá na verdade é que, em geral, quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes em entrevistas”.

Para retirar de cena (ou, ao menos minimizar essa parte da pesquisa), a ilusão biográfica¹⁵, colocada por Bourdieu (1986), precisamos ir além de apenas relatos colhidos e fabricados em um dia, pois a metodologia da história oral depende em muito do pesquisador/entrevistador e sua relação com o campo, ao considerar que “o que o entrevistado fala também depende da circunstância da entrevista e do modo pelo qual ele percebe seu interlocutor” (ALBERTI, 2015, p. 171). A análise de um relato oral ou o próprio uso da história de vida, então, como ferramenta de pesquisa, precisa ser realizado de forma cuidadosa e complexa, restando ao pesquisador analisar os discursos, os contextos sociais a que estão inseridos esses indivíduos e, acima de tudo, como se deu seu processo de construção histórica.

As problemáticas que aparecem no uso das histórias oral e de vida, e na análise de trajetórias, mais especificamente, enquanto aporte teórico e metodológico, começa a mudar a partir da década de 1960 e da sociologia estadunidense, ao voltar para seu lugar de destaque, enquanto ferramenta epistemológica, teórica e metodológica (ROBERTI, 2017). Nesse esquema, o processo de incorporação de disposições subjetivas por parte dos sujeitos ao longo de suas trajetórias não ocorre de maneira mecânica ou irreversível, mas se apresenta numa face durável e sistemática (ALVES, 2016). O que temos é que “[...] a incorporação de disposições está diretamente ligada às condições objetivas do indivíduo e à posição que ele ocupa no sistema de relações sociais” (*ibidem*, p. 303).

É importante historicizar os fenômenos sociais e como eles ajudam a desafixar o que é fixo em nós mesmos e nas formas do todo social, a depender do poder simbólico que é nele exercido (BOURDIEU, 1989). E para se fazer isso no nível teórico-metodológico, é necessário concebê-la também nos níveis objetivo e subjetivo, com especial atenção para relação espacial e as temporalidades, ao considerarmos que “[...] esta perspectiva busca apreender os acontecimentos ocorridos no curso das vidas individuais, como resultado de uma história que entrelaça experiências passadas e expectativas futuras¹⁶” (ROBERTI, 2017, p. 304, *tradução nossa*).

Para tratar os relatos obtidos em campo e as experiências realizadas, foi necessário dar um espaço para essas falas e como, a partir delas, é concebido toda uma estrutura que orienta a

¹⁵ Bourdieu, em um pequeno artigo intitulado A ilusão biográfica (1986), busca analisar como a história de vida torna-se um método que, advindo do senso comum, entra com força total no meio científico. Assim, é importante analisar esses discursos obtidos com os relatos orais de histórias de vida indo além das premissas do senso comum ou dos objetivos prévios do pesquisador. Percebemos que o real é relacional e se torna uma série de retalhos, de descontinuidades; um todo imprevisível que cabe ser analisado da forma mais completa possível.

¹⁶ “Esta perspectiva busca apreender los acontecimientos ocurridos en el transcurso de las vidas individuales, como el resultado de una historia que entrelaza experiencias pasadas y expectativas futuras”.

pesquisa e a bibliografia própria desta última. Diógenes (1998, p. 23), ao reviver a categoria de *experiência*, em Thompson, pontua que “a experiência, quando é vivida sob o signo da abertura, faz do pesquisador alguém que atua no centro da trama dos acontecimentos. [...] é necessário que estejamos atentos às nossas próprias experiências”.

Nessa posição de escolha, podemos analisar as trajetórias pesquisadas do ponto de vista teórico-metodológico quanto daquilo visto e pensando antes, durante e após a realização do trabalho de campo. Como mencionado na introdução desse estudo, estar no campo foi um trabalho que envolveu não só o contato com os trabalhadores analisados, como também uma orientação para pensar a vida, seja a partir de uma construção acadêmica, de trajetória de pesquisa ou pessoal¹⁷.

O contato com os trabalhadores, para além do já mencionado na lanchonete, ocorreu a partir de relações com pessoas de minha cidade de nascimento/infância, Mari, origem também compartilhada por vários dos entrevistados. Colegas antigos da família, presentes agora em João Pessoa, situados na Construção, promoveram uma rede de conexões, a qual não realizei anteriormente que poderia existir, onde foi propiciado um contato mais horizontal com os trabalhadores pesquisados. Não era apenas “alguém da universidade”, era uma conhecida, uma pessoa que compartilha minimamente de sua experiência enquanto indivíduo interiorano. E estar atento ao peso que isso poderia projetar sobre mim também foi parte do processo, ao mesclar situações próprias com aquelas vividas e ditas pelos meus sujeitos.

Dos dez trabalhadores que participaram da pesquisa, sete deles compartilhavam a mesma casa, localizada no bairro do Altiplano, na capital paraibana. Outro trabalhador entrevistado mora na mesma rua, só que em outra casa. Local esse onde vivi durante seis anos após minha chegada a cidade, exatamente na mesma vila de casas, existente no, mas também, sob o bairro em expansão, construção dos últimos quinze anos, podendo ser conhecido dentro do setor mobiliário como “a Beverly Hills pessoense”, em razão de seus “arranha-céus” e terreno de planalto localizado sobre a barreira do Cabo Branco, como parte da orla urbana. O crescimento do bairro fica nítido para todos que na cidade residem, até mesmo os que recentemente nela chegam. Num entendimento pessoal, a diferença entre seu início e estado atual é notória. Para os trabalhadores, a construção de enormes prédios perto de sua residência, localizada na margem externa no bairro, torna visível a expansão do setor imobiliário e a

¹⁷ Ao pensar sobre a trajetória própria suscitada para construção deste trabalho, carece de pontuar como essa entrada no campo, durante a graduação, se deu de maneira pouco refletida, a partir de um contato com o sindicato, atividades esporádicas na Construção e reuniões públicas de audiências e negociações na Justiça do Trabalho. Quase como uma pesquisa exploratória para o que estava por vir.

geração de riqueza na cidade, considerando quem pode comprar um apartamento construído por eles, com valor mínimo de dois milhões de reais.

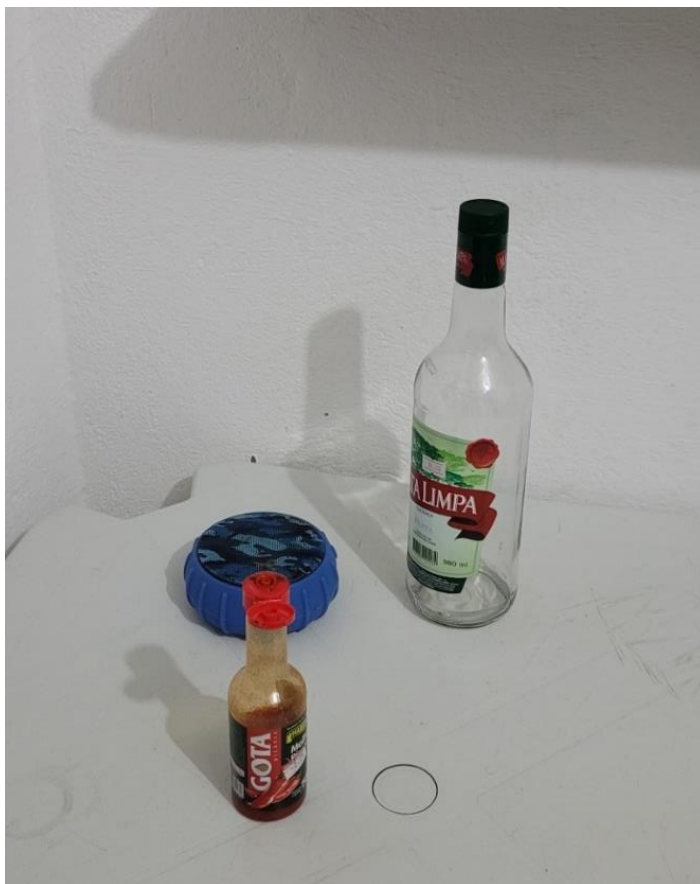
Essa presença no bairro e na residência deles auxilia pensar a distância entre o produto produzido e esse emprego assalariado, de condições vulneráveis, ao qual estão submetidos esses trabalhadores, reféns da obra e da própria casa compartilhada. Fato esse que tornar-se perceptível ao levarmos em consideração a incapacidade de promoção de lazer na cidade, como também, no campo, quando distantes da família. Um chegou a dizer que “*eu digo mesmo é que moro aqui. O pessoal de casa eu só visito*”. Porém, outro proclama: “*aqui a pessoa é presa, não tem como sair. De vez em quando é preciso se distrair*”. Essa vida na cidade, como veremos no segundo capítulo, é tornada difícil, seja pelos gastos com aluguel, transporte e alimentação e, com isso, a incapacidade de promover mais sustento a família no interior. Ou, de estar preso a um trabalho que não o vê enquanto indivíduo social, mas apenas, seu sujeito.

Essa dimensão da possibilidade de divertimento e uso do tempo para além do trabalho, torna-se nítida no decorrer dos contatos, e como foi percebido o uso de suas noites em casa. As entrevistas com esse grupo de colegas de casa e trabalho ocorreram no intervalo de um mês, com duas semanas de contato diário com eles, de segunda a quinta-feira. O horário reservado para as falas, onde foram entrevistados na casa alugada, era sempre à noite, após a saída do trabalho. O término do turno de trabalho é às 17h e para aqueles que trabalham no próprio bairro, o trajeto até em casa é de cerca de cinco minutos. Para aqueles que trabalham no bairro vizinho, Cabo Branco, é de cerca de trinta minutos. Um deles trabalhava numa obra em Manaíra, bairro relativamente mais afastado, demorando mais tempo para chegar em casa, dado que esse trajeto é feito a pé¹⁸.

Mesmo para aqueles que trabalham fora do bairro de moradia, não é disponibilizado vale-transporte, já que são trabalhadores migrantes. Apenas teria direito ao vale-transporte, para a empresa, quem fosse, originalmente, residente em João Pessoa, ou, quem está de mudança para a cidade. Todo o trajeto e transporte para casa não é coberto pela empresa, ficando a cargo dos próprios trabalhadores tais e quaisquer despesas: de ida e volta para o trabalho e para casa no interior, aos fins de semana.

¹⁸ No terceiro tópico do segundo capítulo, aonde iremos nos deter na relação que esses trabalhadores mantêm com a cidade, um quadro elegendo a distância entre a casa e a obra é feito, com o intuito de tornar mais visível ao leitor(a) como ocorre o trânsito desses trabalhadores dentro da capital, João Pessoa.

Imagem 1 – Música, cachaça e conversas¹⁹



Fonte: Acervo pessoal, João Pessoa, 2022.

Diante da necessidade de planejamento desse gasto, mesmo saindo da obra relativamente cedo, ainda no fim da tarde, as opções de programação noturna são mínimas. Quando acabamos as entrevistas do primeiro dia, um deles chegou a dizer, informalmente, *“ainda bem que você apareceu hoje, senão a gente tinha ficado olhando um pra cara do outro”*. A presença de outros sujeitos, além daquele sendo entrevistado, ocorreu durante todos os contatos. Como a casa é pequena e o horário era sempre o do jantar, a sala era habitada por quase todos os moradores da casa, o que contribuiu para que os relatos, focados não só numa experiência individual, pudessem ser compartilhados e compartilháveis. Promoveu-se, com isso, um trânsito de informações, entre um e outro, seguindo minimamente o que tinha sido perguntado anteriormente.

¹⁹ Optamos por mostrar as imagens de campo em suas formas originais, retratando a casa, a cidade e os trabalhadores. Aquelas oriundas de pesquisas em acervos secundários, aparecem como estavam disponíveis, em preto e branco ou colorido, respeitando o seu momento histórico e quem as retratou/pintou. Outras imagens que circularam a pesquisa foram retratadas em preto e branco, por uma escolha de estilo pessoal, e podem ser encontradas no Apêndice C deste trabalho.

Com esse movimento, a dificuldade de dividir corretamente esses relatos e perceber as pontes de conversas, interrupções e complementos de experiências coletivas apareceu. Entretanto, foi essencial para perceber não só a dinâmica da casa, mas dos próprios trabalhadores, e onde vemos as potencialidades e debilidades da análise de trajetórias, tanto individuais quanto da própria construção de pesquisa.

Foi dessa forma que buscamos operar no decorrer deste trabalho, nos atentando para os macro e micro processos que circulam uma trajetória como efeito e produção de uma realidade mais ampla. Com as entrevistas, aspectos como a infância, como brincava, trabalhava, vivia e suas transições entre um contexto e outro, abrimos margem para perceber as orientações específicas que marcaram a vida desse trabalhador em transição e como suas formas de socialização o conformaram para o trabalho na Construção. Trabalho este produto de um tempo histórico-social específico e em constante (re)construção.

2.2 A GEOGRAFIA DO CAMPO DE PESQUISA E DOS TRABALHADORES ANALISADOS

Todos os espaços são geográficos porque determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem como o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, de funções e sentidos.

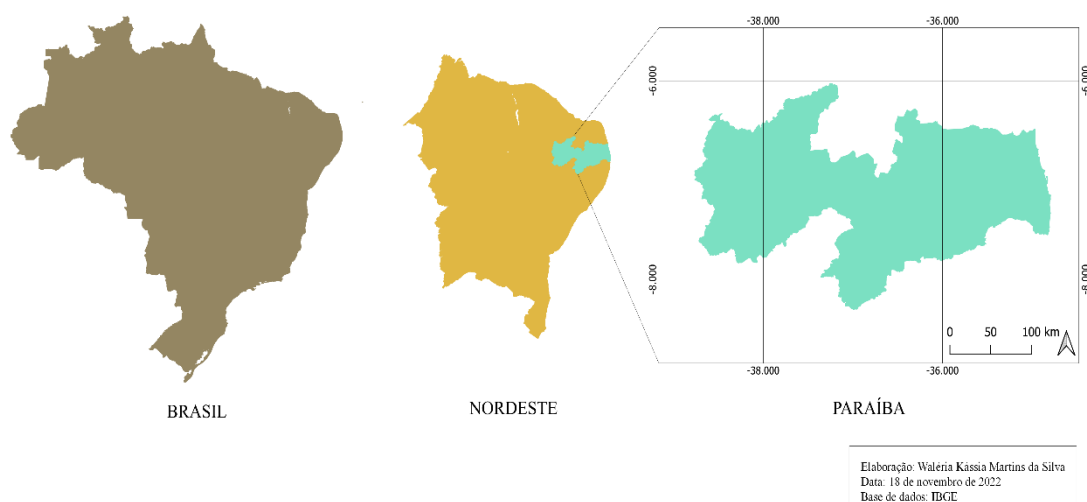
Milton Santos, *Metamorfoses do Espaço Habitado*, 2021

As diversas percepções acerca do espaço ocupam lugares diferentes na vida de cada pessoa de acordo com a sua trajetória. Quando essa se faz em comparação a duas ou mais situações, torna-se difícil saber a que lugar eu pertenço e de onde falo. Quando tratamos de trabalhadores migrantes, aqueles em constante transição entre um espaço geográfico e outro, a noção da migração se faz a partir desse próprio trânsito, ou seja, o local passa a ser o próprio trajeto, como parte integrante de sua vida. Indo além, as migrações analisadas neste trabalho foram aquelas de curta distância, com fluxos temporários, mas constantes, como num pêndulo semanal entre um lugar e outro. Nossos sujeitos de pesquisa, trabalhadores migrantes situados no emprego assalariado da Construção Civil em João Pessoa, encontram-se nesse constante

entremeio, entre uma situação e outra, nem amplamente urbana nem totalmente rural ou interiorana.

Isso se deve ao fato que, além de próxima politicamente, o interior do estado da Paraíba, especialmente suas duas primeiras zonas vindas da capital – a Zona da Mata e o Agreste – se encontram a uma ou duas horas de distância, majoritariamente, se comparado a locais mais afastados do estado, como o Sertão. Esse curto espaço geográfico que separa esses dois locais distintos de socialização, apresenta-se a esse trabalhador em migração como uma possibilidade de estar na cidade grande, mas ainda manter seus vínculos com as zonas interioranas e rurais, de onde são originários. Para este ponto, iremos trabalhar com algumas informações bases para entendermos onde estão situados esses trabalhadores pesquisados e como essa relação constante entre um espaço e outro é marca desse trânsito. Fizemos uso de alguns mapas, desenvolvido especialmente para este trabalho²⁰, com as relações que propomos deixar nítidas ao leitor(a) para melhor situar-se no decorrer dessa construção narrativa.

Mapa 1 – O *locus* da pesquisa (Brasil, Nordeste e Paraíba)



Fonte: dados do IBGE. Elaboração própria, 2022.

Do Mapa 1, acima, podemos ver onde está situado nosso *locus* de análise, tendo o estado da Paraíba como foco. Um dos menores estados do Brasil e localizado a leste dentro da região Nordeste, a Paraíba possui uma longa trajetória de criação, sendo sua capital, João Pessoa, uma

²⁰ Os mapas foram desenvolvidos em conjunto com Waléria Kássia Martins, amiga e colega de profissão, especialmente para este trabalho, tendo como base os dados primários coletados em campo e estatísticas sociais a partir de portais de dados secundários, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

das cidades mais antigas do país, fundada em 1585, com o nome de *Filipéia de Nossa Senhora das Neves da Paraíba*²¹. A Paraíba é uma localidade que, apesar de seu pequeno tamanho, seja enquanto estado ou capital (como o antigo nome desse espaço em construção denominava), passa a representar um aspecto importante na história de construção do país e, com isso, um polo de transição tanto para economia quanto para a vida de trabalhadores de sua atual capital ou de seus anteriores desde os últimos dois séculos.

Essa dimensão estratégica da localidade do que viria ser sua capital, João Pessoa, e sua importância política posterior enquanto local de decisões e conflitos de estado, começa a ser retratada ainda no século XVII, a partir da obra do pintor holandês (Países baixos), Frans Post²². E se sobressai, também, na poesia do artista paraibano Jomar Moraes Souto (s/d), ao entoar

Lá no alto da colina
uma cidade e seu rio
- Nossa Senhora das Neves?
Felipéia? Frederica?
Que nome melhor lhe fica?
Que dirá dela a Coroa?
Será quando Parahyba?
Quando será João Pessoa?

Desse ponto, muito foi visto e falado sobre a Paraíba – que corresponderia, atualmente, a cidade de João Pessoa – naquela época, propiciando que fosse uma das primeiras regiões citadinas criadas durante o século XVI. Foi acompanhada apenas por outros estados da região Nordeste: Rio Grande do Norte, com uma cidade criada; Pernambuco, com duas; Sergipe, com uma, e Bahia, com quatro. Mais três estados da região Sudeste se juntaram a elas: Espírito

²¹ Segundo Goulart Reis Filho (2000), a cidade foi fundada como parte estratégica para o controle militar dos territórios entre a Capitania de Pernambuco e a foz do Amazonas que, pelo Tratado de Tordesilhas, se situava dentro dos domínios portugueses. Isso fez com que a região se tornasse um território de xadrez para essa disputa política, utilizando-se das ordens urbanísticas de Felipe II, ainda mais privilegiado pelas características próprias do local, como seu terreno estratégico (*ibidem*, p. 370).

²² Post foi o primeiro pintor, desenhista e gravador a retratar paisagens na América durante o século XVII, à medida que se concentrou na região que viria a ser chamada de Nordeste, especialmente no triângulo Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, a serviço da comitiva do Conde de Nassau. Diversas de suas obras retratam a região da Paraíba como via de controle militar da região, e em expansão. Em 2003, o Instituto Ricardo Brennand, localizado na cidade do Recife, abriu a exposição intitulada *Frans Post e o Brasil Holandês*. Em 2012, foi lançada em formato de livro, com os três momentos da exposição: vida e obra de Post no Brasil, objetos da ocupação holandesa e, por último, os objetos de tapeçaria criados a partir da obra de Albert Eckhout, outro importante pintor da comitiva de Nassau, com aniversário de 400 anos no Brasil que coincidiu com a data primeira da abertura da exposição (BRENNAND, 2012). Em 2019, tive a oportunidade de observar de perto a exposição – mais uma vez chegada no espaço Brennand – em razão da participação em uma pesquisa sobre biografias indígenas na Paraíba. Com isso, podemos perceber que as obras de Post, principalmente, e de Eckhout, apresentam um panorama do Brasil colonial ampliado a partir da região estratégica dos estados que viriam a ser o Nordeste. Representam, inclusive, uma possibilidade de analisá-las tomando como foco as populações tradicionais e indígenas, importantes para o entendimento da construção social, étnica e econômica da região.

Santo, com duas cidades; Rio de Janeiro, com uma, e São Paulo, com seis cidades (GOULART REIS FILHO, 1968). Esse fato pode ser traduzido na Tabela 1²³, abaixo.

Tabela 1 – Vilas e Cidades criadas/XVI-XVIII

	Século XVI	Século XVII	Século XVIII
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba	1		
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	
Bahia	4	5	1
Espírito Santo	2	1	
Rio de Janeiro (e Guanabara)	1	6	
São Paulo	6	10	1
Pará		4	
Maranhão		2	
Alagoas		3	
Paraná		2	
Santa Catarina		1	1
Piauí			1
Ceará			1
Minas Gerais			8

Fonte: Goulart Reis Filho, 1968, pp. 84-88 *apud* Santos, 2020, p. 21.

Essa parte do processo de urbanização ou transformação de agrupamentos citadinos, faz parte do que o autor vai chamar de “o sistema social da Colônia”, que inclui, para Santos ([1993] 2020, p. 20), como no caso mencionado da situação estratégica da região da Paraíba, os seguintes elementos:

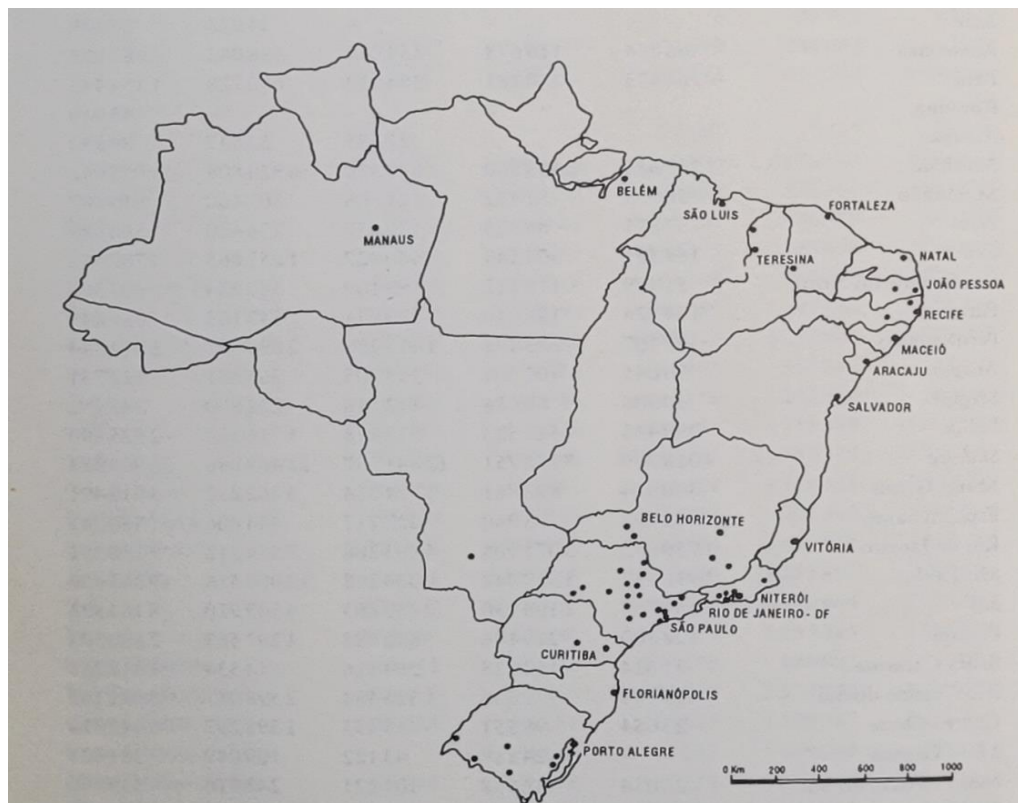
[...] a organização político-administrativa [...]; as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades urbanas e seus atores (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo e mineração).

Tais elementos, então, propiciaram uma posição interessante para o estado dentro da formação colonial que desemboca na criação da capital João Pessoa, antiga Parahyba, dentro daquele

²³ As tabelas ou gráficos presentes aqui e que não obedeciam ao estilismo deste trabalho foram retirados de antigos documentos, livros e plataformas de dados e, por isso, possuem uma estética própria. No entanto, foram colocadas no padrão seguido pelo documento e podem ser encontradas, em sua forma original, no Anexo 3, ao fim desse texto.

contexto. Para além, ela se mantém até o século XX como uma das maiores aglomerações populacionais, ao considerarmos a disposição das cidades majoritariamente nos contornos do Nordeste e Sudeste. Como podemos ver no Mapa 2, abaixo, a posição do Nordeste como um dos principais detentores de cidades e aglomerações de pessoas do país se mantém até a década de 1940, ao passo que nosso estado focal apresenta duas cidades naquele momento, uma a mais que os vizinhos.

Mapa 2 – Aglomerações com mais de 20 mil habitantes em 1940



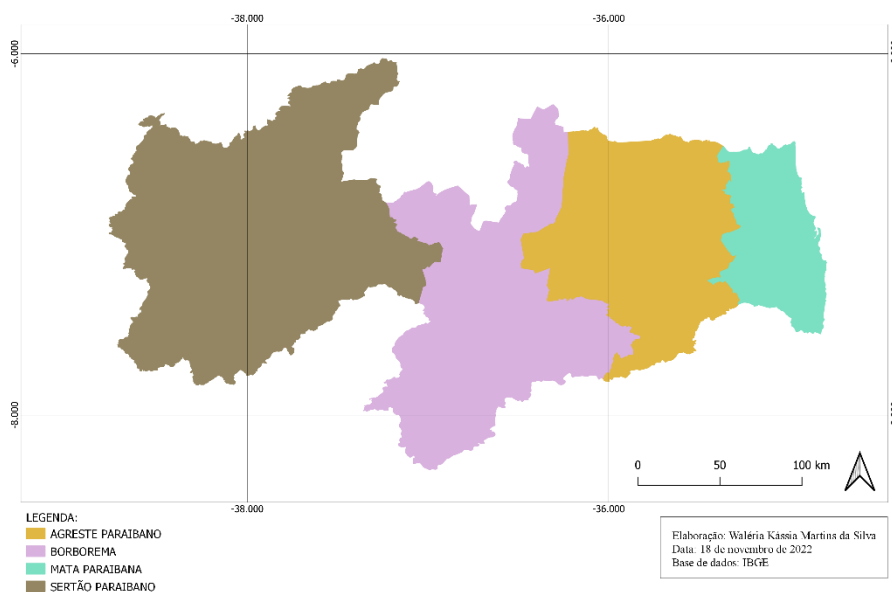
Fonte: Santos, 2020.

A separação social e física do sistema colonial que se mantém, minimamente, até o século passado, pode ser útil para o entendimento da atual situação do estado, dividido, como veremos abaixo, em *mesorregiões*²⁴ e *microrregiões*, ordenadas a partir de suas especificações políticas, sociais, produtivas e administrativas. Nesse momento, o estado da Paraíba, como

²⁴ Uma mesorregião é uma designação para a congregação de diversos municípios que possuem similaridades políticas e econômicas (como organização produtiva, elementos geográficos e estruturais etc.) que, por sua vez, são divididas em microrregiões, que são, pois, especificações dos municípios congregados. Essa elaboração geográfica foi criada em 1990, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como elemento organizativo (IBGE, s/d).

mostra o Mapa 3, abaixo, é composta por quatro mesorregiões, divididas em Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão. Esta última, o sertão paraibano, faz divisa com o estado do Ceará e coloca-se como o ponto mais longínquo do estado, se comparado a capital João Pessoa. E, portanto, o mais distante dela, ao passo que é localizada na Zona da Mata paraibana.

Mapa 3 – As mesorregiões paraibanas



Fonte: dados do IBGE. Elaboração própria, 2022.

Cada mesorregião elencada possui características próprias dentro do cenário estadual, sendo a Zona da Mata e o Agreste – ambos em verde e laranja, respectivamente – nossos pontos focais de interesse. A parte da Zona da Mata onde João Pessoa está inserida compreende quatro microrregiões: Litoral Norte e Sul, João Pessoa e Sapé. As quatro juntas agregam trinta dos duzentos e vinte e três municípios da Paraíba (IBGE, 1990; AESA PB, s/d), pouco menos de 14% do total, mas onde vive cerca de 1/3 da população total do estado, estimada em 4.059.905 pessoas em 2021, e que era de 3.766.528 pessoas no Censo de 2010 (IBGE, 2022). Já o Agreste, nosso outro foco de migrantes, compreende sessenta e seis municípios do total paraibano, onde se dividem em: Curimatáu Oriental e Ocidental, Esperança, Brejo, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana e Umbuzeiro. Quase todas entrecortadas pelo Planalto da Borborema²⁵.

²⁵ O Planalto da Borborema é uma formação serrana que corta o interior da região Nordeste e passa por quatro de seus estados: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. No caso do estado da Paraíba, sua atenção se

Essas duas mesorregiões minimamente comentadas, compreendem microrregiões originárias de nossos sujeitos de pesquisa, nascidos e crescidos em cidades do interior e/ou zonas rurais a pouco mais de uma hora de viagem da capital do estado. Com a localização das mesorregiões vistas acima, é possível perceber os locais de origem desses trabalhadores e quão próximos, em comparação a primeira grande zona do estado, o Sertão, eles estão de João Pessoa.

A microrregião de Sapé, nosso local principal de “fornecimento” dos trabalhadores analisados, compreende os municípios de Cruz do Espírito Santo, Juripiranga, Mari, Pilar, Riachão do Poço, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé e Sobrado. Fora Mamanguape – a localidade analisada mais perto da capital –, Mari fica a pouco mais de uma hora de viagem e agregava, até o início do presente século, um polo econômico forte junto ao município de Sapé, com a indústria varejista, produtora de artigos esportistas – como a antiga fábrica da *Penalty*²⁶ existente no município –, e a plantação acentuada de abacaxi, mandioca e grãos.

Como iremos ver mais a frente, na trajetória de Dida, o *boleiro* – trabalhador da Construção Civil de João Pessoa, oriundo de Mari e carinhosamente apelidado segundo sua paixão pelo futebol e pelo Clube do Flamengo –, a plantação de mandioca representa uma grande ponta da economia agrícola local, responsável pelo trabalho de centenas de agricultores no campo no município de Mari, devido ao clima tropical chuvoso e relevo plano, apropriado para ampliação das terras agricultáveis da raiz. Segundo dados da FAO (2019) e relatório da CONAB (2017), o Brasil variou e ocupou o quarto e quinto lugares no posto dos maiores produtores de mandioca do mundo, ficando atrás apenas de Nigéria, Tailândia e Indonésia, em 2017; e de Nigéria, Congo, Tailândia e Gana, em 2019. Dentro do território nacional, a região Nordeste ainda ocupa o posto de maior área plantada, mesmo com decréscimo dos últimos anos (EMBRAPA, 2017). Entretanto, o estado do Pará é o maior em área plantada e produção (*ibidem*). Já dentro do estado da Paraíba, o município analisado leva o posto de um dos melhores produtores, dentro do controle de qualidade (UFPB, 2019)²⁷.

volta às cidades a partir de Campina Grande, outro polo político do estado, e divide o caminho até o Sertão, a primeira mesorregião do estado.

²⁶ A *Penalty* é uma marca de produtos ligados aos esportes – tênis, chuteiras, bolas etc. – fundada em 1970, em São Paulo. Atualmente, a fábrica em Mari permanece fechada, mas representou durante vários anos um polo atrativo de empregos na microrregião de Sapé e um motor da economia local do município.

²⁷ A mandioca mariense recebe o selo de uma das melhores em qualidade, a despeito dos baixos índices de produção se comparado o restante da região Nordeste e o Pará. As expectativas são altas para que essa realidade de grande produção possa ser vista num futuro próximo.

Com essa “vocação” para produção agrícola e sua antiga trajetória como polo de passagem na virada do Império para República, no fim do século XIX, a microrregião de Sapé e seu município de Mari, possuem intenso papel na história do estado. Entretanto, como experiência a partir da análise das trajetórias pesquisadas e de vida – eu, como pesquisadora e pessoa nascida no município e migrante para capital no meio da infância –, sua capacidade produtiva ou fomentadora de emprego diminui grandemente. O hospital existente na região e ponto de contato com outras cidades, fechou. A fábrica de artigos esportivos também encerrou as atividades. Assim como bancos que estavam presentes anteriormente no município. Tudo isso convergiu para que a prefeitura se coloque como polo aglutinador de empregos na organização pública do município, ao lado dos microempreendedores do ramo da moda e de alimentação.

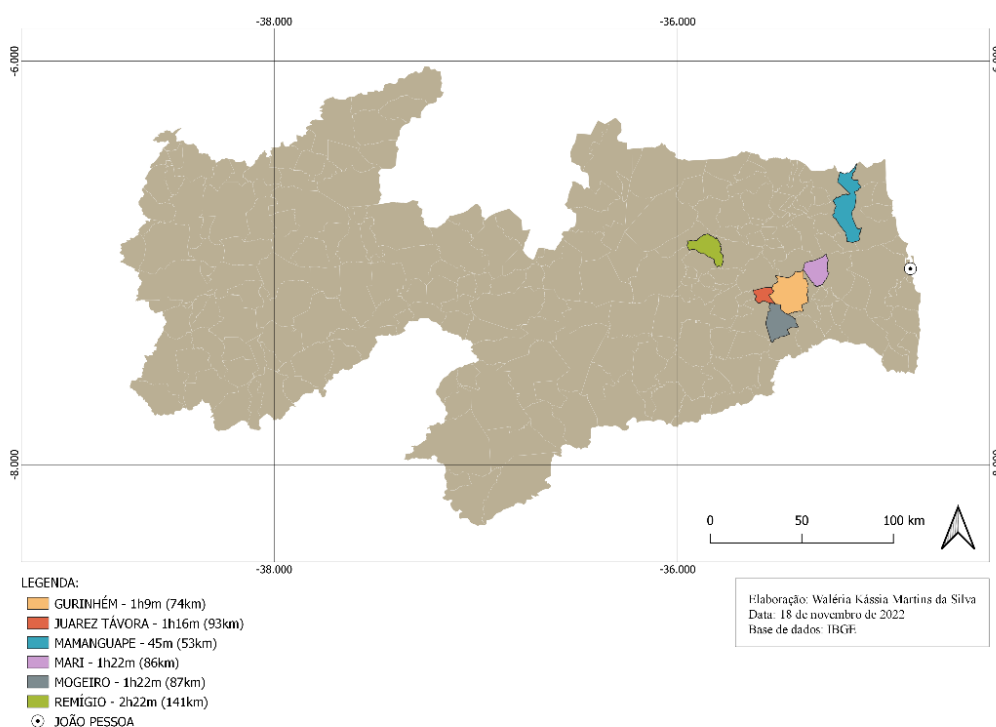
As possibilidades de emprego na região, então, quando não agrícolas ou a partir de cargos públicos, são poucas. A vontade de alguns de nossos trabalhadores analisados, inclusive, é a de abrir pequenos comércios locais no ramo da moda e/ou na própria área da construção, principalmente, como forma de complemento de renda ou de substituição de seu emprego na capital. Desse modo, até que ponto o emprego na Construção Civil das grandes cidades aparece para esses trabalhadores, especialmente os de zonas intermediárias do estado, como uma oportunidade de trabalho e certa estabilidade mesmo dentro do emprego instável que se coloca o Setor da Construção? A que se deve, no sentido de possibilidades de vida, a transição entre um contexto laboral/social e outro?

Essas, dentre outras questões apontadas na introdução deste estudo, aparecem para nós como guias para pensar e analisar essas curtas migrações – tanto em tempo quanto em distância – dentro de um mesmo estado e mesma região média. No Mapa 4, abaixo, podemos ver de onde parte nossos sujeitos analisados e onde estão inseridos no panorama geopolítico do estado da Paraíba.

Com o quarto mapa, podemos ver que parte de nosso grupo analisado é oriundo das Zona da Mata e do Agreste, como já mencionado. Do nosso quantitativo de dez trabalhadores analisados propriamente aqui, quatro são do município de Mari, dois de Mamanguape, e outros quatro divididos em municípios diferentes: Gurinhém, Juárez Távora, Remígio e Sobrado. Os os três primeiros, localizados no Agreste paraibano. De acordo com o nosso mapa, o município que mais se distancia da capital do estado, João Pessoa, é Remígio, localizado no Curimataú Ocidental, divisa com a zona da Borborema.

trabalhador mantém para viver na cidade grande – com aluguel, energia, internet, alimentação e transporte²⁸.

Mapa 5 – Distâncias entre as cidades de origem dos trabalhadores e a capital do estado da Paraíba, João Pessoa



Fonte: dados do IBGE. Elaboração própria, 2022.

De acordo com os valores obtidos, o gasto auxiliar com alimentação – haja em vista que a empresa disponibiliza uma cesta básica que, obrigatoriamente, fica $\frac{1}{2}$ na obra para o almoço –, em conjunto com transporte e moradia, representa mais de 30% do salário recebido. Pode haver, ainda, variações de acordo com aqueles que vão para o interior de veículo próprio – motocicleta – ou aqueles que vão em carros particulares, os conhecidos “transportes alternativos”. Assim, o emprego na capital, à medida que representa uma possibilidade de estabilidade em comparação ao trabalho rural, aparece como uma condição de reprodução material dupla: uma para sua família localizada no interior do estado, outra para si mesmo, levando em conta a necessidade de se manter na cidade e os gastos embutidos nesse processo. No decorrer do próximo capítulo, os dados brutos quanto a esses gastos representados em

²⁸ A exemplificação desses gastos está disponível no último tópico do segundo capítulo, com tabelas montadas a partir dos dados primários, quando falaremos da relação que esses trabalhadores mantêm com a cidade a sua volta. Como, também, as dificuldades econômicas que aparecem dentro da tentativa de manutenção de seu emprego na Construção Civil da capital.

moradia, transporte e alimentação, corroboram os relatos dos trabalhadores onde dizem ser desafiante e desgastante a vida na cidade e todo o empenho necessário para manter essa realidade, onde eles não têm tantas garantias assim.

2.3 SÉCULOS RECENTES E A PROBLEMATIZAÇÃO SOCIOLÓGICA POR MEIO DE DICOTOMIAS: RURAL-URBANO, CAMPO-CIDADE, TRABALHO-EMPREGO E ATRASADO-MODERNO

[...] O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas, lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos, em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado”.

Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, 1975

Ao tentar estipular dois ambientes de análise, como já destacamos, nas figuras do rural e do urbano, origina-se duas percepções dicotômicas construídas política e socialmente, que são alimentadas durante o período de tentativa de industrialização e dos microprocessos gestados tanto no seio do Estado quanto das próprias oligarquias da terra, detentoras de um capital simbólico e de um poder de mando responsável por organizar a sociedade a sua volta (LEAL [1948] 2012; ALMEIDA, 1976). Não só as dimensões do que é rural e urbano entram na chamada, mas duas formas de trabalho e sociabilidade que se originam nesses dois domínios: de um lado, o trabalho rural com seu cálculo e sociabilidades próprios; de outro, o emprego no Setor da Construção das cidades-capitais, ainda em formação.

Essa diferenciação entre um domínio e outro pode passar despercebida até mesmo para quem nele baseia sua vida – no caso, nossos trabalhadores em transição – e não pode ser vista apenas como pontos estanques, mas em constante debate e sobreposição. Dessa forma, pretendemos perceber como essas dualidades – rural-urbano, campo-cidade, trabalho-emprego e atrasado-moderno – se colocam no espaço físico em construção e se ainda podem ser úteis para o entendimento da realidade transicional dos sujeitos analisados.

No caso do Brasil, a composição social e econômica do país efetuou-se em virtude de uma formação cidadã autoritária, sem incluir todos os participantes da nação – no caso dos grupos escravizados, povos originários e populações tradicionais – justamente por não serem concebidos enquanto tais: cidadãos, atores e agentes sociais de forma ativa politicamente. Nesse campo, a formação brasileira parte de uma trajetória migratória composta pela interposição constante entre estrangeiros e os povos tradicionais que a esses “cediam” seus espaços. Quando estabelecidos nos “pós abolição” e na pretensa lógica republicana, essa ideia de migração assume um novo objetivo com o projeto industrial e de urbanização, a fim de levar as chagas abertas do país embora, ao mesmo tempo em que realizada a expulsão do campo e a exploração do trabalho em vias de se tornar mais técnico e industrializado. No entanto, os problemas sociológicos encontrados nesse processo de mudança e tentativa de reestruturação econômica e populacional marcam os estudos das Ciências Sociais, geográficas e econômicas desde o início do século XX e que se estende para o próximo.

Tentar viabilizar essa percepção, a partir dessas diversas frentes, da composição social e laboral brasileira ao longo desse processo, é estar atenta para perceber as conexões históricas realizadas entre um período político e outro e como essas novas posições conformam outras lógicas de vida para nosso público principal: os trabalhadores migrantes rurais, urbanizados e em transição. Tem-se, nessa junção de categorias e atores, uma realidade compartilhável baseada em disposições comuns aos dois domínios. Dessa forma, o que pensamos ao meio dessa discussão foi a realização de um debate teórico acerca do que chamamos aqui de “pensamento dicotômico”, orientado pela lógica desenvolvimentista que marcou a metade do século XX e visto, também, nos nossos dados primários.

A esse pensamento dicotômico deve-se a crítica da crença aos intelectuais e políticos da época que viam a industrialização como principal mecanismo de transformação social e econômica, como pontuado por Martins (1984). No caso, não se tem um projeto massivo de mudança social expressiva, mas a tentativa de romper com a ideia de “atraso” que marca a existência do país até então. Sair de uma realidade plenamente agroexportadora, baseada na espoliação de uma mão de obra escravizada sem reter a educação um papel central na conformação de um novo modo de vida, foi em grande parte responsável pela ampliação desse projeto industrial que a si cabia colocar essa nação nos rumos do progresso. Esse então progresso passa diretamente pelos agrupamentos sociais e laborais, unindo não só os trabalhadores a partir das próprias condições de trabalho, mas, também, marca uma interconexão entre dois mundos – o rural e o urbano – que podem parecer, em si e politicamente,

etapas de uma evolução constante. No caso do Brasil, cabia a produção rural mecanizada promover o sustento do ambiente urbano (FAUSTO, [1976] 2016).

A transição de um contexto trabalho-vida para outro se dá justamente no significativo processo migratório ocorrido durante o século XX no Brasil. Em especial, a partir da emergência da industrialização, da construção das capitais metropolitanas e das mudanças no modo de produzir e consumir das elites da época (GARCIA, 1990). Todos esses fatores, em conjunto, levam a diferentes ondas migratórias e a criação de uma nem tão nova mão de obra – expulsa do campo – e de um novo tipo de trabalhador/a: o industrial. Entretanto, esse processo de industrialização não caminhou a passos conjuntos com as mudanças políticas e as expressões da questão social – de raça/etnia, moradia, salário etc. – existentes na realidade brasileira da época. E se valeu das desigualdades sociais deixadas pelo regime escravista (RIBEIRO, 2020).

Por não agregar as refrações da questão social ao seu escopo político, a instituição da República representa apenas um corte superficial com o Império (CARVALHO, [1987], 2016) e não se coloca enquanto sistema político amplamente democrático. Ao contrário, o que ocorre é uma não integração de camadas tidas como marginalizadas e/ou inativas – negros, mulheres e analfabetos, entre outros – a esse sistema; numa debilidade político-partidária.

Essa característica dicotômica e baseada no escravismo – que se tornou marca do sistema político brasileiro – confere a população rural uma atitude ainda mais periférica se comparado a esse ideal urbano, relegando-a a funções laborais árduas e precárias que, por vezes, não foi alterada quando esses mesmos trabalhadores migraram para as grandes cidades, com pouca ou nenhuma qualificação profissional e com “um sonho urbano” a ser perseguido. Esse ideal urbano, como coloca Bourdieu (2006), se estrutura a partir de um sistema de incompletude com sua vida rural, até mesmo vergonha, e a necessidade de buscar novos rumos a partir do que é propagado enquanto *bom, moderno e civilizado*, e com oportunidades de emprego, num novo território de sonhos que é a urbanidade. Esse “sonho” é alimentado justamente pela não integração das camadas subalternas nesse ideal urbano, considerando que a presença da população rural se fez apenas enquanto mão de obra para construção das cidades e da própria “cidadania urbana”.

O Brasil, nesse momento, se coloca numa posição dependente dentro da construção industrial capitalista que se iniciava (FERNANDES, 1975; OLIVEIRA, 2013). A face industrial urbana vinha na tentativa de romper com a posse da aristocracia rural, mesmo que de forma simbólica, e aparecer no bojo das mudanças globais da época que acompanhavam a evolução capitalista. Dessa tentativa de progresso não decorre uma ruptura completa, mas sim

uma posição produtiva simultânea dentro do período de industrialização, ao considerar que “o movimento de expansão do campesinato não se dá num vácuo social, mas chocando-se com o movimento de expansão da grande propriedade modernizada” (GARCIA, 1990, p. 28). Nesse momento, podemos pensar que “é a própria renda advinda do setor primário exportador e das grandes oligarquias agrárias que passa a alimentar a implementação do setor industrial e a tentativa de criação de uma indústria de base, com a possibilidade de formar um mercado consumidor interno” (MENEZES, 2020, p. 21).

Na transição do século XIX para o XX, a tecnificação do campo, a partir de ampliação do maquinário e das formas de produzir, começa a despontar. Assim como o contingente de imigrantes na cafeicultura do Sudeste como alternativa para aceleração da economia e a divisão do trabalho com uma mão de obra anteriormente escravizada (FAUSTO, [1976] 2016). A título de exemplificação, temos a Tabela 2, abaixo, onde podemos ver, ainda, a centralidade do trabalho agrícola:

Tabela 2 – População brasileira ocupada de acordo com os setores da Economia (1872-1920)

Brasil e a população ocupada (em milhares, total = 100)

Setores	1872 (%)	1900 (%)	1920 (%)
1. Agricultura	3671 = 64,1	5071 = 53,4	6377 = 69,7
2. Indústria	282 = 4,9	321 = 3,4	1264 = 13,8
3. Serviços	1773 = 31,0	4111 = 43,2	1509 = 16,5
Total	5726 = 100	9503 = 100	9150 = 100

Fonte: Extraído de Annibal Villanova Vilela e Wilson Suzigan. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 19889-1943*. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.

Essa “nova” configuração desse espaço urbano em criação subsidia, também, pensar as condições que as populações excluídas do debate político e do compartilhamento do bolo de ganhos econômicos – no caso das populações negras, indígenas e rurais –, se constitui, como coloca Telles (1993), como um *ponto cego*. Tange-se o que foi em tanto mudado – no que concerne à pressupostos modernizantes, industriais, urbanos e de direitos sociais –, mas que perdura em uma de suas piores faces: a da pobreza.

No caso do Brasil, em específico, a pobreza sempre teve raça e cor. Antes, enquanto população escravizada da monocultura e tolhida de suas funções sociais por não serem encarados como cidadãos, mas, sim, *coisas*. Agora, no “novo mundo”, pós Proclamação da República, jogada nas malhas da subalternidade, nas franjas da sociedade e do mercado de trabalho, pois “[...] ao lado da persistência de uma pobreza de raízes seculares, a face moderna da pobreza aparece registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos integrados nos centros dinâmicos da economia do país” (*ibidem*, p. 1). Dessa forma, ocorre a homogeneização da violência urbana e do conflito de classe ao pensar que

os classificados como pobres estariam imersos nas franjas da incompletude de processos estruturais da modernidade, daí a atribuição de “atraso” que permeia as leituras, do senso comum às universidades, acerca dos setores populares. As próprias noções de exclusão ou desfiliação, atestariam, assim, essa espécie de evolucionismo inscrito mesmo nessa formulação crítica da questão social (FELTRAN, 2014, p. 499).

Esse problema social que aparece tanto na realidade objetiva quanto nos estudos sobre ele, desempenha efeitos negativos não só na atualidade, mas também, durante a própria constituição do panorama socioeconômico brasileiro e as distinções criadas por ele a partir de uma hierarquização de raça e cor. Onde tem o branco com origens europeias como o símbolo de sucesso e topo da pirâmide socioeconômica. Enquanto os *brasileiros de cor* (PINTO, [1953] 1998) ocupam os degraus mais baixos, especialmente quando tratamos da condição da mulher negra e periférica, que compõe toda uma série de estudos por si própria. Tais noções de hierarquização e preconceito racial tomam, no capitalismo, novas proporções, ainda mais precárias e insalubres para as populações negras e migrantes.

A população “livre”, composta pelos escravizados libertos, não foi inserida de maneira homogênea no panorama capitalista que se instaurava com a Revolução Industrial na Europa, e que começava a “dar as caras” no Brasil, no início da década de 1930, fruto da instauração do Estado Novo (CAPELATO, 2002). Quando analisada de uma perspectiva histórica,

a industrialização do Brasil, que ganhou força nas primeiras décadas do século XX, foi estabelecida sob o legado do colonialismo e da escravidão. Dependia de um Estado estruturalmente frágil e, paradoxalmente, visava a uma violência implacável contra o trabalho [...] A formação de um mercado de trabalho capitalista no país deriva de um processo lento e tortuoso e adquire contornos mais claros apenas nos anos 1930 e 1940, embora sem erradicar as marcas de uma estranha combinação entre o passado escravista-colonial e um impulso à industrialização tardio e dependente, cuja consequência histórica tem sido a reprodução persistente de uma situação de profunda desigualdade social [...] (OLIVEIRA, 2018, p. 319, *tradução nossa*)²⁹.

²⁹ “The industrialisation of Brazil, which gained momentum in the first decades of the twentieth century, was established under a legacy of colonialism and slavery. It relied on a state structurally fragile and, paradoxically,

Com isso, a acumulação capitalista que se inicia nesse “novo” panorama produtivo pós abolição não representa uma possibilidade de libertação plena do trabalhador, seja homem ou mulher, já que “pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e traiçoeiras, na medida que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração” (FEDERICI, 2017, p. 119)³⁰. Nesse *desencantamento do mundo*, as lógicas racionais de produção não seguem as conformações subjetivas por completo, ou, pelo menos, num embate entre posições morais e materiais (BOURDIEU, [1977] 1979). Como poderia dizer Raymond Williams ([1973] 2011), onde estaria o presente nessa concepção? Ficamos entre o passado rural e o futuro moderno, sem nos atentar às dinâmicas encontradas nesse mundo de sobreposições em constante transição.

A industrialização do campo ocorre separando os trabalhadores em porções rurais e urbanas, baixando os salários desta última com a formação de um exército industrial de reserva a partir da imigração e a não inserção completa dos trabalhadores nacionais, antes escravizados ou não (FAUSTO, [1976] 2016; MENEZES, 2020). Nesse entremeio, a questão agrária ainda se coloca como o problema central dos conflitos no Brasil, especialmente pela falta de acesso à terra por todos os cidadãos brasileiros e da alta concentração fundiária (PRADO, 1979). Essa questão não passa a ser resolvida com o progresso e o desenvolvimento urbano inevitáveis, como muitos sociólogos acreditariam (MARTINS, 1994).

Sobre esse fato, a realidade precária de parte da população marcada gravemente por esse processo, necessita de uma mudança profunda e estrutural. Ao parafrasear Gustavo, codinome Black Alien (2004), “não acredito no que/Me vem impresso/Acredito em ordem e progresso/Quando o povo tem acesso/Ao ingresso”. Essa pretensa mudança é operada, então, enquanto herança de nosso passado colonial e escravista, que é baseado na espoliação de terras dos povos originários e exploração dos/as trabalhadores/as – rurais, negros, indígenas – nas

aimed at a relentless violence against labour [...] The formation of a capitalist labour market in the country thus derives from a slow and tortuous process, and acquires clearer contours only in the 1930s and 1940s, although without eradicating the marks of an odd combination between the slaver-colonial past and a late and dependent industrialising drive, whose historical consequence has been the persistent reproduction of a situation of deep social inequality [...]”.

³⁰ Importante colocar, no entanto, que a autora citada exprime em termos de “transição” capitalista pensando no caso da Europa, na transição de um feudalismo para a acumulação capitalista. Há, no Brasil, discussões acerca da existência ou não de relações feudais ou semifeudais no Brasil, tomando como ponto de partida a formulação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a crença nas cinco etapas de desenvolvimento que viria a ser o feudalismo, mesmo no caso brasileiro, uma antecipação do capitalismo em seu momento anterior. Deixando de lado essas considerações, a categorização da autora se coloca aqui mais no que concerne a questão de gênero e a acumulação primitiva realizada a partir do corpo das mulheres.

plantations e que não se modifica em muito com os anos recentes, mas que admite sobreposições de espaços e funções minimamente estáveis.

Essa expropriação, já estruturada no momento presente, se torna ainda mais nítida para verificação quando, em 1850, ocorre a instituição da Lei de Terras³¹ e a questão agrária assume a frente, a partir da formação dos latifúndios e o cercamento de terras públicas, num surgimento de um bloco de *despossuídos* (MENEZES, 2020; MARX, 2017). O que viria a calhar no modo de acumulação capitalista e, depois, da tomada neoliberal. Essas pessoas sem posse – seja de si ou de terras – se colocam na realidade diária como um circuito de indivíduos propensos a adentrar ao mercado informal e degradante já que falta emprego e terra. Nas palavras de Menezes (1990, p. 23), “é uma espécie de “fonte de emprego em última instância”, ou seja, frente à impossibilidade de emprego no setor formal, os trabalhadores têm que apelar para essas atividades precárias”. Mais uma vez, o que ocorre é a relação dual entre formalidade e informalidade, dada numa perspectiva histórica de causa e efeito. Aparece quase que de forma automática e sintomática da realidade brasileira, dado seu desenrolar durante o início do século XX (FISCHER, 2021)³².

À medida se (auto)constroem como territórios alheios às supostas regras governamentais, os agrupamentos urbanos tidos como favelas e morros, são criados do lado de fora da “cidade letrada” (*lettered city*) e composta por afrodescendentes e grupos subalternizados, jogados nas franjas da cidade, longe da esfera legal de representação e de serviços (*ibidem*). Quando consideramos o que colocou Caio Prado (2014), tem-se a constituição de uma força de trabalho não passível de fazer exigências e que se mostra sempre disponível aos empregadores, “o que impacta não só as massas rurais, agora trabalhadoras da indústria, como também os próprios trabalhadores urbanos, à medida que tende a neutralizar as exigências e estagnar os salários devido a maior competição” (MENEZES, 2020, p. 23).

Dessa forma, o problema de acesso à terra ou a melhores condições de trabalho no domínio rural não é um problema específico da população do campo, como muitos sociólogos poderiam pensar, e não é passível de resolução com um progresso urbano desenfreado (MARTINS, 1994). Ou do desenvolvimento localizado, incapaz de acabar com a pobreza geral (PIKETTY, 2013). Considera-se as amarras sociais, políticas e, claro, econômicas do Capital e

³¹ A Lei de Terras foi sancionada em 1850, por Dom Pedro II, e visava a estabelecer regras para a posse de terras no Brasil. Seu objetivo propunha o estabelecimento da compra como única forma de obtenção de terras públicas..

³² Essa relação histórica entre informalidade e formação social periférica será mais bem discutida no terceiro capítulo, ao pensarmos os conteúdos da noção de informalidade e como ela é usada tanto como ferramenta política quanto na realidade concreta de precariedade que marca a vida dos trabalhadores da Construção.

a questão de um desenvolvimento que é financeiro e transnacional, portanto, presente e composto por/em praticamente todas as nações.

Nessa esteira de tentativas de mudanças, temos na década de 1950 a iniciativa nacional-desenvolvimentista que colocara suas fichas no projeto de Reforma Agrária e na industrialização, creditando a esses dois processos o crescimento econômico brasileiro e a mudança nos rumos que o país estava a tomar. Essa tentativa ocorria, em grande medida, a partir do pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) – formada pelos principais economistas da América Latina, entre eles Celso Furtado – que se baseava em impulsionar o crescimento interno à medida que modernizava a agricultura para atender a essa nova demanda de consumo. Medeiros (1993, p. 6) aponta para que, “segundo essa ótica, era preciso elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em mercado para as indústrias emergentes”. A então indústria nacional era vinculada diretamente a grande propriedade e a monocultura da época – a exportação do café –, o que conferiu a ela uma dependência dos interesses desta primeira e a quase impossibilidade de cortar laços com a grande propriedade, o que seria necessário para alimentar a bandeira da modernização.

Nesse processo, ao pensar na constituição de uma ordem burguesa no Brasil em detrimento da maioria da população subalternizada, Fernandes ([1974] 2020) pontua que a iniciativa industrial se fez vinculado a grande oligarquia rural; sem se desvencilhar do seu poder e ao manter diretamente a busca pela concretização dos interesses da primeira. Com essa união perene, o que se tem é uma manutenção do *status quo* em detrimento da situação transitória que as refrações da classe trabalhadora da época tinham de vivenciar: a criação de um mercado de trabalho que os incluísse, a garantia dos direitos e proteções sociais via trabalho e a derrubada do modo de hierarquização social via raça que se aprofundou no sistema escravocrata. Nada disso, como já pontuamos anteriormente, ocorreu. O Estado assume, então, a forma de uma autocracia burguesa na maneira da ditadura do capital vigente.

Ele se legitima a partir da compensação da burguesia pequena que o compunha dentro de uma lógica imperialista, onde a democracia não é fincada no todo social, mas antes é tutelada e serve para a cooptação de elementos democráticos que não se traduzem na participação popular efetiva. Seja essa das classes trabalhadoras urbanas ou das populações rurais. O que se tem é, além de uma incapacidade, uma ingerência da burguesia nacional de “[...] racionalizar a práxis popular, isto é, extrair dela razão” (FANON, [1961] 1968). Considera-se que a situação urbana não estava formada e essa pretensa burguesia não se origina desse ponto, mas, sim, de

uma transição “pouco organizada” entre uma situação oligárquica rural para uma que deveria ser, nos rumos da modernidade e industrialização, cosmopolita. Nas palavras de Fernandes ([1974] 2020, p. 34), percebemos como

a independência, rompendo o estatuto colonial, criou condições de expansão da “burguesia” e, em particular, da valorização social crescente do “alto comércio”. [...] Ambos os fenômenos prendem ao crescimento de uma rede de serviços inicialmente ligada à organização de um Estado nacional mas, em seguida, fortemente condicionada pelo desenvolvimento urbano.

O que aconteceu foi que o projeto de desenvolvimento se tornou refém das demandas da indústria e da monocultura consolidada, tornando-se impossível a continuação do plano da Reforma Agrária autônoma, a colocando nas mãos do Estado e secundarizando o poder que o latifúndio exercia no plano de melhoria de vida das populações do campo. Oliveira³³ (2018) coloca que esse discurso aparece como uma bandeira e algo que está sempre a margem de acontecer: um Brasil do futuro para o futuro. Nesse contexto de modernização, o autor expõe que houve um forte apelo por uma reforma agrícola e não agrária. A reforma agrícola advinda da *Revolução Verde* conformou a criação de uma indústria que agora cresce na produção de insumos especializados para manter a monocultura existente.

Com a crescente industrialização provocada pelo “milagre brasileiro” durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985) (SILVA, 2019), o investimento se deteve, especialmente, na produção de insumos e de alimentos; tudo com o intuito de legitimar esse crescimento da indústria agora presente no setor rural, fruto da tecnificação da produção. Isso acarretou uma dependência do capital externo e do câmbio de sementes e insumos especiais por parte dos produtores rurais que ainda não faziam parte do panorama industrial, agravando a miséria dos pequenos produtores rurais e provocando uma revolução agrícola – com o aumento de agrotóxicos e de produtos que na teoria viriam para “melhorar” a perecibilidade da produção de alimentos – mas, na realidade, só aumentou os lucros da indústria produtora desses “defensivos agrícolas” e dos detentores da produção monocultura, ligados à grande propriedade rural.

Os ganhos dos trabalhadores foram tolhidos e eles foram forçados a trabalhar para alimentar a monocultura da cana-de-açúcar, especialmente no Nordeste, e a cafeicultura do Sudeste. O que ocasionou algumas migrações de trabalhadores do Nordeste para o Sul/Sudeste, a fim de trabalhar tanto nas lavouras de cana quanto na construção das cidades,

³³ No primeiro artigo do livro de Francisco de Oliveira (2018), intitulado *O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil*, o autor tenta compreender a noção de o Brasil sempre ser encarado como um país do futuro e não do agora; como uma função própria das elites da época e da percepção do capitalismo dependente.

onde a camada mais “aburguesada” da indústria estava a ocupar. Utilizando-se da percepção de Oliveira ([1972] 2013), esse fator representa um dos *transformismos* presentes na sociedade brasileira e pode ser vinculado a uma pretensa diferença entre *trabalho rural* e *trabalho urbano*.

Diante desses aspectos, nos detivemos acima na análise de mudanças políticas e econômicas que conformaram novos modos de pensar o trabalho e a estrutural social, dividindo-as, assim, em um lado urbano e outro rural. Com essa diferença criada, ramificações desses dois espaços, separados ou em conjunto, possibilitam pensar nossos sujeitos de pesquisa e, assim, a perspectiva sobre o *habitus* criado ou não em cada contexto distinto. Mas, ao todo, reproduzido a partir da conduta laboral de um ambiente socioespacial para o outro.

O espaço urbano e rural que pode delimitar ou não a forma trabalho, não se coloca como um produto dado e acabado, mas, sim, enquanto meio onde as relações socioeconômicas são tecidas. Assim, levando em conta a categoria teórica-analítica de *formação socioespacial* em Milton Santos (1982), como um espaço geográfico identificado enquanto um território usado e construído socialmente, podemos ver como as percepções acerca do que chamamos de urbano e rural são questões de natureza formativa, dado sua construção socioespacial, com conteúdo social diferentes entre um domínio e outro, mas complementares, à medida que se desenvolvem na conexão entre ambos, como espaços em constituição.

Ao admitirmos que o espaço não é um produto acabado, restrito a uma só condição formadora e definido por critérios quantitativos – desde o número de pessoas que ocupa cada área à se lá possui “facilidades do mundo moderno” ou não, à exemplo da internet – podemos pensá-lo como um construto social, a partir de uma rede de interdependência entre modo de produção, sociedade e espaço, a serem vistos, pois, como encadeamentos de complexas totalidades (SPOSITO; WHITACKER, 2010). Os espaços, para além de como estão postos estruturalmente, são significados a partir de características políticas e sociais, orientadora desde modos de agir às condições socioeconômicas oriundas de sua própria constituição.

Seria mais atrativo, então, falarmos sobre cidade e campo (LEFEBVRE, [1968] 2001), como forma de pensar *concentração vs isolamento* e, assim, conceber a divisão social do trabalho e a forma dominante – da burocracia e administração – à forma dominada – de unidade produtiva. Essa concepção promovida pelo debate do autor com o marxismo, não visa a neutralizar e uniformizar o processo de urbanização ocorrido, sendo rural e urbano

coisas distintas em seus conteúdos. Mas, sim, perceber qual seria o lugar de cada um, atenuando-se suas oposições, dentro de um sistema produtivo, tanto de mercadorias quanto de relações sociais.

Assim como construto social baseado em redes de relações socioeconômicas, longe de ficarmos apenas na forma como os espaços são definidos a partir de opiniões políticas e Decretos-Lei – como no caso do n. 311, definido em 1938³⁴ –, esses espaços reproduzem uma situação social concreta baseada na forma produtiva de seu conteúdo e de sua gente (CARLOS, 2004). Cada vez mais interligada, cidade e campo se confundem na sobreposição de suas práticas e atores sociais, existentes nos dois ambientes, produtores e produtivos de seu *habitus* comum. Se essa diferença não é dada dentro da formação espacial como algo pronto, por que se mantém como distintiva de formas e modos de ação diante de uma perspectiva histórica? Ou, é alimentada por uma dominação interna como forma de separar o processo produtivo de sua cultura do trabalho e, nesse processo, do próprio trabalhador?

Diferente das cidades – construções coloniais, como vistas no tópico anterior – o urbano que delimitamos aqui, conectando a discussão empreendida no início mesmo deste tópico, como produtor da industrialização, se coloca, para nós, enquanto campo concreto da produção dessas relações sociais e de virtualidades próprias onde se insere o trabalho assalariado, fazendo-se *valor-de-troca*. O espaço urbano, dentro da cidade – com uma especificidade da capital do estado, no nosso caso, João Pessoa –, coloca-se como um processo que imprime modos de dominação pela administração burocrática, porém, se alimenta dos dominados por essas induções anteriores, fazendo, dessa forma, espaços dominados dentro da cidade e uma sociedade urbana em processo de constituição, onde se encaixa o Setor da Construção na perspectiva desta pesquisa.

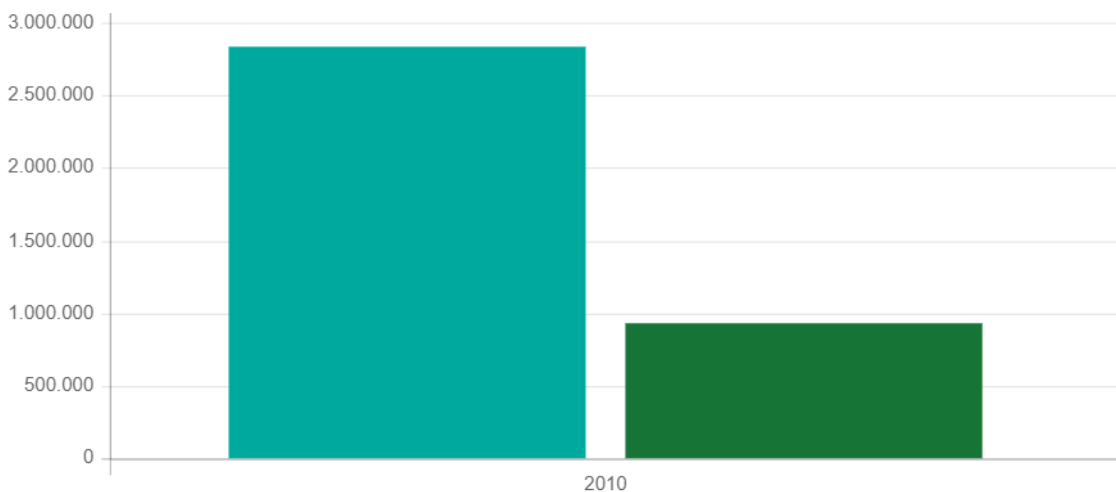
Para constituição dessa *sociedade urbana* (LEFEBVRE, [1970] 1999), a industrialização aparece como um processo de mudança dessa realidade citadina vista anteriormente, desde o período colonial e ampliado pelo processo de tecnificação do campo tendo em vista a massificação da produção capitalista e posterior mudança do centro de comando e controle dos grandes produtores para “a cidade”. Ela vem para representar uma nova fase da constituição da cidade como via de urbanização e, assim, centralizar poder, riqueza e produção e, com isso, descentralizar pessoas, culturas e modos de agência, criando uma segregação mais visível com vias a expansão e reprodução. Com esses fragmentos, “a

³⁴ Esse decreto foi publicado em 02 de março de 1938 e visou a estabelecer critérios para identificação e separação de áreas em categorias de municípios, vilas e cidades, estabelecendo a condição formal de como que é tomada e identificadas as áreas tidas como rurais e urbanas do país (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1938).

cidade leva tudo para ela e o explode numa dimensão nunca vista: junto à concentração urbana e ao êxodo rural se reproduz a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano" (SOBARZO, 2010, p. 59). E, devo acrescentar: diante de elementos de dominação de ordem política que separam em posições distintas esses dois momentos e processos; os dois campos de ação, da cidade ao campo e do urbano ao rural.

Esse espaço urbano se torna mais central e “quantificável”, sendo visto em referência a cidade e a constituição de modos de ação que poderiam se diferenciar do campo. Como podemos ver no Gráfico 1, abaixo, referência do IBGE para o estado da Paraíba, percebemos a tomada de uma percepção amplamente urbana para o estado, em cor azul, em comparação ao rural, em verde. De um espaço que vai ganhando força sobre o rural e, aparentemente, suas práticas. Essa divisão populacional seria realizada a partir de incentivos industriais? Ou elementos vistos como urbanos e não pertencentes originalmente ao encarado como rural? São questões que não serão respondidas neste trabalho, porém, abrem margem para a percepção do espaço como lugar em transição, assim como nossos sujeitos, trabalhadores migrantes, frutos de cidades ruralizadas.

Gráfico 1 – População do estado da Paraíba por área urbana e rural



Fonte: IBGE, estados, panorama, Censo de 2010.

Com a subordinação exercida pela cidade, são criados elementos de dominação diferenciáveis entre si, desde obras públicas às privadas, comércios etc. E quando essa distinção se faz presente pelo processo industrial, a expansão urbana alimenta a lógica de acumulação de capital, do mundo das trocas, da mercadoria como produtora de sentido social. No nosso caso, modifica-se pouco as formas de constituição desse espaço urbano dominado pela distância geográfica mínima entre uma realidade campo-cidade e outra, mas, “a

realidade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência. O espaço e a política do espaço "exprimem" as relações sociais, mas reagem sobre elas" (LEFEBVRE, 1999, p. 26). Tornam-se, portanto, espaços em constituição que não retiram da cidade parte de sua centralidade, mas exprimem modos de comportamento e direção que colocam a ótica urbanizadora acima de tudo, mesmo que, no caso brasileiro, elas apareçam como planos distintos e etapistas entre si. Acham chão real de configuração diante de uma virtualidade construída já de forma dominada, seja para aqueles que lucram com as relações de troca ou os explorados por elas.

Por essa imprecisão própria do jogo do espaço, o urbano, diferente da condição física das cidades, requer ser entendido como um lugar de expressão de conflitos, potencialidades, enfrentamentos e repleto de contradições, ao considerarmos que

no curso desse vasto processo de transformação, o espaço revela sua natureza, aquilo que ele sempre foi: a) um espaço político, lugar e objeto das estratégias; b) uma projeção do tempo, reagindo sobre ele e permitindo dominá-lo, e, por conseguinte, atualmente, explorá-lo até a morte. O que anuncia a libertação do tempo-espaço (LEFEBVRE, 1999, p. 50).

Essa percepção nos é útil para entender onde se posiciona a cidade urbanizada e a produção rural dentro do horizonte de nossa análise, ao considerarmos que a ruralidade não acaba com a expansão de elementos urbanos. E a expansão do urbano em espaços lidos como rurais – como é o caso das cidades interioranas – não pode ser apagada, mas pensada de modo que não uniformizemos nem nossa postura analítica nem a construção em trânsito de nossos próprios trabalhadores analisados, oriundos de cidades ruralizadas, onde tem seus empregos transformados pela condição urbana.

Posto esse fato,

a nossa época se caracteriza pela constituição da sociedade urbana realizando-se num espaço mundial, articulado, mas profundamente hierarquizado, que não quer dizer que o campo deixe de existir, mas que ele se articula agora num outro plano ao conjunto do território, com outras particularidades (CARLOS, 2004, p. 133).

E, com isso,

[...] a propriedade privada da terra / do solo (urbano) ou da terra (no campo) que delimita, orienta e condiciona a vida privada, produzindo o espaço da segregação. O espaço tornado mercadoria pela generalização do processo produtivo, generaliza a propriedade privada englobando espaços urbanos e rurais numa nova articulação (*ibidem*)

Essa nova articulação nos traz características duais desse processo entre campos e modos de ação. Para facilitar a distinção adotada aqui, nos centramos na análise das estruturas

econômicas e temporais realizadas na transição capitalista vista na Argélia do meio do século passado para pensar as diferenças entre as formas *emprego* e *trabalho* (BOURDIEU, 2021), a exemplo do que Marx ([1867] 2011) analisou como *labour* X *work* (ANTUNES, 2005)³⁵. Essas duas óticas diferentes imprimem efeitos estruturais na conduta social e econômica do indivíduo em migração, tendo como exemplo mais complexo e próximo o trabalho *bourdeusiano* na Argélia, em comparação a trajetória colonizada do Brasil e sua estrutura, vista como dicotômica na teoria, mas sobreposta na prática.

Com essa retirada do social do trabalho, voltamos a uma concepção na qual as atividades estranhadas e alienadas configuram o trabalho assalariado (ANTUNES, 2005, p. 73). Essa separação é importante para pensarmos como realiza-se a presença nos setores rurais e urbanos dos trabalhadores analisados, tendo em vista essa situação da sobreposição dos contextos mencionados. Também, do conteúdo distinto dos trabalhos realizados, como parte de um pretenso processo de transição entre uma forma trabalho e outra, vista a primeira – no campo – como de forma mais precária, árdua. E, em segundo plano, o emprego assalariado no Setor da Construção da cidade, desejado a partir da proteção social vinculada ao trabalho na forma de uma carteira assinada.

Emprego e trabalho também entram como posições dicotômicas que nos seguem no que falaremos no tópico seguinte, a partir de um resgate histórico dos setores e formas laborais que nos auxiliaram na pesquisa do tema proposto para pensar as diferenças entre esses dois termos pontuados no início, a partir do entendimento de um capitalismo dependente no caso brasileiro, parecido com aquele visto na Argélia, como mostrado por Bourdieu (2021). Nesse processo de desagregação social causado pela tentativa de substituição da ordem agrícola tradicional por um capitalismo de mercado, os postos de trabalho se tornam precários, e as oportunidades de emprego, instáveis, ao considerarmos que “na sociedade urbana, ao contrário, a atividade que não garante uma renda em dinheiro aparece como mutilada do que é, segundo a nova lógica, o seu resultado natural” (*ibidem*, p. 89). O seu papel social de transformação natural. Mas não só: o papel social de preencher um vazio representativo no seio de sua sociedade, ao passo que

³⁵ Na concepção de Antunes, a partir da análise marxiana, os termos distintos *work* e *labour* vêm para caracterizar formas de trabalho diferentes dentro da exploração da força de trabalho pelo capital e seu tolhimento da ação orgânica de trabalhadores. O primeiro, *work*, designa uma dimensão mais próxima da positivação do trabalho como relação concreta com a natureza, criando, assim, valores socialmente úteis e necessários. Ele seria, dessa forma, uma formação social genérica voltada para a produção de *valores-de-uso*, ao contrário da produção capitalista voltada para produção de *valores-de-troca* (MARX, 2011). Já *labour*, como colocamos sua palavra em português – labor – no título desse trabalho, designaria a divisão cotidiana da função sob a urgência da produção de capital. Por isso, se aproxima mais da dimensão alienada do trabalho, desprovida de sentido humano e social.

“trabalhar, mesmo que por uma renda ínfima, é, perante si mesmo e perante o grupo, fazer tudo o que é possível para ganhar a vida, para distanciar-se da condição de desempregado” (BOURDIEU, 2021, p. 90).

Tanto na Argélia quanto no nosso caso, as formas de trabalho se diferenciam em seu conteúdo e função social, descritos virtualmente no rural e no urbano, a partir de vínculos frágeis e oportunidades escassas. Trabalhar na Construção, em detrimento ao seu vínculo agrícola, é encontrar, diante dessa nova necessidade de vida e ampliação da urbanidade, uma maneira de sustentar-se social e economicamente. E, com isso, ter uma função social dentro de sua família; uma forma de subsistência indicada por aqueles iguais a eles que já ou ainda cumprem esse papel.

Se manter na cidade, tomando parte do seu salário e do seu tempo familiar, é conduta necessária para obter subsistência ao renegar minimamente o campo, e se legitimar perante os colegas, amigos e família, mesmo dentro de uma situação de emprego igualmente instável e, por isso, precarizada. Dessa dupla convivência, entre um espaço urbanizado/ruralizado e outro, os trabalhadores se mantêm numa duplicidade de sentimentos e ações que o seguem nessa transição entre um contexto de trabalho para ocupar o estômago e o tempo, e uma forma de emprego-trabalho, utilizado pelos mesmos motivos, sob a ótica da pretensa estabilidade.

O cozinheiro argelino disse a Bourdieu (p. 89),

se ele não encontrar trabalho algum, poderá ser sempre um vendedor ambulante [... pois] se trabalhar significa ter um ofício, praticá-lo de maneira estável e dele viver corretamente, [...] é outra coisa. Se trabalho quer dizer fazer alguma coisa, fazer não importa o que para não ficar de braços cruzados, para ganhar seu sustento, aí, só os preguiçosos não fazem nada.

E, se essa busca (ou não) efetua-se sobre o solo da impossibilidade e da instabilidade dos próprios postos de emprego, o trabalho se torna difícil por perder parte de seu conteúdo social. Se faz a margem das possibilidades efetivas e aquém das aspirações individuais, ao termos que “[...] a distância entre o nível de aspiração e o nível de realização tende a se restringir tanto porque as esperanças se tornam mais comedidas e as possibilidades efetivas aumentam, como porque, ao mesmo tempo, as reivindicações se tornam mais realistas” (*ibidem*, p. 132).

A realidade da impossibilidade faz com que as oportunidades de trabalho ou ocupação sejam poucas e com vantagens que pouco se diferenciam daquelas vistas nos ambientes rurais e interioranos dos trabalhadores pesquisados. Para o nosso trabalhador da Construção, agora na cidade, a vantagem do trabalho na capital é a de *ser fichado*, ter a carteira de trabalho assinada. Apenas. Para ele, baseado na experiência que teve ao trabalhar como clandestino em Mari, por oito anos, sair de lá e não receber qualquer coisa; nenhum dinheiro ou direito. Ficou assim, com

raiva, pois contou que daquele dia a quinze em diante, todos que trabalhavam com ele nessa obra, anteriormente, tiveram suas carteiras assinadas. Mesmo depois disso, quando se sentiu como “deixado para trás”, não colocou na Justiça do Trabalho pois ficou com receio de “*ficar queimado*” entre outros possíveis empregadores e dentro do ramo da construção, como um todo. Seria esse, justamente, a pessoa que poderia lhe arrumar um emprego, fora o que considerava como “*em respeito com quem trabalhou*”. Percebemos, assim, que

numa situação de desemprego estrutural, aqueles mesmo que alcançaram a segurança continuam a experimentá-la como sendo uma situação ameaçada e entende-se como privilegiados. Quando aparece, a vontade de maximizar o rendimento choca-se com as condições objetivas do mercado de trabalho que interditam o crescimento rentável do esforço (BOURDIEU, 2021, p. 132).

Com o novo posto de “trabalhador fichado”, a sua possibilidade de reproduzir-se socialmente junto à sua família cresce, apesar da distância. Ao passo que outro trabalhador coloca, “[...] *fichado tem os direitos. O que acontecer...*”

O trabalho formalizado em carteira se contrapõe ao chamado pelos trabalhadores de *clandestino*, especialmente em razão do acesso a previdência social, auxílios etc. O trabalhador mais antigo desse grupo de entrevistados, quando perguntado sobre segurança na obra ou alguma forma de proteção social via emprego, como acesso a previdência, folga prevista etc. ligado ao trabalho clandestino, diz que

tem não, é zero! Tem não, tem não, tem não. Você não tem direito a previdência social, você não tem direito a cesta básica, você não tem direito a nada! Tem não... Clandestino, não... Não tem futuro para quem trabalha clandestino. Tem futuro para quem tá, contratou o serviço, porque quer ganhar nas suas costas.

E esse pensamento se solidifica para os trabalhadores como um aporte para justificar sua manutenção no emprego da Construção na cidade grande.

Porém, essa dimensão formalizada pode e é constantemente ameaçada, seja pela incapacidade de adequação desse trabalhador antes rural à Construção, ou por fatores externos e dominantes da própria obra e setor analisado. No momento de nossa entrevista, um dia depois de nos conhecermos, esse mesmo trabalhador contou que fora demitido. Estava muito triste e com raiva, especialmente por acreditar que é muito valioso para a obra e gostar muito do que faz, sendo a demissão uma completa novidade para ele. Por gostar do que faz e fazer mais de uma função, ele tinha um acréscimo no salário-mínimo que seria recebido convencionalmente. Mais um ponto para sua tristeza.

Antes de cumprir o prazo total de desligamento da empresa, ele foi para o interior e não voltou mais a João Pessoa. Mesmo que, para ele, a Construção seja um ambiente relativamente

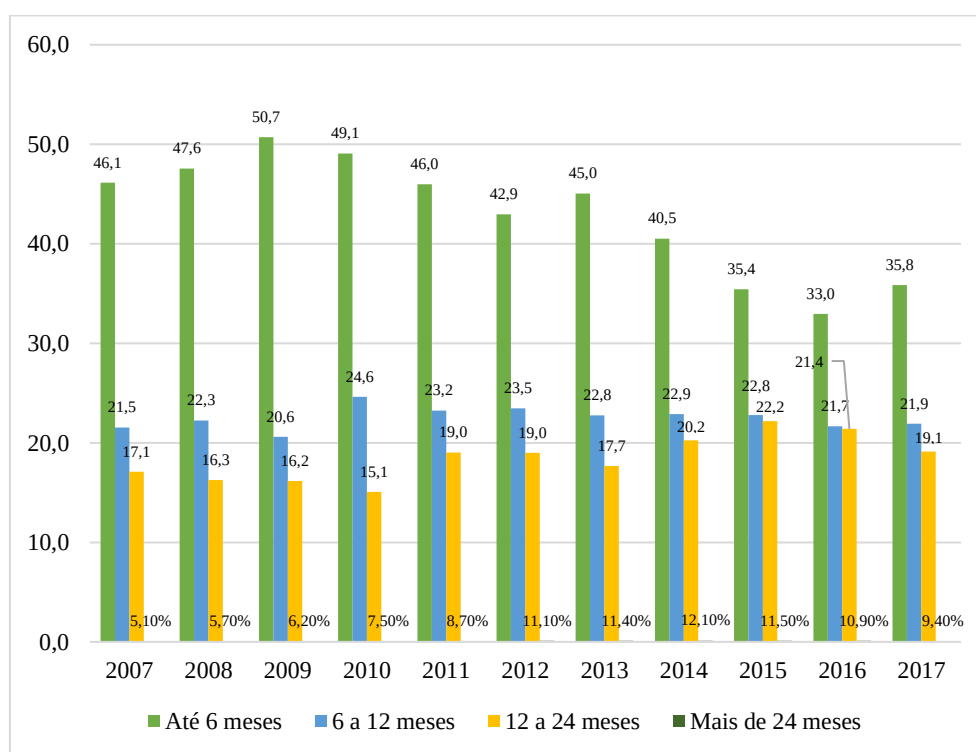
fácil para conseguir um trabalho, alegando que “[...] *tem muita possibilidade de indicação*”, ela se torna, numa ocupação imediata assalariada, um ambiente instável dentro de uma suposta estabilidade trazida por um vínculo em carteira. Por isso que, como vimos um pouco no decorrer deste tópico e iremos nos deter mais no decorrer do terceiro capítulo, sobre a noção de informalidade, traços de instabilidade e precariedade são tecidos e reproduzidos mesmo no mercado de trabalho formal. Noções de precariedade e precarização se colocam no dia a dia da discussão informal, porém, o que vemos é a sobreposição dessas características sem levar em conta se tal situação é formal ou informal. No caso do Setor da Construção, suas faces rotativa, instável e coercitiva, pouco denotam a importância de uma carteira assinada para além do vínculo de trabalho intermediado pelo Estado. E a instabilidade se mantém mesmo dentro de um parâmetro formal.

Segundo um dos trabalhadores, a rotatividade também aparece na intensidade do trabalho, já que “*na função é entrando e saindo*” durante toda a obra. Isso pode ser pior no início, com a fundação do empreendimento, já que para os trabalhadores, é a parte mais difícil e uma das mais cobradas. Nosso *boleiro*, quando perguntado se a obra era difícil, dissera que “*no começo era mais estressante. [...] Hoje, pra mim, depois que sai do concreto, trabalho tranquilo*”. Não só ele como outros colegas presentes atestam que a fundação é a pior parte da obra. É muito árdua, difícil e cansativa, justamente “*é o teste do cara. Essa fundação é pesada*”. Nesse momento, quando pegos pela realidade árdua da Construção, alinhado as coerções morais sofridas a partir dos encarregados pela obra, um trabalhador pode não aguentar nem três meses, seja pedindo para sair, sendo demitido ou, pior, sofrendo algum tipo de acidente.

O Gráfico 2, mais abaixo, traz essa relação de rotatividade minimamente descrita aqui de modo visível para compararmos com os relatos dos trabalhadores analisados. A entrada e saída de trabalhadores dos postos de trabalho da Construção, mesmo que formalizado, é constante. A maioria deles não passa mais que seis meses e tem uma grade diversificada e alterada constantemente. No recorte de dez anos anteriormente adotado (MENEZES, 2020), percebemos que a realidade de rodízio se mantém, e o contingente que ocupa a faixa de até 6 meses” no emprego permanece constante. Seguida por aqueles que passam de “6 a 12 meses”, depois os que ficam de um a dois anos e, por último, mínimo em comparação aos outros, os que passam “mais de 24 meses”. Parte do grupo analisado ocupa duas linhas específicas nesses dados: aqueles que tem trajetórias de trabalho na Construção de mais de oito anos, com interrupções de acordo com a entrega da obra; e aqueles que não passam mais de seis meses em uma ocupação/empreendimento.

Em números absolutos, nosso grupo está dividido em partes iguais, entre cinco que ocupam a primeira categoria e cinco que passam a ocupar a segunda, respectivamente. Aqueles que na última obra passaram seis meses ou menos são, geralmente, os trabalhadores migrantes mais novos. Aqueles que estão a mais de oito anos na Construção – como é o caso de Dida e Paulo – migraram a partir de 2010. Os que estão a menos tempo, vieram para João Pessoa, para trabalhar na Construção, pela primeira vez.

Gráfico 2 - Faixa de tempo no emprego dos trabalhadores na Indústria da Construção no Nordeste, em % (2007-2017)



Fonte: RAIS. Elaboração por Menezes (2020).

Essa entrada e saída constante de pessoas torna-se nítido para quem vive e observa, aparecendo como um sentimento constante de “será que serei o próximo?”. Dessa forma, um dos trabalhadores afirma que a entrada e saída de pessoas é muito comum e repetida. Do mesmo jeito que a maioria dos trabalhadores desse grupo, pelo menos os abaixo dos 30 anos, que queria sair da função e emprego na Construção, tem muitos querendo entrar. No caso da cidade dele, Mari, tem uma mão de obra sobrando. Quando perguntado sobre isso, ele diz que “*se eu chamar um, vem 30*”.

É válido, portanto, mencionar que do início de nosso contato até o fim, dois trabalhadores que estavam sob aviso prévio voltaram para suas moradias originais, no interior.

Três entrevistados do grupo, foram demitidos e entraram em aviso prévio. Um, como já mencionado, não voltou para João Pessoa para completar o período de desligamento da empresa. Ao passo que, nesse entremeio, dois novos trabalhadores chegaram para dividir a casa, numa ocupação instável de um espaço de morada também rotativo.

Quando perguntados sobre o trabalho na Construção e sua possibilidade de ascensão ou se é um espaço e trabalho saudáveis, o que vem como único atenuante da situação real de coerção e precariedade, é o vínculo em carteira. Porém, como sustentar e salvaguardar esse vínculo dada a entrada e saída cotidiana de trabalhadores? Onde poderia residir uma potencialidade desse emprego na/para qualidade de vida dos trabalhadores da área? Essas perguntas permanecem em cheque quando pensamos a vida formal de trabalhadores com características informais, alimentadas tanto durante a sua constituição social no campo, a partir de uma proletarização do trabalho agrícola, quanto do emprego instável na Construção, possibilitando que a formação das disposições precárias anteriores não careça de mudança. E, assim, se faça alimentada também por uma precariedade no tempo presente.

2.4 LUGARES EM TRANSIÇÃO, CARACTERÍSTICAS EM COMPLETUDE: *HABITUS* RURAL, *HABITUS* URBANO?

Paradoxalmente, a mesma filosofia do desenvolvimento econômico, que reduz a antropologia a uma dimensão da economia, produz a ignorância das condições econômicas que determinam a adoção de um comportamento econômico “racional” e pretende que o homem das sociedades pré-capitalistas acabe se convertendo em homem “desenvolvido” para poder desfrutar das vantagens econômicas de uma economia “desenvolvida”.

Pierre Bourdieu, *O desencantamento do mundo*, 2021

Na esteira dos estudos sobre migração na área das Ciências Sociais, a dimensão das migrações internas adquire um valioso papel, especialmente se considerarmos as estruturas nacionais de cada território físico e a formação de seu conteúdo social e simbólico. Mesmo que não tenhamos nos debruçado sobre o fazer de uma reconstrução minimamente ampla dos processos migratórios e políticos do Brasil do século XX, é necessário alocarmos essas trajetórias num debate mais amplo que se expressa mais contundentemente na época citada,

mas ainda representa um tópico de análise no Brasil contemporâneo: a contraposição entre um mundo rural, tido como atrasado e arcaico, e um mundo urbano, imaginado como avançado e industrial. Nessa separação ocorrida, orquestrada pelo capitalismo em sua expansão, os dois modos de produção e sociabilidade foram colocados em polos opostos de acordo com a industrialização e os novos modelos produtivos nascentes. Nesse esquema, parte da população do campo migrou para as cidades para tentar se inserir num panorama de trabalho industrial.

No presente momento, mesmo que a migração em massa do campo para as cidades não constitua um “problema de pesquisa” histórico em si, ela ainda representa uma configuração latente de um tempo vivido e um constante embate de forças políticas e econômicas sobre o andamento da produção monocultora, “unificando-os dialeticamente” (JACINTO; MENDES; PEREHOUSKEI, 2012). À medida que “tudo indica que o desenvolvimento do capitalismo está soldando a união contraditória da agricultura e da indústria, do campo e da cidade, que ele mesmo separou no início de sua expansão (*ibidem*, p. 174). Nesse embate de forças, o que se tem é o que Francisco de Oliveira (2018) chamou de “modernização arcaica”. Uma modernização industrial que caminha a passos conjuntos com uma sociedade atrasada, regida por preceitos e normas escravocratas e que se desenha ainda cedendo espaço para desigualdades sociais e trabalhistas e a não inserção dos negros libertos e da população rural na tentativa de estruturação de um mercado de trabalho formal que tinha início na recém República (1889-).

A reprodução da mão de obra migrante em seu novo contexto laboral é dificultada pelas más condições de trabalho, pelas pressões morais e laborais sofridas e, consequentemente, os altos índices de acidentes (MENEZES, 2020). Telles e Hirata (2007, p. 174)) pontuam que “é justamente nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho”. Essa instabilidade – se podemos chamar assim – constantemente encontrada entre o todo social e os mercados produtivos e de trabalho, se interpõem no que Harvey (2006) vai chamar de “acumulação por despossessão” em retomada da perda do “direito de ter direito” visto nas camadas dos despossuídos evidenciado por Marx (2017), como mecanismo próprio da dinâmica de reprodução do capitalismo. Essa precariedade já vivenciada com a ampliação do capital e da informalização, e do trabalho, fica mais evidente a partir da ofensiva neoliberal já que “[...] vemos instaurar-se toda uma panóplia de disposições que formam uma espécie de nova “lei dos pobres” cujo intuito é reforçar o controle social sobre eles e impor pela precarização uma nova disciplina do trabalho flexível” (BENSAÏD, [2007] 2017, p. 62).

Quando tratado da capital do estado da Paraíba, João Pessoa, se percebe como a crença na sua urbanização acelerada não se mantém de forma qualitativa. Nota-se que desde a década de 1970, a cidade vinha crescendo e se expandido até o início da década de 2000, e o faz se espalhando para orla, deixando o centro da cidade e seu rio e criando consigo franjas urbanas, que, muitas vezes, partem das águas (rios e lagoas) que não deixam os hábitos rurais para trás. Mas, ao contrário, os reproduzem dentro desse novo esquema de socialização que, em grande medida, não os incluem. Essa urbanização não se dá tragando o campo, “[...], mas mantendo e recriando *subespaços rurais* imbricados na sua malha urbana” (MAIA, 1994, p. 5). O que se cria é uma relação dual e sobreposta do que seria o desenvolvimento, de um lado, e o “progresso”, eminente, de outro, que se alimenta diretamente desse suposto atraso.

Essa perspectiva dual, criticada por Oliveira (2013) e alvo de nossa análise no tópico anterior, forma a imagem que pensamos do desenvolvimento, especialmente no Brasil. Com o pensamento da CEPAL e a crença na super industrialização como principal elemento para o progresso e a saída do “subdesenvolvimento”, a perspectiva desenvolvimentista toma a proa das análises e das políticas públicas ocorridas durante a década de 1950, em virtude, especialmente, do desenrolar da II Guerra Mundial e a posição do Brasil como subdesenvolvido na esteira do capitalismo que vinha se estabelecendo como principal modelo produtivo: global e transnacional.

O que se tem a partir da análise do autor, é uma crítica ao pensamento dual que em muito era exercido pela CEPAL ao pensar que a transição rural-urbana/campo-indústria seria a resposta para todos os problemas do país. Nas primeiras décadas do século passado, o que se tem é uma alimentação do setor industrial pela iniciativa agroexportadora rural e a transição lenta e gradual de uma economia plenamente de *commodities* – a exemplo do açúcar e do café – para a criação de uma indústria de bases. Com isso, o teor da mão de obra dos grandes centros urbanos em formação também se modifica, assim como as questões trabalhistas e as leis do trabalho aparecem na jogada. Não só como forma de garantia de direitos para os próprios trabalhadores, mas, também, como uma ferramenta de planificação da acumulação capitalista e o estabelecimento de regras para tal a partir da presença do Estado, numa união constante e duradoura ao longo da história entre poder público e iniciativa privada. Com a pressuposta transição campo-cidade, há uma mudança também na forma como se produz nessa iniciativa rural, muito em virtude da ocorrência de uma “reforma agrícola”, como já mencionado anteriormente, o que possibilitou a expansão do latifúndio e do setor agroexportador.

O que a crença dual deixa de enxergar é a sobreposição dessas camadas físicas, territoriais, simbólicas, econômicas, sociais e políticas. Mas não só: na própria forma com que a produção de conhecimento é operada nesse Centro e na Periferia e que assumem por si uma diferenciação entre o *moderno* e o *arcaico* que não se coloca na prática. O que se percebe a partir da análise de Oliveira (*ibidem*), é uma conformação de um modo de pensar dicotômico que contribui para as formas de acumulação primitiva do capitalismo dentro de países de periferia.

Essa forma dual, opostas em esferas de análises distintas, possui consigo uma estética própria e está presente nas representações literárias, artísticas e no próprio imaginário social que consegue sobreviver numa face pressuposta da modernidade, de um lado, e do arcaísmo, de outro, sem mais distúrbios. Num puro mundo de desigualdades sociais e de oportunidades. Nesse caso, é a forma própria com que se construiu o ideal de nação, de forma dual, composta por partes distintas que alimentam um todo social, na figura do ornitorrinco invocado por Oliveira ([1972] 2013). O que é pressuposto e fruto de uma imaginação coletiva – para além dos ganhos econômicos e sociais –, passa a ser constantemente alimentada por variáveis endógenas e exógenas dentro da própria dialética do capitalismo (*ibidem*).

Imaginação e realidade, então, se imbricam nas trajetórias de trabalhadores que podem ser vistas tanto em nossa pesquisa quanto no imaginário social povoado por produções literárias. Ao fazermos uma análise rápida de como esses elementos aparecem na realidade brasileira a partir de sua literatura, podemos pensar simbolicamente essas disposições sociais em construção. Com isso, obras clássicas da literatura brasileira que, em grande medida, se mesclam a tradição regionalista, compõem um cenário onde a migração iniciada no Nordeste se torna um marco na história nacional afim de fugir das secas e dos conflitos por terras.

Tem-se, como exemplo, as campanhas vistas em *Os sertões* de Euclides da Cunha ([1902] 2019) e *Vidas secas*, de Graciliano Ramos [1932] 2002), à medida que, neste último, o narrador exprime a impossibilidade de ali continuar a viver, ao passo que “não poderia nunca liquidar aquela dívida exagerada. Só lhe restava jogar-se no mundo, como negro fugido” (RAMOS, [1938] 2022, p. 116). Pois, nesse caso, o mundo é grande “e talvez esse lugar para onde iam fosse melhor que os outros onde tinham estado” (*ibidem*, p. 121).

Escritos mais contemporâneos também marcam as vivências das pessoas em migração quando analisado suas corporalidades, hábitos, força das mulheres e, mais uma vez, as ramificações dos debates e acontecimentos político-econômicos de sua época. Nesse eixo, temos *As mulheres de Tijuapapo*, de Marilene Felinto, escrito em 1982, em pleno período de

tentativa de redemocratização brasileira e estadia de uma migrante do Nordeste em São Paulo e sua volta para a cidade fictícia de Tijucopapo, lar de sua mãe.

Como a personagem principal do romance que é, em partes autobiográfico, em partes fictício, projeta: “eu me retirei e quero compor uma ária que recomponha em retrospectiva minha retirada” (FELINTO, 2021, p. 114). A vida de migrante na grande cidade da luz como São Paulo não representou o fechamento que nossa personagem esperava, pois “saí de São Paulo porque lá eu queria que tudo parasse em mim, mas eu havia chegado tarde demais e tudo já estava armado em elevados, em prédios, em avenidas” (*ibidem*, p. 106). Em outro trecho, na sua grande epopeia de retirada e mudança dupla de uma realidade para outra, nossa amazona expressa seu sentido, como de muitos outros migrantes com dificuldades em interiorizar as disposições sociais vistas no ambiente industrial da grande cidade, ao perceber que ela não aguenta como se faz em São Paulo, pois a cidade “[...] é de um jeito que não é o meu. E é tremendo de choro que suporto aceitar que São Paulo tem o seu jeito” (*ibidem*, p. 102). Na sua retirada, ela percebe que a volta à cidade de sua mãe – sua origem espiritual – é a única saída dada sua incompatibilidade de vida e alma com a realidade que vinha tentando se acostumar. Opõe em face dual a realidade objetiva, de um lado, e a crença no ideal urbano, de outro: “mas São Paulo jamais seria o paraíso de panfletos que distribuíam sobre ela lá na coitada Recife” (*ibidem*, p. 95).

De um lado, tem-se um sonho, um desejo de mudança baseado nas representações sociais de sua época. De outro, a realidade experimentada quando lá chega, nessa nova oportunidade de trabalho-vida. Na maioria das vezes, esta última se coloca de forma imaginada dentro do objetivo de mudança de vida da população de periferia. Em muito executado a partir da dificuldade de reprodução social vivenciada em seu contexto social e laboral de origem, na figura do campo, que agora é incumbido de alimentar as cidades, visto que

nos denominados espaços urbanos, particularmente do mundo subdesenvolvido, encontram-se habitantes das cidades que não conseguem ser (ou lhes é permitido ser) urbanos. Estes homens, por necessidade de sobrevivência, ou pelo desejo de manter *hábitos* rurais, criam *subespaços rurais* nessas cidades (MAIA, 1994, p. 2).

E isso ocorre devido a uma realidade urbana que atualiza, modifica e transforma a situação do rural e da indústria do campo, mas não faz com que desapareçam. Permanecem ao longo do tempo, sobrepostas, ao passo que poderíamos incorrer na dicotomia própria do processo de industrialização do século XX, no Brasil. O que borrou essas barreiras virtuais e sociais e colocou como mote de desenvolvimento, numa separação teórica de espaço e tempo que não se

faz na prática do que que seria a vida no campo e na cidade. Como, também, o trabalho no rural e no urbano.

Ocorre, dessa forma, uma incapacidade ou um não projeto de ruptura direta entre uma realidade outra que seria uma pedida da adaptação capitalista industrializante pela necessidade da exploração do trabalho. No entanto, e especialmente no Brasil, para esses trabalhadores, o que se tem é uma sobreposição dessas camadas, como já mencionado. São relações que se retroalimentam e se constituem paralelamente entre um domínio e outro. Nessa relação entre as estruturas temporais, econômicas e sociais, não só se modifica a vida dos trabalhadores pegos no entremeio desses processos. Mas, também, as projeções dessas vidas que permeiam a composição social como forma de delimitar os tempos e os processos, considerando que

por não se transformarem no mesmo ritmo das estruturas econômicas, disposições e ideologias correspondentes a estruturas econômicas diferentes, ainda atuais ou já caducas, coexistem na sociedade global e, por vezes, nos mesmos indivíduos. [...] Em consequência, tanto ao nível das estruturas econômicas quanto ao das disposições, das representações e dos valores, observa-se a mesma dualidade, como se essas sociedades não fossem contemporâneas de si próprias (BOURDIEU, [2000] 2021, p. 40).

Sobrepostas ou não, tais realidade se imprimem num desejo de mudança que é posto externamente para a pessoa migrante como uma necessidade de sobrevivência e/ou possibilidade de reprodução social. Vistos dessa forma complementar, as disposições incorporadas em domínios distintos, formando um *habitus* primeiro, estrutural e estruturante, demora seu tempo para desembocar numa nova construção, onde seria apenas passível a partir de uma imersão completa em uma nova realidade, com seus direitos, deveres, trabalhos, lazeres, sentidos e emoções. Dessa forma, onde para e inicia a trajetória migrante se não for a transição um local próprio e, ao mesmo tempo, um não lugar?

Essas questões nos auxiliaram a pensar, a partir das trajetórias vistas, se a transição entre uma situação ruralizada e uma mais urbanizada, ou, no nosso caso, interior-capital, traz consigo uma tentativa de criação de um novo sistema de disposições para agir que entre em acordo com a lógica tida como “mais moderna” da cidade grande. Assim, poderíamos ver a partir dos gostos para programas de lazer, vestimentas, alimentação etc. Ou, onde reside nosso mote analítico, essa transição se faz apenas enquanto fator laboral, de um trabalho repetitivo, árduo e instável que não agrega aos trabalhadores a possibilidade de formação de uma cultura ligada ao trabalho – especialmente nos últimos dez anos, devido a crises políticas e econômicas corriqueiras, inclusive com o sindicato – e, assim, a presença na capital se faz apenas enquanto mão de obra necessária, mas, por sua vez, espontânea e instável.

O *habitus*, que denominamos rural, se forma a partir das estruturas econômicas e sociais próprias da precariedade vista no trabalho rural e a instabilidade que marca essa vida, o que constitui esse trabalhador como facilmente adaptável à demanda rotativa e flexível na qual o Setor da Construção é estruturado dentro do panorama do capitalismo dependente, também flexível, realizado em países periféricos do Sul global, como é o caso do Brasil (BOURDIEU, [2000] 2021; MATOS, 2019). Ao contrário do que poderia se esperar a partir da migração ou transição entre um contexto socioeconômico e outro, o ambiente urbano não representa para esse trabalhador em migração uma nova estrutura de hábitos e símbolos compartilháveis; uma cultura tanto do trabalho como de vida naquela nova realidade. Mas antes, opera como um espaço onde a produção do *habitus* primário e precário daquele trabalhador, criado no ambiente rural, possa ser reproduzida (SOUZA, 2006; BOURDIEU, 2006)).

A estrutura concreta da Construção não demanda desse trabalhador uma grande adaptação, seja a partir de seus vínculos de contratação e trabalho precários, pouco institucionalizados, até a possibilidade de desempenhar funções pouco diferenciadas em contextos rotativos³⁶. Tanto no que tange às obras quanto aos seus diferentes parceiros de trabalho. Dessa forma, a lentidão com que o setor analisado e a cidade que abarca esse trabalhador opera, inviabiliza, ao mesmo tempo que não demanda, a criação de um sistema de disposições “mais urbanizado”, “mais diferenciado” e “mais adequado” a outros ambientes próprios da cidade que não apenas os seus locais de trabalho – no caso, a obra em si.

Nessa transição lenta para a cidade, pontuamos como o Setor da Construção opera na criação de “*subespaços rurais*” (MAIA, 1994; 2000) ou “*ilhotas de ruralidade*” (LEFEBVRE, 1991) dentro de um agrupamento urbano, a partir de relações de trabalho minimamente diferenciadas entre si e demandantes de uma força de trabalho rotativa, com baixa coesão sindical, intensificada nos últimos cinco anos, e de fácil adequação às suas demandas. Tudo isso ao ser realizada sob um processo em andamento de uma suposta transição rural-urbana que passa a ser dominante e, com isso, precarizante e exclusória.

Essa suposta transição campo-cidade não é apenas econômica, mas é, também, social, como criadora de um *habitus* precário ligado a própria condição precária em que é colocado o campo brasileiro; sempre sujeito ao progresso iminente (OLIVEIRA, [1976] 2013; 2018). Nesse “*espaço vivido*” (LEFEBVRE, 1991; 2008), como um local dominado regido por uma ordem dominante – como é o da Construção –, percebemos as tensões entre um mundo rural

³⁶ A partir das entrevistas realizadas, percebeu-se que as contratações se dão de maneira pouco formalizadas, apenas por indicação de colegas de trabalho antigos, amigos e/ou famílias e realizadas prontamente pelo RH das empresas. Sobre isso, um trabalhador chegou a falar que “*ninguém deixa currículo mais não, tudo é indicação*”.

transmutado nas disposições sociais dos trabalhadores migrantes e uma tentativa de urbanização ainda em vias de concretização, que delimitam em si uma dicotomia³⁷ chave para entender a história recente do Brasil e de seus trabalhadores: a esperança do progresso frente a realidade de atraso do presente e do passado. Noutros termos, é a transição industrial que não ocorre em sua completude, aliada, por sua vez, a um passado plenamente agrário sempre em vias de rememoração.

Esse conflito por espaço e por lugar – seja geográfico ou político – se acentua na dramaticidade que rege essa vivência em transição, seja enquanto lugar de trabalho ou de vida. Na união entre as discussões sobre lugar e espaço urbano-rural, cidade-campo, vista no tópico anterior, e nosso sistema de disposições ligados a transição de trabalho-vida entre um contexto e outro, percebemos uma sobreposição e complementaridade dessas vivências. Elas se colocam como diferentes e compartilhadas, tanto a nível individual quanto coletivo, do grupo de trabalhadores analisados, seja a partir de um lado não muito aprazível para eles – os cinco dias da semana na Construção – e um lado da vida mais qualitativo, aqueles dois dias passados em casa, no interior.

Mais que a criação de um novo *habitus* de acordo com a categoria proposta por Bourdieu (1989), temos como centro um sistema de outras disposições conectadas a contextos macros e micros, de acordo com as indicações que o trabalho ruralizado ou urbanizado propõe. Este último, visto como uma estabilidade instável, ao passo que o vínculo em carteira, tanto quanto o trabalho por produção sazonal no rural pode, facilmente, se romper; ser desativado e posto “em aviso”. Em pausa. Essas duas vivências diferentes, mas similares em seus contextos rotativos e conflitantes, se mesclam no que propomos enquanto um sistema de disposições precário e precarizante diante das possibilidades, ambas instáveis, ofertadas aos nossos sujeitos de pesquisa e sujeitos à essa realidade transitória. Mantém-se um *habitus* precário, mesmo que em locais minimamente distintos.

³⁷ Essa dimensão da dicotomia rural-urbano/campo-cidade/moderno-atraso representa um dos principais pontos de formulação de teorias e pesquisas durante o século XX e a abertura para se pensar a migração como elemento central de sujeitos sociais e, consecutivamente, de pesquisas que versavam sobre essa condição. Portanto, nossa escolha por apresentar, durante o terceiro tópico deste capítulo, um pouco do debate acerca dessas dicotomias e como tais representam pontos de problematizações sociológicas, é justificada.

3 LABOR E MIGRAÇÃO: A FORMAÇÃO DE SUJEITOS TRANSITÓRIOS DENTRO DE UMA ESTRUTURA URBANIZADA TAMBÉM EM TRANSIÇÃO

A migração, apesar de ser uma decisão pessoal é determinada pelo desenvolvimento do capitalismo, nas suas manifestações concretas no campo e na cidade. Leva-nos a esta conclusão a compreensão de que um dado fluxo migratório, num determinado momento histórico, tem como base real o processo histórico-concreto do desenvolvimento deste modo de produção.

Marilda A. Menezes, *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba*, 1985

Práticas de pêndulos migratórios se tornaram comuns durante a história humana e a partir, principalmente, da urbanização e conurbação de cidades. A ida e vinda constante entres dois domínios socioespaciais distintos demarcam a vida e a sociabilidade de milhares de pessoas ao redor do mundo, assim como suas redes de trabalho e de reprodução sociomaterial. Com uma repaginação das formas de vida, essa condição migrante se expressa no corpo e na mentalidade daqueles que dela fazem uso, seja com migrações curtas, mas constantes, ou a partir de deslocamentos por longos períodos.

Ao tratar da condição migrante e as dificuldades dessa vida, visamos a contrapor as formulações daqueles que transitam entre um contexto e outro e veem, em um dos dois, a sua sociabilidade e, em oposição, o seu mecanismo de reprodução material. Transitar não determina em sua maioria uma adaptação a contextos diferentes que façam parte dessa transição. Nem exigem por si um condicionamento mais bem delimitado a novos padrões que marcam a vida da migração, existente como uma mudança não só de espacialidade, mas, também, por uma ação específica formulada pelo aprendizado diário. A formação desse sujeito, então, sujeitado a algo ou alguém, se encontra numa eterna transição que não busca um fim novo, mas termina em si mesmo como sendo sua própria função.

A questão do pêndulo migratório realizado pelas populações rurais quase sempre é analisada a partir de um ponto: a deixada de um domínio rural arcaico para a vida promissora nas cidades. Na análise de Garcia (1990), o motivo para o grande número de migrações para o Sul/Sudeste era a procura de um emprego que possibilitasse a manutenção da família deixada na terra de origem – considerando que a grande maioria das pessoas que migravam eram os homens, tidos como “chefes de família” – e a possível construção de uma poupança, muitas

vezes na forma da compra de outros animais, para que, ao voltar para casa, pudessem sustentar suas famílias e se manterem em suas próprias terras, talvez.

A chave da análise de Garcia é justamente a migração que acontece não para se distanciar completamente de sua terra natal, em busca de uma suposta qualidade de vida. O que ocorre é, em partes, o contrário dessa crença migratória existente. O trabalho no “Sul” aparece para essas pessoas como forma de manter seu pedaço de terra e sua estabilidade enquanto indivíduo rural. Mesmo trabalhando com um campo específico, a bibliografia presente nos fornece maneiras de pensar esse fenômeno e suas modificações ao longo do tempo, considerando que não só o rural e seus agentes se modificam, mas, também, a forma como o encaramos.

Aqui, buscamos retomar as discussões empreendidas no primeiro capítulo para relacionar, de maneira mais direta, trabalho e migração. E, com isso, a posição de sujeitos transitórios migrantes dentro da urbanidade a partir do Setor da Construção. No primeiro tópico, visamos a perceber a presença do Setor da Construção como local para o possível “recebimento” desse contingente migrante no espaço urbano, a partir de suas características precárias e comum rotatividade e, assim, seu efeito e papel na construção da urbanidade brasileira.

Num segundo momento, buscamos analisar as relações que esses trabalhadores mantêm com a cidade a partir de sua morada: a casa alugada perto da obra. Com a divisão de um mesmo local por cerca de oito indivíduos distintos, mas colegas de profissão, ela passa a ser um espaço de criação de um modo de agir próprio na cidade e o principal refúgio para esse trabalhador ao qual não é possibilitado grandes lazeres ou aspirações.

Ao fazer uma relação com a *Casa Cabila* vista por Bourdieu ([2000] 2021), na Argélia, pensamos a construção da casa num jogo de luzes, com espaços rotativos e sobrepostos, e quais situações sociais derivam dessa relação. Por último, no terceiro tópico, analisamos como a presença dos trabalhadores na cidade grande é sentida e pensada por eles. Ainda, suas relações com esse espaço – o da capital – e suas divisões estruturais próprias – entre bairros, distância para com outras cidades etc. A relação com a casa vista no tópico anterior, ganha, nesse, contornos mais objetivos, ao verificarmos, a partir dos gastos brutos, o que é requisitado para o trabalhador a fim de manter essa vida em constante transição.

3.1 O LUGAR DO SETOR DA CONSTRUÇÃO NA FORMAÇÃO DA URBANIDADE

Trabalhar, mesmo que por uma renda ínfima, é, perante si mesmo e perante o grupo, fazer tudo o que é possível para ganhar a vida, para distanciar-se da condição de desempregado. Ao estar na impossibilidade de encontrar um trabalho verdadeiro, tenta-se preencher o abismo entre as aspirações irrealizáveis e as possibilidades efetivas, desempenhando um trabalho cuja função é duplamente simbólica pelo fato de trazer uma satisfação fictícia àquele que realiza, ao mesmo tempo que lhe proporciona uma justificação perante os outros, aqueles que a pessoa tem a cargo e aqueles a quem essa pessoa recorreu para subsistir.

Pierre Bourdieu, *O desencantamento do mundo*, 2021

A migração assume um papel relevante na história humana e, consecutivamente, na historiografia, desde seu início, com o deslocamento de indivíduos, famílias e/ou outros grupos sociais entre diferentes territórios (SAYAD, [1991] 1998; MENEZES, 2012; FUSCO; OJIMA, 2014; VILLA, 2017). Esses deslocamentos no espaço podem ser de curta ou longa distância, permanentes ou temporários, e ocorrer, principalmente, por questões políticas e econômicas diversas. Enquanto realidade estruturante de cidades e estruturada a partir da trajetória de vida de milhões de pessoas, ela passa a ocupar um lugar central na área da Sociologia e das demais ciências humanas e sociais, de modo geral.

A produção de pesquisas e trabalhos sobre o tema se atualiza com o passar dos anos e chega a representar um nicho de pesquisa mais atuante no Brasil a partir do século XX, com a intensificação de processos e atividades migratórias desde a segunda metade do século anterior. Nessa esteira de pesquisa, visualizamos uma porta para analisar como essa migração se faz no cotidiano de trabalhadores do Setor da Construção brasileiro, com foco no estado da Paraíba, na região Nordeste, e seus efeitos na estruturação não só das cidades, mas, também, como formuladora de subjetividades e novas formas de socialização entre diversos indivíduos. Seja essa no ambiente rural ou urbano; no campo ou na Construção.

Essa ordem de ação em transição acha dois pontos de comunicação entre uma situação rural e urbana a partir da migração com sentido trabalho para o Setor da Construção das cidades. Garcia (1990) pontua que a relação entre as migrações e o desenvolvimento industrial não é falsa, mas ela é insuficiente para explicar esses fluxos migratórios, “mas, apesar das variações e particularidades do processo, não resta dúvida de que a integração da população em sistemas

mais produtivos, tanto urbanos como rurais, comanda a orientação e provavelmente o volume dos deslocamentos” (DURHAM, 1973, p. 34). É só a partir da análise das trajetórias individuais que é possível conceber motivos comuns ou disparidades profundas entre os comportamentos e motivos desses agentes e os efeitos de sua busca por reprodução social.

Partimos aqui da ideia inicial que é a partir dessa busca por condições materiais de existência por parte dos trabalhadores rurais e, agora urbanos, que a atividade na Construção das grandes cidades aparece como uma possibilidade de emprego para os trabalhadores migrantes por ser capaz de absorver indivíduos com baixa escolarização formal e por ser composta de ciclos de trabalhos curtos³⁸, mas que abriga uma mão de obra diversa em diferentes contextos políticos e econômicos³⁹. Pontuamos, a partir de Silva (2018; 2019), que

o setor analisado também mantém suas características em períodos de grande crescimento econômico e industrial, como o caso do alto número de acidentes de trabalho durante o período da ditadura empresarial-militar (1964-1985), dada as mudanças nas relações de trabalho a partir da coerção política, do arrocho salarial, da instabilidade, do aumento das jornadas e do alto nível de rotatividade [...] Ainda no que concerne aos acidentes de trabalho na construção de modo geral [...] segundo o AEAT, levando em consideração os números da RAIS, aponta os impressionantes números de 21.631 acidentes de trabalho em 2013, 15.486 em 2014 e 12.387, em 2015, na Construção Civil e Reformas (MENEZES, 2020, p. 29).

Dessa forma, esse lugar ocupado pela Construção na formação das cidades e das subjetividades de trabalhadores que dela fazem parte, opera historicamente para a formulação de uma mão de obra advinda de um processo de migração e flexibilidade e que passa a ser inserida num ambiente precário e restrito.

Podemos pensar, então, que esse trânsito migrante se deu, em grande medida, a partir das mudanças socioeconômicas de cada década e tem representado uma oportunidade para perceber as ramificações dos processos produtivos que criam consigo novos polos de produção e demandam, nessa relação, uma mão de obra sempre à sua disposição, impulsionando os deslocamentos entre regiões de um mesmo território para atender a essa nova dinâmica produtiva. Historicamente, isso significou a junção de diferentes populações dentro de um mesmo agrupamento urbano tendo como vínculo a tentativa de emprego industrial estimulada a partir do Estado e do gargalo das contas externas durante essa transição socioeconômica e

³⁸ Em 2017, 36% desses trabalhadores passavam, apenas, até 6 meses no emprego.

³⁹ Em 2014, a Indústria da Construção possuía 8,7% do total da população ocupada do mercado de trabalho brasileiro; em 2015, esse número caiu para 8,5% e, em 2016, teve seu menor contingente dos últimos seis anos, com 8,0% do total da população ocupada.

produtiva que marcou as décadas de 1930-1950 (FURTADO, [1964] 1984). No início dessa transição, podemos colocar que

havia, no entanto, uma disfunção do objetivo e da prática dessa nova meta nacional. O desenvolvimento viria como forma de modernizar a agricultura e obter maior produção, viabilizando o maior lucro através do consumo de maiores quantidades de sementes, de venenos e de insumos que alimentam a indústria da agricultura. Era uma modernização latente que não chegava às vias de fato da redistribuição de terras e da realocação de poderes dos latifundiários, ainda exploradores das massas de trabalhadores rurais (MENEZES, 2019, p. 10).

O que se teve foi uma tecnificação do campo para corresponder às demandas produtivas dos novos e mutantes comércios; com novas formas de produzir – mecanizadas – e incentivos a perpetuação da monocultura com a mudanças dos tipos de semente e utilização do campo como uma indústria rural, em menor escala se comparada à de regiões mais industrializadas. Mesmo que o campo brasileiro e seus trabalhadores não seja, em grande medida, representado pela produção agroecológica e familiar, mas é, antes, assentado nas bases do escravismo e da sujeição do emprego assalariado rural quando em muito, essa mudança da conduta tecnificada do campo representa consigo o avanço de uma capacidade de exploração da força de trabalho rural e não de uma redistribuição e recuperação de terras, o que seria resultado de uma Reforma Agrária a nível estrutural. A partir dessa reforma agrícola, ocorreu uma redistribuição populacional e uma modificação da base produtiva, especialmente da região Centro-Oeste, que vinha recebendo incentivos internos e externos com vias a modernização agropecuária (OJIMA; FUSCO, 2014).

Ao mesmo tempo em que o campo se tecnificava e modificava, a indústria, no espaço urbano, ia ganhando novas formas. Esse processo foi acompanhado pelo desenvolvimento e estabelecimento do Setor da Construção como um dos elementos centrais da economia brasileira, ao se destacar como forte agregador de mão de obra e produtor de rendas e tributos (TEIXEIRA; CARVALHO, 2005)⁴⁰. Com os incentivos a crescente industrialização da produção e do espaço em vias de se tornar urbano, o Setor da Construção passa a crescer também, seja a partir de incentivos fiscais públicos, do Governo Federal ou privados, com bancos e grupos particulares (MENEZES, 2020).

No entanto, essa participação que o setor analisado possui em seus primeiros anos e que se mantém com o passar das décadas de forma ativa, é marcada, como já vimos, por um alto

⁴⁰ A indústria da construção foi considerada no decorrer desse trabalho pela categoria da Construção Civil da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE – 4120/4), que compreende a construção de edifícios comerciais ou familiares; escolas, hotéis, hospitais entre outros.

índice de informalidade, acidentes de trabalho e rotatividade⁴¹ (SILVA, 2018, 2019). De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (2017), o índice de rotatividade geral no Brasil foi de 4,6%. No caso da Construção, esse número foi de 7,3%. As características elencadas, então, no que tange a construção informal de seu mercado de trabalho, seus altos índices de rotatividade e acidentes, faz com que o setor se destaque ao apresentar uma configuração extremamente precária e flexível desde a sua formação.

Nessa união entre características precárias, já abordadas no decorrer dos capítulos anteriores, fazemos uso da tese abordada por Castel (2005) ao questionar sobre “o que é ser protegido?” e assim visualizar que formas flexíveis e informais, amplamente existentes na sociedade brasileira e em seu mercado de trabalho, tendem a gerar um sentimento de insegurança permanente. Esses trabalhadores e/ou pessoas a procura de emprego são colocadas sempre à mercê de qualquer eventualidade ou acidente que estão conectados a sua função na sociedade atual e no seu setor de trabalho.

Esses fatores constituem uma realidade da Construção que, segundo Busnardo (2006, p. 54) é visto como “[...] uma categoria caracterizada por um processo de trabalho altamente desgastante, em geral formado por mão de obra abundante, mal paga e com baixo grau de instrução”. Esse processo de completo desgaste presente nesse setor produtivo e em seus trabalhadores, abre margem para perpetuação de vínculos com características informais mesmo que sejam formalizados. Pois, é fato que a informalidade e formalidade do mercado laboral brasileiro apresentam distinções mínimas entre números e características, já que a construção da informalidade compreende

[...] as diferentes situações criadas pela economia informal, se por um lado respondem a demandas legítimas e encaminham possíveis soluções no âmbito da nova ordem econômica e social, por outro constituem focos de tensões e de desigualdades sociais, pois o vácuo de regras legais ou consensuais, num ambiente intensivo em competitividade, causa maior grau de incerteza (CACCIAMALI, 2000, p. 153).

Esse padrão de informalidade e precariedade torna-se, em sua construção, uma marca do Setor analisado e tende a se reproduzir ao longo do tempo como uma condição vista *a priori*.

Como pontua Lombardi (2019, p. 30), “em outras palavras, as subcontratações passaram a ocupar um lugar central nas novas formas de gestão do trabalho, adotando a terceirização como estratégia de redução de custos sociais”. Uma realidade que já é em muito conhecida para

⁴¹ Utilizamos a noção de rotatividade, aqui, como a relação entre às admissões e o desligamento de trabalhadores de forma voluntária ou não, ocorridos num espaço delimitado de tempo (CHIAVENATO, 2009). Mas, pontuamos, também, seus efeitos na diferenciação que ocorre dentro e fora da obra, marcada por ciclos de trabalho e de profissionais distintos, de forma constante, para execução de funções específicas.

os trabalhadores da Construção não só na contemporaneidade. Apesar desse sentimento de incerteza e de condições precárias vistas historicamente e levantadas acima que compõem diretamente o Setor da Construção, percebemos que ele ainda consegue empregar muitos trabalhadores, a maioria deles homens (*ibidem*), com média escolarização formal e que, muitas vezes, encontram no trabalho na Construção um meio de mudança de vida, uma oportunidade de emprego mais certa e/ou um destino para o seu fluxo migratório (MENEZES, 1990; 2012; MENEZES, 2020).

A relação entre posição histórica na demanda industrializante do Setor, a pretensa transição rural-urbana/campo-indústria e as migrações foi alimentada para visualizar como esse contexto transitório, que se coloca como característica *perene* na vida de muitos trabalhadores, se cria e recria ao longo do tempo histórico. Com as trajetórias contemporâneas dos trabalhadores analisados, algumas dessas mudanças podem ficar mais nítidas a partir dos processos individuais. É marcado, então, pelas mudanças socioeconômicas e políticas que compreendem a tentativa de reestabelecimento de uma ordem democrática no Brasil pós década de 1980, ao mesmo tempo da instalação de um modelo de gestão neoliberal e com ele, o desmanche dos direitos e garantias sociais, da maior flexibilização e precarização das relações laborais, e da própria redefinição dos mercados urbanos de trabalho (CASTEL, 1998; TELLES; HIRATA, 2007). Desses fatos, decorreu uma necessidade de trabalhar com essas trajetórias à nível individual, mas visando a perceber os efeitos de acontecimentos macros tanto no mercado de trabalho brasileiro, como um todo, quanto nas disposições de nossos trabalhadores-sujeitos.

Baseado nesse recorte temporal e nas mudanças sociais e econômicas apresentadas, nosso objetivo residiu na análise das trajetórias de trabalho-vida desses sujeitos em transição e de como, a partir destas primeiras, o Setor da Construção se constitui como destino provável para a recepção dessa população migrante provenientes de zonas rurais e interioranas das cidades. Esse estado de “promoção de uma recepção” aos trabalhadores migrantes que o setor analisado apresenta durante sua trajetória, nos termos em que chamamos e analisamos aqui, se dá, em grande medida, a partir da pequena distância entre microrregiões da Zona da Mata paraibana – de onde a maioria dos trabalhadores analisados são originários – e a capital do estado. Sendo assim, o emprego na Construção aparece a partir de indicações de amigos, conhecidos e/ou empregadores no espaço rural.

Ao não demandar em sua concepção uma formação técnica especializada para o desenvolvimento das funções “básicas” – salvo o emprego de técnicos em segurança do trabalho e organizacional, engenheiros etc. – o Setor abre margem para receber uma mão de

obra que aprende o seu ofício fazendo, no dia a dia do trabalho e no espaço concreto de transformação das formas e materiais. Então, ocorre uma não demanda por uma alta escolarização aliado à uma reprodução de um trabalho cíclico, delimitado por fases distintas e independentes. Portanto, a execução de funções diferentes dentro de uma mesma obra, (re)cria nesses trabalhadores condições sociais parecidas com as experienciadas por eles em seus contextos de origem; numa espécie de disposições precarizantes semelhantes referentes à experiência vivenciada no contexto laboral, também precário. Numa espécie de “cumplicidade ontológica” (BOURDIEU, [2000] 2021; PETERS, 2013), esse novo trabalho, agora no contexto urbano, pode se assemelhar ao trabalho desenvolvido por eles em seus territórios rurais, especialmente se comparado aos ciclos – dado os picos e baixas da colheita – e a pouca exigência por uma mão de obra com maior educação formal.

No entanto, contém em si uma distinção chave: o uso da força de trabalho braçal e a exploração dessa pelo patronato da Construção ainda abre margem para que esses trabalhadores vivenciem minimamente o espaço urbano, que continua a ser visto como uma porta de entrada e mudança de vida frente a condição precária vivida no ambiente rural e a um mundo de possibilidades inexistentes. Com isso, mesmo que o trabalho na Construção não represente uma ruptura real com a condição de exploração da força de trabalho, para o trabalhador em migração, ele adquire a representação de uma oportunidade de sair da vida de sujeição e obter melhores condições de reprodução material, mesmo de forma instável, como uma de suas únicas vias possíveis.

Acostumado com ciclos de trabalho árduos e a imagem de um campo precário, sem educação, possibilidades e visões de vida diferentes e sempre em tensão e sujeição ao espaço urbano, o que a Construção oferece para seus trabalhadores é uma possibilidade de melhor manter sua reprodução social num mundo que não necessariamente traz as marcas características daquele visto anteriormente, mesmo que as afirme e delas se alimente em sua constituição. A vida na Construção é seu mecanismo de reprodução material e apreensão de um ofício, visto, propagado e aprendido na prática cotidiana, orientado por uma vontade interior de mudança de vida que demanda uma atitude própria de mínimo distanciamento com sua realidade anterior, mesmo que apenas a partir da função laboral exercida.

Nascer, crescer e permanecer são atitudes e focos de análise diversos entre si e demarcam as vontades e percepções que construímos ao longo de nossas vidas e trajetórias. Portanto, por um lado tem-se o ambiente que crescemos e vivenciamos desde o início. De outro, aquele que prospectamos vontades e desejos diferentes não passíveis de realização no ambiente

anterior. Nesse solo de incongruências entre ação e desejo, a migração com sentido trabalho aparece, seja impulsionada por condições objetivas ou subjetivas de vida. O trabalho seria e é sua forma de se reproduzir nesse novo mundo de possibilidades e de tentativa distanciamento de seu velho esquema de hábitos e percepções. Analisar os contextos de “trabalho-vida”, como faróis para essa vida em transição, foi possível a partir da concepção trazida por Sá ([2007] 2019), onde o autor, ao se estabelecer em Caruaru, percebe que a dinâmica de vida e trabalho daquela localidade nasce em consonância com as ramificações vistas na Feira. Dela, se originam e recriam as relações tanto afetivas quanto laborais, ao mesmo tempo em que se constrói um cosmos de sociabilidade que poderia ser visto numa espécie de *habitus feirante*.

Com a análise da posição que o comércio assume na vida-trabalho da maioria dos *agrestinos*, é possível ver que este não se coloca apenas de modo associado a vida, mas esta última, quase sempre, se forma a partir de sua função no trabalho. Ou seja, o comércio se coloca como principal fonte de reprodução social na vida desses indivíduos. O que se percebe é a cultura e o *habitus* incorporado dos feirantes e artesãos, oriundos desses esquemas de socialização e sociabilidade, que tem no espaço da feira seu ponto de partida e estruturação. O modo de agir e a cultura feirante, artesã e agrícola – separadas ou em conjunto – possibilitam a apreensão de um modo de vida que em termos se diferencia daqueles estabelecidos pelo Capital – rígido, com normas de produção e lucro bem demarcadas e que enxergam na mercadoria seu principal valor e fim. Mas, também, possuem a noção da produção, do cálculo agrícola e da centralidade da criatividade e da relação com o produto como atividade formadora, já que “[...] a inserção e o conhecimento dos “mecanismos de mercado” estão *supostos*, *está* na base mesma de um cálculo e de um comportamento que nada têm de idêntico ao cálculo e comportamento de uma empresa capitalista” (GARCIA, 1990, p. 121).

A partir dessa apreensão, voltamos para uma migração que tem como um dos principais objetivos a reprodução econômica a partir do trabalho na Construção desses centros urbanos. Percebemos que, no nosso caso, diferente da dinâmica vista no Agreste, o trabalho no setor urbano não conforma simultaneamente um novo modo de agir e orienta as disposições de seus agentes dentro desse novo território. Vivenciar o trabalho, ao mesmo tempo em que compõe a base para sua reprodução social e moral, pode se mostrar como um dos mecanismos principais presentes nessas trajetórias. No entanto, o que acaba acontecendo com os trabalhadores migrantes e com aqueles vistos aqui inseridos no Setor da Construção, é que a vivência da cidade – como local de distintas sociabilidades e formas de convivência – não aparece para eles, aos ficarem restrito ao espaço físico e simbólico da obra durante toda a

semana. Portanto, esse emprego se transmite numa dificuldade de abarcar de maneira qualitativa as pessoas em migração e trabalhadores. Aqueles que encontram dificuldades em se estabelecerem nesses novos territórios urbanos e na conformação de um modo de vida e comportamento que seja condizente com sua nova posição laboral e social. Transmutados, assim, na dificuldade de criação de um novo *habitus* e agência de vida (PETERS, 2013) diante da imensidão que a cidade os apresenta.

Levamos este fato em consideração ao modificar a ordem trazida por Sá de “vida-trabalho” ao visualizá-la como “trabalho-vida”, ao passo que é a função laboral que esse indivíduo ocupa na construção de sua possibilidade de reprodução social frente ao espaço da Construção que limitará sua agência no setor urbano. Essa, dominada constantemente pelo dia a dia na obra e as incursões furtivas na vida interiorana, a partir das viagens nos fins de semana. Ao levarmos em conta essa relação, podemos opor a ordem de identificação para perceber que, o que se tem é a formação de um sujeito e pretensa liberdade a partir do trabalho no capitalismo contemporâneo, nas figuras tanto do Setor da Construção quanto da cidade, e a formação de um sistema de disposições ao trabalho precário, rotativo e flexível como marcas estruturais do mercado de trabalho brasileiro que pouco se modifica a partir da criação de uma cultura mínima de trabalho assalariado; seja no campo ou na cidade. Assim, podemos pensar como esses deslocamentos com sentido trabalho causam um efeito não só de mudança econômica, mas, também, reprodutora de uma conduta social rural, ao passo que o “eu” que vê no emprego na Construção o seu destino – pelo menos temporário – e a partir dele orienta o seu eu social e sua família não tem margem, por outro lado, para se adaptar ou se reconstruir nesse novo espaço.

Essa possibilidade de pensar nesses dois elementos que podem parecer extremamente separados, só foi possível a partir do conhecimento desses dois grupos de trabalhadores, suas lutas, vivências e condições de reprodução social. Com os deslocamentos para o “Sul”, vistos no trabalho de Garcia (1990)⁴², apontamos para uma migração que não é o objetivo principal e que adota um caráter mais reversível (DOMENACH; PICOUE, 1990). A migração, nesse caso, serve de ponto de intermédio entre uma situação rural, que sofre declínios constantes – relacionados à capacidade produtiva e consequente apropriação da força de trabalho disponível em suas localidades de origem –, ao passo que a industrialização da produção passa a ser intensificada e há, nesse novo domínio, um setor urbano que necessita de mão-de-obra⁴³.

⁴² *O Sul: caminhos do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*, publicado em 1990, na Editora Marco Zero em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB), a partir da pesquisa desenvolvida pelo autor com um grupo de pesquisadores no Brejo paraibano, entre as décadas de 1970 e 1980.

⁴³ Segundo o autor, a união entre esses dois fatores é o que alimenta a relação rural-urbano dentro das trajetórias desses trabalhadores e na própria reprodução da sua força de trabalho familiar (GARCIA, 1990).

Essa transição entre uma situação e outra através do movimento de deslocamento torna-se necessária para tentar fugir da condição de *sujeito* existente e, assim, como forma de reproduzir-se socialmente na sua terra de origem em um momento posterior. A transição de trabalhadores e postos de trabalhos significa, por si, um lugar a ser percebido diante da realidade de constante deslocamento, tendo na migração um sentido para estrutura de sua realidade nessa dupla vida compartilhada entre sua casa, seu lugar de morada e seu local de trabalho. Como formas não excludentes, mas construtoras de duas realidades de vida distintas.

A migração/transição permite a possibilidade de adquirir condições econômicas para comprar bens em sua terra natal e voltar para lá quando a situação se apresentar mais confortável. “O Sul”, como os trabalhadores chamam, é um campo de possibilidade para a própria reprodução da sua vida e de sua família no setor rural. No nosso caso, o “Sul” ganha a conotação da cidade grande, diferente de onde esses trabalhadores se originam e onde se tem, atualmente, vagas de emprego disponíveis.

Pensar no nosso público que foi objetivado aqui – trabalhadores em migração com origens rurais – nos acende o alerta de como essa transição entre uma realidade e outra encontra diversas dificuldades dentro das trajetórias e da própria historiografia de modo geral. Onde, de um lado, tem-se uma disposição ao trabalho rural, com ciclos naturais e uma racionalidade própria, mas, ainda, um trabalho braçal e rotativo, ao considerar que “[...] a diferença das estações condiciona o ritmo dos trabalhos agrícolas e da vida social” (GARCIA, 1990, p. 13). De outro, tem-se um trabalho igualmente braçal e rotativo, mas agora dentro de uma estrutura férrea – tanto físico quando simbolicamente – que apresenta condições econômicas e sociais vacilantes para reprodução desses trabalhadores nesse novo ambiente urbano.

O que se tem é uma possível tentativa de romper com o *habitus* ruralizado a partir dessa presença nas cidades, seja objetivamente ou de forma passiva ao pensar que

à medida que evolui, a organização econômica tende a se impor como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e de disposições econômicas adquirido e assimilado insensivelmente por meio da educação implícita e explícita, o espírito do cálculo de previsão tende, desse modo, a aparecer como incontestável, porque a “racionalização” é a atmosfera da qual se alimenta (BOURDIEU, [2000] 2021, p. 39).

Entretanto, essa transição encontra bifurcações ao pensarmos na diferença entre as estruturas econômicas e temporais. Nesse caso, acrescentamos a dimensão social ao perceber que essas estruturas agem na conformação de uma nova sociabilidade que luta para se tornar “padrão” já que “a adaptação a uma ordem econômica e social, qualquer que seja ela, supõe um conjunto de conhecimentos transmitidos pela educação difundida ou específica, ciências práticas

solidárias a um *éthos* que permite agir com razoáveis probabilidades de sucesso” (*ibidem*, p. 43). Tem os trabalhadores migrantes a possibilidade ou vontade de introjeção desse *éthos* urbano e industrial a partir do trabalho na Construção a fim de modificar sua socialização anterior? Ou, percebemos que a hipótese de coexistência de um sistema de disposições orientados no/para o campo se coloca também na capital e passam a reproduzir um *habitus* ruralizado e precário já que a cidade não se coloca como um espaço propício para cultivar outros vínculos além dos laborais?

É nessa transição rural-urbana e na condição dicotômica que marca o sistema social e econômico brasileiro que a relação entre o agente e estrutura se organiza no pensamento migratório. O que objetivamos, então, no decorrer desse trabalho, é a compreensão de um *processus* da estrutura da consciência temporal que está associada, no nosso caso, tanto à condição rural quanto a entrada no mundo mais urbanizado a partir do Setor da Construção.

Visualizamos como o setor analisado opera como um espaço para a reprodução de um *habitus* precário, mesmo no ambiente urbano, ao considerarmos sua posição enquanto um *subespaço rural* e sua realidade de agregador dessa mão de obra migrante altamente disponível, reféns de uma rotatividade estrutural e externamente incapacitados de rebater a situação diária já que estão envoltos numa rede tensões, deslocamentos constantes e uma cultura qualitativa do trabalho quase inexistente diante das coerções diárias.

3.2 A CASA NA CIDADE OU O MUNDO INVERTIDO DOS TRABALHADORES⁴⁴

“[...] os fatos que escapam à observação desarmada e que os observadores não podem entregar espontaneamente porque lhes parecem óbvios”.

Pierre Bourdieu, *A Casa Cabila ou o mundo invertido*, 1969

A casa na capital do estado, longe de representar uma *não-vivência*, como pensado anteriormente, constrói consigo um comportamento diferente para os trabalhadores que nela compartilham o espaço. Livremente baseado em Bourdieu ([2000] 2021) e a *Casa Cabila*, vista, pelo autor, como um mundo invertido de trocas simbólicas, ela representava a alternância entre

⁴⁴ O título desse tópico é livremente inspirado pelo trabalho intitulado *A casa Cabila ou o mundo invertido*, publicado, originalmente, em 1969, por Pierre Bourdieu, em virtude da coletânea em homenagem a Claude Lévi-Strauss, chamada de *Trocas e Comunicações*, e rememorado como apêndice em Bourdieu (2021).

elementos tidos como opostos, parecido com a lógica levantada pelo autor na análise de *A dominação masculina* ([1998] 2002), enquanto padrões de gênero que se alimentam e são alimentados pela lógica das trocas simbólicas enquanto elemento estruturador de ações socio-temporais. Para Bourdieu (*ibidem*, p. 213),

esse postulado encontra sua validação nos próprios resultados da pesquisa que é empreendida; a posição especial da casa no interior do sistema de representações mágicas e de práticas rituais justifica a abstração inicial pela qual é extraída desse sistema mais vasto de modo a ser tratada como sistema em seu próprio direito.

Ela é então concebida como espaço onde as coisas naturais e mundanas tomam seu rumo para acontecer; onde reprodução social e modos de ser ritualísticos ocupam o mesmo espaço na vida de seus moradores. Como apreensão básica desse mundo invertido, compartilhador de práticas dicotômicas, a casa é organizada segundo um conjunto de oposições homólogas – fogo-água, luz-escuridão, cozido-cru, alto-baixo, luz-sombra, dia-noite, feminino-masculino, grande-pequeno etc. – para então chegar a uma apreensão dessa realidade que tem na vida e na morte elementos básicos de um mesmo caminho.

No caso da casa na capital analisada aqui, também podemos vê-la, não enquanto um conjunto de rituais mágicos que justificam seu interesse individual e próprio, mas, como espaço onde se compartilha uma vida específica e é, consigo, um limite físico para a presença na cidade grande desses sujeitos em migração. Ela, também, se coloca como local próprio de trocas que vão além do espaço geográfico da casa, mas que atendem a uma lógica simbólica em que os ritos laborais e culturais que envolvem esse indivíduo em migração, agora visto enquanto conjunto, podem achar um meio mais real para se manifestarem.

A casa na capital é onde a vivência laboral, em contraponto àquele social/de lazer, pode ser mais aparente, já que a justificativa máxima para sua manutenção é, também, a manutenção do emprego na cidade. Sem essas limitações que são impostas pela prática laboral na Construção, a prática social da casa compartilhada na capital não existiria e vice-versa. Diferente do caso *Cabila* descrito por Bourdieu, não trabalhamos com a oposição de gênero, ao levar em conta que todos os ocupantes/trabalhadores da casa são homens e os espaços são compartilhados em comum, seja pela divisão física específica da casa e/ou pelas dinâmicas sociais e naturais desses trabalhadores, especificamente. O que mais poderíamos remeter é a oposição luz-sombra, dia-noite e alto-baixo.

Para isso, consideramos que a vivência na casa só se faz entre às três horas e meia da tarde – horário em que o primeiro trabalhador volta de seu turno, Paulo, que trabalha no RH e é liberado mais cedo – e às seis da manhã, momento em que os trabalhadores têm de sair de

casa para conseguir pegar ainda o café da manhã na obra, que vai até às sete da manhã, um pouco antes do início oficial de seu turno laboral. Entre o horário da manhã e o da tarde, a casa permanece sozinha, sem ocupantes, sem sons, sem uso social. A mesma coisa se repete nos fins de semana, ao considerar que os sujeitos vão embora às 16h e voltam apenas nas segundas, pela manhã, muitas vezes direto para a obra. Durante o dia, a casa fica nas sombras e a luz, ao contrário do que poderíamos imaginar, se dá apenas à noite, local e horário de confraternização dos colegas de casa e profissão.

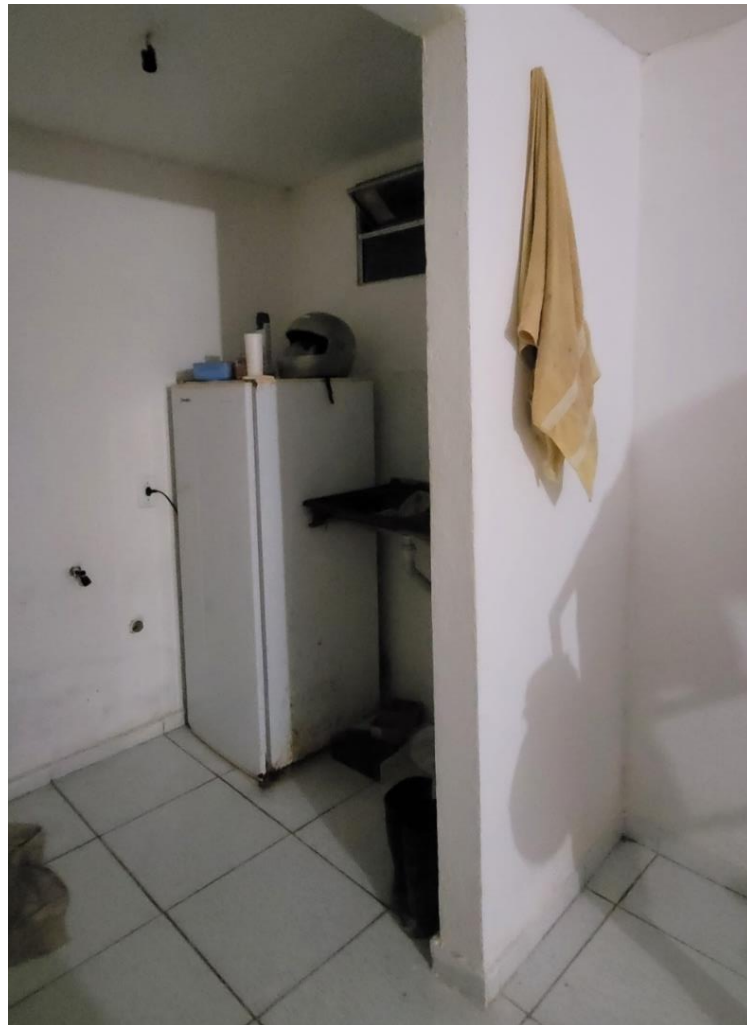
Luz e sombra, claro e escuro também se traduzem na divisão física da casa, um sobrado feito em partes que fica de frente para uma casa baixa, de piso único, mas que atrás de si começa outra casa mais alta, na formação de uma casa de família ou a composição de uma segunda das três vilas existentes na rua. O formato da vila faz com que ela exista por si próprio naquele espaço demarcado agora por novas vivências e pessoas, ao contrário da troca mais familiar que se tinha antes, onde eram passadas comidas, crianças, objetos etc. de uma casa para outra. Agora, em comparação com meu tempo, a rua permanece mais silenciosa, mais fechada, restrita, mas, ainda, muito povoada.

As duas casas iniciais ainda são das famílias originais, uma recém reformada e totalmente fechada no lado que dá para rua e o da lateral de entrada para vila, igual a que se tem no lado oposto, também totalmente fechada. Elas são grandes em comparação com as outras e, especialmente na do lado direito da entrada, possui uma pequena escada para sua calçada “oficial”, onde é comum estarem pessoas conversando, comendo etc., sejam elas da família da casa ou outros moradores da localidade. Antes da reforma, a do lado esquerdo possuía um grande pé de manga e um terreno livre para a calçada, sendo o limitante da rua/lado externo da entrada a própria varanda improvisada na casa, com um pequeno muro divisor para entrada da vila, parecido com aquele visto na Casa Cabila, que servia como divisor do estábulo. Era frequente ser usado como banco, lugar para apoiar, conversar etc. Agora, o que encontramos é um muro branco, alto, totalmente fechado, com a lateral frontal contendo um portão grande de alumínio. Em frente à casa ainda permanece um ponto de ônibus, agora no nível inferior da rua e calçada, apenas com uma placa sinalizadora. E, ao lado, um mercado num nível mais alto, com uma rampa de subida, que forma a esquina da rua e a entrada sul do bairro.

A casa compartilhada pelos trabalhadores, propriamente, fica no fim da rua da vila, sendo ela a antepenúltima. Em outro ponto do local, mais atrás da desse grupo de trabalhadores, fica a de Emerson, nosso segundo trabalhador corredor, que não mora na mesma casa que os outros sete entrevistados desse grupo. Nesse jogo de fechamento da vila para o mundo exterior

como forma de conservar uma dinâmica própria de diferenciação do conteúdo de seus moradores internamente, tem-se um clima bem mais fechado, resoluto da dinâmica da vida lá fora, escutando muito, ainda, choros e brincadeiras de criança, principalmente – motivo de reclamação por parte dos nossos sujeitos analisados.

Imagem 2 – O espaço coletivo privado



Fonte: Acervo Pessoal, João Pessoa-PB, 2022.

Nesse jogo de claro-escuro, a casa fica num nível acima do chão da vila, com uma pequena escada de dois-três degraus para subir ao batente principal, com a parede da porta de entrada principal que forma, junto com uma parede vazada no portão de alumínio baixo da entrada, um pequeno vão, sem muita utilidade. Quase como um terraço que compõe um mix de

uma casa de interior mais antiga com um ar mais de cidade, com uma “cozinha americana”⁴⁵. Com as Imagens 2, acima, e 3, abaixo, podemos ver como é estruturada, sendo o vão claro/de luz da casa no pavimento térreo, que contém a sala de estar e quarto, também, de Paulo; a cozinha, um espaço utilizado para geladeira no ponto mais ao fim desse espaço da comida e o banheiro, ao fundo. Não foi notado outro banheiro que não o presente no nível térreo da casa.

Imagem 11 – O espaço de Régis⁴⁶ ou a janta a fazer



Fonte: Acervo Pessoal, João Pessoa-PB, 2022.

⁴⁵ Diferente das casas do interior, aquelas que pude ter acesso a partir de outros membros da família, amigos e a única que morei quando ainda estava na cidade compartilhada por alguns de nossos sujeitos. Elas costumam não ter esse balcão separatório entre a sala e a cozinha, que se convencionou a chamar de “cozinha americana”. Tinha, apenas, ou uma parede com uma porta estreita separando os cômodos ou um vão livre, de pequenas paredes que serviam apenas de viga de sustentação, ao separar a cozinha/sala de jantar/sala de estar.

⁴⁶ Régis, nome dado ao trabalhador multifunção, era o principal responsável por fazer o jantar. Um dos únicos da casa que gostava demasiadamente de cozinhar e se voluntariava constantemente a esta função. Nos momentos de nossos encontros, fora do tempo em que foi entrevistado, era comum vê-lo fazer o jantar enquanto escutava seus hinos da igreja e interagia por cima da bancada da cozinha comigo e/ou com os colegas.

A projeção do sobrado tem um teto relativamente baixo que se revela na escada, muito inclinada verticalmente e que manda pouquíssima luz para parte de cima, sendo necessário abaixar-se um pouco para caber nesse vão que dá no andar superior. Este último, representa a parte escura da casa, onde os trabalhadores ficam sozinhos, seja para conversar entre si, uma dupla ou trio, ou, para dormir, deixando o foco desses momentos de confraternização com a parte de baixo do local. A porta de entrada da casa permaneceu aberta durante todos os nossos encontros, acredito que só é fechada quando o último dos sujeitos ocupantes da casa se dirige ao seu sono.

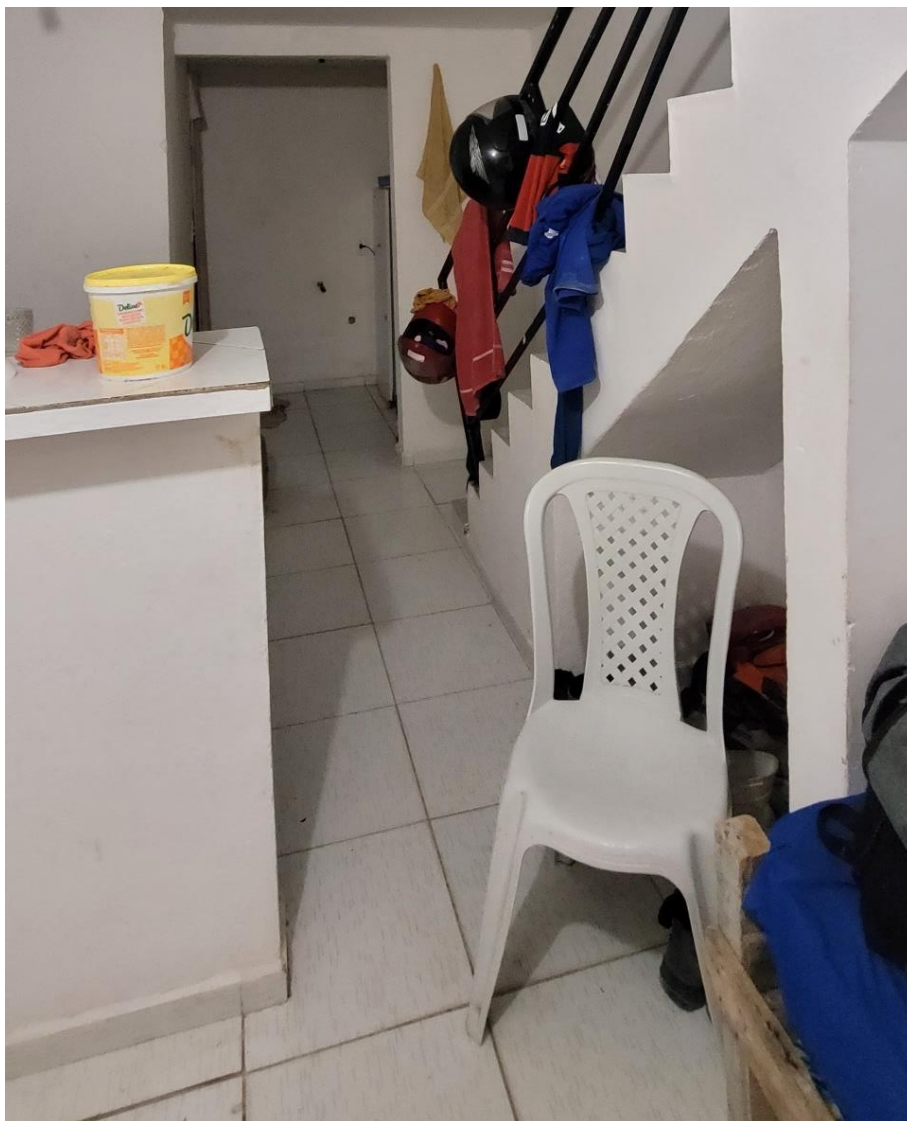
Imagem 4 – O sofá-cama



Fonte: Acervo pessoal, João Pessoa-PB, 2022.

A ventilação é um tanto restrita, já que na parte de baixo tem apenas duas janelas, uma no fundo da casa, perto da lavanderia/geladeira, e uma mais larga na parede da porta principal que dá para esse vão entre a parede da rua e a parede da casa, numa espécie de pequeno terraço. Nos dias de nossos encontros, o ventilador estava constantemente ligado e ficava numa mesinha ao lado da cama de Paulo, numa espécie de cabeceira própria. Como visto na Imagem 4, acima, no canto da parede embaixo do vão da escada, sua cama era encaixada, servindo de uma espécie de sofá quando estavam todos na sala e onde seu sobrinho passou a dormir quando ele estava em período de férias. No momento das fotos retratadas aqui, ele não tinha voltado ainda para a capital. Os objetos espalhados, então, eram de Bob, seu sobrinho e trabalhador mais jovem do grupo.

Imagem 5 – O lugar do falar



Fonte: Acervo pessoal, João Pessoa-PB, 2022.

A bancada de apoio da cozinha fecha o quadrado que compõe a sala fazendo quina com a cama de Paulo e deixando um vão de passagem para a cozinha, escada e banheiro, como podemos ver na Imagem 5, acima. Todas as nossas interações ocorreram nesse espaço da sala, que tem uma mesa de quatro cadeiras de plástico, para refeições, momentos de descontração, jogos e afins (como pode ser visto na Imagem 1, no primeiro capítulo). Eu acabava por ocupar esse espaço colocado com a parede de entrada e a porta, ao lado da cama e cabeceira de Paulo, onde, constantemente estava ligado o ventilador e apoiado o celular de algum deles para assistir a jogos, vídeos etc. No momento da nossa entrevista, Dida, nosso booleiro principal, sentou-se ao lado da cama de Paulo, à minha frente, e deixou o celular baixo passando o jogo do seu time de coração, o Flamengo. Ao fim de nossa conversa, a partida também ia chegando ao seu final, ainda sintonizada em seu celular, retratada na Imagem 6, abaixo.

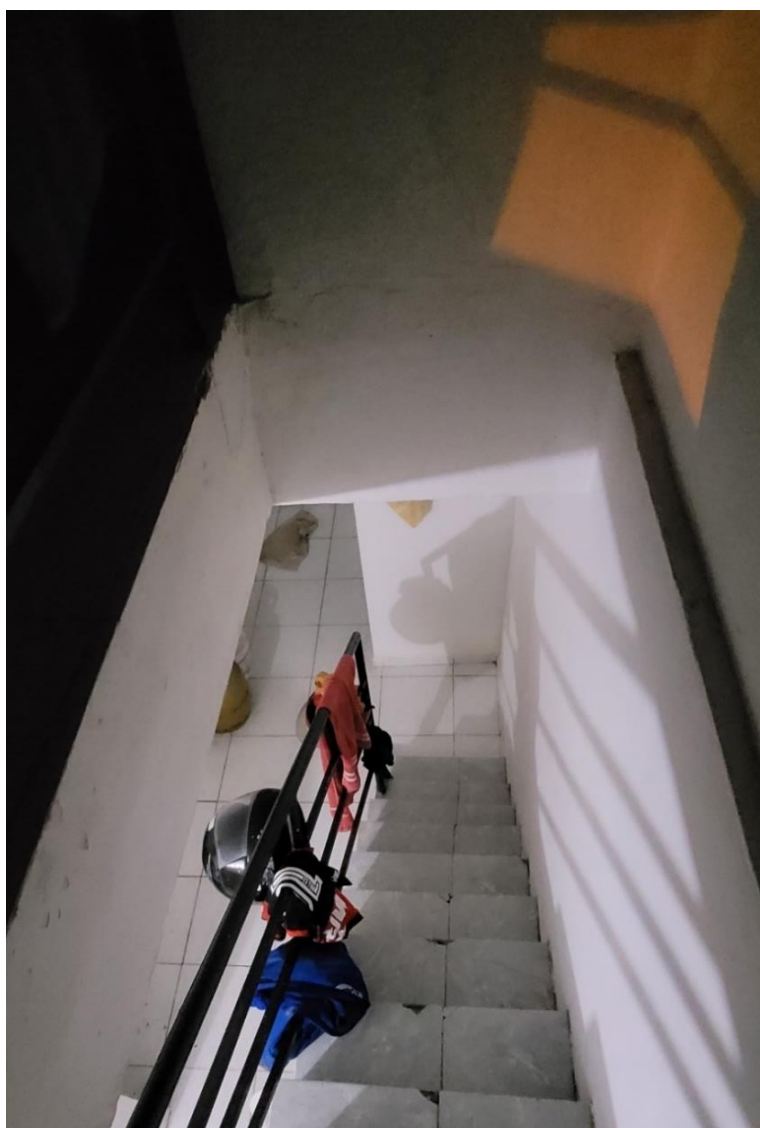
Imagem 6 – Um olho no jogo, outro na vida



Fonte: Acervo pessoal, João Pessoa-PB, 2022.

A parte de cima, como sinônimo da escuridão que compõe parte da casa, permaneceu como um certo mistério também para mim. Como nossos encontros eram à noite e o espaço da casa compartilhado simultaneamente por entre seis ou oito trabalhadores, a partir das 20/21h era comum um ou dois se encaminharem para a parte de cima, seja para jogar, falar com suas companheiras e filhos ou dormir. Assim, não consegui ter acesso amplo a esse lado menor da casa, mas que possui dois cômodos, os quartos, onde os trabalhadores se dividiam para dormir, e um vão livre, com uma janela, perto do corredor do corrimão da escada, o qual também servia enquanto espaço de dormida. Como podemos ver nas Imagens 7 e 8, abaixo, o guarda-corpo da escada serve, também, como local para estender/dispor as roupas do dia, toalhas e equipamentos usados na obra.

Imagem 7 – De cima para baixo; do escuro para o iluminado



Fonte: Acervo pessoal, João Pessoa-PB, 2022.

Imagem 8 – Uma visão do privado



Fonte: Acervo pessoal, João Pessoa-PB, 2022.

Nessa oposição de espaços compartilhados, tanto entre os trabalhadores da Construção quanto pelos vizinhos da vila, mantém-se como um mundo próprio na capital habitado por eles; como uma hospedaria onde o principal responsável são eles próprios. Não é um hotel, um abrigo ou uma “casa de favor”, mas, sim, seu próprio espaço na cidade, que pode ser diminuído, cedido ou aumentado de acordo com quem chega e sai para ocupá-lo. Ao mesmo tempo em que é rotativo, é, também, estável frente a outra possibilidade (que não é dada pela empresa, no entanto) de uma vida semanal morando na obra. O que seria uma espécie de sujeição num pedido de morada invertido (GARCIA, 1990), onde o trabalho é o principal motivo e norteador dessa mudança socioespacial.

Apesar de todas as despesas necessárias para manter essa casa (como veremos na última tabela do próximo tópico) e as especificidades desse local diante do que a cidade nega e oferece, a casa compartilhada é uma escolha de vivência para esses trabalhadores mesmo diante do impasse que é o emprego na Construção longe de casa, constantemente pesado e analisado por parte desse grupo já que, no momento, se conforma como única possibilidade para sua reprodução material e social. Mas que largariam rapidamente caso uma oportunidade *fichada* ou mais estável surgisse no interior.

3.3 SUJEITOS RURAIS, SUJEITOS INDUSTRIAIS? – A RELAÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES MIGRANTES E A CAPITAL

“Se eu for sair, na praia, não sobra dinheiro pra casa”.

Henrique, trabalhador migrante de Mari

*Tá vendo aquele edifício moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Eram quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar-
Hoje depois dele pronto
olho pra cima e fico tonto
Mas me chega um cidadão
e me diz desconfiado, tu tá aí admirado
ou tá querendo roubar?
Meu domingo tá perdido
vou pra casa entristecido*

*Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
eu nem posso olhar pro prédio
que eu ajudei a fazer*

Zé Geraldo, *Cidadão*, 1979

Assim como “mais um Zé” e o sujeito da canção vista acima, pensamos no primeiro tópico deste capítulo como a relação do crescimento do Setor da Construção esteve intimamente ligada a ascensão da face mais urbanizada das cidades; como fruto de um processo de modernização sempre em construção. A relação de “desencantamento do mundo do engenho” trazida por Garcia (1990), numa apreensão weberiana da ação social dominada de forma pessoal, nos auxilia pensar as formas de dominação nascidas nesse período transitório enquanto um local instável feito por e para os trabalhadores migrantes da Construção.

Essas relações se tornam importantes para averiguar como o setor urbano se coloca como campo propício e inquisitivo na formação de uma nova sociabilidade e de transformações cotidianas nos cenários trabalhistas, vista na tentativa de sobreposição a esse modo de vida urbano. De acordo com as dificuldades de se adaptar em um novo contexto social e laboral como uma realidade para os trabalhadores urbanos, nos permitimos pensar problemas sociológicos, à exemplo do “direito à cidade” que, no século XXI, se coloca como uma barreira do próprio capitalismo e seu modo de produção “dinâmico”, mas que potencializa o lucro em todos os esquemas de vida e trabalho possíveis, inviabilizando uma capacidade de reprodução social mais “orgânica” entre essas diferentes camadas de trabalhadores. Essa exclusão se coloca como uma das formas de pensar essa transição não só do modo de produção, mas, também, de uma arquitetura estrutural, simbólica e social que se modifica de década em década e cria consigo novos modos de socialização; novas formas de encarar a cidade. E, se você tiver “sorte”, ser encarado por ela.

Ao pensar o “direito à cidade” a partir de Gago ([2014] 2018), o que nos aparece é uma face de marginalidade, abandono estatal e (re)configuração, tanto de um mundo social quanto material. Esses dois mundos, em grande medida, são construídos por migrantes que muitas vezes trabalham no Setor da Construção das cidades, e são, ao mesmo tempo, desconstruídos enquanto espaço real, de vida e de transformação. Encarada como e com monstruosidade, as *villas* são tidas como locais fora da realidade das cidades e que se transformam na face física e concreta de um não-lugar (*ibidem*, p. 282). O caso que Gago coloca são os de locais que crescem às margens da cidade, tida como periferias sociais e que tanto os programas governamentais

quanto o Estado não conseguem ou querem chegar. Essa face do “não lugar” é maquiada por uma percepção de preconceito que a própria cidade tem para com aqueles que nesses “lugares ruins” vivem.

É, portanto, uma realidade para a vila aqui analisada, local de morada dos trabalhadores migrantes, por estar localizada na fronteira do bairro e a possuir um histórico de brigas familiares e conflitos policiais devido as relações com o tráfico de drogas. Uma realidade parecida com essa pode ser encontrada em vários outros pontos da cidade, abandonados pelo poder público e subvalorizados pela iniciativa privada, como é o caso do Centro da cidade e dos bairros mais afastados da área Sul de João Pessoa.

A cidade de João Pessoa, como vimos no tópico 2 do primeiro capítulo, está localizada na mesorregião da Zona da Mata paraibana que designa, também, a faixa litorânea do estado. Desde sua estruturação enquanto cidade no século XVI, ela começa com uma vila situada mais a zona Norte, o que contempla o Centro da cidade, local onde ela nasce a partir do Rio Paraíba. Também, a parte que agrega a cidade de Cabedelo, onde ficava a zona estratégica de luta durante dominação filipina na figura da Fortaleza de Santa Catarina, localizada na Ponta de Matos, na cidade de Cabedelo-PB e com construção datada de 1586 (BARRETO, 1958).

O ponto comum das duas localidades é o Rio Paraíba, que é a segunda maior bacia hidrográfica do estado e abrange quase 40% de seu território. Sua nascente está localizada no município de Mogeiro, mesorregião da Borborema (vide Mapa 3). Ele passa, sinuosamente, ainda, por Lucena e Cabedelo, municípios que compõem a Região Metropolitana de João Pessoa, junto com Santa Rita e Bayeux, como podemos ver nos Mapas 6 e 7, abaixo. Essas regiões estão conectadas não apenas em sua forma geográfica, mas, também, a partir do trânsito constante de pessoas entre esses lugares e por já ter recebido, em algum momento de suas trajetórias, alguns dos trabalhadores migrantes analisados aqui. Ainda, Mogeiro é a cidade interiorana originária de seu Silva, nosso segundo trabalhador mais velho e com a segunda maior trajetória de trabalho-vida investigada.

Mapa 6 – A capital, João Pessoa

Fonte: dados do IBGE. Elaboração própria, 2022.

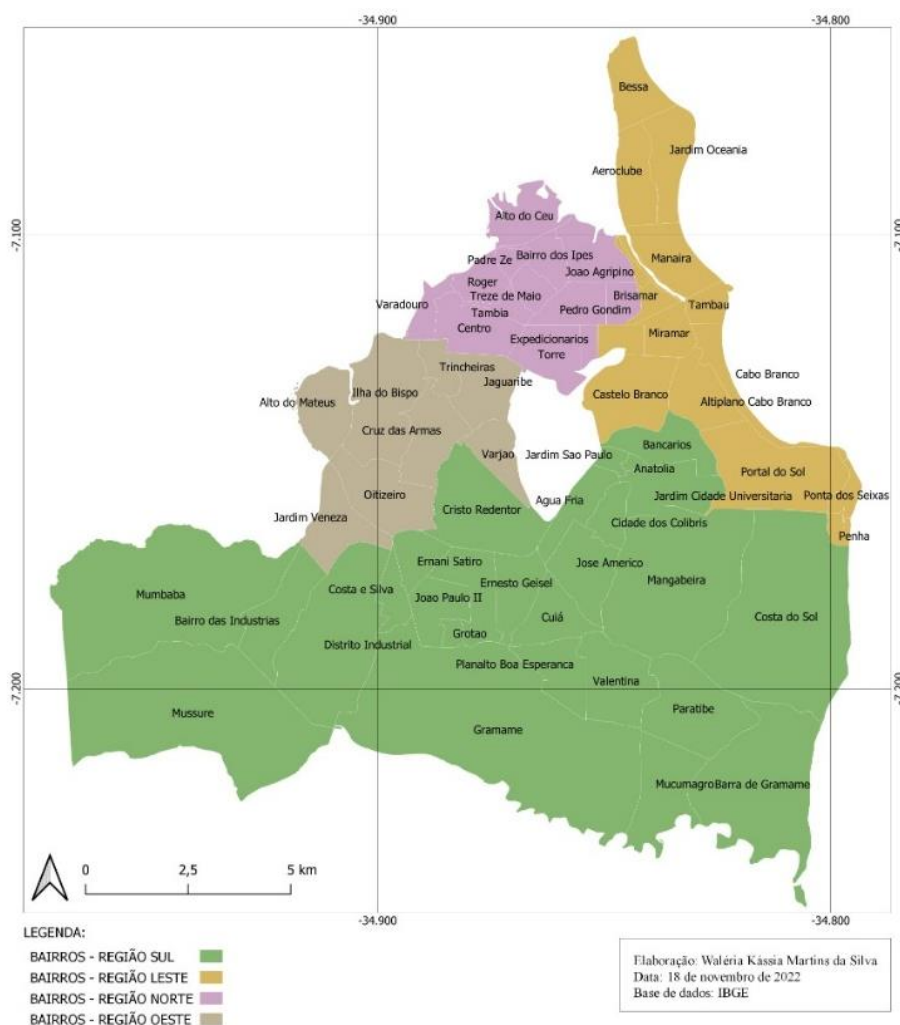
Para os trabalhadores da Construção situados na capital do estado, João Pessoa, essa percepção socio temporal é alimentada ainda mais pelas estruturas econômicas de seu tempo e de sua condição precária enquanto trabalhador formalizado que transita pela informalidade e é entrecortado diretamente pelas amarras de sua construção sócio-histórica. Como Henrique fala na frase que abre este tópico, o divertimento dentro da cidade no tempo da sua semana exaustiva de trabalho é quase impossível, pois se escolher sair para se divertir não sobra dinheiro para levar para casa. Ele tinha acabado de ter uma filha e nesse mesmo período mudou para a capital, além da saudade grande, as pressões de fornecer para sua família também se ampliam. Na grande maioria das vezes, as questões monetárias o inibem a procurar um *hobby*, um passeio ou algo que o faça usufruir desse local mais urbanizado para além do espaço da obra.

Esse ambiente de trabalho se apresenta, então, como um dos únicos possíveis para esses trabalhadores. Sua vida em casa, no interior, acontece apenas aos fins de semana, e sem o contato diário com alguma forma de vivência que não seja só a laboral, como fica o sentimento desse trabalhador em relação a sua situação atual? Dida, que está na capital desde 2011, vê a vida na cidade grande de maneira quase claustrofóbica. Como fica aparente também na fala e modo de agir de outros colegas presentes, já que “*aqui a pessoa é presa, não tem como sair.*

De vez em quando preciso se distrair”. Quanto a isso, ele desenvolveu um *hobby* que tem vínculo com sua antiga paixão pelo futebol quando no interior. Pudemos perceber isso quando da chegada no nosso primeiro dia de entrevistas na casa compartilhada. Ele não estava lá quando cheguei, pois tinha ido jogar uma “pelada” com uns colegas na praia próxima ao bairro. A distância a pé é cerca de vinte minutos. Sua principal forma de divertimento ocorre, então, quando consegue ir à praia jogar ou assistir aos jogos de futebol na TV, também. Essas, em bares próximos a orla, já que na casa não há uma TV. E quando foi o dia de nosso contato, ele estava tentando acompanhar simultaneamente o jogo o Flamengo, seu time de coração – como visto na Imagem 6, do tópico anterior.

Esse tempo na cidade faz com que voltar para casa, onde sua família está no interior e ter esse tempo compartilhado, torne-se uma vontade constante, mas, também, um receio. Isso porque toda viagem, como já mencionado, é paga pelos próprios trabalhadores. Assim, voltar para o interior nos fins de semana passa a ser uma luta constante no decorrer da semana de trabalho já que o receio de não ter o dinheiro para manter esse trânsito ou contato coloca-se como um imperativo de frustração em suas trajetórias. Para ele, o trânsito constante não é um problema, mas apenas a falta de apoio da empresa, pois se ela *“[...] desse o dinheiro da gasolina, eu ia e vinha todo dia, todo dia”*.

A volta para casa não é condicionada pela falta de tempo, mas por condições quase que totalmente materiais. Do mesmo jeito que a vida na capital não é senão uma oportunidade de trabalho que pode auxiliar em sua reprodução social imediata. Ele mesmo diz que adora o seu trabalho e não se vê saindo da Construção. Porém, permeia sua fala com aspirações de abrir um negócio próprio para a esposa ou um com seu irmão, que é um gesseiro de “mão cheia”. Se ambos conseguissem abrir essa loja no interior, além de ganharem acima do que ele ganha atualmente no emprego assalariado da Construção na capital, também estaria em casa e os gastos para se manter na cidade, consequentemente, não existiriam.

Mapa 7 – João Pessoa e suas zonas (divisão por grupos de bairros)

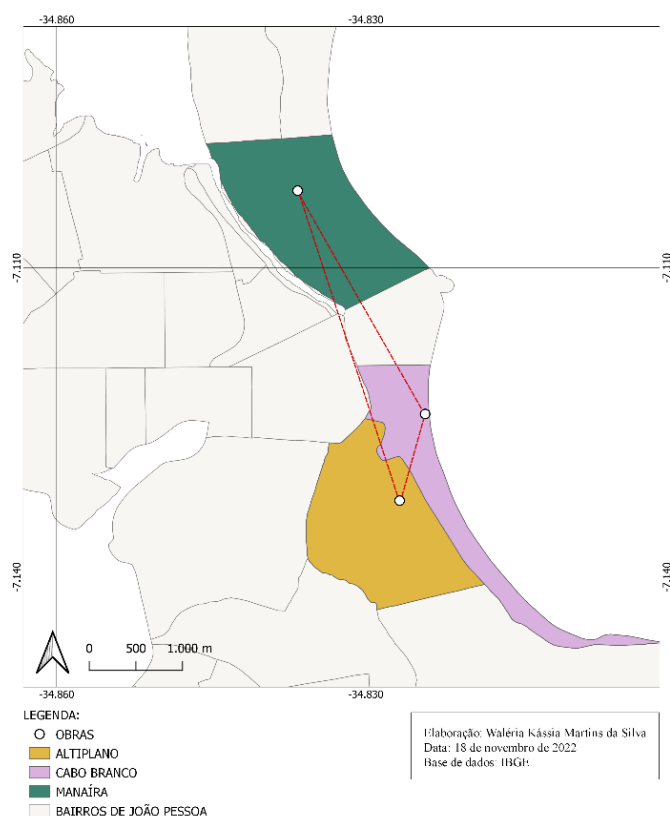
Fonte: dados do IBGE. Elaboração própria, 2022.

Sobre a divisão socioespacial da cidade e territorial, como vista no Mapa 7, acima, é importante mencionar que os bairros que antes eram centrais para a tomada do poder político na cidade foram sendo abandonados na história física do espaço da capital. Agora, parte da Zona Norte e de seu Centro histórico, são utilizados apenas enquanto comércio, alguns pontos de iniciativas culturais (como museus, bares, galerias etc.) e ocupados por um público mais jovem que vê nesse espaço uma possibilidade de pertencimento. Ou, por uma camada mais antiga, que ali nasceu e se criou. A especulação imobiliária que mudou o cenário da cidade, inverteu o local físico de reprodução desse capital econômico e social, indo em direção à Zona Leste que, agora, possui construções milionárias e abrigam parte da nova e velha elite da cidade.

Modifica-se não só a higienização do espaço urbano como ampliação do poder das elites locais e estigmatização de certos públicos vulneráveis, mas, também, a criação dos novos

bairros periféricos, localizados a Zona Sul e Oeste, que contemplam a morada-dormida dos empregados da cidade, trabalhadores em *shopping*, bares, escolas e lojas no geral. Como podemos ver no Mapa 7, acima, a Zona Sul contempla o maior número de bairros da cidade e se coloca mais distante das obras em que nossos sujeitos estão situados e, assim, compreendem bairros mais periféricos. Alguns desses bairros, com transporte público precário, sem uma rede que apoie o todo dos habitantes que dele fazem uso, ficam quase como “bairros dormitórios” para grande parte da classe trabalhadora local. Alguns deles, como Cuiá, Valentina, Geisel e Jardim Veneza, triplicaram os seus tamanhos a partir do início do presente século, especialmente com a ampliação de programas governamentais de moradia – como o Programa Minha Casa Minha vida (PMCMV)⁴⁷ – que subsidiaram a construção de novas habitações e, consecutivamente, a ampliação dos limites físicos desses bairros, focalizados na população de baixa renda, como construções relativamente mais acessíveis.

Mapa 8 – Obras trabalhadas e os bairros



Fonte: dados do IBGE. Elaboração própria, 2022.

⁴⁷ Em linhas gerais, o PMCMV é um programa de habitação do Governo Federal, criado ao fim do segundo governo do presidente Lula, em 2009, e que visa ao subsídio de imóveis para famílias de classes populares. Ao longo de sua execução, o Programa contribuiu para a expansão da possibilidade de moradia, modificando com o tempo os tipos de subsídios e as faixas de renda objetivadas. Bem como, a ampliação do Setor da Construção em locais ainda pouco explorados.

Mesmo que nossos sujeitos de pesquisa não atendam a essa dinâmica mais própria daqueles que vivem e trabalham na cidade, como local próprio de construção de suas sociabilidades, eles se posicionam numa face mais marginalizada mesmo dentro de um bairro elitizado, como é o caso do Altiplano. A casa, como vimos no tópico anterior, está localizada na margem externa do bairro, próximo ao contorno dos bairros vizinhos – Portal do Sol e Bancários – e mais a periferia deste último, a comunidade do Timbó. As vilas existentes nessa rua são, originalmente, divisões de terras familiares onde cada membro tinha uma casa/espço na rua da vila. Quando morei lá, compunha uma das duas únicas famílias que não faziam parte do grupo original; que compartilhavam o sangue. Desse momento em diante, quando alguns membros foram falecendo, vendendo suas casas ou mudando por várias questões, começou uma retomada das vilas localizadas nessa margem como compartilhamento de pessoas, agora, de lugares diferentes, como é o caso de nossos trabalhadores.

Como visto no Mapa 8, acima, o bairro do Altiplano está localizado na Zona Leste da cidade, perto do limite do que seria a orla urbana. A distância geográfica entre um bairro e outro dentro desse grupo elencado não é muito grande, dado o tamanho mediano da cidade como um todo. O Altiplano, em amarelo, está localizado na parte acidentada da cidade, num planalto, acima do Cabo Branco e, consecutivamente, acima da Barreira do Cabo Branco. Para passar de um para outro, só é possível a partir de duas vias principais, uma que interliga o Centro da cidade a Orla, na figura da Avenida Beira Rio. Outra, que liga diretamente a parte baixa e alta dos bairros, a partir da barreira do Cabo Branco, na extremidade do Altiplano.

Muitas foram as vezes que para ir à praia, quando lá morava, tivemos que descer essa via em ladeira, na parte costeira, para chegar ao mar. Nos anos recentes, ela foi modificada e reformada, mas ainda serve, inclusive para os trabalhadores, como essa via de transição entre um bairro e outro. Porém, com a transformação dela em única via de descida entre os bairros citados, os carros passam a ter velocidades maiores e a se tornar perigoso a ida a pé por esse caminho. Todos os nossos trabalhadores fazem, no entanto, esse percurso todo a pé, seja entre a casa no Altiplano e a obra no mesmo bairro. Ou entre o bairro onde moram e o Cabo Branco ou Manaíra. Este último, o mais afastado dentro do recorte das obras analisadas. No Mapa 8, visto acima, fizemos uma espécie de triangulação desses caminhos percorridos pelos trabalhadores numa forma de transitar entre seus destinos laborais, sendo o bairro de Cabo Branco, o rosa no mapa, enquanto Manaíra pode ser encontrado na cor verde.

Se formos pensar na distância efetiva percorrida por esses trabalhadores, ela fica entre menos de um quilômetro para a obra do Altiplano; mais de dois para o Cabo Branco e, quase

cinco quilômetros para Manaíra. Na Tabela 3, abaixo, mostramos a quantidade real dos percursos diários feito pelos trabalhadores, a pé, tanto para ir quanto para voltar. Como mencionamos anteriormente, a empresa não disponibiliza o vale-transporte para aqueles que são do interior, mesmo que esses também tenham que se deslocar entre a obra e a casa na cidade. Quando chegam em casa, o cansaço do dia trabalhado unido a caminhada para ir e voltar, faz com que a força seja mínima para buscar, quando possível, qualquer forma de lazer fora de casa e diferente daquele obtido com seus colegas e/ou nesse mesmo ambiente relativamente restrito da vila onde moram.

Tabela 3 – Trabalho e Moradia

Obras	Trabalhadores	Distância entre a obra e a casa (em KM) *
Altiplano	5	0,9
Cabo Branco	1	2,4
Manaíra	2	4,7

*Esse trajeto é feito a pé.

Fonte: Elaboração própria, dados primários, 2022.

O nosso trabalhador mais novo e amante do skate, Bob, menciona que às vezes gostaria de ir mais à praça para andar de skate com seus amigos da capital. No entanto, o local de reunião deles é no bairro de Manaíra, em seu limite, ficando a mais de cinco quilômetros de distância da casa dos trabalhadores. Assim, como forma de economizar, ele teria de ir e voltar a pé, o que se torna inviável diante do cansaço e possível hora de retorno. Mesmo assim, ele, junto a Dida, compõe o público mais ativo da casa, ao passo que frequenta uma academia nas proximidades e ainda conta com essa possibilidade de lazer e *hobby* que é o skate, para ele.

A economia que Bob quer fazer, diferente da de seus colegas visando ao sustento da família no interior, é para que consiga comprar uma motocicleta nos próximos anos. Quem sabe para economizar no combustível do trajeto entre a capital e sua cidade. Ou, para montar um negócio próprio ou um concurso, ao deixar a Construção e focar em sua faculdade de História. Os valores que os trabalhadores gastam de transporte entre sua casa na cidade e sua casa no interior toma quase que 25% dos seus rendimentos mensais, especialmente para aqueles que ainda vão e voltam de ônibus ou transportes alternativos e particulares. Se morar na obra, o

gasto com moradia não existe, como é o caso dos nossos dois primeiros entrevistados, os trabalhadores mais velhos e antigos no Setor que estavam empregados em obras do bairro de Manaíra, no momento de nosso encontro.

Caso necessite arcar com os custos do transporte e, ainda, com os de manutenção na casa da cidade, esse orçamento para despesas mensais que era de 25% pode ir para 30/35% de seu orçamento mensal. Para aqueles que vão e voltam de transportes próprios, no caso da motocicleta, esse gasto diminui um pouco, chegando, com o consumo da casa, a cerca de 15/20% de seus salários, como podemos ter uma ideia mais bem acabada a partir das Tabelas 4 e 5, a seguir.

Tabela 4 – Gastos com transporte dos trabalhadores migrantes da Construção em João Pessoa (valores brutos em reais, R\$)

	Valor semanal	Total mensal
Motocicleta (gasolina)	30	120
Carro alternativo*	70	280

*A motocicleta é propriedade do trabalhador. Os custos podem variar, então, caso algum reparo seja necessário.

*Carros de terceiros acordados para levá-los e buscá-los na moradia em João Pessoa. Cada viagem custa, em média, R\$35.

Fonte: Elaboração própria, dados primários, 2022.

Tabela 5 – Gastos estruturais para se manter em João Pessoa (valores brutos em reais, R\$)⁴⁸

	Valor total	Individual
Aluguel	550	
Água	Inclusa	
Internet	100	
Gás (botijão)	120	
Energia	50	
		117,10

*A comida também é comprada com eles, para jantar e a proteína para o almoço. A empresa disponibiliza apenas uma cesta básica que fica quase que inteiramente na obra para fazer o almoço deles.

Fonte: Elaboração própria, dados primários, 2022

⁴⁸ Os valores foram contabilizados do momento de nosso encontro, no segundo semestre de 2022, e dividido de acordo com a quantidade de pessoas na casa, que eram 7, ao levar em conta os desligamentos e os que estavam em períodos de férias.

São quatro os sujeitos que fazem esse trajeto de motocicleta, compartilhando duas motos, já que são colegas de casa e, no caso de Henrique e Jorge, amigos de longa data que moram na mesma cidade, Mari. Para os que são solteiros e/ou não necessitam arcar com os custos completos de uma casa, como Bob e seu tio Paulo, esses custos tendem a diminuir minimamente quando considerado o orçamento mensal geral. Entretanto, mantêm-se, ainda, em cerca de 20/25% do salário dos trabalhadores, já que a metade do grupo dos dez trabalhadores analisados recebia um salário mínimo⁴⁹, ficando a cargo de comissões instáveis caso realizassem outras funções na obra.

Na Tabela 4, mais acima, podemos ver a disparidade entre os custos daqueles que fazem o trajeto para o interior por motocicleta ou carro alternativo. No segundo caso, chega a ser mais que o dobro do valor utilizando pela motocicleta. Nesse caso, chamamos a atenção para o fato de que como é veículo próprio, esses custos podem variar de mês para mês caso seja necessário fazer uma avaliação, troca, reparo ou algo mais no veículo. Mas, em sua maioria, conseguem gastar menos que 150,00 reais, tirados do seu bolso, já que a empresa não disponibiliza ajuda de custo qualquer com o transporte.

Importante mencionar que esses gastos necessitam entrar no orçamento geral dos trabalhadores, a fim de fazerem concessões durante todo o mês para poder irem para suas casas nos fins de semana e ainda prover sustento para as suas famílias. No caso dos custos com a casa, em específico, podem diminuir ou aumentar para cada um a partir da divisão de partes iguais entre todos os moradores dela. Assim, no início, quando eles foram alugar, tinham apenas três trabalhadores, fazendo com que os custos ficassem mais altos para cada um, mas suprimindo uma demanda por um lugar relativamente mais confortável e privado para eles, ao contrário da experiência de alguns com alojamento em obras ou, também, do compartilhamento da casa com muitas pessoas ao mesmo tempo. Tirando esse momento inicial, os custos ficam mais aprazíveis para eles ao compartilharem com mais colegas de trabalho e, agora, colegas de casa também.

Mesmo com a saída de vários trabalhadores ao longo dos meses, até mesmo durante o período das entrevistas na casa, o número de pessoas a dividir o espaço se mantém relativamente estável ao longo do tempo, fazendo com que a entrada e saída de pessoas se coloque como mais um sintoma da rotatividade do Setor. No momento de nossos contatos, a casa contava com oito trabalhadores, mesmo que tenha saído alguns no fim do mês, outros novos ocuparam o lugar. Com isso, os custos se mantiveram relativamente estáveis, tendo a comida ocupado um novo

⁴⁹ No momento de nossos encontros, o valor era de 1.212,00 reais.

espaço na sua estante de demandas para continuar a trabalhar em João Pessoa. Entre custos com aluguel, internet, transporte e comida, a preocupação para levar algum provimento para família no interior se mantém. Notório mencionar que a comida para o jantar e parte do almoço também é comprada por eles. A empresa disponibiliza apenas uma cesta básica que fica quase que inteiramente na obra para fazer parte do almoço

Aqueles que são solteiros e/ou com filhos, mas moram com os pais, tem os custos no interior minimamente diminuídos. Já os casados e com filhos, que dividem as casas com suas companheiras, têm uma preocupação maior quanto ao nivelamento dos custos para que consigam fazer esse trânsito semanal para casa e aproveitar suas famílias, o que faz com que questionem com frequência se este é um trabalho que ‘vale a pena’. Segundo o trabalhador mais jovem do grupo, Bob, o de dezoito anos, o trabalho na Construção não vale a pena nem para ele, que é solteiro e sem filhos, quiçá para quem precisa de uma renda maior, já que *“praticamente a gente tá pagando pra trabalhar. Eu queria ver se juntava algo, mas nem pra isso tá dando”*.

Tem-se que, mesmo diante da possibilidade de um emprego formalizado via carteira assinada, o sentimento de instabilidade tanto no emprego quanto na sua possibilidade de reprodução social e material os levam a questionar, cotidianamente, ‘o lado bom’ desse emprego na capital. Se a formalidade e o impulso a uma suposta estabilidade no emprego forem medidos a partir da atuação de setores historicamente precarizados, como é o caso da Construção, a percepção de qualidade de vida e/ou de trabalho executada por um vínculo formal pouco se diferencia da instabilidade vivenciada na informalidade, ambos à mercê mais imediata das vontades individuais ou coletivas da hierarquia social.

A presença na capital por parte desses trabalhadores migrantes aparece como uma barreira própria para continuidade de sua reprodução social, onde o labor, mesmo com todos os percalços, seja apenas mais uma de suas preocupações diárias. Constantemente posto e vivido enquanto uma relação flexível e precária para os trabalhadores.

4 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS ESTRUTURAS FLEXÍVEIS: ENTRE A FORMALIDADE, A INFORMALIDADE E A PRECARIIDADE

Com o envolver humano, o trabalho se converteu em tripaliare – originário de tripalium, instrumento de tortura –, momento de punição e sofrimento. No contraponto, o ócio tornou-se parte do caminho para a realização humana. De um lado, o mito prometeico do trabalho; de outro, o ócio como libertação.

Ricardo Antunes, *O caracol e sua concha*, 2005

O desemprego não é compreendido como aspecto de uma conjuntura econômica e social, mas como a obra de uma espécie de Deus mau e oculto que pode se encarnar, segundo as circunstâncias, “nos europeus”, “nos espanhóis”, “nos franceses”, “na administração”, “no governo”, “neles”, “nas outras pessoas”. É isso que quer dizer quando se diz “assim são as coisas”.

Pierre Bourdieu, *O desencantamento do mundo*, 2021

A dificuldade em estabelecer uma conexão qualitativa e em prol dos trabalhadores entre as relações de trabalho e as mudanças políticas e socioeconômicas do tempo recente nos leva a uma posição ainda mais flexível e frágil das dinâmicas trabalhistas e do próprio mercado de trabalho brasileiro. Os contratos de trabalho atípicos regularizados pela Reforma Trabalhista de 2017, por exemplo, criam uma falsa noção de liberdade no trabalho, à exemplo da transformação de pessoa física em pessoa jurídica (PJ) a partir, muitas vezes, da ação de Microempreendedor Individual (MEI).

A possibilidade de regularização de ser sua própria empresa, a partir do MEI, traz a noção de liberdade não só individual, mas de uma sociedade mais autonomizada, global e em rede, que são pressupostos existentes no capitalismo, especialmente, no último século. Percepções de liberdade como “fazer minha própria jornada de trabalho”, “não precisar prestar contas”, “não estar sob a supervisão de um patrão”, entram na cena trabalhista como mecanismos que visam a estipular uma ideia de flexibilidade perante a lei e que se oferece ao trabalhador como uma noção de não necessitar de um patrão ou de um vínculo de trabalho típico, assalariado. O que o limitaria a partir da estipulação de uma remuneração mensal e de

horários rígidos. O que se retira de cena é aquela suposta regulação do assalariamento e dos vínculos de trabalho típicos – com horas definidas e com um contrato de trabalho por tempo indeterminado – e cria modos de exploração das/os trabalhadoras/es a partir de meios de trabalhos mais “autônomos”, descentralizados e com possibilidade de “ligar o empreendedorismo”.

Num flerte perene entre formalidade e informalidade, especialmente no caso estrutural do Setor da Construção, percebemos como a noção de flexibilidade e liberdade fora de um vínculo de trabalho típico auxilia numa geração maior de renda, com possibilidade de trabalho em multiempregos e/ou funções, mas que, ao mesmo tempo, aumenta os riscos de acidentes de trabalho e menor proteção social que seria vivenciada a partir de um contrato celetista. Dada uma pesquisa estatística recente (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020), com trabalhadores por aplicativos, os autores perceberam que, ao trabalhar numa rotina parecida com uma função em carteira assinada, dentro dos horários delimitados, os recebimentos desses trabalhadores não chegavam ao salário-mínimo estipulado depois que tiravam os gastos e cuidados com seu meio de trabalho (o carro). Com isso, num embate perceptível entre uma sociedade informacional e das novas tecnologias de regulação do trabalho, é encoberto o laço direto entre uma forma de trabalho precarizada e quem é precarizado por ela.

Na análise dos autores, as tidas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), servem para dar ainda mais cara a essa sociedade de trabalho informal, sem uma regulação central de trabalho e que preza por uma suposta liberdade (de horários, carreiras, desejos futuros) para seus trabalhadores (*ibidem*). Mas, ao mesmo tempo, os envolvem numa rede de lógicas de exploração e informalização sobre a égide de uma economia global e informacional. No caso específico do Setor da Construção, alguns trabalhadores já entrevistados viviam num encontro periódico entre trabalho na formalidade e na informalidade, dado, nesta última, a possibilidade de gerar um rendimento maior mesmo que em detrimento de certa proteção social que poderia ser vivenciada pelo vínculo de trabalho formal.

No caso da Construção, essa realidade de flexibilidade e precariedade, como já mencionado no capítulo anterior, demarca uma característica própria e estrutural. Nesse contexto, abre-se margem para um maior índice de vínculos informais, até com “contratos de boca” (COCKELL; PERTICARRARI, 2010). Como coloca Menezes (1990, p. 23), “estas atividades são consideradas informais porque não são regulamentadas e, em geral, oferecem precárias condições de estabilidade, ocupação e renda aos seus trabalhadores”. Configura-se,

com isso, um cenário de extrema vulnerabilidade social e precarização do próprio trabalho e dos trabalhadores.

Ainda, fatores como crises econômicas e, por conseguinte, aumento no número de desemprego, tendem a impactar no estabelecimento de laços e pautas em comum por parte dos empregados (BEAUD; PIALOUX, [1999] 2009). Há, também, efeitos em como esses trabalhadores irão vivenciar esse novo contexto de trabalho-vida e suas dificuldades em acionar as disposições necessárias para se estabelecerem – social e economicamente – nesses grandes centros urbanos durante diferentes contextos políticos, sociais e econômicos que marcam suas trajetórias.

Posto essa discussão, o terceiro capítulo desta pesquisa realizou uma abertura para pensar de forma mais específica o mundo do trabalho no Brasil, suas estruturas históricas e sociais, bem como seus trabalhadores. Nesse ponto, pretendeu-se abrir uma porta para analisar os fenômenos do mundo do trabalho ligados ao Setor da Construção, analisado a partir das trajetórias de trabalhadores. A informalidade, então, para além apenas da Construção, se coloca como característica perene de seu mercado de trabalho e tem efeitos constantes em funções já estruturadas como precárias, a exemplo do setor analisado. Neste sentido, para identificar como as experiências de proteção social vinculadas ao trabalho se colocam nessa transição rural-urbana/campo-cidade, dividimos este capítulo em quatro tópicos que buscaram pontuar a construção de um objeto próprio que é a informalidade, mas que aqui, pode e é conectada historicamente aos setores analisados a partir de seus efeitos ao longo dos últimos anos no Brasil.

Sobre esta ideia, escolhemos realizar um debate acerca da caracterização da noção de informalidade, suas modificações nos últimos cem anos e como ela é usada na sociedade brasileira e em seu mercado de trabalho. No segundo tópico, buscamos estabelecer uma conexão atual entre os dados sobre desocupação e informalidade e como as duas noções e realidades atuam como características estruturantes do mercado de trabalho ao contrário do que poderia pensar enquanto uma possível “exceção”. Em união com o terceiro ponto, vemos que a informalidade não se coloca como uma exceção do mercado de trabalho pretensamente assalariado, mas como uma forma de estruturação da sociedade brasileira como um todo, especialmente no ambiente urbano, onde nossos sujeitos analisados permanecem situados no tempo presente.

No último momento deste capítulo, ao unir com os dois capítulos anteriores e trazer para o debate as relações desses trabalhadores migrantes com o labor e vida na cidade, buscamos

questionar a partir dos relatos de nossos sujeitos analisados, se o trabalho formalizado aparece apenas enquanto vínculo em carteira ou, performa consigo, o corte com a realidade precária vivenciada pela instabilidade no campo. Com as falas analisadas de nossos trabalhadores migrantes, em conjunto com a discussão conceitual sobre a noção de informalidade desenvolvida nos tópicos anteriores, poderíamos dizer que formalidade e informalidade nunca estiveram tão próximas quanto no caso do trabalho na Construção.

4.1 DUAS DÉCADAS DE DEBATES EM TORNO DA NOÇÃO DE “INFORMALIDADE”, SEU CONTEÚDO E USOS

O conceito ou noção de *informalidade* é material de discussão há, pelo menos, 50 anos. Mas, ao contrário do que pode se pensar enquanto uma característica do capitalismo periférico contemporâneo, ela se coloca ao longo de toda história brasileira, apresentando usos e desusos ao longo das últimas cinco décadas, especialmente. Ou seja, a partir da de 1980, a noção de informalidade apresenta sua virada de chave com o modelo de acumulação flexível estabelecido e os debates em torno do papel do Estado – ora assistencialista, ora prospectado como “mínimo” pela dinâmica neoliberal.

As metamorfoses que sofreu o trabalho assalariado do século XX, no mundo, fez com que retornássemos – se é que um dia saímos, no caso brasileiro – a face regulada pela informalidade e de trocas mercantis simples. A própria venda da força de trabalho, seja em qualquer um de seus espaços, é vista, agora, na precariedade que a compõe e faz parte de todo o mundo. Até mesmo no cenário de pleno emprego que foi vivenciado no Brasil na primeira década dos anos 2000 (FELTRAN, 2014). A questão da homogeneização da violência urbana e do conflito de classe aparece como um problema de projeto político, onde a cidadania de fato não conseguiu se instituir e as classes populares são vistas assim: todos, de fato, homogeneizados na face da subalternidade e da necessidade de inserção e integração (MACHADO DA SILVA, 2010). Muito em virtude da carência de congregar esse mercado consumidor comum e interno (FELTRAN, 2014).

Lembremos de Mattos (2019) ao resgatar a relação entre Centro e Periferia e os diferentes perfis de trabalhadores, para responder à pergunta elencada por ele no início do livro *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*, ao perceber o conteúdo múltiplo da classe trabalhadora e como ela se coloca na atualidade. É importante mencionar que, especialmente, nos últimos anos da história do Brasil, durante governos petistas (2002-2016), a relação de

classe foi relegada a um patamar alfanumérico quando analisado a separação por classes “A, B, C, D, E”, a partir da sua faixa de renda; numa estratificação de grupos sociais considerando sua capacidade de consumo. Essa análise alfanumérica das classes deixa de lado expressões como *classe trabalhadora*, *classe operária* ou *proletariado*, o que tende a esvaziar o conteúdo político de classe. A questão que fica é: é necessário mesmo se integrar a todo custo? Tais noções de hierarquização e preconceito racial tomam, no capitalismo, novas proporções, ainda mais precárias e insalubres para as populações subalternizadas, compostas, em grande medida, de pessoas negras e/ou migrantes?

Para além dessas noções, a informalidade brasileira, especificamente, tem história, conteúdo, classe e se coloca como uma problemática estrutural de nossa formação de pesquisa. Seja na forma de tópico e/ou a situação real e diária para os trabalhadores e sujeitos sociais. Assim, é ora discutida enquanto uma categoria de análise vista pela “falta”, por tudo aquilo que “não é” (*ibidem*; FISCHER, 2021); ora enquanto uma realidade precária condicionada ao capitalismo periférico. Ela consegue, no entanto, abarcar diversos contextos históricos e uma grande leva da população ocupada que enfrenta as dificuldades diárias para se estabelecer minimamente no mercado de trabalho. Já do outro ponto de análise, a informalidade não pode ser vista como um caminho sequencial para o setor formal, numa espécie de “etapismo” que marca o subdesenvolvimento. No entanto, pode e deve ser visualizada como uma situação dada em sua construção e existente do mercado de trabalho e da forma que se constrói a economia capitalista, tanto em contextos periféricos quanto globais.

Diversas faces desse mesmo problema social persistem desde, mais especificamente, o início do século XX e a virada de um regime puramente escravista para tentativa de implementação de um Estado democrático, proclamado de forma pouco republicana. Atenta-se para o fato que

é certo que a sociedade brasileira carrega todo o peso da tradição de um país com passado escravagista e que fez sua entrada na modernidade capitalista no interior de uma concepção patriarcal de mando e autoridade, concepção esta que traduz diferenças e desigualdades no registro de hierarquias que criam a figura do inferior que tem o dever da obediência, que merece o favor e proteção, mas jamais os direitos (TELLES, 1993, p. 3).

Essa transição histórica da sociedade brasileira e de seus modos de produção possibilitou a espoliação de terras e força de trabalho de uma mão de obra antes escravizada e agora relativamente livre, já que “[...] essa sociedade civil por assim dizer inacabada, se projeta por inteiro na pauperização que define o horizonte mais do que provável de parcelas majoritárias aos trabalhadores integrados no mercado de trabalho” (*ibidem*, p. 5). A pobreza e

suas faces não é um problema meramente econômico, mas social e político. Agora, quase 100 anos depois, num Estado capitalista, a questão da pobreza e da informalidade – seja rural ou urbana – assume sua pior face e de mais fácil verificação.

Nos perguntamos, então, como romper ou tentar criar meios de qualificação e pulsão para um mercado de trabalho que sempre possuiu seus trabalhadores “certos”, a desempenhar as mesmas funções precárias dia após dia? O que as outras camadas da sociedade, que não a escravizada, tinha para oferecer na dinâmica do capitalismo moderno e na estruturação de um mercado de trabalho que tão logo escolheu e/ou abarcou aqueles já precarizados em atividades ainda mais flexíveis, levando em conta "quem mais poderia ter para desempenhar tal função"?

Pobreza e informalidade urbana passam a caminhar em conjunto, seja no imaginário social ou na realidade diária de falta de acesso a postos de trabalho, dificuldade de qualificação formal pretensamente exigida pelo mercado para o estabelecimento de melhores salários, dentre outros fatores. Nos termos de Machado da Silva (2016), integração e conflito andam lado a lado: o primeiro, visa a ser o objetivo (pelo menos na teoria); o segundo, passa a ser a realidade e com ela, a responsabilização dos problemas urbanos por parte dos grupos subalternizados. Falar, portanto, sobre informalidade, o(s) conteúdos(s) de sua noção e o seu percentual na realidade brasileira, é observar as contingências políticas e sociais de seu contexto histórico e sua fase secular e estrutural que marca mais que o mercado de trabalho brasileiro, mas, sim, sua sociedade.

O que temos é a coexistência e a sobreposição de práticas e posicionamentos formais e informais, deslizantes e intermitentes, que marcam – não de forma periódica – a vida das populações subalternizadas. Fischer (2021), ao desenvolver um trabalho sobre informalidade urbana no Rio de Janeiro e Recife, elenca três tópicos que servem como substrato para reprodução dessas relações desiguais, são eles: a evolução de um governo desigual e racializado; a tensa coexistência entre poder público e privado, e a correlação contraditória entre luta social e desigualdade. Nesse caso, o próprio poder de legitimar ou definir o que é formal ou informal torna-se uma arma de poder. Por isso, ao perceber que a informalidade urbana não nasce de um vácuo político-social, mas antes é parte de um processo histórico, é possível operar em duas faces de análise para conceber de um lado, o processo estrutural que marca a vida do trabalhador; de outro, as suas escolhas diárias diante da realidade que lhes é posta.

Sem legitimidade e com um investimento público vacilante nas formas de vida urbana, os governantes puderam, com isso, proteger o então setor formal, a tecnocracia, à medida que baixava o custo do salário, como já pontuava Caio Prado Jr. (2014). Torna-se quase impossível

mirar uma mudança social e pública do direito à cidade, de um suposto horizonte coletivo do trabalho formal e da proteção social que decorreria dele. Nesse mundo social, tecido num terreno incerto (TELLES; HIRATA, 2007), as várias faces da precariedade se reproduzem diariamente nesse prosaico mundo urbano, sem (ou com poucas) perspectivas.

Objetivamos, então, compreender as noções de informalidade, suas causas históricas e sociais, suas consequências e como isso tende a afetar o contexto macro em que nossos sujeitos micro estão inseridos, já que passam a reproduzir características informais precárias mesmo dentro de um vínculo formal de emprego, como é o caso da Construção. A análise foi realizada com a apreensão da historicidade da noção de informalidade durante o século XX a partir de Machado da Silva (2002), seus contrapontos e junções em Antunes (2011), Cacciamali (2000) e Fischer (2021). A fim de perceber como a informalidade se coloca na realidade cotidiana, seus usos e noções ideológicas, e suas análises a partir das mudanças do capitalismo contemporâneo e da realidade do debate acadêmico. Para se chegar à apreensão proposta, foi situado as noções de informalidade a partir dos quatro autores⁵⁰ engajados no debate que se inicia no século presente, os contextos históricos de suas pesquisas e vielas abertas para prospectar uma discussão acerca da informalidade em sua forma histórica e outras características mais amplas.

4.2 DA DESOCUPAÇÃO À INFORMALIDADE: ALGUNS DADOS CONTEMPORÂNEOS

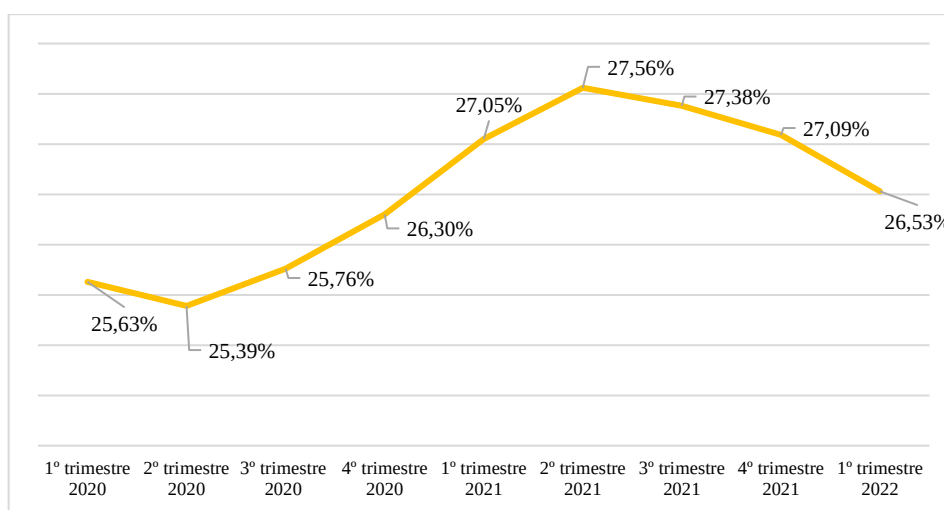
Desde 2014, os decréscimos da economia fizeram com que a realidade mínima de postos de trabalho e condições laborais mais positivas acabasse por ser posta abaixo a partir de uma série de retrações, perda de postos de trabalho e uma suposta guinada “mais informal”. Notícias recentes, especialmente a partir de 2018, demonstram que a informalidade que representa um grande contingente da força de trabalho ocupada, só tende a crescer e a se equiparar com a fração formal, estando as duas quase que no mesmo patamar. Na flutuação entre 38% e 42% da força de trabalho ocupada nos últimos quatro anos, dados do IBGE (2021) mostravam que a taxa de informalidade passou de 41,1%, em 2019, para 38,7%, em 2020. No entanto,

é importante ressaltar que a queda na taxa de informalidade não reflete melhoria das condições desses trabalhadores ou um processo de transição da informalidade para a formalização. Esse movimento está relacionado à perda acentuada de ocupação dos trabalhadores informais nos primeiros meses da pandemia em 2020 (*ibidem*, p. 3).

⁵⁰ A escolha por esses autores se deu em virtude de algumas aulas ministradas na cadeira de Sociologia do Trabalho do departamento de Ciências Sociais (DCS/UFPB), durante o estágio docência, e visa a prospectar, a partir de alguns textos chaves sobre o tópico da informalidade, outras realidades aparentes.

Esse fato se mostra de maneira mais contundente ao analisarmos o Gráfico 3, abaixo, verificando que os sintomas da informalidade não são contidos pelo seu conteúdo. Mas, se espalham para outros setores de uma economia que se coloca de maneira informal e que aparece diariamente nos níveis de desocupação, desalento e daqueles que passam a se empregar num trabalho por conta própria, longe da regulamentação por uma instância trabalhista ou submetido a coletividade do trabalho assalariado e por tempo indeterminado, a visar a uma *cultura do trabalho* que poderia ser sua característica. Podemos perceber a guinada do trabalho por conta própria dentro da estabilidade pandêmica, com maiores taxas no ano de 2021. No entanto, essa perspectiva do trabalho atípico não é uma exceção da pandemia, e já existia no contexto anterior, ao ocupar mais que 20% da força de trabalho. A pandemia do COVID-19 ampliou esse fosso já existente ao promover formas mais flexíveis de trabalho, mediadas por tecnologias da informação e a formar um contingente laboral desalentado; sem perspectivas a longo prazo.

Gráfico 3 – Pessoas de 14 anos ou mais no trabalho por conta própria a partir de 2020 no Brasil (em %)



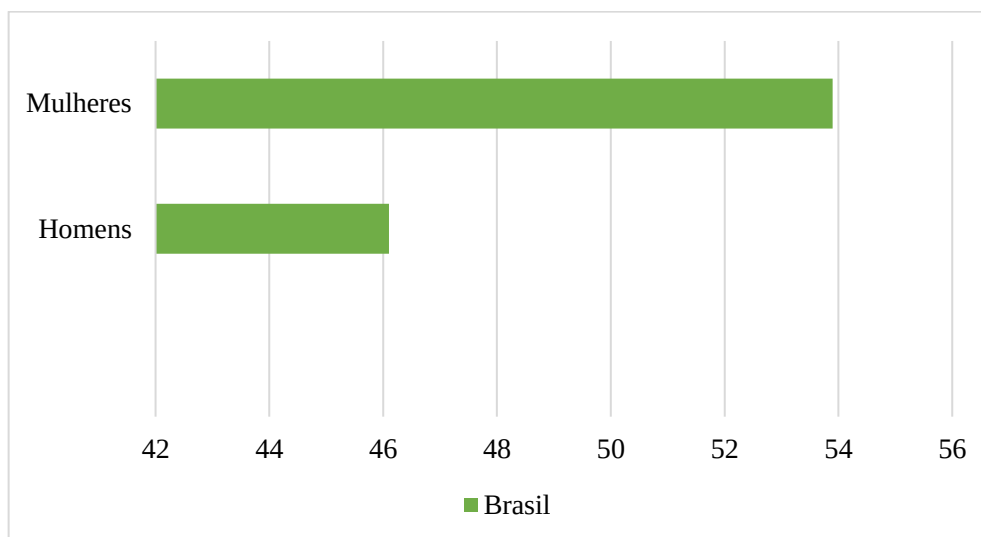
Fonte: "IBGE - PNAD Contínua". Elaboração própria, 2022.

Já em 2022, a partir de uma abertura maior da economia num contexto de adequação e adaptação à pandemia, esse número aumentou. No primeiro trimestre do ano, a porcentagem de pessoas na informalidade era de 40,4%, uma leve retração se comparado ao final do ano anterior, que era de 40,7%. Mesmo assim, essa fração não revela uma mudança minimamente amigável, ao considerar que o número absoluto de trabalhadores em situações informais cresceu, com 313 mil pessoas passando a atuar na informalidade (CNN, 2022). E, como vimos no Gráfico 3, acima, as pessoas localizadas no “trabalho por conta própria”, segundo dados da

PNAD Contínua (2022), representam mais que um quarto do total ocupado por cada trimestre do ano desde 2020, com uma leve variação em seu número no primeiro trimestre de 2022.

Esse número expressivo não se coloca apenas em 2022. Na série histórica de 2012-2020, vimos o percentual de pessoas desocupadas dobrarem ao passo que, no primeiro ano de análise, o número era de 7,4%, à medida que, oito anos depois, passou para 13,5%, interrompendo o momento de queda que se deu a partir de 2018 (IBGE, 2021). Com o aumento da desocupação, então, o número de ocupados diminui. O maior número de ocupação ocorreu entre 2012 e 2014, a partir desse último ano, o número de ocupados só foi representado em ordem decrescente, chegando ao seu menor percentual em 2020, com 49,4% da força de trabalho ocupada, com uma queda de 7,9% se comparado ao primeiro ano de análise, 2012, que era de 56,9% (*ibidem*).

Gráfico 4 – Pessoas de 14 anos ou mais no trabalho por conta própria a partir de 2020 no Brasil (em %)

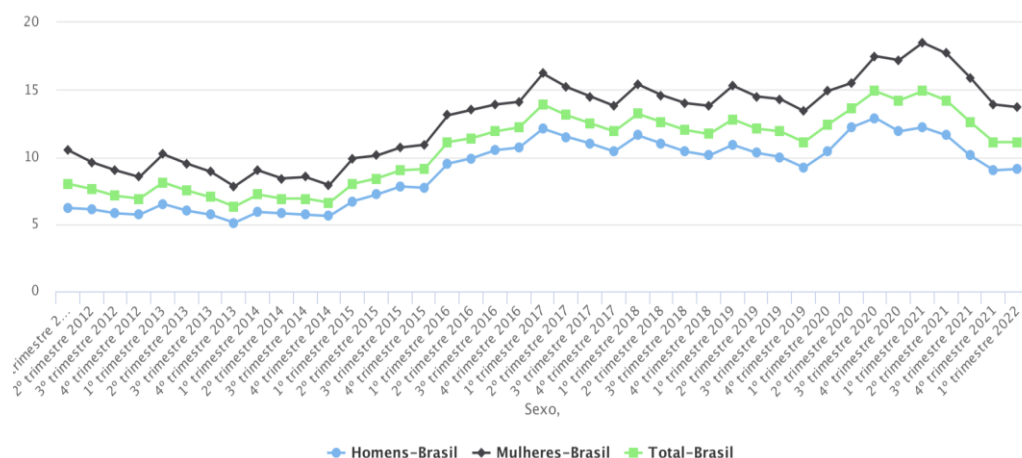


Fonte: "IBGE – PNAD Contínua". Elaboração própria, 2022.

No caso da população desocupada, a dimensão de gênero, no que concerne as mulheres, aparece tanto no primeiro trimestre de 2022 como na série histórica de 10 (dez) anos de 2012 até aqui. A taxa foi de 11,1% no primeiro trimestre de 2022 e permaneceu estável se comparado a 2021, segundo dados da PNAD Contínua trimestral (IBGE, 2022). É entrecortada por uma perspectiva de sexo/gênero onde, a maioria dessa população, é composta por mulheres, com um percentual de 13,7% em comparação aos 9,1%, dos homens. Como vemos no Gráfico 4, acima, o número de mulheres desocupadas ultrapassa o total do Brasil, se mostrando como um problema estrutural de inserção no mercado de trabalho no que se refere às mulheres e aos jovens trabalhadores. Este último grupo representa, no primeiro trimestre de 2022, um total de

37,8% quando agrupados os adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. A maior parcela, vista singularmente, fica por conta dos adultos de 25 a 39 anos que performavam 35,9% do total (*ibidem*). No que concerne à raça/cor, o número de pessoas ficou abaixo da média nacional para as brancas, com 8,9%, e acima do número anteriormente visto para pretos e pardos, com 13,3% e 12,9%, respectivamente.

Gráfico 5 – Pessoas desocupadas no Brasil segundo o sexo, em % (2012-2022)



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração pelo IBGE, 2022.

A partir desses breves dados, podemos elencar algumas questões bases para nos guiar aqui: o que pode ser entendimento como informalidade? Quando ela se origina e qual sua realidade? Como Fischer (2021) pontua, a informalidade urbana pode ser entendida como um “estado de falta”, uma não ação estatal ou um modo de poder? Pode ser vista como um triunfo de mercados desregulados ou um desafio para o capitalismo? Levando em consideração o número elevado de pessoas pretas e pardas que compõe a maior média da população desocupada, como visto acima, poderíamos nos perguntar se ela passa a ser um espaço de resistência negra ou um modo de marginalização racial? Por último, a informalidade é datada e historicamente situada?

Buscamos fornecer certo material para debatermos as questões mencionadas acima a partir da bibliografia proposta. No início do século, o debate sobre informalidade ganhava ainda mais corpo, sustentado por pesquisas acerca de temas de fronteira – à exemplo da pobreza, da criminalidade urbana etc. – realizadas durante a década de 1990. Com os ajustes de redemocratização, tentativa de formação de um mercado de trabalho mais amplo e de mais deveres para o Estado – como a criação do SUS, a partir da Constituição de 1988, por exemplo,

até a incorporação de novas bases de regulação do trabalho –, mais desafios surgiam referentes a como comportar as novas formas de acumulação capitalista frente às mudanças sociais e políticas à época.

4.3 INFORMALIDADE: UMA CATEGORIA OU UMA REALIDADE?

Em 1969, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lança o *Programa Mundial de Emprego* para analisar os efeitos causados pelas estratégias de crescimento econômico rapidamente empreendidas por países tidos como retardatários sobre o emprego e sua geração de renda. O diagnóstico obtido foi que, com o padrão de crescimento substitutivo do setor primário-exportador de forma rápida e intensiva em capital, não ocorreu a oferta de postos de trabalho suficiente frente à população economicamente ativa (CACCIAMALI, 2000). Ao contrário, com a falta de aparatos legislativos de regulação do trabalho de modo mais sistemático até aquele momento, percebeu-se a forma de trabalho realizado em pequena escala, muitas vezes de maneira familiar, no comércio de rua ou em casa, como é o caso das facções têxteis, por exemplo. Nesse sentido, o conteúdo da categoria de informalidade passa a se tornar mais palpável a partir dos números e dos esquemas de percepção desse problema dentro do âmbito do programa conduzido pela OIT em todo o mundo.

Com a realidade de excedente de mão de obra, desemprego e a falta de políticas institucionais de emprego e renda, são elencadas algumas características desse setor informal em sua construção analítica. São elas: propriedade familiar do empreendimento; origem e aporte próprio dos recursos; pequena escala de produção; facilidade de ingresso; uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (*ibidem*, p. 155).

No caso do Brasil, a Constituição de 1988 incorporou alguns avanços relacionados a políticas sociais e laborais previamente estabelecidas pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), tais como: acordos coletivos (licença maternidade e paternidade, direito a férias remuneradas, décimo terceiro salário e FGTS); a regulação do seguro-desemprego, realizado em 1986; menor nível de intervenção estatal dentro dos sindicatos, dentre outros aspectos (OLIVEIRA, 2018). Entretanto, limitações concernentes a questões trabalhistas permaneceram, junto às críticas da Direita em relação aos pequenos avanços, o que coincidiu com a onda neoliberal que discutia os supostos custos trabalhistas excessivos e demandava por uma flexibilização maior da regulação sobre o trabalho (*ibidem*).

A partir de 1990, então, essas mudanças passam a se mostrar em todo país com o paradigma de liberalização e desregulamentação de mercados, de bens, de serviços etc., unidos a uma privatização e desnacionalização de empresas, amparado no capitalismo transnacional, globalizado e financeirizado (CANO, 2000; POCHMANN, 2001). Ao colocar nos novos tempos uma crítica de Oliveira ([1972] 2013), percebemos que esse conjunto de novas leis trabalhistas representa, também, novos aportes para instauração de um novo modelo de acumulação, seja em 1930 ou 1990.

Falamos no início que a informalidade pode ser considerada uma marca estrutural da sociedade laboral brasileira e uma realidade não só de países de capitalismo periférico. Notamos, neste momento, que ela acha novamente uma viga de sustentação para sua proliferação e estabelecimento enquanto parte da organização no trabalho vigente, ao passo que

essas mudanças, promotoras de uma acumulação “liberal”, trouxeram à tona, de modo bastante súbito, uma demanda de adaptação das empresas e do Estado. Em meio a todas as mudanças na economia, a flexibilidade (entendida como adaptabilidade) passou a ser um vocábulo corrente no debate público (IPEA, 2015, p. 14).

A informalidade e flexibilidade, então, passam a andar lado a lado, reutilizadas de acordo com a demanda do mercado, mesmo que, em seu conteúdo, possam ser diferenciadas.

Há, assim, uma dificuldade em se traçar um perfil da informalização “atual”, como coloca Machado da Silva (2002). Seja em 2002 ou 2022, a informalidade flutua entre duas percepções: “o outro lado”, a exceção de uma suposta sociedade totalmente assalariada, que tem como horizonte de comparação o pleno emprego vivenciado nas social-democracias europeias ou, o que tende a se mostrar na prática, parte constituinte do processo produtivo do Brasil. Poderíamos pensar que há uma evolução contínua da estabilidade do mercado que tem a universalização das condições de trabalho em seu centro? O emprego assalariado estável pode ser um ponto de referência?

O que acontece, segundo o autor, é um movimento de *mão dupla*, ao perceber que há uma confusão na prática da informalidade e sua análise é tratada de forma ambígua. Nesse movimento duplo, o dualismo da análise reaparece, numa relação entre a “Teoria da modernização” e a “Teoria da marginalidade”. A primeira sublinhava o aspecto transitório da realidade dos países subdesenvolvidos, onde se caracteriza como uma “[...] pré-incorporação ao trabalho assalariado dos contingentes migrantes, cujas atitudes e modos de vida ainda não eram adequados aos padrões modernos-industriais, mas também já não eram inteiramente tradicionais” (*ibidem*, p. 86). Já a segunda, levando como base a dificuldade de transição entre a situação agro-exportadora brasileira para sua capacidade de industrialização, enfatizava as

dificuldades em ultrapassar os desequilíbrios estruturais identificados e seus impactos na estratificação social.

A perspectiva dualista, então, era dividida em duas variantes: aberto (onde é mais fácil, para os trabalhadores, adentrarem a informalidade que saírem dela); e, para outra, fechado (certas categorias de trabalhadores que se inserem marginalmente nesse processo em um prazo histórico mais longo). Nesse ideal do pleno emprego estabelecido a partir da década de 1960 no mundo, ocorre o estabelecimento do que Machado da Silva (*ibidem*) vai chamar de *jogo claro-escuro*. Há uma alternância entre o par formal-informal que tem como o assalariamento pleno um horizonte a ser atingido e a proteção do trabalho passa a ser ancorada em bases universalistas.

Se esse era o horizonte vislumbrado e adotado à época, a informalidade chega para compreender todas as formas de trabalho que não correspondem ao referencial adotado? Qual seu conteúdo real? As crises – tanto em termos globais quanto nacionais – que dão partida a década de 1980, chegam para elevar ainda mais a noção de informalidade. O que ocorre é um crescimento do desemprego a nível mundial e, com ele, a crise das social-democracias existentes no Norte global. Há uma expansão de atividades empresariais e de uma economia de mercado com o fortalecimento do papel central do setor de serviços e sua maior importância para acumulação capitalista (como começa a ser visto ainda na primeira parte do século XX). Se o setor de serviços ganhava força e as formas flexíveis de trabalho também, o que ocorre é o estabelecimento de uma série de controvérsias em torno dos usos sociais do trabalho e da sua capacidade de ser agente de mudança e estruturante de subjetividades ligadas a uma *cultura operária* (BEAUD; PIALOUX, 2009).

A informalidade, nesse momento, em contraponto a perda de confiança na viabilidade do projeto de pleno emprego, passa a ter mudanças em seu quadro analítico e na sua relevância cognitiva. Três movimentos ocorrem nesse entremeio: 1) polarização em torno do significado do dinamismo do setor secundário e as profundas transformações nas relações empregatícias; 2) abertura para crescente importância do setor terciário e de serviços; e 3) autonomia das formas “atípicas” que deixam de ser meras coadjuvantes da “unidade central” de trabalho assalariado (MACHADO DA SILVA, 2002). O que acontece é uma maior corrosão do trabalho contratado e regulamentado de matriz taylorista-fordista que foi presenciado pela indústria do Norte global a partir do fim do século XIX (ANTUNES, 2011). Com a perda da regulamentação operada por essa matriz, a percepção laboral como formato de uma identidade coletiva é impossibilitada, seja pela dificuldade de criação e gerenciamento de pautas em comum, pela

rotatividade tremenda do mercado e/ou do caráter esvaziado das relações sociais e laborais (SENNETT, 2003).

Antunes (2011), ao analisar *os jeitos de ser da informalidade*, coloca uma relação desta com a “teoria do valor” e assim a separação entre um *trabalho vivo X trabalho morto* realizada nas mudanças das camadas sociolaborais a partir da década de 1980 e da era informacional-digital. O que ocorre é uma subsunção do trabalho vivo ao mundo das máquinas a partir de uma ampliação das formas geradoras de valor e de mercadorias a partir do não-valor – o trabalho vivo. As formas de contrato atípicas – terceirização, voluntariado, cooperativismo, empreendedor, entre outros – se ampliam para abarcar a demanda por mais um modo de expropriação do indivíduo-trabalhador. Eclode, nesses novos moldes, o desemprego estrutural à nível global e o aumento da produtividade se dá a partir da expansão dos mecanismos responsáveis pela extração do sobretrabalho em menor tempo e a ampliação do trabalho morto, que é configurado no maquinário “técnico-científico-informacional” (*ibidem*, p. 408). É apenas a partir dessa articulação entre trabalho vivo e morto, com o uso de técnicas de extração do sobretrabalho e formas de contratos mais típicas e precárias, que o capital consegue se valorizar.

A partir de Alves e Tavares (2007), é realizado um recorte nas modalidades exercidas pela informalidade. Separa-se os trabalhadores e esse processo de informalização em três motes: 1º) *trabalhadores informais tradicionais* – aqueles que performam atividades de baixa capitalização para o consumo familiar ou individual – e os *trabalhadores informais ocasionais* – aqueles que desempenham funções no setor informal da economia quando se encontram desempregados, mas que desejam retornar ao trabalho assalariado; 2º) os *trabalhadores informais assalariados sem registros*, que são aqueles trabalhadores que perderam o estatuto da contratualidade e foram excluídos dos acordos e normas coletivas de seu grupo, a partir da passagem de trabalhador com carteira assinada para sem o registro em carteira; e, por fim, o 3º) os *trabalhadores informais por conta própria* que são aqueles produtores simples de mercadorias que trabalham individualmente ou em grupo familiar e que podem, inclusive, fazer a subcontratação de mais força de trabalho assalariada.

No primeiro grupo citado, de *trabalhadores informais tradicionais*, ocorre, ainda, uma outra separação: de um lado, trabalhadores *menos instáveis* na figura dos que conseguem possuir um conhecimento profissional minimamente maior e são responsáveis pelos seus meios de trabalho, presentes, especialmente, no setor de serviços – à exemplo de costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedores ambulantes, entre outros. De outro lado, há os trabalhadores *mais instáveis*, aqueles que flertam – de maneira constante ou não – com a informalidade e são

recrutados ocasionalmente para algum serviço específico, sem uma regularidade bem definida e, na maioria dos casos, para desempenhar tarefas braçais.

Essas separações são utilizadas para perceber como o espectro da informalidade é amplo e consegue abarcar muitos trabalhadores e em múltiplos tempos e contextos, ligados a própria forma da acumulação capitalista. Consideramos, por isso, que

[...] o impulso a lei do valor ora convoca, ora libera os trabalhadores, ora os assalaria, ora usa a sua força de trabalho na clandestinidade, dando-lhes em troca situações ilusórias, como a idéia de autonomia que se apóia na dualidade econômica, argumento que não se funda na prática social, com o que fica demonstrado o equívoco que é discutir o “setor informal” enquanto um conceito fechado que não dá conta da realidade. O trabalho informal ou os “empregos informais” constituem o que estamos chamando de nova informalidade (TAVARES, 2004, p 41).

Esta passa a ser o principal impulso à maior acumulação capitalista a partir das mudanças nas formas de extrair sobretrabalho e uma maior produção, num processo tendencial de precarização estrutural do trabalho,

[...] ou seja, no movimento pendular do trabalho, preservados os imperativos destrutivos do capital, oscilamos crescentemente entre a perenidade de um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e explorado, dotado de direitos e, de outro, uma superfluidade crescente, cada vez mais geradora de trabalho precarizado e informalizado, como via de acesso ao desemprego estrutural (ANTUNES, 2011, p. 417).

Agora, o uso social do trabalho enquanto principal mecanismo que articula *produção* e *reprodução* social entra em cheque e as formas de “sobrevivências” e “virações” adquirem um sentido próprio e um lugar na hierarquia laboral e social, numa perspectiva atemporal (MALAGUTI, 2000).

Se o trabalho é o principal mecanismo que articula produção e reprodução social, o mercado de trabalho apresenta uma centralidade na vida econômica e social dos indivíduos inseridos na sociedade do valor. Com a “perda” do conteúdo da informalidade enquanto variável periférica, resguardado aos países refém do subdesenvolvimento – vistos, em sua maioria, no Sul global –, o que antes era uma realidade mais datada de uma situação precária latino-americana, passa a se mostrar mundo a fora. Seria, então, a flexibilização trazida pela década de 1980 e da acumulação flexível (LAPIS, 2011) algo positivo ou um descontrole institucional? Por um lado, abandona-se minimamente o dualismo das análises tradicionais; por outro, a informalidade perde sua força ao ser encarada como um mero sinônimo de flexibilidade e passa a ser adotada como problema de governo e refém da regulação político-institucional. E não como característica substantiva do processo produtivo.

Se na metade do século passado e no início de nossa análise, a informalidade era tida como uma variante do subdesenvolvimento, sua noção dada em contraponto a um ideal inatingido e logo adaptação à flexibilidade presente na virada neoliberal, a teorização de seu conteúdo analítico, mais uma vez, passa a ser postergada. Para onde vai a informalidade nesse momento, então? O que ela passa a designar? Com o esvaziamento da cultura do trabalho a partir das reprodutivas crises e adequação à um padrão mais flexível de acumulação, incorremos na sua incapacidade de se reproduzir enquanto sistema coerente e significativo de orientação de valores a partir das mudanças em sua sustentação objetiva.

Ocorre, nesse sentido, uma substituição do par *formal-informal*, que vimos em seu início, para um muito mais flexível e sustentado ideologicamente por características “mais adaptáveis”: *empregabilidade-empreendedorismo*. Tudo isso a partir de uma domesticação ideológica da insegurança e flexibilização para construção de uma nova cultura do trabalho sem a centralidade da estabilidade (CASTEL, 2005). Numa relação direta com as mudanças de seu tempo histórico, a forma flexível se apresenta como um “novo espírito do capitalismo”, ao considerarmos a noção trazida Boltanski e Chiapello ([1999] 2009) e o modo como ocorre o engajamento no capitalismo. Esse discurso “livre” constitui um dos componentes especiais deste espírito, à medida que percebemos que

[...] o espírito do capitalismo, na segunda metade do século XX, apresenta-se assim tanto como meio de acesso à autorrealização por intermédio do engajamento no capitalismo quanto como via de libertação do próprio capitalismo, naquilo que ele teria de opressivo em suas realizações anteriores (*ibidem*, p. 424).

Há, então, uma característica de libertação inerente ao capitalismo? O mercado de trabalho representa um ideal de autonomia? Ao contrário. O que ocorre é uma subordinação dissimulada formalmente do “direito do trabalho” para “direito comercial”, numa mercadorização e conformação de um *éthos* social voltado ao consumo, muito em virtude da precarização da força de trabalho e da vida social, antes orientada por valores próprios desse modo de se reproduzir a partir de um suposto trabalho. Nos termos marxianos, não é mais “um objeto para o sujeito”, mas, sim, “um sujeito para o objeto” e seus nichos de produção (MARX, [1867] 2008).

A relação flexível de transformação em *empreendedor* possui uma dimensão simbólico-ideológica de adesão/convencimento para que ocorra enquanto uma nova ordem social e laboral. Talvez essa mais bem adaptada à atual organização da produção – como está dito em seu pressuposto –, ocasionando a criação de um novo perfil de trabalhadores e de uma nova

autoimagem: mais flexível, com capacidade de “viração” e bem diferente daquela pregada anteriormente pelo ideal do assalariamento pleno. Dela,

[...] projeta-se a imagem do “novo trabalhador” como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho (ou da alocação de seu esforço como produtor direto) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competência para práticas econômicas em constante mudança – isto é, sempre como empresário de si mesmo” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 105).

Portanto, já que o trabalho formal não é uma realidade para grande parte do público brasileiro em espera no mercado laboral, a imagem de empresário de si passa a ser logo prospectada, a partir dessa propaganda do empreendedorismo e da flexibilidade do trabalho e da vida dentro das transformações propositais do capitalismo.

Quando consideramos o nosso público analisado aqui, os trabalhadores migrantes situados na capital que precisam arcar com os custos de duas vidas diferentes, no que concerne aluguel, alimentação, lazer etc., eles se encontram, constantemente, sob a *viração* entre atividades tidas como formais – como é o caso de seus empregos no Setor da Construção – e *bicos*, seja na mesma área ou até de volta ao trabalho agrícola. Ainda, com a venda de roupas e afins em confecções próprias ou de amigos/familiares. Se quando inseridos na formalidade ela não é suficiente para promover um sustento adequado e sua reprodução simbólica e material, a informalidade constantemente bate à porta. Seja para alertar dos riscos dessa atividade formalizada e instável executada por eles. Ou, para dizer que essa dupla-vida é necessária para que ele consiga arcar com os custos de se manter na cidade ao mesmo tempo em que promove a manutenção de sua família no campo/interior.

Seja em adição a atividade já desempenhada ou como solução ao escape dessa função precária e coercitiva que se torna o trabalho na Construção, a *viração* a partir de atividades informais é a realidade desse trabalhador e ocupa um lugar já bem delimitado dentro de suas trajetórias. É desejo de vários, como já apontado anteriormente, abrir uma loja, trabalhar com moda, como é o caso de Alexandre. Ou, de ter um negócio próprio no ramo da construção, como é o caso de Dida. De todo modo, sendo formalizado ou não dentro da Construção, a vontade de sair dessa atividade ou de complementá-la se já não passa na cabeça da maioria de nossos sujeitos analisados, já é, em partes, sua realidade.

Por tais motivos, a análise do espaço denso que a informalidade constrói e ocupa dentro de nossa realidade é necessária para que juntemos questões objetivas e percepções simbólicas dentro de um mesmo ambiente de vida e atividade, percebendo nossos sujeitos como seres

complexos, múltiplos e em expansão. Eles carecem, então, de mudanças constantes porque a realidade atual não é satisfatória. Seja durante o século passado ou agora, as demandas sobre o trabalho, os salários, o sindicato e toda uma carga simbólica que permeia a construção de direitos laborais mínimos são mantidas.

Neste sentido, pensando a trajetória de nossos sujeitos analisados, ao migrar e buscar trabalho de forma muito individualizada, o seu esquema de autopercepção e capacidade de reprodução material é alterado à medida que chega na Construção, consegue um emprego e passa a subsistir, como coloca Bourdieu (2021), mas sem ter, nesse vínculo, uma construção identitária com sua atividade produtiva. Se o campo, de onde ele sai, era precário e não constituía uma vida para onde voltar, a Construção dá as chaves para essa flexibilidade e mudança econômica de forma dominada, o limitando a um ambiente coordenado e gerado exclusivamente por ela.

4.4 “SER FICHADO” E A NOÇÃO DE FORMALIDADE: ENTRE A PRECARIEDADE E A BUSCA POR PROTEÇÃO SOCIAL?

As análises acerca do rural brasileiro e seu contraponto urbano se tornam primordiais para entender as relações de trabalho no mercado laboral brasileiro e seus efeitos na construção de subjetividades. A realidade atual de desmonte de direitos trabalhistas, exclusão de políticas públicas, invasão de territórios – especialmente das populações originárias, tradicionais e de agricultores – como prerrogativa para o crescimento do agronegócio e de obras que visam a uma espécie de tentativa de “modernização a todo custo” – a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – assume a proa de parte dos problemas nacionais. Ao comparar as questões do campo com os avanços industriais e urbanos, em específico, podemos perceber como esses dois caminham a passos conjuntos, mesmo que numa relação desigual.

Percebemos que acontecimentos na recente história do país promoveram alterações diretas nos contextos sociais e de trabalho, tanto dos trabalhadores rurais quanto dos urbanos, desencadeando uma flexibilização e precarização total, agora prevista em lei. Como já debatemos no tópico anterior, a Reforma Trabalhista, instrumentalizada pela Lei 13.467/2017, entrou em vigor em 11 de novembro de 2017 e além de promover uma mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cria consigo novos itens. Seja pelo aumento do número de horas trabalhadas a partir da maior demanda do Capital e/ou pela “preferência” desses trabalhadores, muitas vezes migrantes e sem escolarização formal, pelo trabalho

informal, podendo ganhar mais do que o salário pré-estabelecido pelo setor formal da Construção.

Com isso, um cenário de precariedade e informalidade que estava presente no Setor da Construção desde sua formação, se mantém na (nova) realidade contemporânea. Como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, a partir das discussões elencadas sobre as categorias propostas por ele, as características e problemas sociais compõem parte da realidade do urbano, na figura do Setor da Construção, e do rural, como subsidiário desse pretenso avanço. Como, também, de seus trabalhadores, sempre submetidos às mudanças do sistema capitalista, das políticas públicas e dos programas governamentais. Estes últimos, para além de mudanças duradouras e estruturais, operam numa espécie de esperança de futuro melhor que é constantemente levantada para depois ser colocada abaixo novamente.

Nesse “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) invocado para pensar os efeitos locais, pouquíssimas pessoas possuem o privilégio de gerir a vida de acordo com um bem-estar adequado, sendo nitidamente diferente a experiência de vida que segue a vivência de uma pessoa de classe média e alta brasileira em comparação àqueles que compõem a nossa *ralé* (SOUZA, 2009). Uniformizar essas experiências, para além de um desserviço à história e/ou sociedade, é, também, generalizar as trajetórias e os efeitos que esses macros contextos socioeconômicos incidem sobre cada realidade específica, memo que contenham em si uma semelhança profunda a partir de movimentos precarizantes.

Diante desses aspectos, as barreiras entre o urbano e o rural, como também, o formal e informal, constantemente se cruzam, como aspectos distintos de realidades complementares. Como vimos no decorrer desse capítulo, a partir de uma discussão da categoria de informalidade tendo como base o caso brasileiro, os avanços governamentais trazidos a partir do início do século passado, especialmente da década de 1930, representam um avanço para o que se tinha até então, mas um entrave também para a luta estrutural e a longo prazo da classe trabalhadora, como um todo.

De funções e públicos operários específicos para preenchê-las, a sociedade brasileira criou consigo um mercado de trabalho refém das demandas privadas que surgem e se reproduzem sob a asa do poder público. Longe de representar uma exceção na realidade brasileira e do Sul global de modo geral (MATTOS, 2019), a informalidade é uma realidade pungente e aparente de nosso mercado de trabalho e de nossa sociedade. Com taxas que variaram entre 39% e 41% nos últimos três anos (IBGE, 2022), aspectos informais impregnam atividades formalizadas e existem grandemente por conta própria.

O vínculo em carteira de trabalho, por si próprio, não delimita uma posição qualitativa no mercado de trabalho, especialmente após a RT de 2017. Também, dos preceitos históricos que seguem a construção dos vínculos de trabalho e dos setores mais densos e atuantes da economia brasileira, como é o caso da Construção, refém de vícios de comportamentos dependentes e exploradores em sua atuação. Com isso, ao crer somente na carteira de trabalho assinada, sem uma regularização da função exercida, numa espécie de observação do trabalho prescrito, apenas, a informalidade também se apresenta para os trabalhadores *fichados*.

Alguns postos de trabalho convivem diariamente com as características que observamos na Construção, como a flexibilidade dos vínculos, movimento intermitente e rotativo, baixa necessidade de escolarização formal, dentre outros aspectos, mas que ainda existem sob o escudo da carteira de trabalho assinada⁵¹. Não significa, portanto, que mais pessoas estão sendo empregadas, mas que a rotatividade está a aumentar. Esse ponto é levantado, então, para compreender como a precariedade, assim como a informalidade, são apresentados enquanto fatores estruturantes e estruturados da sociedade brasileira e de seu mercado de trabalho. Impõe-se como uma *condição*⁵² na vida desses trabalhadores e dos setores analisados; um destino dado historicamente e incapaz de qualquer fuga. Aparecem, também, na figura do campo explorado e da cidade em vias de crescimento.

O que nos propomos, com isso, é: pontuar como essas condições de trabalho e vida se colocam nas trajetórias analisadas e se o Setor da Construção realmente representa uma via para proteção social vinculada ao trabalho prospectada pelos sujeitos analisados. Essa transição entre um lugar e outro vale a pena para os trabalhadores migrantes? A principal diferença reside na possibilidade de carteira assinada? E, portanto, é um ganho para os trabalhadores, mesmo que marcados pela perda que é estar longe de casa, da família e responsável por arcar com os custos de duas vidas distintas? Essas questões passam a nos orientar para perceber, através das trajetórias analisadas, como o dilema da carteira assinada aparece para os trabalhadores migrantes mesmo que imersos numa condição precarizada e vulnerável que marca o serviço na Construção – seja formal ou *clandestino*.

Alexandre, trabalhador migrante oriundo de Gurinhém, agreste do estado da Paraíba, está trabalhando em João Pessoa há cinco anos, nas idas e vidas constantes entre diferentes

⁵¹ Exemplo desse fato é o setor de *telemarketing*, altamente rotativo e com vínculos de trabalho frágeis e pouco coesos, assim como as condições de trabalho oferecidas aos seus empregados. Desse fato decorre que as vagas oferecidas no mercado são justamente para essas funções, representando um trânsito constante entre pessoas e postos de trabalho, como também é o caso da Construção.

⁵² Ao colocar o termo *condição* aqui, apontamos para uma realidade de desmonte e flexibilidade de direitos e possibilidades de trabalho que se mantém estável ao longo do tempo histórico, negativas e estruturantes da formação própria desse indivíduo trabalhador e migrante, sujeito à dinâmica social mais ampla.

casas e obras. Ele é um jovem de vinte e cinco anos que já migrou para vários estados trabalhando em “*coisas de fazenda*”, como ele diz. No caso, na criação de outros animais de pequeno porte para exposição e venda em feiras e afins. Em cada um desses estados que ele transitou, passou menos de seis meses. O trabalho formalizado, estável, nunca compôs parte de sua trajetória laboral. Até a Construção Civil, última experiência que teve. No momento de nossos dois encontros, ele já estava em aviso prévio, partiria no terceiro dia de entrevistas. A última passagem, então, na Construção, se deu numa obra em Manaíra, bairro mais afastado de onde os trabalhadores dividem a casa. Antes dos meses que nessa obra passou, ele tivera trabalhado em Mangabeira, bairro da Zona Sul, mais a periferia da cidade⁵³.

Em Mangabeira, também, ele trabalhava informalmente e não de carteira assinada, formalizado perante a empresa. Lá exerceu a função de servente de pedreiro por cerca de dois anos, mas “[...] *judiava muito. O alojamento era uma casa que o dono guardava materiais. Não era um alojamento mesmo. A gente dormia cheio de poeira, entre os materiais*”. No entanto, quando perguntado da diferença entre um trabalho clandestino e esse formal, se tinha, ele diz que antes, quando não estava de carteira assinada, a cobrança era menor, já que

lá antes, quando não era fichado, eu trabalhava menos que hoje... Não, não é trabalhar menos, é a cobrança é mais. E eu recebendo menos que lá, que lá eu recebia cinquenta reais por diária [...] no interior. Aqui eu recebo é, é, aumentou agora, foi pra quarenta e poucos... Parece que foi pra quarenta e quatro reais; quarenta e quatro reais. E eu sou mais cobrado. Trabalhando o mesmo tanto que lá, mas sendo mais cobrado. [...] Agora.

A obra em que estava no momento de nosso encontro, faz parte da mesma empresa que os demais colegas de casa, mas lá só era acompanhado por um dos trabalhadores da casa, seu amigo e compadre, com quem veio para João Pessoa dessa última vez. Eles faziam o trajeto a pé entre a casa compartilhada e a obra, e se tornou, além de cansativo, muito desgastante, especialmente pelo contato com a gerência do empreendimento que era difícil de lidar e causava vários problemas nessa relação de trabalho. Como ele dissera anteriormente, o trabalho agora fichado nessa obra gera muito mais cobranças do que ele era submetido nas anteriores. Mesmo que a remuneração seja maior por estar com relativos direitos assegurados – em fato, é até menor, segundo ele – a cobrança é o dobro. Assim como o desgaste emocional com os conflitos constantes entre mestre de obras e empregados do canteiro.

⁵³ A relação dos trabalhadores com a cidade, as obras e distâncias entre elas será mais bem descrita no decorrer do capítulo anterior deste trabalho, especialmente a partir dos Mapas 7 e 8. Essa dinâmica de trânsito entre locais e casas distintos representou um dos pontos focais de nossas conversas, por isso da escolha em trabalhar com essas informações num momento mais específico, relacionando com a migração, Construção e a cidade mais urbanizada, como é o caso da capital, João Pessoa.

Mesmo com a remuneração constante mensalmente, o trabalho formalizado apresenta as mesmas características dos que não possuem o vínculo em carteira, seja pelo horário de trabalho e almoço e/ou pelas condições ofertadas pela empresa aos trabalhadores. Sendo elas mínimas desde a alimentação ao local de morada. Se perguntado aos sujeitos o que eles prefeririam, diriam que é dividir a casa alugada mesmo com todos os custos desde que não precisassem estar no alojamento da obra, sempre desconfortável, sujo e com regras de horário e convivência rígidas. Se o trabalho durante o dia é extenuante, conviver dentro da obra em seu horário de descanso é uma forma de perda da autonomia para esse indivíduo migrante.

Até onde vai o vínculo em carteira, a empresa se retira da possibilidade de prover mais direitos a esses trabalhadores, tais como auxílio transporte, moradia e alimentação. Toda a alimentação, exceto o parco café da manhã, é de responsabilidade dos próprios trabalhadores, seja com a partilha de sua cesta básica até a compra de mais insumos e proteínas para complementar o almoço. Desse vínculo de trabalho duradouro e estável que poderia ser sinônimo a carteira assinada, a empresa não garante a vivência mínima desse trabalhador dentro e fora de sua atividade laboral, custando sua qualidade de vida. Se falha nos auxílios que eram necessários a manutenção desse indivíduo no trabalho, falha também em não modificar estruturalmente uma característica também estrutural: a rotatividade e flexibilidade dos vínculos.

Para retirada do auxílio desemprego, por exemplo, um dos ganhos do trabalho formalizado e garantia de busca por novo emprego ao não deixar esse trabalhador desalentado, a rotatividade do vínculo da Construção faz com que os poucos meses passados por esse trabalhador na empresa e/ou na obra culminem na não retirada do seguro-desemprego ou pagamento de um valor mínimo, por poucos meses. Segundo dados do IBGE (2022), a desocupação no Brasil ficou relativamente estável entre os últimos anos, alternando de 14,9% no primeiro trimestre de 2021, para 11,1%, no último trimestre do mesmo ano, e continuando a mesma durante o primeiro trimestre de 2022.

Esses números se mantiveram estáveis em 26 estados da Federação, com exceção do Amapá, que caiu 3,3% em relação à taxa anterior, ficando acima de 7%. Isso indica que, no caso brasileiro, a desocupação, assim como a taxa de informalidade, sempre fez parte do cenário nacional. Nos últimos anos se manteve comumente acima dos 10%. Segundo informações do Serasa (2022), com números do IBGE, no último semestre de 2021, antes de sofrer a queda, a taxa era de 14,6%, 3% a menos que no início do ano, mas que indicava cerca de quinze milhões

de pessoas desocupadas; aquelas que estavam recebendo seguro-desemprego ou em busca de um vínculo empregatício.

Os dados nos mostram, então, a alternância perene da quantidade de desocupados e informais dentro da sociedade brasileira. O que, no caso da rotatividade, impacta grandemente nessa instabilidade vivenciada pelos trabalhadores. Vejamos o caso de que, para ter acesso ao direito do seguro-desemprego, o trabalhador precisa: 1) se é a primeira vez que está solicitando, necessita ter sido empregado durante doze meses no período de dezoito meses antes da dispensa; 2) se é a segunda vez que solicita o seguro, deve ter sido empregado por um período de, pelo menos, nove meses num prazo de doze meses antes da dispensa; e, 3) caso seja a terceira ou posterior solicitação, o trabalhador precisa ter permanecido empregado por um período mínimo de seis meses imediatos a data de dispensa (*ibidem*). Tudo isso só sendo possível caso esse indivíduo não tenha sido demitido por “justa causa” ou pedido demissão autonomamente.

Essas regras são criadas para tentar organizar o mercado de trabalho e as partes postas nessa relação laboral: o empregado e o empregador. No entanto, se considerarmos os casos de setores altamente rotativos da economia, que trazem essa característica a nível de sua estruturação, as regras para controle do mercado de trabalho passam a beneficiar se não apenas o empregador, também o Estado, retirando-se da sua tarefa necessária de provimento e regulamentação de um vínculo laboral qualitativo para seus trabalhadores e contribuintes. Nessa relação desigual entre poder público, iniciativa privada e indivíduo que necessita vender sua força de trabalho dentro do que está posto pelo mercado, os vínculos além de aparecerem enquanto frágeis, são escassos e alvo de competição. O que, em suma maioria, acalenta o empregador que tem a sua disposição uma mão de obra sobrando e que necessita urgentemente ser empregada como forma de manter sua reprodução social mínima.

Com a demanda material pelo emprego, o trabalhador acaba se submetendo a atividades exaustivas e flexíveis para se manter no mercado de trabalho, seja formal ou clandestinamente. A pedida é, desse modo, por atividades rotativas e periódicas que contemplem o seu trabalho já existente na Construção como uma complementação de renda ou, quando não estão empregados num empreendimento, passam a desempenhar atividades diferenciadas dentro do prazo de alternância entre uma obra/empresa e outra. O fluxo migrante constante, mas por períodos determinados, também é alterado dependendo do lugar para onde migra e a função lá desempenhada. E que pode ser, quase sempre, menor para os trabalhadores mais jovens, ainda nem perto de uma estabilidade mínima nesse mercado laboral.

Tabela 6 – Trajetos e migrações

Locais	Tempo passado
João Pessoa*	30 anos*
Cabedelo	4,6 anos
Rio Grande do Norte	6 meses
Pernambuco	6 meses
Bahia*	2 meses
Tocantins	4 meses
Aracaju	4 meses
Rio de Janeiro*	(+) 2 anos
São Paulo	4 meses
Mato Grosso	4 meses
Distrito Federal	6 meses
Goiás	1 mês
*Esse tempo está sendo contado a partir da trajetória do trabalhador mais antigo.	
*Dois ou mais trabalhadores estiveram nesse mesmo lugar.	

Fonte: Elaboração própria, dados primários, 2022.

Como vimos a partir da fala de Alexandre, essas transições mais distantes, entre um estado e outro, foram quase sempre de curta duração, para o trabalho em fazendas e obras esporádicas. Com exceção de Dida e Paulo que estiveram no Rio de Janeiro por mais de um ano, todos os outros que migraram para estados mais distantes tiveram, assim, passagens rápidas. Nesse aspecto, as migrações internas dentro do estado da Paraíba assumem a proa como principais destinos para esses fluxos de migração, tendo a capital, João Pessoa, o maior foco de recebimento de mão de obra ruralizada.

O tempo de migração na capital, levando em conta a presença de todos os trabalhadores analisados para esta pesquisa (como fica mais nítido na Tabela 6, mais acima), é contado a partir da trajetória do trabalhador mais velho e antigo no ramo, com cerca de 33 anos de trabalho na Construção, situada na capital do estado. E, indo além do local, o tempo de migração também muda de acordo com a função desempenhada por esses trabalhadores nesses novos espaços, quase sempre distantes da função relativamente estável que é ocupada pela Construção Civil em suas vidas.

Na Tabela 7, abaixo, conseguimos visualizar quais as funções desempenhadas por esses trabalhadores nesses novos lugares para os quais migraram, o que se une a tabela anterior sobre

o local geográfico dessa transição. Dentro do nosso público analisado nas tabelas mencionadas, os sujeitos em transição migraram para alguns outros estados do país, mas, quase sempre, sem ter o emprego na Construção em vista. Muitas vezes para supermercados, zeladorias e portarias em edifícios residenciais, e/ou trabalhos tipicamente sazonais, como é o caso da agricultura e da criação de outros animais com fins a comercialização.

Tabela 7 – Trabalhadores e migrações

Trabalhadores	Atividades	Local de migração	Primeira migração*
10	Construção	João Pessoa	4
1	Construção	Cabedelo	1
1	Corte de cana	Rio Grande do Norte	
1	Corte de cana	Pernambuco	1
2	Construção e Criação de animais	Bahia	2
1	Construção	Tocantins	
1	Construção	Aracaju	
3	Construção, Zeladoria e Supermercado	Rio de Janeiro	2
1	Construção	São Paulo	
1	Construção	Mato Grosso	
1	Criação de animais	Distrito Federal	
1	Criação de animais	Goiás	

*Designa a quantidade de trabalhadores que tiveram sua primeira migração para este lugar. Exemplo: de nosso público analisado, quatro migraram para João Pessoa pela primeira vez e não para outros lugares.

Fonte: Elaboração própria, dados primários, 2022.

Essa rotação de locais e funções apresenta-se como parte integrante de suas vidas. Aqueles que migraram a primeira vez para Construção na cidade de João Pessoa no fim do século passado ou conseguiram se empregar ainda no início da última década, 2010, quando a situação do setor estava em alta pelo acesso ao crédito mobiliário e as políticas governamentais – como o Programa Minha casa, Minha vida (PMCMV) –, alimentaram uma condição no emprego mais estabilizada mesmo dentro da rotatividade perene da Construção. O que passa a ser uma possibilidade quase inexistente para esse trabalhador mais jovem e novo nesse mercado.

A Imagem 9, abaixo, foi tirada na orla urbana da cidade, mais precisamente na área do bairro de Manaíra. Conhecido como “bairro nobre”, ele está localizado no lado Norte da cidade e conta com a presença de uma especulação imobiliária gigantesca. Andando uma tarde por suas ruas, é possível encontrar mais de cinco obras milionárias em andamento numa mesma via. Como a dinâmica explicada no início do primeiro capítulo, as obras em que esses trabalhadores estão empregados possuem orçamentos e preços de mercado que excedem a linha mínima de um milhão de reais, mesmo que a remuneração ou estabilidade no emprego permaneça a mesma para esse trabalhador em transição.

Imagem 9 – Investimento para quem? – grandes obras e pequenas remunerações



Fonte: Acervo pessoal, João Pessoa, 2022.

Ainda, o sonho do investimento passa a ser resgatado agora, num “imediato-crise⁵⁴”, como respiro da economia do setor e ampliação das contas nacionais, alimentadas por sua relação com a iniciativa privada. Como podemos ver na Imagem 9, acima, as obras centrais, quase sempre milionárias e que não fazem parte daquele escopo no início de 2010 que tinha o

⁵⁴ Coloco esse termo aqui pensando nas relações de desgaste sofridas pelo Setor nos anos recentes, de fechamento de obras e postos de trabalho, seja pela pandemia do Covid-19 e/ou pelos decréscimos momentâneos, mas recorrentes, que vem sofrendo a economia nacional nos últimos dez anos, mas que passa a tornar-se mais visível a partir de 2015/2016 (FGV, 2020).

PMCMV, propiciam a manutenção dos vínculos de emprego no Setor, que tenta crescer num período entre pandemias, e estabelecer-se novamente como principal pilar da economia nacional, mesmo que restrito aos poucos que podem usufruir desses produtos – os apartamentos – e dos locais de convivência.

Se esses vínculos são assim, rotativos, tanto no mercado de trabalho brasileiro como um todo quanto no nosso setor focal, a Construção, a instabilidade compõe grande parte do cenário de vida material e emocional desse indivíduo peão e migrante. No caso dos trabalhadores que estão há menos tempo no Setor da capital, conseqüentemente, sujeitos mais novos em idade, a transitoriedade entre uma obra e outra se torna uma marca regular. Os vínculos se constroem e se despedaçam em menos de um semestre e quando chega o último mês desse intervalo, o sentimento era de querer ter sido demitido ou pedido para sair muito antes, no segundo mês, como foram os casos de Henrique e Jorge, trabalhadores migrantes para João Pessoa pela primeira vez. São grandes amigos e vieram juntos de Mari para a capital no início do primeiro semestre de 2022.

Henrique sofreu com pressões e coerções constantes do mestre de obras do empreendimento em que estava trabalhando. Disse, no momento de nosso encontro, que estava há cinco meses na obra e não queria passar nem mais um. No terceiro dia de nossos encontros, um após nossa entrevista, fora demitido da obra. Estava num misto de alegria e incerteza com o futuro. Parte do seu desejo tinha sido concretizado, só precisava, naquele momento, achar uma alternativa para sua dinâmica de trabalho-vida. Já Jorge, tem opinião parecida com a do amigo, no segundo mês em que estava trabalhando no empreendimento, pelas mesmas razões que Henrique, já queria ter sido mandado embora. A vida diária na obra era insuportável, chegando a discutir com o mestre encarregado. Ambos os trabalhadores passaram quase seis meses na obra – completariam esse prazo com o mês de aviso prévio –, e voltariam logo para suas casas no interior.

O que esses dois casos nos mostram, então? Sendo um setor tão rotativo e sujeito a pressões físicas, mentais e emocionais, os sujeitos que não tinham essa experiência anterior na capital, mas já tinham trabalhado previamente nas mesmas atividades em suas cidades natais, não conseguiram se adequar a dinâmica extenuante da vida na obra e na cidade. Em partes, pela conduta coercitiva do empreendimento para seus trabalhadores; em partes, por sua dinâmica de vida que não conseguiu se consolidar junto a do trabalho no ambiente da cidade, querendo voltar rapidamente para o interior. Outro fato decorre dessa dinâmica vista aqui: se o prazo mínimo para possibilidade de solicitação do seguro-desemprego é de seis meses imediatos a

dispensa e muitos desses trabalhadores não puderam completar esse intervalo, o que seria um direito de todas e todos que estivessem em regularidade com as regras do mercado, passa a ser tolhido pela lógica rotativa que marca o trabalho na Construção e a dinâmica transitória dos trabalhadores analisados.

Quase sempre pulando de obra em obra, especialmente os trabalhadores mais novos, são inviabilizados de entrarem em contato com esse direito trabalhista básico. Também, são jogados na incerteza laboral que é marca dessa vida em transição. Pensam se terão condições de sustentarem a família, se manterem ou não na cidade e/ou conseguirem outro emprego prontamente, já que o período de transição entre uma ocupação e outra remunerado pelo Estado como garantia de uma reprodução social mínima e de mantimento desse trabalhador na procura de um vínculo empregatício, foi dele retirada.

A despeito dessa realidade transitória e talvez justamente por causa dela, a Construção Civil ainda ocupa – como sempre ocupou nas décadas recentes – um local próprio dessas sociabilidades dominadas pela especulação financeira e laboral, existentes sob a égide de um processo de sociedade desigual e igualmente dependente do capitalismo financeiro. Tendo como ponto de partida o debate empreendido por Gago ([2014] 2018), na discussão sobre neoliberalismo, percebemos como a construção de uma possível cidadania urbana e da diminuição das desigualdades é entrecortada pelas dinâmicas próprias do Capital e, nas últimas três décadas, mais especificamente, do neoliberalismo dentro dos países sul-americanos.

O que se tem é um esquema de transição entre uma realidade e outra; entre uma sociabilidade culturalmente planejada e uma urbanização em vias de crescer, de evoluir, mas sem inserir todos os atores sociais e as refrações da questão social – de raça e gênero, em específico. Menos ainda no mesmo nível de assistência pública e proteção social, seja através do trabalho ou da percepção desse sujeito enquanto cidadão passível de direitos. O que se torna uma consequência própria da formação dependente das cidades que não conseguiram se estruturar de maneira completa e cidadã ao romper, estruturalmente, com a lógica dominada anterior. Ao contrário, a tentativa de modernização convive com uma percepção do *atraso* de maneira constante.

Nesse aspecto, a Construção sempre reteve uma parcela grande dessa mão de obra sobrando e a aplicou às suas demandas como construção de uma barreira física que delimita um espaço simbólico e social que pode ser utilizado – e o é, na maioria das vezes – como local de distinção entre classes sociais (*ibidem*). E, consecutivamente, empregadores e empregados; as frações da burguesia nacional em contraposição às frações marginalizadas da classe

trabalhadora. Como podemos ver na Tabela 8, abaixo, o setor analisado sempre reteve mais que 7% do total da mão de obra ocupada no mercado de trabalho brasileiro e que pode ser visto como estável mesmo com os anos passados.

Nesse recorte apresentado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CIBIC), até 2016, pegamos como um exemplo essa estabilidade do Setor em reter esse número alto e constante de trabalhadores. O maior índice dessa participação massiva de mão de obra empregada nele se dá em 2014, com o aumento dos incentivos do Estado via políticas governamentais de acesso ao crédito e/ou ferramentas de Educação Popular, em união, também, as grandes obras da iniciativa privada que são mantidas ao longo desse tempo histórico – seja de maneira institucionalizada ou não.

Tabela 8 – Participação da Indústria da Construção na População Ocupada

Ano	Pessoas Ocupadas		Participação Relativa da Construção Civil na População Ocupada Total (%)
	Brasil	Construção Civil	
2000	78.744.515	5.579.533	7,09
2001	79.340.589	5.603.994	7,06
2002	82.416.557	5.851.946	7,10
2003	83.770.062	5.652.633	6,75
2004	87.942.470	5.862.069	6,67
2005	90.538.826	6.135.556	6,78
2006	93.049.796	6.201.572	6,66
2007	94.551.694	6.514.359	6,89
2008	95.720.196	6.833.562	7,14
2009	96.559.173	7.229.909	7,49
2010	98.116.218	7.844.451	8,00
2011	99.560.157	8.099.182	8,13
2012	100.960.268	8.578.192	8,50
2013	102.537.398	8.808.155	8,59
2014	105.472.678	9.149.114	8,67
2015	101.955.076	8.639.884	8,47
2016	100.362.394	8.033.881	8,00

Fonte: RAIS (2006-2017) MTE. Elaboração prévia Banco de Dados CBIC.

(*) Construção Civil: Atividades descritas conforme CNAE 2.0

Mesmo com o vínculo em carteira, como vimos anteriormente, não está assegurado a este trabalhador sua manutenção no emprego, tornando-se as demissões e “pedidos para sair” uma realidade constante. Ao mesmo tempo em que esse emprego com carteira assinada

representa uma diferenciação do tipo de vínculo anterior, *clandestino* e *informal*, ao qual este trabalhador estava submetido, seja no rural ou no urbano, ele não garante por si a execução dos direitos trabalhistas por lei e um sentimento de pertencimento ao emprego ou a profissão por parte desse trabalhador que está submetido a coerções constantes e responsabilização completa por sua manutenção no emprego – desde a moradia à alimentação.

5 OS TRABALHADORES MIGRANTES, O SINDICATO E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Vou, eu vou lutar
 Mostrar o meu valor
 Já chega de sofrer
 Pra sustentar doutor
 [...]

Queremos salários justos
 Chega de exploração
 [...]

Companheiro, meu irmão
 Juntemos as forças, vamos dar as mãos
 Quem constrói esse Brasil
 Quem é!?
 É o trabalhador da Construção Civil!

Campanha Salarial de 1987, SINTRICOM-CUT-JP

Temos certas ambiguidades a respeito dos dados sobre os trabalhadores da Construção, especialmente no que tange os níveis de escolaridade. Num primeiro momento, quando analisado uma bibliografia prévia e um senso comum que percorre a realidade cotidiana, poderíamos observar que os trabalhadores da Construção têm níveis baixíssimos de escolaridade formal, como algo próprio e estrutural do setor analisado. Essa dimensão percorre tanto o imaginário social quanto as políticas públicas de educação no estado da Paraíba (PINHEIROS; ANANIAS, 2009) ligadas a ele – à exemplo do Projeto Escola Zé Peão (PEZP), que trataremos a seguir, no segundo tópico deste capítulo. Porém, quando vamos analisar os dados estatísticos e os números brutos do setor (RAIS, 2020), baseados num recorte anterior (MENEZES, 2020), percebemos que o maior número trabalhadores formais está situado no *nível médio* de escolaridade. Inclusive, a parte dirigente dos trabalhadores da Construção, também (*ibidem*).

Ao analisar as trajetórias percorridas no decorrer desta pesquisa, voltamos para a imagem já posta e reproduzida socialmente de avanço e, ao mesmo tempo, precariedade que marca o setor focalizado aqui. Ao passo que, grande parte dos trabalhadores entrevistados não sabiam ler ou escrever, e dentro de um espectro formal e hierárquico da organização escolar, não tinham chegado ao fim do fundamental 2 ou médio, inseridos num contexto em que o fazer da educação e essa trajetória ligada ao ensino de um *habitus* de estudo (BOURDIEU, 1964;

1979) era substituída, posteriormente, pela permanência num trabalho que não abria margem para vida fora dele.

No caso dos trabalhadores migrantes, somos confrontados mais uma vez pela noção sobre eles construída durante a formação de nossa imagem política e social. Como dado de pesquisa, o contato com todos os sujeitos com idades acima dos quarenta anos foi feito a partir de mensagens de áudio ou ligação. O primeiro contato de texto nunca foi retornado, por exemplo, e desse grupo, um não conseguiu assinar o TCLE, ficando a cargo de uma afirmativa verbal. Nesse contexto, durante a bibliografia estipulada para a pesquisa e as conexões com as realidades analisadas, o mundo da educação formal (ou a falta dele) demarca um grande (não) espaço na vida desses trabalhadores. Onde, muitas vezes, o trabalho na Construção vem para aprofundar ou, no caso da iniciativa a ser percorrida minimamente aqui – o PEZP –, pode representar avanços na vida de alguns desses trabalhadores com trajetórias mais longínquas dentro da Construção.

Propomos, então, uma discussão acerca das trajetórias escolares dos trabalhadores entrevistados, comparando-as com o ambiente do trabalho. Temos, na Paraíba, uma especificidade: a atuação da UFPB e do SINTRICOM, que viabilizaram a iniciativa conhecida como PEZP, iniciada em 1990 e que visava a promover assistência para escolarização de jovens e adultos da Construção Civil, especialmente àqueles oriundos dos interiores do estado, a partir do fomento do poder público, privado e sindical. A fim, também, de subsidiar sua adaptação a luta sindical, a partir da leitura mínima e interpretação dos documentos necessários. O percurso dentro e fora de aparelhos educativos, por tais motivos, compõe parte da vida desses trabalhadores e desempenham um papel importante na forma de comportamento dentro da obra, mas, também, sua atuação fora dela, em comunhão com a cidade que o cerca e seus conflitos cotidianos.

Com isso em mente, no primeiro tópico deste quarto capítulo, intitulado *Sindicatos, acordos e a dimensão política partidária como práticas urbanas para os trabalhadores migrantes da Construção*, buscamos traçar minimamente a retomada da campanha por um sindicato de luta, composto por operários de chão de obra que chegam à liderança a partir de um empenho individual, mas, também, com o apoio de iniciativas da Igreja Católica. O grupo Zé Pião inicia seu processo de luta no meio da década de 1980, ao contrapor a visão simplista e refém do patronato que tinha a gestão atual daquele tempo. Com iniciativas de chão de obra, trabalho de base e práticas educativas no seio do sindicato, ampliadas com as campanhas salariais e movimentos sociais daquele ano, o grupo de peões consegue uma vitória que os

colocam na liderança do sindicato, em 1987, fortificada pela Campanha Salarial e a greve da Construção do mesmo ano (na qual o hino que abre este capítulo era cantado).

Com um sindicato de piões para peões, a nova gestão do SINTRICOM se fortifica levando a frente seu trabalho de base, seu incentivo à educação de jovens e adultos e os confrontos necessários com o patronato do Setor para ampliar demandas tangíveis. Entretanto, quando envolto em iniciativas religiosas e dentro do tempo histórico do sindicalismo que se criava com iniciativas de esquerda – como o PT e a CUT –, a gestão também faz coro às campanhas governamentais partidárias petistas, ao passo que chega nos anos recentes com uma atuação mínima dentro das obras, mas presente no campo da disputa partidária ao governo. Duas perguntas se seguem a nossa análise a ser empreendida nesse primeiro momento: qual a margem para a política partidária dentro da Construção e sua utilização pelo sindicato e seus trabalhadores? Esse fato poderia aparecer como decisivo ou modelador das trajetórias analisadas?

No nosso segundo ponto, nos propusemos a pensar como a educação ou seu aparelho educacional na mão do Estado aparece ou não como um dilema na vida dos trabalhadores migrantes analisados. De trajetórias mais antigas, aqueles com mais de quarenta anos, a possibilidade de incompletude ou sequer início nos estudos era maior. Quando consideramos os que tem abaixo de trinta e cinco anos, a educação formal aparece, mesmo que por vezes distante, de suas condições de vida e possibilidades de aspiração. Para alguns, terminar ou não os estudos, especialmente o fundamental 2 ou o nível médio, era irrelevante, especialmente por estar inserido numa ótica de trabalho e vida precarizados, onde sua educação formal não representava necessariamente uma porta para uma ocupação melhor. Ou, como na maioria das vezes, as condições objetivas de vida se colocaram como elemento impeditivo para sua continuidade nos estudos ou sentimento de busca por esse conhecimento formal. Assim, o que esse trabalhador tem como sinônimo de uma prática educativa de qualidade? Ou, como essa, para ele, não passa a ser uma aspiração realizável?

Na esteira dessas questões, o Programa Escola Zé Peão aparece. Iniciativa do SINTRICOM-JP, em parceria com a UFPB e outros órgãos privados de fomento, como fundações religiosas e afins a serem mencionadas ao longo do texto, vem a representar uma porta para esse trabalhador em migração ampliar ou começar seus estudos, desde 1990, data de sua implementação. A iniciativa do PEZP rendeu vários reconhecimentos ao sindicato e a elaboração de um plano de ensino que contemplava tanto o estudante-operário quanto quem a

ele ministrava aula, na forma de estudantes educadores de cursos das áreas de humanas, exatas e saúde da UFPB.

Numa via de mão dupla, o Programa passa a subsidiar a prática educativa do trabalhador migrante da Construção com vias a uma Educação Popular. Ao mesmo tempo em que forma profissionais adaptados a entender as práticas de Ensino a Jovens e Adultos (EJA) e comprometidos com um projeto de sociedade e labor inclusivos e colaborativos. Dentro dessa história de ampliação, o PEZP ganhou e perdeu recursos, educadores, locais de ensino e a capacidade de suscitar nos novos educadores a vontade em compartilhar dessa prática popular. A atuação do Programa é mínima na atualidade, mas se mantém com sua trajetória de vanguarda dentro da possibilidade de uma Educação Popular no estado da Paraíba.

5.1 SINDICATOS, ACORDOS E A DIMENSÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA COMO PRÁTICAS URBANAS PARA OS TRABALHADORES MIGRANTES DA CONSTRUÇÃO

“Gosto de brincar, bagunçar com os meninos. Meu negócio é jogo: minha politicagem é essa”

Dida, *O boleiro*, 2022

A dimensão política da vida cotidiana está presente em micros elementos que são perdidos dentro de condições objetivas maiores que regem a vida de todos os indivíduos, em específico, nossos trabalhadores analisados. Tanto o movimento de migração interna e espontânea vista aqui, quanto as relações construídas estruturalmente pelo setor analisado, são constituídas de elementos políticos que ganham ou perdem força ao longo do tempo como resposta às demandas orgânicas de trabalhadores. Ou, também, à força dominante da fração patronal do Setor e da democracia burguesa como estabelecido até então. Portanto, falar sobre sindicato da Construção, especialmente na Paraíba, é abordar diretamente sobre aqueles que são representados por ele: os trabalhadores da Construção situados na capital que, majoritariamente, possuem origens interioranas e, com isso, hábitos de trabalho e de vida ruralizados.

Esses trabalhadores, então, acostumados com uma prática laboral sem um controle rígido a partir de elementos sociais protetivos do trabalho, quando no campo, passam a ser regidos por diversas normas vindas com uma carteira de trabalho, por isso, uma postura laboral relativamente estável. Mesmo para aqueles que trabalham informalmente e que não tem o vínculo regido diretamente pelo Estado, têm, agora na cidade grande, um controle maior a partir

de mecanismos vindos tanto da instância patronal quando de elementos organizativos que surgem no meio dessa classe trabalhadora como reivindicação por melhores condições dada a união de diferentes camadas de trabalhadores, de lugares distintos, mas que se encontram sob a mesma ordem de trabalho da Construção. Assim como questões e dificuldades semelhantes.

O sindicato não existe apenas na cidade, porém, se torna mais visível como uma das únicas formas de garantir sua subsistência e união na cidade urbanizada, em um território diferente, mas que agrega tantos iguais a si. Eles têm, agora, no sindicato, uma entidade ligada diretamente ao trabalho formalizado que, por sua vez, só pode existir, ou, melhor, só existe, para eles, na forma do trabalho no Setor da Construção, na capital. Pois, mesmo já tendo desempenhado funções parecidas em sua cidade natal, não eram, assim, formalizadas e relativamente estáveis. Mas, apareciam apenas na forma de “bicos” e sem uma união trabalhista por trás. Então, o sindicato da Construção se coloca como uma prática urbana tanto de uma perspectiva macro-histórica quanto na vida desses trabalhadores rurais e interioranos migrantes.

Apesar do sindicato estar lotado na cidade grande e orientado a uma luta do Setor da Construção que converge com o momento de tentativa de urbanização da sociedade, ele passa a representar (ou deveria), também, um polo agregador dos trabalhadores rurais, agora na cidade, e o principal público empregado pelo Setor e que seria representado por ele. Por esse motivo, não há como deixar de relacionar a migração, o trabalho na Construção e a forma do sindicato na cidade como partes de uma prática urbana conectada ao trabalho e que passa a representar trabalhadores, originalmente, não urbanos.

Com isso em mente, visamos a compor, neste tópico, um cenário onde a luta do Sindicato se imbrica na trajetória dos trabalhadores migrantes e suas demandas de mudança quanto à vida na cidade e o aprendizado de novas formas de comportamento, de estabelecer e procurar lutas, e de recuar, quando necessário. Entretanto, mesmo que seja historicamente um movimento de cunho central na vida laboral industrial e de base para reivindicações próprias da classe trabalhadora, os sindicatos, dentro desse tempo histórico, passam a perder parte de sua base de ação. E, nesse sentido, sua força política de representação e de impacto dentro e fora da classe de trabalhadores a que seria encarregado.

Essa perda, talvez, da centralidade do movimento sindical dentro das demandas do mercado laboral brasileiro, seja para os trabalhadores com origens rurais ou não, faça parte de um projeto político de fragmentação da classe trabalhadora como forma de perpetuar, por mais um tempo, a exploração dessas forças de trabalho engajadas produtivamente. Para se fazer isso, ações sociais e institucionais são postas a visar a diminuição do núcleo sindical de cada setor e,

com isso, sua possibilidade de ganho de ações que levam enquanto centro as demandas socioeconômicas da classe trabalhadora. Especialmente, as do Setor da Construção, extremamente carente desse movimento.

Na história brasileira contemporânea, ataques à essa organização de classe, visando a de trabalhadores, especificamente, tende a recrudesce. Parte da Reforma Trabalhista de 2017, ao institucionalizar etapas da exploração sofrida por trabalhadores quanto à instabilidade dos vínculos empregatícios e de trabalho; impossibilidade de formação de salário suficiente mesmo em carteira assinada, como é o caso dos vínculos intermitentes; perda do acesso gratuito à Justiça de Trabalho e fim da contribuição sindical obrigatória pelos trabalhadores, fazem com que o isolamento não só quanto às pessoas, mas, perante à lei, torne-se uma realidade acentuada para a classe trabalhadora. Dificulta-se não só sua identificação de classe, como também sua manutenção ao longo do tempo (MATTOS, 2019).

No nosso caso da Construção, setor amplamente rotativo e com estabilidade da instabilidade, o sindicato dos trabalhadores se coloca como uma necessidade histórica. Passa a ser um contraponto às políticas nacionais e ao próprio sindicato patronal do Setor, ao passo que se mantém como um dos mais conhecidos e relacionais dentro do mercado de trabalho, ao levar em conta sua presença na centralidade econômica do país e em espaços geográficos grandes ou pequenos, de interior ou capital. No entanto, quanto ao traço de precariedade vivenciado historicamente, suas práticas já são por si complicadas para se definir.

A não obrigatoriedade de pagamento da taxa sindical não ocorre dentro de nosso núcleo analisado e o sindicato se mantém como parte de seu panorama histórico de poder e reconhecimento na realidade nacional. Entretanto, o que se percebe dentro da fala de nossos sujeitos, é a invisibilidade da ação sindical quanto ao dia a dia da obra e, se sua construção é política, também o é suas relações com políticas partidárias constantes durante o ano, mas elevadas em período eleitoral, como foi o caso de nosso espaço-tempo de pesquisa.

Dentro da dificuldade de entrada no campo trazida no primeiro capítulo, destaca-se uma outra relação: a do setor com a política partidária e como ocorreu o desenrolar desse contato em pleno período eleitoral, ao levar em consideração a política histórica de luta dessa classe, mas, a realidade de conservadorismo que poderia ocorrer ao pensarmos na condição masculinizada de gênero dentro desse espaço e como eram tecidos esses diálogos. Será que valeria pensar, enquanto uma questão, como uma classe de trabalhadores masculinizada poderia se comportar frente à um período eleitoral que envolve o debate de duas forças rivais, pretensamente conservadores de um lado e liberais de outro? Será que a conformação de gênero

poderia propor um espaço mais conservador diante das opções a frente nas figuras de Bolsonaro e Lula e qual a legitimidade dessa discussão dentro de nossa esfera política de análise?

Essas questões são propostas para pensar, nesse tópico, as relações entre os trabalhadores e as políticas sociais, sejam eleitorais ou não, que se fazem dentro da realidade social e política dos operários da Construção. Diante dos relatos vistos e compartilhados em campo, colocamos a importância de pontuar certos sentimentos de trabalhadores diante do sindicato, como também, a relação partidária interna e externa, seja à casa compartilhada ou à obra/emprego desempenhado.

Falar sobre a história do sindicato da Construção na Paraíba, é debater, precisamente, nesse movimento, suas imbricações com a própria política partidária e aspectos mais gerais da conjuntura nacional em voga da época de sua estruturação. Mobilizadores num período em meio a ditadura empresarial-militar, em pleno fim da década de 1970 e virada para 1980, a criação dessa nova gestão do sindicato, que permanece até hoje, converge com as mudanças macropolíticas de seu tempo, unindo-se a sua agenda de demandas e lutas que visava a colocar a classe do operário da Construção no centro das decisões políticas e do mercado de trabalho regional. Seja enquanto “sinônimo de luta e perseverança” (SINTRICOM, 2014) em seu início ou agora, na ótica dos trabalhadores, como angariador de votos. O sindicato, então, se constrói nas veias desse processo de reestruturação nacional e passa a ocupar um lugar de destaque na trajetória dos trabalhadores da cidade de João Pessoa.

Essa mudança de perspectiva da época e da estruturação de suas lutas deriva de um processo de maquinação estatal do sindicato ocorrido em sua concepção durante a década de 1930. O SINTRICOM foi criado em 06 de junho de 1934, imerso nas mudanças estatais e, consecutivamente, trabalhistas do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-7), como forma de controle da luta dos trabalhadores e conformação de suas ações sob a ótica do Estado. As gestões que começam nessa década, menos que percorrer a luta diária dos trabalhadores, aparecem como “amortecedores” dos conflitos entre patrão e empregado, beneficiando a manutenção da hierarquia já posta. As décadas se passam e seus padrões de comportamento tendem a continuar os mesmos, seja na leitura regional ou em aspectos nacionais.

Quando se fala em sindicato atuante, especialmente em prol de sua classe trabalhadora representada, eram poucos os casos no Nordeste, especialmente diante do caos dominante instaurado com a ditadura empresarial-militar. Pois, se em sua criação, o sindicato apareceria como esse ente mediador parcial entre empregadores e empregados, na Ditadura ele tende a

voltar para essa característica subserviente diante do controle da burguesia nacional e de sua “democracia restrita” (FERNANDES, [1979] 1980).

Essa porta mínima de ação poderia ser utilizada pelo sindicato da época ao visar o resultado imediato sem necessariamente a mobilização política da categoria orientada para uma luta macro e internacional⁵⁵ do operariado da Construção. O que, por sua vez, poderia viabilizar uma construção qualitativa a longo prazo. Visto como “conservador” e “atrasado”, o sindicalismo na época carecia de mudanças em torno das demandas próprias dos operários urbanos da Construção e da visibilidade do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário da grande João Pessoa, que permanecia desconhecido até para os próprios operários supostamente representados por ele.

Imagem 10 – Símbolo do Grupo Zé Pião



Fonte: “Um pouco da história de luta do SINTRICOM”, Vídeo, YouTube.

⁵⁵ O internacionalismo proletário é uma das bandeiras estratégicas do socialismo contra a burguesia e seu poder, também revolucionário (MARX, [1848] 2010). Nacionalmente, ela exerce poder de mando interno ao mesmo tempo em que é dominada externamente, no caso brasileiro, como elemento do capitalismo dependente e do imperialismo em voga nos comportamentos e construções socioculturais. Ao não fazer parte desse processo que viria a subsidiar a união da classe trabalhadora como elemento dominado diante do cenário capitalista mundial, o sindicato ou partido político perde um braço importante de luta e de universalização das demandas em uma unidade classista trabalhadora frente ao poder burguês.

Dessa esteira de reivindicações, nasce o Grupo Zé Pião⁵⁶⁵⁷, apoiado pela Pastoral Operária⁵⁸, e que consegue se estabelecer como um instrumento de luta em prol da categoria, fazendo do sindicato um espaço de demandas internas dos trabalhadores da Construção. Como trazido na Imagem 10, acima, seu lema se detinha na criação de um sindicato forte e que pudesse tratar as questões dessa classe de trabalhadores e resolvê-las prontamente, através da luta ativa e da união entre os trabalhadores e representantes.

Imagem 11 – Lema do Grupo Zé Pião na Campanha Salarial de 1987



Fonte: “Um pouco da história de luta do SINTRICOM”, Vídeo, YouTube.

O grupo é organizado entre os anos de 1979 e 1986, contrapondo-se a gestão antiga que não conseguia agregar as demandas dos trabalhadores. Esse grupo nasce do chão da obra e

⁵⁶ A escolha do nome deu-se em virtude da música de Jackson do Pandeiro – artista paraibano do século XX, oriundo de Alagoa Grande, no Brejo paraibano, e um dos principais expoentes do forró e da cultura local para o Brasil inteiro –, com o nome de *Como tem Zé na Paraíba*, lançada em disco de 1962, 2:08min. Jackson, nome artístico para José Gomes, trazia em si “mais um Zé” da Paraíba e complementou a ideia do grupo que baseia seu nome nele como uma demonstração da quantidade não só de “Zé’s” que tem o Setor da Construção, mas, também, de sua ampla rotatividade.

⁵⁷ O Grupo de oposição ao sindicato da época, o Zé Pião, será tratado aqui com o uso das duas formas de escrita, com o “i”, como convencionou a ser chamado entre os trabalhadores, peões da Construção e, depois, com o “e”, norma culta, como ficou o nome da iniciativa PEZP.

⁵⁸ A PO é uma pastoral social a serviço da Igreja Católica que tem como objetivo atuar no seio da classe trabalhadora com a função de evangelização e reflexão da vida dos operários a partir da Doutrina Social da Igreja Católica. Na Paraíba, é notório a participação da Pastoral Operária em movimentos de lutas por terras e organização dos trabalhadores frente à composição política partidária de seu tempo, à exemplo das Ligas Camponesas, no Brejo Paraibano; da Comissão Pastoral da Terra – CPT e seu auxílio na criação de assentamentos; bem como do sindicalismo urbano da Construção. Sobre essa presença no campo e a complexidade da atuação da Igreja Católica, ver Martins (2020).

passa a gerir o sindicato embebido por vários questionamentos, tais quais: como poderia trabalhadores do chão de obra dirigir um sindicato no setor urbano? Qual seria a linguagem a ser adotada a partir daquele momento?⁵⁹ Era necessário, então, aprender uma nova forma de comunicação que rompesse minimamente não só com a linguagem vista no chão da obra, como, também, da postura reativa que tinham quando eram a oposição. Estar no seio dessa organização da categoria e de suas demandas, torna-se tarefa complexa, mas importante diante do cenário de reestruturação social imposto.

Imagem 12 – Intervenção sobre o salário na Campanha Salarial de 1987



Fonte: “Um pouco da história de luta do SINTRICOM”, Vídeo, YouTube.

O cenário de exploração no emprego, más condições de trabalho e coerções que persistem ainda atualmente, era o comum da época. O que possibilitou, também, um trabalho de base completo para angariar trabalhadores ao sindicato e reivindicar suas pautas. Contava, ainda, com o apoio contínuo da PO, da UFPB, no que tange políticas educacionais e de saúde;

⁵⁹ No relato dos trabalhadores no material escrito e em vídeo do SINTRICOM-JP, a partir dessa ascensão ao centro do sindicato por parte de um grupo que veio do chão da obra, é perceptível sua preocupação com o jeito de falar, vestir-se e entrar em contato com a camada patronal. Essa mudança carece, também, de um ajuste nas disposições dos agora sindicalistas para enfrentar os desafios enquanto grupo e encabeçar a luta por melhores condições de vida e trabalho no Setor da Construção, na Paraíba. Podemos inferir que esse novo posto modifica a conduta dos trabalhadores sindicalistas e ocasiona uma “pacificação” de suas posturas mais reativas quando eram oposição e que esfriam com o passar dos anos na gestão. Talvez por isso apareçam com uma ação mínima e suavizada no dia a dia dos trabalhadores da Construção no tempo presente.

do Serviço de Educação Popular de Guarabira (SEDUP); a Delegacia Regional do Trabalho, dentre outras. Ao fim do primeiro ano de mandato, o sindicato já era reconhecido pela maioria dos trabalhadores da Construção da grande João Pessoa, o que propiciou que em 1987, construíssem uma greve geral que iniciou em 31 de outubro daquele ano. A primeira que se ouviu falar dentro da história do sindicato.

A greve geral de 1987 culminou na Campanha Salarial do mesmo ano como um dos principais requisitos da classe dos operários da Construção, como pode ser visto na Imagem 12, acima, e na 13, mais abaixo. E, com isso, o aumento de salário era (e ainda é) uma necessidade da categoria que é aprofundada pelas excessivas horas de trabalho a despeito de uma melhor remuneração. Para os trabalhadores que viviam nas obras, as condições de moradia eram precárias, sem boas opções de dormida ou alimentação, ao passo que para o setor patronal, o custo com esses trabalhadores já era enorme. Para esses últimos, no momento da greve, o aumento era impensável. Só queriam dá-lo dali a dois meses, ao qual um trabalhador sindicalista responde:

ora, os trabalhadores tão com fome agora, rapaz. Tá aí não sei quantos prédios sendo feitos, sendo levantados, de sete a meio-dia, de meio dia a cinco e meia... Os trabalhadores tão trabalhando direto. [...] e essa obra é vendida. Esses prédios são vendidos, eles tão tendo lucro. O lucro do patrão tá ficando agora, nesse mês de maio, não vai ficar em julho, não. [...] e o pessoal estão com fome agora, doutor, não é em julho, não⁶⁰.

E outro complementa dizendo “mas eu tive lucro (mesmo que reduzido a partir das mudanças dos últimos meses). Porque ninguém, nenhum, nenhum empresário, nenhum empresário constrói ou fabrica pra não ter lucro, gente. Essa é a verdade”.

Reivindicar melhores condições de trabalho e um salário de comer, era o mínimo para categoria assolada pela dominância do setor patronal sobre suas necessidades básicas. Portanto, a ordem era:

não pode ficar ninguém trabalhando! É greve geral da Construção Civil! [...] os companheiros que estão parado, isso é desrespeito aos companheiros que estão em greve! Precisamos estar, companheiros, solidários com todos aqueles que estão em greve, porque a luta é nossa, depende de nós, precisamos estar reunidos. Precisamos reivindicar melhores condições de salário!⁶¹.

Hoje em dia, em comparação, a situação levantada pela Campanha de 1987 ainda persiste. Porém, sem o poder popular para levar a uma greve ou conflito entre os grupos. O que muda

⁶⁰ Fala extraída do vídeo de apresentação do SINTRICOM-CUT-JP relatando sobre a Greve Geral do Setor na década de 1980, que já estava no quarto dia, e a fundação de sua ainda atual gestão, o Grupo Zé Peão (SINTRICOM-JP, s/d). Youtube, 07:31min. Disponível em: Acesso em 18 de nov. de 2022.

⁶¹ *Idem*.

dentro dessa relação laboral e sindical com os anos passados? Segundo os trabalhadores atuais, poderíamos nos perguntar se o sindicato de luta que cresce na década de 1980 continua a desempenhar os mesmos papéis satisfatórios nos conflitos contemporâneos? A partir da fala dos trabalhadores analisados, podemos pensar que não.

Imagem 13 – Campanha Salarial de 1987 contra os “salários de fome”



Fonte: “Um pouco da história de luta do SINTRICOM”, Vídeo, YouTube.

Um operário da Construção conclama a seus companheiros na Greve Geral dos Trabalhadores da Construção e Mobiliário de 1987⁶²: “vamo lutar, companheiro, vamo lutar. Vamo dizer “basta” a fome, companheiro! A fome tá grande, companheiro. Nem pra gente tomar conta de nossos filhos; dá de comer a nossos filhos, companheiro. Não dá nem pra gente calçar uma sandália, companheiro. Isso é um salário de fome, salário de miséria, companheiro!”. A fala do trabalhador no meio do Centro de João Pessoa para a Campanha Salarial de 1987 retrata bem o cartaz carregado por alguns deles, visto na Imagem 13, acima: “fome de matar, não posso trabalhar!”.

Os “salários de fome”, vistos na Construção, são incapazes de promover uma qualidade alimentar para seus trabalhadores. No caso daqueles migrantes, nosso foco aqui, o salário não

⁶² *Idem.*

cumprir com o mínimo exigido para sua manutenção na cidade: a possibilidade de prover a sua família no interior ao mesmo tempo que tenta se manter na capital.

Para suas demandas políticas-pessoais e estruturais do próprio mercado, o salário não condiz nem com as funções exercidas por eles nem com suas demandas alimentares ou de moradia para manter-se no emprego. No momento atual, nem o patronato nem o sindicato age sobre isso, ao manter as condições mínimas de sobrevivência que não abarcam qualitativamente nem os trabalhadores próprios da cidade nem a maioria que é oriunda do campo. Segundo um dos trabalhadores entrevistados, desse salário é descontado a cota do sindicato, tornada obrigatória para sua manutenção. Entretanto, sente que nada fazem para ele, já que quando vão na obra é para “[...] *falar de política e pedir voto*”, distanciando-se, assim, da demanda diária dos trabalhadores, ao considerar que “*eles têm que ver o dia a dia da gente. Ver de fato o que acontece. O sindicato tem que tá lá pra ver*”.

Essa dimensão política do sindicato, com uma bandeira de luta partidária do PT, aparece em sua história como um dos formadores de sua estrutura e amparo diante da nacionalização das demandas dos trabalhadores da Construção. Já para os próprios trabalhadores, mesmo que a maioria se apoie partidariamente na figura do partido citado⁶³, chega para eles como um desperdício do poder do sindicato e de sua força para requerer mudanças. Do momento de nossa última semana de encontros para as entrevistas, o SINTRICOM estava em reunião para discutir a campanha salarial do ano. Paulo, nosso trabalhador do RH, ficou de ir, mas não conseguiu ou quis comparecer. Para eles, estava muito nítido o objetivo da reunião a fim de alimentar a campanha eleitoral do mês de outubro.

O problema, então, não está na atuação partidária do sindicato junto a políticas eleitorais, mas, sim, sua manifestação junto à vida diária dos trabalhadores apenas ou com maior foco nesses mesmos períodos. Para Emerson, outro trabalhador amante das corridas e ex-atleta, “[a] *maldita politicagem é o que faz o país regredir*” e a afetar, também, a vida entre os trabalhadores e o sindicato, como da importância deste último para os operários do setor. Esse contato diário com os trabalhadores no chão da obra e em suas demandas mais básicas, visto no início da organização do grupo Zé Pião, fica, agora, a ser questionada pelos trabalhadores que não veem no sindicato, no momento, um instrumento de sua luta.

⁶³ Dos dez trabalhadores analisados, apenas um se declarou explicitamente enquanto eleitor do ex-presidente Jair Bolsonaro. Todos os outros sete que com ele compartilhavam ou a casa ou a obra trabalhada, eram eleitores do agora presidente Lula. Já quanto aos dois primeiros entrevistados, um declarava apoio a Lula e outro não se manifestou explicitamente. Segundo os trabalhadores, havia vários colegas de obras contrários a volta do Partido dos Trabalhadores ao poder, mas estavam em número reduzido.

Um outro Zé, parecido com aquele que dá nome ao sindicato e que começou sua migração do rural para a cidade no fim da década de 1980, conseguiu acompanhar a realidade de transformação desse sindicato para sua forma atual. Ele sempre participou dos ambientes de luta, mas

paga sindicato quem quer, né, hoje!? [...] Isso, por causa da Reforma. Mas, eu sempre fui, só desse sindicato da Construção Civil. [...] Participava, participava, fui muitas vezes. Agora parou mais, né, quando cortaram uns negócios aí do sindicato, né, ficou mais fraco, sabe? E aí, a construção cresceu mais do que o sindicato, ela... cresceu muito. Aí o sindicato foi enfraquecendo, quer dizer... Ele não, ele tá ativado, né, mas não é como antigamente, não. Porque antigamente era mais rígido. Hoje tá mais... Porque a contribuição do sindicato antigamente era muito. Agora perdeu um pouco o valor, porque teve essas assembleias aí, de convênio, né... Aí tirou muito. A estratégia do sindicato era boa, mas hoje tá muito fraca. [...] Eu não sou contra o sindicato, não, mas ele hoje, pelo que era, era muito mais rígido. Hoje tá mais fraco [...] antigamente uma obra de, vamos dizer, que tinha mil pessoas... todos os mil contribuía pro sindicato. Hoje não, hoje é diferente. [...] “vai pagar, Zé?” “vou, não” “tu vai, fulano?” “vou, não, num serve de nada” Aí perdeu a força... Num perdeu totalmente, mas 70% ele perdeu”.

Isso se mostra, também, no relato do nosso grupo analisado, onde todos os colegas da mesma empresa, ao alegarem que o sindicato já esteve na obra para falar sobre melhorar a situação do café da manhã que consiste em um pão com mortadela, que é “[...] *salgada que só, pra fazer o cara beber mais água*” e uma xícara de café. Porém, eles não voltaram mais na obra e a situação do café da manhã que não provém sustento ou qualidade alimentar aos trabalhadores e ainda impõe uma obrigação, ao considerarmos que o turno começa às 07:00h da manhã e o empregado precisa chegar, no máximo, até 06:30h para conseguir ter acesso a ele, senão, não se alimenta na obra. Essa realidade foi tornada comum no Setor, como podemos ver com os relatos antigos e contemporâneos. Num informativo bimestral do SINTRICOM, de abril-maio de 2013, a partir de uma campanha de conscientização para a saúde do trabalho e do trabalhador (OLIVEIRA, 2015), podemos ver melhor essa dimensão (Anexo 2).

Essa ação, assim, faz com que o trabalhador fique refém da obra e de uma alimentação gratuita, mesmo que mínima, se considerado que parte do almoço e todo o jantar também sai de seu salário. O que serviria para promover um sustento qualitativo no trabalho ao empregado numa jornada árdua, vira uma obrigatoriedade que tem que ser cumprida, a despeito de sua qualidade ou não; ou, de seus impactos na saúde do trabalho, até porque “*qual o cara que consegue ficar até o almoço com um pão com mortadela e um café frio?*”. E, ainda, correndo o risco de perder caso não chegue até o horário estipulado.

Esse caso da alimentação é um dentre outros – como a retirada do quadro em que eram contados os dias sem acidente ou morte no trabalho, papel do Ministério do Trabalho, e políticas

sociais e educação, como o Programa Escola Zé Peão (PEZEP) – em que, na opinião e vontade dos trabalhadores, o sindicato deveria ter papel crucial em prol dessa camada a ser representada. Um exemplo disso, para Paulo⁶⁴, trabalhador do RH da empresa, é que a sede do sindicato fecha às 17h, sendo que este é o mesmo horário em que os trabalhadores saem da obra. Assim, fica quase impossível para que busquem o contato e/ou reivindicação. Para ele, a contribuição sindical não favorece para qualquer coisa na vida dos trabalhadores, ocasionando que o sindicato passa a não ter mais uma pauta orgânica; um projeto que tenha a obra e seus trabalhadores como centro de sua ação. Quando começou no Setor, ele sentia que essa ação era um pouco mais efetiva. Com o passar dos anos, foi enfraquecendo.

Pautas que nascem do chão de obra e da conduta própria dos trabalhadores no emprego, foram, também, perdendo a força. Sobre isso, Paulo tem uma opinião em que ele vai chamar curiosamente de “mesa do vinho”, onde o líder do sindicato vai na empresa, confraterniza com os empregadores e resolve – ou quase sempre, não – os problemas que seria suscitado pela sua visita. Ainda, Paulo iria, supostamente, entrar nessa nova gestão, mas de última hora desistiu. Não gosta muito da política do sindicato e os meios que eles têm para controlar as coisas – ou não controlar, no caso. Especificamente, no que concerne à mudança da qualidade de vida e trabalho para àqueles empregados na Construção. Já Jorge, outro colega de profissão, diz que é associado ao sindicato, porém este não tem papel efetivo. Assim como o Ministério Público do Trabalho que, para os operários, recebe dinheiro da empresa e aparece “*só de nome*”.

Na ação (ou não) do sindicato, mesmo descontando mensalmente dos trabalhadores a contribuição para sua manutenção, não ocorre uma devolutiva de benefícios por parte da organização na vida diária dos empregados da Construção na capital. Então, a máxima que impera, para Paulo e demais trabalhadores, é: “*ruim com ele, pior sem ele*”.

5.2 EDUCAÇÃO FORMAL COMO UM DILEMA NA VIDA DOS MIGRANTES⁶⁵?

“Eu vi minha irmã terminar e trabalhar em supermercado. Aí eu pensei que não adiantaria terminar pra trabalhar nisso também”.

⁶⁴ É um nome fictício que contempla a paixão desse trabalhador por corridas, como também o nome do ex-presidente do SINTRICOM e organizador do grupo Zé Peão, Paulo Marcelo de Lima.

⁶⁵ Adotamos, ao longo deste trabalho, o termo “educação formal” para tratar da passagem dos trabalhadores por meios tutelados pelo Estado ou iniciativa privada, como escolas, cursinhos e afins. Identificamos, então, como iniciativas não formais, a educação popular, vista a partir da iniciativa do PEZP, e a educação informal diária, aquilo aprendido diariamente a partir do ofício laboral.

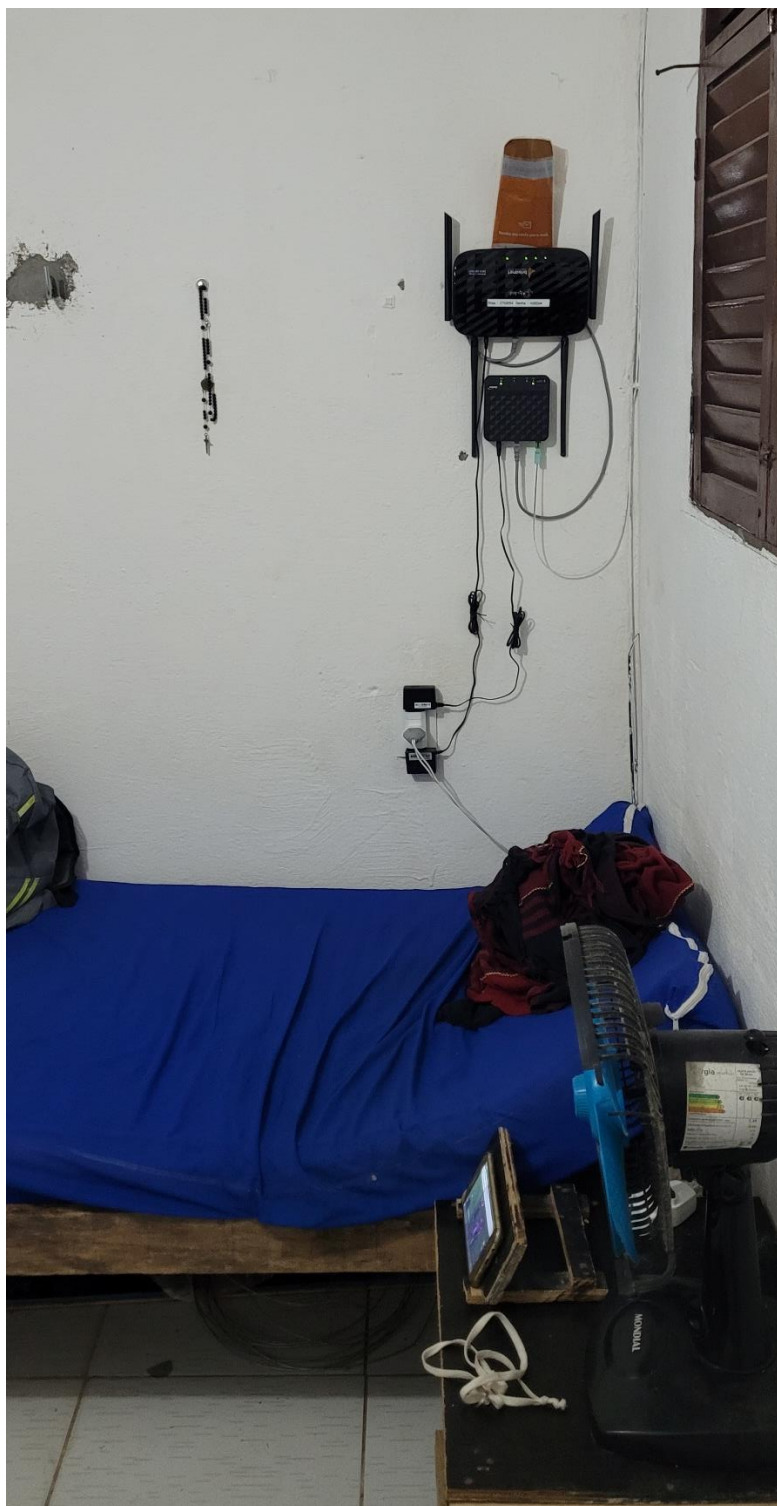
Alexandre, trabalhador migrante oriundo de
Gurinhém-PB

Quando trabalhamos com uma parcela já tão estudada, mas ainda, muito complexa, o medo reside em incorrer em preceitos já dados e fatos tidos enquanto senso comum. Mesmo que na realidade se repitam amiúde. Assim, tratar sobre trabalhadores da Construção e educação formal é um desses temas. Sempre sujeito à preceitos prontos e a uma opinião social que é recheada com uma certa brutalidade e má formada na consciência e no imaginário amplo. Não incorrer nessa mesma análise, também, se coloca como uns dos desafios que permeiam o estudo desse recorte.

Quando perguntado sobre seu grau de escolaridade a partir do questionário estipulado (Apêndice B), um trabalhador da área administrativa olhou-me com certo questionamento e respondeu em tom de ironia, “*sim, eu frequentei a escola. Fui alfabetizado e tudo...*”. Filho de pai mestre de obras e mãe dona de casa, afirma que tem orgulho de sua função e, mais ainda, abre espaço para uma série de trabalhadores que não vão de encontro ao estereótipo criado para eles. Ele terminou os estudos básicos e concluiu, dentro dos últimos três anos, em 2020, o curso de técnico em administração. Já trabalhava na obra antes disso e depois da conclusão do curso, esse é o primeiro empreendimento em que ele trabalha somente no RH, sem estar no canteiro de obras.

A maioria das contratações do grupo entrevistado, seus colegas de casa, foi realizada por ele. Inclusive, seu sobrinho, o trabalhador mais jovem do grupo, com dezoito anos, também fora indicado e trazido a Construção pelo tio. Com a divisão da casa e saída de um grupo que com ele morava anteriormente, foi que conheceu os novos rapazes e passou a dividir o local com eles. Sua cama é a única que fica na parte de baixo do sobrado, num espaço pequeno na sala, como pode ser visto na Imagem 14, abaixo. Seu sobrinho, em sua ausência durante período de férias, passou a ocupar esse lugar.

Imagem 14 – Quarto-sala: trabalhadores e espaços em transição



Fonte: Acervo pessoal, João Pessoa, 2022.

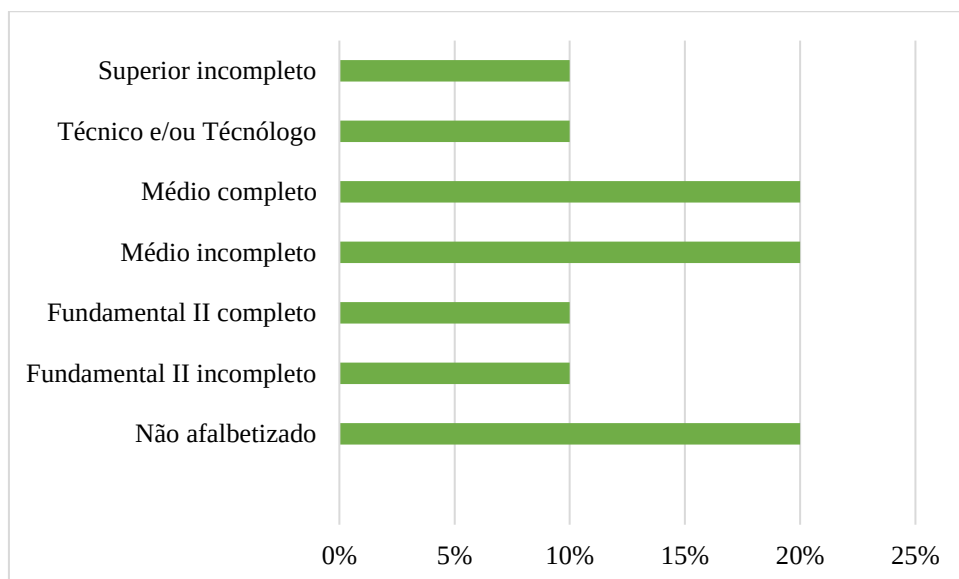
O restante dos trabalhadores da casa dividia dois cômodos na parte de cima do local. Por ocupar uma função no administrativo da empresa e ser contratado, nesse CNPJ, como técnico, é o que da casa recebe maior salário: mais de dois mil reais mensais, já que não disse

o valor exato. O que recebia mais próximo dessa quantia era Dida, nosso trabalhador amante de futebol, que estava, no momento de nossa entrevista, mudando de cargo e com possibilidade de ser efetivado enquanto pedreiro na carteira, e ganhar a partir de 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Esse salário que passa a ser maior que o de seus companheiros reflete em sua possibilidade de não perder um fim de semana de ida ao interior, para ficar com a família e sua noiva; fazer suas corridas e apreciar sua cidade. A imagem vista acima foi tirada antes de sua volta das férias, ao fim da primeira semana de contato e entrevista com os trabalhadores que ainda estavam na empresa. No dia de nossa entrevista, bolsas de maior qualidade, “de marca”, estavam penduradas ao lado de sua cama. Por ser, até aquele momento, um homem solteiro e sem muitas demandas para além daquelas apresentadas para ele na cidade e no desenvolver do trabalho, o salário aparece como um fator diferenciador de sua qualidade de vida em comparação a outros colegas de profissão casados e com filhos a criar. E que precisam, portanto, dividir a renda obtida no emprego da Construção entre duas casas, num malabarismo financeiro mensal e constante.

A prática educativa ligada ao ensino técnico, exterior ao processo de educação que a empresa da Construção poderia auxiliar, levou Paulo a uma posição diferente de seus colegas de casa e profissão. Ainda, quebra parte da expectativa social do trabalhador da Construção Civil engessado no tempo, especialmente o da transição entre um lugar mais ruralizado para outro mais urbanizado, como pretensão sinônimo de industrialização, como vimos no capítulo 1 deste trabalho. A trajetória de Paulo distingue-se das demais a fim de perceber a prática educativa formal como processo de ascensão laboral dentro do próprio espaço da Construção. A maioria de seus colegas não concluiu o ensino médio e tem na educação formal uma situação de imprevisibilidade, assim como trataram a vida árdua que tiveram até então.

Longe de ser toda a realidade, práticas educativas formais ou populares se não inexistentes para a maioria dos trabalhadores de chão de obra, são invisibilizadas dada a dureza de suas rotinas diárias. Não compreende a realidade total, mas se torna grande parte dela. Com isso, os níveis de escolarização formal se modificam ao longo das últimas décadas, mas, segundo dados nacionais e regionais, ainda alimentam um certo padrão que tomou conta da consciência nacional. Quando consideramos nosso grupo analisado, os números variam um pouco dado o pequeno contingente de trabalhadores. Mesmo assim, servem para analisarmos quais as relações entre idades e escolaridade e quais informações e disposições sobre suas trajetórias poderíamos inferir a partir desses dados.

Gráfico 6 – Faixa de escolaridade de trabalhadores migrantes da Construção em João Pessoa-PB, 2022

Fonte: Dados primários. Elaboração própria, 2022.

O único dado que se repete dentro desse grupo tange dois pontos distintos: aqueles que não foram alfabetizados e quatro outros que tiveram o ensino médio incompleto e completo. Aquele que está atualmente no ensino superior, é o trabalhador mais jovem do grupo e sobrinho daquele que possui o ensino técnico completo. Também, esses dois residem originalmente em Mamanguape, cidade mais perto da capital, João Pessoa, de acordo com o Mapa 4, visto no primeiro capítulo. Aqueles que ocupam a faixa do fundamental, são trabalhadores adultos, na faixa dos trinta anos. Já os de “médio incompleto”, são aqueles de 25 a 31 anos e, por último, os de “médio completo”, possuem 26 e 31 anos, respectivamente. A Tabela 9, a seguir, feita a partir dos dados primários obtidos em campo, traça melhor parte do perfil desse grupo.

Tabela 9 – Idade, escolaridade e tempo de migração de trabalhadores migrantes da Construção em João Pessoa-PB

Idade	Escolaridade	Tempo de migração para Construção
46	Não alfabetizado	26 anos
53	Não alfabetizado	33 anos
26	Médio completo	05 meses*
18	Superior incompleto	02 meses
30	Fundamental II completo	06 meses
25	Médio incompleto	05 anos
31	Médio completo	11 anos
33	Tecnólogo completo	08 anos
31	Médio incompleto	05 meses*
37	Fundamental II incompleto	05 anos

*Os dois vieram juntos do interior para trabalhar em João Pessoa.

Fonte: Elaboração própria, dados primários, 2022.

O nosso público analisado, além de ser múltiplo em idades, também o é quanto aos níveis de escolaridade e tempo no emprego. Como podemos ver pela Tabela 9, acima, aqueles operários mais velhos, que começaram suas trajetórias laborais na Construção entre a década de 1980-90, são aqueles, também, não alfabetizados. No caso de seu Zé, nosso segundo entrevistado e trabalhador mais velho e com maior trajetória dentro do grupo analisado, sua prática educativa variou um pouco a partir de sua passagem no Programa Escola Zé Peão – PEZP, ao qual nos deteremos no próximo tópico deste capítulo.

Em comparação ao trabalhador mais novo, com menor tempo de trabalho na Construção, cerca de dois meses (no momento de nossas entrevistas), é o único com entrada no ensino superior e um dos poucos em que o trabalho na Construção Civil não representa uma realidade a longo prazo, mas um caminho momentâneo para o seu objetivo que era de fazer uma poupança em dinheiro para comprar ou um veículo ou dar entrada num imóvel. Desejo esse que, para ele, se colocou num futuro distante ao levar em conta os custos materiais e emocionais que são requeridos para a sua manutenção no emprego na capital.

Aqueles trabalhadores que estão a menos de um ano na função na cidade grande, já tinham ocupado o mesmo posto em seus respectivos locais de origem, mas, de maneira informal, *clandestina*. Para o qual a prática educativa formal não era exigida, como é o caso do

emprego na capital, também. Quando perguntado se queriam ter estudado mais, ido além do fundamental ou médio, dentro desse esquema formal da educação escolar, a maioria responde que “sim”, mas ao aprofundarem suas respostas, veem que mesmo sendo uma vontade, por um lado, não representava ou um objetivo concreto de vida ou uma possibilidade real; uma aspiração realística dentro do ambiente laboral informal, na maioria das vezes, que cercou suas infâncias e adolescências. Apesar de visualizarem na educação escolar um ponto que poderia auxiliá-los no dia a dia e na forma de emprego, ela não aparecia como um movimento possível e que verdadeiramente poderia promover uma mudança qualitativa a curto/médio prazo em suas vidas.

Tem-se, então, um sentimento de impossibilidade unido a um querer que não acha os meios apropriados para concretizar-se; não nomeado como forte ou realizável. Alexandre, que está a cinco anos no ramo da Construção em João Pessoa, já passou por diversas obras na cidade, com vínculos formais e clandestinos. Pai de gêmeos, o jovem de vinte e cinco anos não viu oportunidade para concluir os estudos básicos formais ou tinha a possibilidade para tal. Quando perguntado até que momento ele tinha ido à escola, ele diz que fora até o “*primeiro ano [médio]*. *Terminei não o primeiro ano...*”. Entretanto, também a vontade de ir além de onde tinha parado não aparecia para ele, já que

[...] eu fui no, no, no pensamento da minha irmã e num quis não, visse!? Porque, tipo assim, [...] aí minha irmã terminou os estudos e tá, até hoje, trabalhando em mercado. Porque, tipo assim: pra mim terminar os estudos eu tenho que focar em faculdade e eu não tinha foco em faculdade. E nem tinha condições. Nem tinha foco nem condições. Porque hoje tem que ter gasto pra poder fazer faculdade, hoje tem.

A faculdade apareceria nesse cenário como um fim necessário ou um ponto de sequência ao término do ensino médio. Entretanto, ela não era vista como possibilidade realizável para ele, por falta de dinheiro e de condições de vida que o deixassem confortável em dedicar-se aos estudos. Se a faculdade não era uma realidade, não adiantaria concluir, assim, o ensino médio, ao considerar que, segundo ele, não precisa de estudo para continuar ou se tornar pedreiro. Tudo é aprendido dentro da vida diária no trabalho e essa compõe parte de sua aspiração atualmente, “*por que eu quero ser o que hoje? Tipo assim, eu sou ajudante de pedreiro. E eu vou querer ser o que? Um pedreiro. Hoje num precisa de estudo pra ser um pedreiro. Tem que bater um nível, uma coisa, a pessoa vai aprendendo diariamente, né!? E não é tão difícil de aprender*”.

Um outro trabalhador que estava perto, o mais novo do grupo e que é graduando em história, fala das condições de emprego que são mínimas atualmente. E cita o caso dos engenheiros que passam a ser motorista de transporte de aplicativo por falta de oportunidades

no mercado de trabalho. Alexandre, então, complementa que para ele valeria se [...] *estudasse pra ser engenheiro ou uma coisa a mais*". Ambos começam a conversar sobre os casos de pedreiros com uma longa trajetória de trabalho, muito requisitados, e que não sabem ler e escrever, mas que são ótimos no que fazem.

Continuar a estudar e acabar na Construção Civil ou continuar mesmo assim sem estudar são parâmetros equivalentes para ele, a medida que se frustraria caso terminasse o ensino escolar e fosse trabalhar na Construção ou no setor de vendas – como o caso da sua irmã que trabalha em supermercado, farmácias e afins –, sendo mais viável continuar como está e aprofundar os conhecimentos do dia a dia da obra e na profissão que visa a ascender: a de pedreiro fichado, já que *ajudante*⁶⁶ ganha o menor salário da obra, menos que *guincheiro*⁶⁷, até. Função essa que ele também já executou, porém, não recebia de acordo com essa remuneração, assim, não adiantava continuar nessa atividade.

A vida diária na obra é, com isso, sua melhor forma de ensino, porque é praticando diariamente que ele consegue uma educação melhor naquilo que já faz. Quando trabalhava em Mangabeira, o seu mestre de obra uma vez o chamou para fazer um serviço que não tinha tentado ainda, ao qual ele respondeu “*rapaz, eu não sei, não. Mas, me ensine. Me ensine que eu vou e faço*”.

A educação formal voltada a uma ascensão via trabalhado só seria viável de ser executada quando em outra área, em outra profissão, se ele tivesse tido os incentivos ou possibilidades para tal. Não é algo para a Construção Civil. E se fecha na própria impossibilidade de vida desse trabalho e que se une, também, a sua forma de reprodução. Qual o lugar da educação formal nesse labor-vida? O que ela poderia realmente oferecer a esse ou a outros trabalhadores? Ele não consegue achar, ainda, uma resposta que o contente. Mesmo que para ele, sua realidade árdua e diária, unida as não projeções passadas, já seja motivo suficiente.

5.4 O “PROGRAMA ESCOLA ZÉ PEÃO” E SEUS EFEITOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES EM MIGRAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO DA PARAÍBA

⁶⁶ *Ajudante de pedreiro* designa aqueles que acompanham a obra e os outros profissionais, entre eles, o pedreiro. No caso, podem desempenhar funções que vão de repassar ferramentas e auxiliar na tarefa realizada pelo pedreiro – trabalhando muito mais que este, por vezes, como disse seu Silva, segundo trabalhador mais velho que também ocupa o cargo – a varrer, juntar entulho e ficar checando as necessidades de toda a obra. Parte de nosso público analisado, aqueles trabalhadores abaixo dos vinte e cinco anos, majoritariamente, ocupam essa função.

⁶⁷ O *guincheiro* é o trabalhador que se coloca como operador de movimentação de cargas; para supervisionar as cargas; limpar e lubrificar os equipamentos; movimentar a carga de acordo com as normas de segurança, dentre outras funções. O piso salarial dessa função é de mais de 1.900,00 reais, bem mais que a do ajudante, que é de um salário-mínimo.

*Vige como tem Zé
Zé de baixo, Zé de riba
Te esconjuro com tanto Zé
Como tem Zé lá na Paraíba*

Jackson do Pandeiro, *Como tem Zé na Paraíba*, 1998

O sindicalismo que nasce com a década de 1980, em pleno período de tentativa de democratização da sociedade brasileira amputada ainda mais pela ditadura empresarial-militar (1964-1985), necessita estar atento às demandas de seu tempo. Seja enquanto instrumento objetivo de luta – a partir de atos, aglomerações, campanhas de rua etc. – ou de instrumentos que adquirem uma carga simbólica ao considerar o trajeto de escravização de corpos, almas e disposições calcados na sociedade burguesa autoritária brasileira e seu quadro imperialista. Ao unir lutas objetivas com conquistas subjetivas, alçamos as duas a um patamar de necessidade e conquista diária dos trabalhadores e das trabalhadoras, envoltos numa malha social que se desgasta com quanto mais perto do fim da pirâmide social chega.

Aspectos como acesso à educação, saúde e emprego, longe de estar no mesmo pódio que o posto normativo de que os “direitos do cidadão” poderiam trazer, adquire um tom de distinção, de desigualdade pautada numa hierarquização de gostos, afetos, saberes e comportamentos sociais acordados pelo campo social percorrido ou (e quase sempre) seu estado econômico. Para os trabalhadores sindicalistas da Paraíba e como pauta da luta social por uma mudança estrutural do Brasil, não basta a presença de postos de emprego ou a inserção deste trabalhador no modelo econômico vigente. O conduzir a um campo de saberes onde sua trajetória pessoal se faça em primeiro lugar e a educação seja modo de construção autônoma, faz com que esse empregado para além de seu emprego seja, com isso, um indivíduo em pé de lutar retoricamente sua própria batalha. Não para enriquecer doutor, apenas, mas, sim, como agente e componente importante dentro do jogo produtivo e social.

Os condicionantes históricos que relegaram a esse posto diante dos últimos séculos, propicia nas últimas duas décadas do século XX a iniciativa de uma luta que se coloque dentro das demandas reais da dinâmica diária, com a união entre diferentes camadas de agentes da sociedade civil e/ou institucional (OLIVEIRA, 2015). Desse período de efervescência das lutas trabalhistas e populares do fim da década de 1970 e início de 1980, surge o Campo Democrático Popular (CDP), com o auxílio do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos trabalhadores, a CUT. A partir das iniciativas desse campo, com os trabalhadores já no foco dos conflitos, a Educação Popular aparece como uma iniciativa teórico-metodológica para

conduzir a alfabetização e educação de modo geral no Brasil. Atenta-se para o fato de que essa forma educativa não despreza a qualidade do ensino e de seu quadro de educadores, mas visa a romper com o formalismo e exclusão que marca a instituição da escola e o ensino educacional. Dessa pedida por uma educação autônoma, livre e com sentido de se fazer minimamente presente dentro do palco de decisões do seu setor produtivo, nasce o Programa Escola Zé Peão – PEZP, que começou com “i”, da luta dos piões, para tornar em “e”, um peão com direitos e deveres.

Em 1990, com o auxílio de profissionais da UFPB, especialmente do Centro de Educação (CE), o PEZP nasce como um projeto de extensão e educação popular visando a escolarização do aluno trabalhador – na maioria das vezes migrantes do campo, que deixaram cedo os estudos ou nunca dele tomaram parte – como, também, a formação de professores alfabetizadores da Universidade Federal da Paraíba. Em meio ao contexto da década e a realidade diária de precarização no trabalho e na vida desse empregado da Construção, a necessidade de se entender no mundo, como ser autônomo diante das competências de escrita, leitura, mas não só. De entendimento de sua realidade e trato entre classes, também, para assim saber porta-se em meio aos seus próprios colegas trabalhadores, mas, principalmente, perante os empregadores, “o patrão”, e dentro do sindicato. Oliveira (2015, p. 31) coloca que

é importante ressaltar que o problema do analfabetismo e da baixa escolaridade dos trabalhadores refletia não só a dificuldade de terem mais autonomia na sua vida cotidiana – como ler as instruções de algum produto relacionado ao trabalho ou não, entender as sinalizações de segurança dentro de um canteiro de obra, pegar um ônibus, compreender um contracheque ou fazer operações bancárias –, mas refletia, também, na autoestima e na formação da subjetividade desses operários. Não são poucos os relatos em que eles se consideram seres “sem luz” porque não sabem ler e escrever e dessa forma sentem-se inseguros para assumir um papel protagonista na luta sindical.

Com isso, ao aproximar a educação da barreira do real, a tornamos uma ferramenta de agência e sentido de mundo.

Nesse objetivo de subsidiar a percepção pedagógica dos profissionais de educação e a ascensão educacional dos operários, o projeto pensado pela nova gestão do SINTRICOM, com os “Zé’s”, nasce. Depois da retomada inicial, o projeto que contava com o Centro de Educação (CE), da UFPB, cresce e vira Programa, ao unir diversos Centros de ensino da mesma universidade – entre eles, o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), o Centro de Ciências da Natureza (CCEN), o Centro de Ciências da Saúde (CCS) e o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) – e iniciativas de fomento públicas e privadas, especialmente as de cunho religioso, como é o caso da Oxford Committee for Famine Relief – OXFAM, a Catholic

Agency for Overseas Development – CAFOD, como, também, a ajuda inicial da Pastoral Operária (PO).

Esse agrupamento de incentivos propicia que o PEZP seja uma iniciativa local com um forte apelo nacional e internacional ao postular, com maior nitidez, a união entre escola e trabalho produtivo (SINTRICOM, 2009, p. 2). A proposta pedagógica do Programa é feita tendo o objetivo de “desenvolver uma educação que promova a capacitação do operário para enfrentar o contexto social, econômico, político, sindical e educacional contemporâneo” (*ibidem*). Para se fazer isso, as salas de aula foram levadas para os próprios canteiros de obra, onde a maioria dos trabalhadores migrantes ficavam alojados, o que propiciou esse deslocamento mínimo entre o local de estudo e trabalho. Por sua vez, acabou por restringir esse contato do empregado da Construção migrante com a cidade ao seu entorno, já que, originalmente, as chances de usufruir da cidade eram mínimas, seja pela falta de alfabetização⁶⁸ e/ou condições financeiras para se manter no emprego e na capital.

Os educadores que fazem parte do Programa são oriundos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPB ligados a licenciatura. Para fazer parte dessa iniciativa era necessário a inscrição através do edital lançado, passagem por uma avaliação escrita específica sobre o Educação de Jovens e Adultos – EJA e sobre a Educação Popular e, como última etapa, por um curso de formação de, aproximadamente, 60 (sessenta) horas, organizado em quatro blocos diferentes: Identidade e Cultura; História e Metodologias aplicadas a EJA, numa perspectiva de Educação Popular; Planejamento e avaliação e, por último, Aulas simuladas. Ao fim desse processo, uma entrevista era realizada com os interessados e formandos do curso para saber sobre sua disponibilidade de tempo, sua participação e envolvimento concreto na educação de jovens e adultos (SINTRICOM, 2009).

Com essa formação, os educadores do Programa poderiam lidar melhor com as demandas que envolvem a Educação Popular. Como, também, com as especificidades de horários e dificuldades próprias do público-alvo: trabalhadores da Construção Civil situados na cidade de João Pessoa, majoritariamente homens, vindos do rural e/ou do interior com pouca escolarização formal, muitas vezes jovens trabalhadores, que encontram no emprego da Construção, apesar do seu cenário perpétuo de desmonte, a oportunidade de estar na cidade e empregado com salário mensal. Mas, que careciam, ainda, de um auxílio para se portar nesse

⁶⁸ Muitos são os casos, especialmente desses trabalhadores mais velhos, não escolarizados, de não conseguirem acessar o transporte público justamente por não saberem ler e, com isso, incapaz de se situarem na cidade.

mundo do trabalho e numa realidade da cidade que pode ser mais rápida, mais complexa e menos inclusiva.

As aulas eram dadas, quase sempre, nos canteiros de obra, a partir de 1991. Posteriormente, puderam ampliar para outras localidades, escolas perto das obras, por exemplo. O planejamento era para que essas aulas ocorressem de segunda a quinta-feira (os dias da semana em que esse trabalhador migrante permanece na cidade) e no horário de 19-21h, especialmente pelo seu tempo de saída do trabalho – próximo a esses anos era de 17:30/18h. Agora, ocorre às 17h de segunda a quinta e, às 16h, na sexta-feira. Eles têm, assim, uma hora de descanso por dia de trabalho. Quando o PEZP esteve ativo na vida de alguns trabalhadores analisados, um deles relata que na vigência do Programa, quando saía do trabalho conseguia relaxar só depois da janta do alojamento, mas *“quando a gente tinha que ir pra escola, a gente jantava e ia pra escola. Aí vinha cansado e sono. Era..., mas sempre gostei da Construção”*.

A construção aparece, para ele, como um ótimo trabalho e uma vontade de nela continuar, já que

o que eu faço tá bom demais. Eu sou... Da Construção Civil, eu faço muita coisa. Pra mim, é ideal. [...] Porque a Construção Civil tem muito trabalho pra você querer, é, aprender e fazer. A Construção Civil tem muita coisa, minha amiga; tem eletricitista, tem encanador, que é tudo profissional, né... Tem armador, almoxarifado, mestre de obra, apontador; tem muita coisa. [...] A Construção Civil é fundamental. Pra mim, é demais. Eu adoro a Construção Civil.

E quando perguntado sobre a possibilidade de mudar de área, emprego, fazer algo diferente etc., ele menciona a questão do PEZP e o papel fundamental que o Programa teve em sua vida e trabalho.

Seu Zé participou do Programa a partir de 2013, com aulas no próprio canteiro de obras, e *“eu passei dois anos porque terminou a obra, aí quando termina a obra, num continua, não [no Programa]. Aí vai pra outras obras, né, aí lá se você quiser, se for perto, se você quiser continuar, você vai. É a mesma coisa”*. Para ele, o Programa foi importante *“demais, demais. Pra mim, foi uma benção. Eu gostei demais. Foi uma oportunidade, foi, e ninguém pagava nada. Até lanche tinha pra gente”* e

a professora era gente muito boa... Aí ela morava aqui em Tambauzinho e tinha que ser o horário do ônibus. Quinze pra às nove ela tinha que terminar a aula. A gente, era pertinho a obra, [...] e era só atravessar a rua, o ônibus passava na pista. Todo dia eu ficava, num ia direto [para as aulas], né, porque na sexta-feira eu não ia, aí só era três dias por semana.

Nessa experiência que ele teve, conviveu com a mesma professora durante esse percurso educativo, a qual tinha muita afeição porque ela era muito cuidadosa e simpática com eles.

Foi durante sua passagem pelo PEZP que ele aprendera a ler e escrever um pouco, ao que contou com orgulho, brevemente, quando foi assinar o TCLE (Apêndice A). Quando estava participando das aulas, contava com a companhia de 15 (quinze) colegas, estudantes-operários. Todos aqueles que estavam com ele, incluindo o próprio, eram oriundos de zonas rurais e “*não tinha nenhum da cidade, nenhum. Tudo da zona rural. [...] De Juarez Távora, Gurinhém, Caiçara... Tudo da zona rural, num tinha nenhum daqui. E tudo diferenciado, não era da minha cidade, não... Tudo diferenciado*”. Percebemos que além de contemplar o horário de descanso e propiciar uma atividade educativa, mas, também, interativa que vinha fora dos muros da obra, o Programa realiza uma educação focalizada naqueles trabalhadores que compõe a maioria dos empregados da Construção: os migrantes oriundos das cidades de interiores e/ou zonas rurais, especialmente com trajetórias iniciadas durante o fim do século passado, embebidos num cenário de transformação não apenas do modelo político-econômico, mas de vida e forma de ver o mundo.

Para tanto, esse horário de ensino foi pensado já que era a noite o único momento disponível para esses trabalhadores e, que não invadissem a sua possibilidade de descanso muito além das 21h, ao considerar que levantavam ainda mais cedo que na situação atual, que é, geralmente, às 05:30/06h. Para Zé, foi um tempo pouquinho, mas era bom. No seu plano de ação, o SINTRICOM (*ibidem*) aponta para o fato de que

dados coletados a partir das fichas de matrícula permitem afirmar que expulsos do campo, pela falta de terra ou de oportunidades de trabalho, os trabalhadores/alunos desembarcaram na cidade desprovida do preparo mínimo exigido para o mercado formal de trabalho na cidade. A precariedade nos níveis de escolarização e a ausência de qualificação profissional os sujeitam aos empregos mais duros e penosos, de pior remuneração e mais suscetíveis à rotatividade e ao desemprego, de que resultam péssimas condições de sobrevivência.

Com essa realidade, o sindicato dos trabalhadores da Construção reforça esse compromisso com a agenda da educação popular ao perceber que o vínculo entre educação e qualidade de vida e trabalho, especialmente para um setor historicamente acometido pela precariedade vivenciada na sociedade brasileira e no mercado de trabalho, como um todo.

Dados do Censo do IBGE de 1990, apontam para um índice nacional de analfabetismo que girava em torno dos 20%. No caso do estado da Paraíba, esse índice era de 38% ou mais (OLIVEIRA, 2015). Essa relação se expressa no total do Brasil. Porém, fica mais acentuada na região Nordeste, em comparação com as demais. Com os dados de 1990/1, podemos ver como essa relação de analfabetismo se expressa de região e região a partir da formulação do IBGE (1995), no *Anuário Estatístico do Brasil*, de acordo com os sexos: no Brasil, como um todo, a

taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 (quinze) anos ou mais⁶⁹ era de 20,1%, com uma porcentagem de 19,8, para os homens, e de 20,3%, para as mulheres, ultrapassando os números nacionais em comparação.

Ao dividir entre área possivelmente urbana e rural, este número se estica quando temos 40,5% de analfabetismo na área rural e, 14,2%, na porção urbana (nos números totais do Brasil). Ao dividir novamente entre os sexos, a taxa de analfabetismo no rural era de 41,3%, para os homens, e 39,7%, caindo minimamente em comparação aos números totais vistos anteriormente, para as mulheres. No caso da área tida como urbana, essa taxa era de 13,0% para homens e 15,2%, para mulheres. Já na região Nordeste e sua área rural, era de 60,4% e 53,3% para as mulheres. Enquanto no urbano, esse número variava de 27%, para os homens, e 26%, para as mulheres.

Essa grande variação das taxas quando comparamos as áreas lidas como rurais e urbanas se coloca durante todo o processo histórico do último século. O perfil do trabalhador da Construção, por mais que não varie de forma significativa em comparação as décadas anteriores, vem a se modificar, timidamente, quando nos atentamos para os níveis educacionais que, na realidade imediata dele, pouco servem para mudar sua condição de servente (de pedreiro).

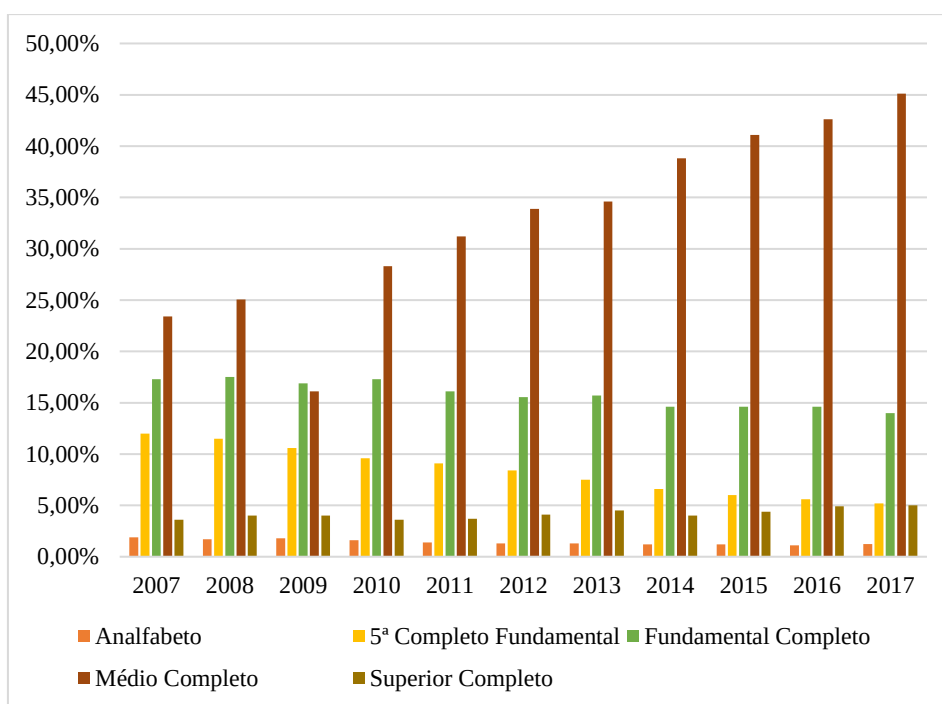
Como Alexandre, nosso sujeito de pesquisa, amante da moda, trouxe: ele não via sentido em continuar estudando, seja terminar o ensino médio ou um técnico, para acabar como a sua irmã, empregada em um supermercado. Será que as condições objetivas de emprego se modificam com essa passagem de um nível educacional para outro se formos considerar apenas o emprego na Construção? Qual o perfil (idade, localidade de origem, raça/cor etc.) desse trabalhador atual, que migra do rural/interior para capital nos anos recentes em comparação àquele que vem ainda no século passado, especialmente nesse período de inserção do PEZP? Quais eram ou são, assim, as possibilidades desse grupo? Essas são questões que aparecem quando analisamos certas ambiguidades nos dados brutos que não apagam, mas se confrontam com as aspirações ou comportamentos subjetivos.

Mas, voltando a falar sobre esse perfil educacional do trabalhador da Construção, retornamos, também, a analisar certas ambiguidades aparentes nos dados. Consideramos que, diferente de uma maioria histórica, em transição no século XX, o perfil educacional do operário

⁶⁹ O anuário de 1995 traz dados a partir de pessoas com 9 (anos) ou mais. Como estamos falando ao longo deste trabalho sobre os empregados da Construção e trabalhadores efetivos do mercado de trabalho, como também a Educação de Jovens e Adultos, optamos por trazer o recorte apenas da última parcela das tabelas, os de 15 (quinze) anos ou mais, ao inferir uma possível inclusão (ou não) desses no mercado de trabalho.

da Construção passa a mudar timidamente, onde os maiores índices se concentram em médio e fundamental completo, a partir de 2007, como podemos ver num recorte de 10 (dez) anos no Gráfico 7, abaixo. Assim como nosso público analisado, mesmo que não concluintes do ensino médio ou frequentadores assíduos da unidade escolar, a maioria daqueles presentes na casa alugada na capital do estado possuíam fundamental 2 (dois) completo ou ensino médio completo. A exceção de Emerson, nosso segundo corredor que tinha abaixo dos quarenta anos de idade, mas que não chegou a concluir o fundamental 1 (um), todos os outros trabalhadores que tinham abaixo dos 33 (trinta e três) anos, possuíam o fundamental completo. Poderiam ser, então, considerados jovens no mercado de trabalho, mas tinham uma jornada laboral que vinha desde o fim da infância, com 8 ou 10 anos, chegando já “saturados” nesse mercado de trabalho competitivo e rotativo. Sempre à espera de mais um surgir.

Gráfico 7 - Escolaridade dos trabalhadores da Indústria da Construção no Nordeste, em % (2007-2017)



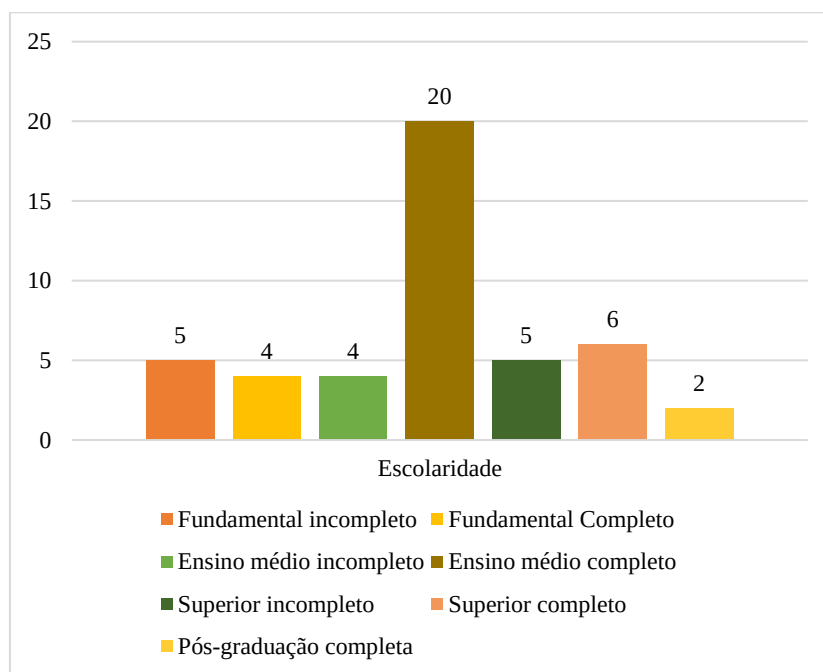
Fonte: RAIS. Elaboração por Menezes (2020).

No caso dos dirigentes sindicais da CONTICOM-CUT⁷⁰, parceira do SINTRICOM-JP, os números não variam em muito diante daqueles vistos dos trabalhadores do Nordeste no

⁷⁰ Esses dados são oriundos de uma pesquisa realizada em 2018, em virtude do 8º Congresso da CONTICOM-CUT, que reuniu mais de 60 (sessenta) sindicalistas do Setor na sede do SINTRICOM, em João Pessoa. Na época, executamos um questionário que tratava sobre esse perfil do sindicalista, sua trajetória e as condições de trabalho, especialmente com foco nas mudanças trazidas pela RT de 2017 (MENEZES, 2020).

Gráfico 7, acima. Em números absolutos, a maioria aparece com ensino médio completo, seguido por fundamental (1 e 2, agrupados), incompleto, como podemos ver no Gráfico 8, abaixo.

Gráfico 8 - Escolaridade dos dirigentes sindicais CONTICOM-CUT, 2018



Fonte: Dados primários. Elaboração por Menezes (2020).

Esse padrão, então, mostra uma leve mudança no perfil educacional do operário da Construção nos últimos anos, em virtude, principalmente, do acesso à programas sociais educativos, como o EJA, ou de ativos mais internos, como é o caso do PEZP, na Paraíba. Além do mais, especialmente no caso dos dirigentes sindicais entrevistados, a maioria possuía entre 40 e 50 anos, com trajetórias iniciadas, majoritariamente, no fim da década de 1980 e início de 1990, mesmo período de nossa análise da implementação do Projeto Escola Zé Peão, em João Pessoa.

Os números de analfabetismo não eram ou são exclusivos do Brasil, mas acentuam-se com as desigualdades socioeconômicas postas e das oportunidades de vida e trabalho, praticamente inexistentes, para grandes parcelas dessa população. Nesse molde, o PEZP vem para contribuir com uma agenda nacional e internacional sobre o tema da educação, especialmente no que concentra a de jovens e adultos, em posição de vulnerabilidade no mercado de trabalho e de ampliação de suas condições subjetivas mínimas de vida, no que tange

o sentimento de autonomia e de ser sujeito de si. Ter, assim, uma identidade própria, onde a educação e a ampliação dessas oportunidades invisibilizadas podem surgir posteriormente.

No ano de 2009, quando o SINTRICOM-JP lança seu documento de apresentação oficial do PEZP, no site do sindicato, o Programa completava 19 (dezenove) anos de experiência e, até aquele momento, tinha matriculado cerca de 10 (dez) mil operários e possuía, em 2009, 15 (quinze) turmas abertas, com 225 (duzentos e vinte e cinco) trabalhadores matriculados. Naquele momento, o sindicato já alertava para o aumento da evasão que se deu em comparação ao início da trajetória do Programa. Nos dados quantitativos, tinha-se mais de 50% de evasão, embora o sindicato chame a atenção para o caráter do setor e o contexto em que essa experiência é realizada, ao consideramos que “a indústria da construção civil apresenta como característica a rotatividade o que ocasiona demissões e transferências dos operários independentes se estão ou não na escola” (SINTRICOM, 2009, p. 3).

Mesmo com a evasão como uma realidade cotidiana do próprio Setor, o sindicato aponta para uma melhoria das condições individuais do trabalhador que fez parte do PEZP, ao ter maior capacidade de mobilização e decisão nas tomadas sindicais; participação mais ativa nas lutas e campanhas sociais; ascensão profissional ou a participação em novos campos de atuação que podem aparecer para esse trabalhador, dentre outras possibilidades. O programa propiciou, também, a ampliação da experiência docente dos estudantes inseridos no âmbito da UFPB, assim, a formação de jovens educadores orientados de acordo com o viés da Educação Popular e de uma realidade educacional mais ampla e inclusiva.

Entretanto, na última década, especialmente a partir de 2012, notou-se uma grande queda do poder do Programa e de sua capacidade de autossustentação. Essa queda começa em 2003, com a ascensão de um governo de centro-esquerda ao poder, na figura do presidente Lula. Com a suposta ampliação das categorias educacionais e seus incentivos pelo Governo Federal da época, organizações privadas descritas anteriormente e que auxiliavam no fundo de sustentação do Programa, retiraram seus apoios a ele. Pensava-se, na época, que o Estado transferiria mais recurso para essa demanda e poderiam, assim, investir mais em seu próprio país. A maioria das iniciativas, então, voltaram às atenções para outros países considerados mais desassistidos. Como aponta Oliveira (2015), esses recursos vieram, mas por uma lógica precária, sem sustentação a longo prazo e com um viés voluntarista, a partir do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Essa lógica voluntarista e precária desse programa acarreta a aceitação de professores sem uma formação adequada para trabalhar com o EJA e recebendo valores baixíssimos, tidos

como ajuda de custo, majoritariamente, e responsabilizados pela organização do ambiente físico de ensino. Gerou, desse modo, uma desprofissionalização e precarização da prática docente. Ademais, onde antes tinha-se uma seleção a longo prazo dentro dos setores da Universidade Federal da Paraíba para a escolha desses profissionais a serem engajados no EJA com vínculo a Educação Popular, essa foi perdida pela precarização da profissão e/ou da carreira de pesquisador, ao ampliar a possibilidade de bolsas de pesquisa e extensão sem uma análise detida em seu público-alvo. O que ocorre é o aumento do acesso ao crédito por parte da população precarizada com a ampliação dos vínculos entre o GF e os bancos, possibilitando, assim, o aumento do poder de compra para uma população que antes não o possuía. O que se une a criação das políticas de cotas e ascensão de estudantes negros, de comunidades tradicionais e oriundos de escolas públicas na universidade pública ou privada, via incentivo do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES e do Programa Universidade para Todos, o PROUNI.

Com a ampliação desses programas e das bolsas de pesquisa sem uma gerência ou seleção proativas, a dimensão da qualidade do ensino e seleção podem ter sido nubladas no caminho. Não pela ampliação de camadas históricas impedidas de ocupar esse espaço elitizado socio-historicamente pela burguesia, mas, pela falta de análise das condições das bolsas e sua ampliação seguindo um valor quantitativo que, mesmo sendo grande para a época, não consegue agrupar a maioria da população estudantil, mesmo com sua ampliação. O que se percebeu foi uma precarização da atividade docente e de pesquisa ao crer na bolsa como principal instrumento de manutenção do estudante tanto em projetos como na própria Universidade.

O que antes era uma oportunidade de ampliar as condições da prática docente e viabilizar a manutenção dos programas de experiências pedagógicas populares, passa a ser entrecortado por uma lógica voluntarista e precarizada de uma oportunidade de participação em um projeto que você não tem os meios ou disposições para trabalhar, ao considerar a renda necessária para o seu mantimento dentro da própria universidade. O voluntarismo docente, longe de promover uma elevação da moral, se torna uma marca da precariedade do ensino, público, privado e/ou estudantil, e aparece como uma norma necessária para inserção naquela realidade, já em vias de deterioração.

No caso do PEZP, as questões práticas do Programa – no caso dos discentes e docentes – sofreram abalos no decorrer da última década. Especialmente, em conexão com os efeitos sociopolíticos das crises do Governo Federal, da Lava-Jato – onde o Setor da Construção tem uma parte importante dos esquemas analisados – e com o decréscimo das condições mínimas

de acesso ao crédito ou às práticas educativas como instrumento de libertação e ascensão. O que fez com que a iniciativa, se não solúvel depois de seus 32 (trinta e dois anos), em 2022, fosse minimizada como o aporte educativo e ampliador das condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores que ela mesmo pregou.

Paulo, um de nossos sujeitos, afirma o PEZP não é mais uma política efetiva no cotidiano dos trabalhadores. Quanto a outras práticas educativas dentro da obra, que poderia ser iniciada tanto pela empresa quanto pelo sindicato, não existem atualmente. Numa forma de individualização dessa rede de conhecimentos antes minimamente existente para uma parcela desses trabalhadores, ele relata que já trabalhou, de forma individual, para fazer com que um colega conseguisse ler e escrever durante as pausas para o almoço. Mas, sem perfis coletivos em prol dessa organização, o trabalho de mudança educacional se mantém estagnado.

Com essa ida e vinda das possibilidades de melhoria laboral e de vida para os empregados da Construção, percebemos a complexidade da teia de relações objetivas e virtuais, no caso da política, em que estamos envolvidos. Nessa relação com um campo e outro, seja no meio político ou educacional, essa rede (FREIRE, 1967) é feita como condições próprias para a “manutenção da ordem”, à medida que não se modifica propriamente a relação entre os sujeitos.

No nosso caso, a ordem burguesa apadrinha não só o sistema de relações econômicas e produtivas em seu sentido mais capitalista, mas, também, as relações sociais que a partir dela são tecidas e tensionadas visando a sua manutenção. Desses condicionantes históricos presentes não só na análise da educação no Brasil, mas de sua formação social como um todo, a passagem célebre de Marx ([1952] 2022, p. 25) reaparece aqui, ao considerarmos que

os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolheram as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

Nessa concepção histórico-dialética, tanto o campo popular quanto sua educação são formados encontrando pelo caminho estruturas sólidas de comportamentos no mundo, ao passo que se cria uma tensão para estar sob ou ir contra elas. A educação, nesse aspecto de farsa da história contada, aparece como mote norteador de velhos costumes ou a possibilidade de criação de novos.

Ao colocar as classes populares no seio do processo educativo, as práticas educacionais carecem de novos instrumentos metodológicos que ampliem a qualidade e a porta de entrada

para essa prática, sem concorrer com o formalismo excludente que faz do processo educacional como um utensílio de classe para a burguesia. Entretanto, com o surgimento do CDP e suas formações político-sociais, a expansão do ensino – para além do que estamos tratando aqui, da Escola Zé Peão –, seja público ou privado e com incentivo direto do Governo Federal, caminhou numa ampliação das oportunidades para as camadas mais pobres, mas sem a devida fiscalização quanto às verbas ou qualidade desse ensino. Assim, sujeito às flutuações de diversos governos sem estar fincado totalmente, ainda, num processo estrutural de país, esse mesmo projeto que abre as portas quando de incentivos públicos do Campo Democrático Popular, as fecha quando são baqueadas por outros flancos do desenvolvimento imediato que marca a democracia restrita burguesa, não refém de um governo político-econômico específico, mas estrutural dessa sociedade (FERNANDES, [1976] 2020).

O povo da Nação e a nação do povo se diferenciam dentro do estatuto determinante da moral burguesa no que condiciona as normas de relações sociais e produtivas, o que impede, no nosso caso, as formulações legítimas dos trabalhadores tolhidos de uma possibilidade de “igualdade” perante os empregadores e a si mesmo. Vendo-se, assim, como não merecedores de avanço e, portanto, relegados a uma atitude e atividade produtiva marginal; operável apenas dentro desse modo de expropriação existente que faz parte do mercado de relações laborais e sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar a um fim acabado, mesmo que esse não seja o final propriamente dessa Dissertação, desta ideia ou das vidas e trajetórias analisadas, chega, nesse momento, como uma tarefa se não difícil, mas custosa, com certeza. Empreender a pesquisa de Dissertação nos últimos dois anos, em meio a um turbilhão de notícias, conflitos, uma pandemia dilaceradora e vários pontos sensíveis durante essa pequena trajetória de análise, não foi tarefa fácil. E não está sendo enquanto essas linhas são escritas. Muito do que se pensava no início da pesquisa, com hipóteses baseadas em outras trajetórias vistas anteriormente – seja em pesquisas externas e esporádicas ou em pesquisas célebres da área do trabalho e da migração –, especialmente quanto ao destino ou forma de adaptação – ou não – deste trabalhador e de sua atividade laboral, não se pôs a prova. A migração para outros estados se tornou pequena frente ao avanço da Construção em cidades do Nordeste e mostram, consigo, uma face juntamente flexível que constitui o mercado de trabalho brasileiro, não só no setor analisado, como processo histórico de pêndulo entre atividades laborais flexíveis e vidas em transição.

A migração vista no decorrer deste trabalho denota uma condição própria na vida desses trabalhadores da Construção, envoltos numa realidade flexível e instável, tanto em seus locais de origem – cidades do interior do estado – quanto em seu momento intermediário: o trabalho na Construção Civil na capital. Esse, entretanto, não é um destino, mas uma forma de manutenção mínima de sua capacidade de reprodução se comparada a vivência anterior deste trabalhador. Com isso, uma forma intermediária de garantir sua reprodução social frente a um mundo de oportunidades até então inexistente. O trabalho no Setor se coloca como uma atividade que denota mais um meio que um fim; uma oportunidade de emprego *fichado* em carteira que o mesmo Setor no interior ou o trabalho no campo o negam. É a forma de ser da cidade mesmo que esta represente apenas um vínculo de empenho mais rápido, não uma abertura para que nela ele construa sua vida.

Muitas eram as demandas internas que tinha no início da realização desta pesquisa. Umas concretizadas a partir do contato qualitativo e de troca singela com os sujeitos analisados. Outras, que deixaram uma parte da pesquisa mais aprofundada em suspensão; à espera de um foco, um olhar mais atento. Esgotar qualquer pesquisa, especialmente nesse período de formação intermediária, não foi possível ou sequer algo que iria ser buscado aqui. O que se pretendeu nos dois primeiros capítulos, por exemplo, foi a construção de um pano de fundo onde as principais características e categorias elencadas pela ideia proposta pudessem construir um corpo contínuo entre si e achar as franjas onde cada uma pudesse se inserir.

Foi conceber o trabalhador migrante envolto numa rede de relações em que a migração é uma ação não refletida; quase convencional para si e seus colegas. Ninguém pensa em migrar. Pensa-se em trabalhar e, com isso, só sendo possível a partir de um processo de migração temporária e flexível. Buscar na migração uma via de mudança de vida é a característica comum que vem com o emprego na Construção e com a relação de vida adotada por esse trabalhador ao deixar o campo de lado; a parte ruralizada de sua vida e de sua cidade no interior. Migrar é uma condição básica da busca própria do emprego no Setor. Portanto, nosso primeiro vínculo de pesquisa estava preparado ao relacionar trabalho (na Construção) e migração; fenômenos complementares e que se constroem mutuamente.

A migração, como processo ampliado e realizado pelo e sob o capitalismo, se coloca como uma demanda histórico-social que pode ocorrer em espaços temporais específicos, mas que, ao mesmo tempo, se mantém ativa durante todo processo histórico. Esses fluxos podem ser de pequena, média ou longa distância; permanentes ou temporários e ocorrerem dentro de um mesmo estado ou país. Essa leitura da migração com sentido trabalho como um processo histórico dilatado pelas pressões do Capital e suas formas de comportamentos e controle, sustentam o entendimento da realidade social como uma estrutura que é em si estruturada e estruturante. Portanto, rígida ao mesmo tempo em que é móvel.

O próprio processo de migração que vimos no decorrer da discussão empreendida por essa Dissertação nos leva para um espaço onde essa transição se apresenta como uma constante na vida dos trabalhadores e naturalizada de acordo com as demandas objetivas por moradia, comida e, ao fim, sua reprodução social e material, como um todo. Ao analisar o papel da migração interna, entre interior e a capital do estado, a percebemos como um processo *comum* e recorrente na vida dos trabalhadores do Setor da Construção, ao possuir demandas objetivas e condutas simbólicas, embebidas num processo de rotatividade e vulnerabilidade do campo e da cidade.

Se migrar, então, não era o objetivo principal, mas, sim, a oportunidade de trabalho, a busca pela sua reprodução social, nos atentamos para: qual o público que migra? Quais as relações destes trabalhadores com divisões sociais sensíveis de nossa realidade? Para responder à essas questões podemos olhar para o público de sujeitos analisados aqui: trabalhadores homens da Construção Civil. Migrar não é uma característica masculina, destinada apenas a esse público específico. Entretanto, uma segunda relação é feita quando pensamos a forma trabalho – tido como pesado, árduo e desgastante – que é o da Construção e sua demanda social por um sujeito forte e incansável e com um biotipo mais propício a realização desta tarefa: a

imagem biossocial do homem. Com isso, mesmo que as mulheres também migrem ou passem a trabalhar em alguns postos mais elevados na hierarquia do Setor – como arquitetas, engenheiras, técnicas em edificações, dentre outros –, aqueles que podem demandar maior energia, força e resistência, presentes no chão da Construção, o ambiente mais difícil para estar, segundo alguns trabalhadores, é reservado aos homens. Eles são os que buscam emprego no Setor e, portanto, aparecem em maior número nessa dinâmica migrante, nas cidades e nesse trabalho árduo.

Esses problemas citados, que poderiam construir focos de grandes análises individuais, nos servem para contextualizar e perceber as relações que os indivíduos mantêm entre si e as estruturas que os cercam – dado a forma trabalho e as instituições responsáveis por sua organização, como o Estado e/ou o mercado privado. Elas aparecem complementando a ideia principal que acompanhou esse trabalho a partir da análise de trajetórias e, portanto, constroem essas realidades no passado, presente e futuro desses indivíduos trabalhadores e as atividades realizadas por eles. Com isso, nosso foco se deteve sobre a análise das trajetórias sociais de trabalhadores com origens ruralizadas situados agora na Construção Civil da capital do estado da Paraíba, João Pessoa, ao considerar sua inserção instável e flexível nesse emprego e sua demanda simbólica por uma ocupação estável, minimamente encontrado no Setor.

Pensar essas trajetórias de trabalho-vida como movimentos transicionais tendo como pano de fundo as categorias trazidas anteriormente e a malha social brasileira das últimas décadas, significa que o objetivo não era esgotar de qualquer maneira o conteúdo dos temas propostos, ou os analisar em sua completude. Mas, sim, perceber como características, aparentemente desconexas, marcam a vida de milhares de pessoas e aparece como uma condição própria – seja a partir da suposta transição entre o campo e a cidade ou entre o conteúdo do mercado de trabalho na realidade e sua dimensão prescrita.

Foi discutido, então, que a dinâmica de vida anterior desse trabalhador, especialmente para aqueles que trabalharam especialmente na roça, era de muita flexibilidade e vulnerabilidade, a partir das poucas oportunidades de trabalho, jornadas laborais longas e árduas, por produção, e com um custo a saúde perverso para esses trabalhadores, seja a partir do peso carregado, do sol constante ou da não existência de um vínculo efetivo de emprego assalariado e/ou estável. Com isso, a necessidade de mudança dessa realidade desgastante era tamanha e a busca por um emprego, seja aonde for, marca a situação desse trabalhador antes e durante seus períodos de transição. É nesse contexto em que o trabalho na Construção aparece

como uma possibilidade rápida de emprego, contratado via indicação, que retém o simbolismo histórico de absorção dessa força de trabalho em transição.

Apesar dessa crua realidade que o coloca no caminho do trabalho no Setor da Construção, pretendíamos perceber o contexto em que ele estava inserido para além da atividade laboral propriamente, e como isso nos auxilia a pensar suas experiências sociais a partir de um viés mais múltiplo, que é dividido com a família, com os colegas de trabalho, com os empregadores, com o sindicato e com o próprio mercado de trabalho. Faces de uma mesma trajetória de vida se dividem e se mesclam como partes de um mesmo todo. Percebemos que as relações que esse sujeito mantém com seu trabalho e colegas são, também, transicionais, de acordo com seu objetivo principal que é o da oportunidade de trabalho que seja vinculada a um mínimo de proteção social, possível a partir do vínculo em carteira e de direitos básicos instituídos para os trabalhadores assalariados por tempo indeterminado.

Ser fichado é fator diferenciador para a escolha de sua atividade laboral onde é que ela possa estar disponível. Deixar o campo ou o interior não significa abandonar sua vida comum, ou fazer uma transição por tempo indeterminado entre um espaço social-geográfico e outro. Mas, apenas, significa a oportunidade de uma proteção social mínima de acordo com a função executada. Caso obtivessem os mesmos direitos, as mesmas condições em seu local de origem, migrar para trabalhar não seria uma opção. Essa relação é um tanto óbvia na esteira dos estudos sobre migração, no entanto, recebe um novo tom quando pensamos as experiências na cidade mais urbanizada e tão flexível quanto num setor mais ruralizado, de uma atividade agrícola dominada pelo latifúndio e de poucas opções para uma ocupação estável.

A saudade, o cansaço e os dilemas que enfrentam no trabalho, opera para que os homens da Construção além de não conseguirem promover outra vida para si e os seus, ou uma mudança a longo prazo de sua condição anterior, convivam com a instabilidade de vida e trabalho também na capital. Sentem quase que “pagam para trabalhar” e, portanto, o querer voltar para casa e que lá tivesse mais oportunidades não se baseia apenas numa vontade de estar perto da família ou de seu local de origem, mas no reconhecimento que o vínculo em carteira e apenas isso, sem as direções ou apoios necessários, não garante a melhoria de sua condição. E, com isso, passa a ser minimizada frente a um contexto de transição que tinha como propaganda oficial uma segurança financeira e laboral em resposta à insegurança vista anteriormente. O trabalho na Construção por si, via carteira assinada, não é garantia de manutenção da sua vida na cidade ou no interior, onde sua família permanece situada. E desagua em mais um caminho inconstante nessa vida já instável.

Com o estabelecimento dessas relações tangíveis a partir das trajetórias analisadas, elementos políticos, econômicos e sociais compõem a cena e passam a apresentar um caminho de pesquisa a seguir pautado nas migrações temporárias, entre um ambiente ruralizado e um mais urbanizado. Visto, ainda, como um mundo de possibilidades ocupacionais a partir da trajetória de indivíduos pegos no entremeio dessa espécie de papel privado que aparece na porção de gênero e que acompanha cada setor em específico. O que foi mostrado, aqui, a partir do lado masculino.

O que se transmite a partir do nosso grupo analisado, composto por dez homens, é que a Construção é um setor historicamente masculinizado, onde as mulheres, mesmo na contemporaneidade, ocupam cargos ou mais baixos nessa hierarquia do ambiente de trabalho – como copeiras, cozinheiras, ajudantes de limpeza etc.; atividades típicas do domínio privatista de gênero – ou, mais altas – como engenheiras, arquitetas e afins –, onde estão, no local de trabalho, hierarquicamente acima da maioria dos trabalhadores do canteiro, mas que ainda enfrentam dificuldades em dialogar e construir uma autoimagem produtiva, seja pessoalmente ou em sua atividade laboral. Por fim, esse público migrante masculinizado, com baixa escolarização formal e que começa cedo sua jornada no trabalho, a partir dos oito anos de idade, compõe a principal fachada do Setor e das relações de masculinidades que podem ser vistas nas conversas, nas trocas entre colegas de casa e nas linguagens próprias que o estruturam.

Mesmo frente à uma realidade distinta, mais urbanizada, o ambiente da Construção está constantemente aberto para esses trabalhadores em migração e compõe uma espécie de ilha que consegue agregar esses sujeitos e construir um grande espaço no mercado de trabalho local e a principal parcela que seria assegurada pelo sindicato do Setor. Dito isso, nossa principal hipótese de pesquisa se confirma ao passo que o Setor da Construção passa a receber constantemente uma mão de obra migrante, não especializada, com baixa escolarização formal e que é *indicada* para o emprego no Setor, chegando, assim, por meio de relações familiares ou de amizade que passam a pactuar com a flexibilidade vista nesse ambiente a partir de uma maior rotatividade e quebra rápida desses vínculos de trabalho. Seja quando o empreendimento demite esse sujeito ou ele se retira em razão dos baixos salários, das poucas condições de trabalho e das tensões e assédios constantes nesse ambiente laboral. É certo, portanto, que o setor analisado representa a porta de entrada para o emprego assalariado formal para trabalhadores oriundos do espaço rural que não tiveram anteriormente essa oportunidade, seja no próprio Setor ou em outros ramos da economia.

O emprego formal na Construção, a partir do vínculo em carteira, é o principal motivo para essa vida em transição a partir do movimento de trabalho. Entretanto, como trabalhamos com pêndulos migratórios curtos em tempo e distância, esse trabalho na Construção da capital do estado não traz consigo uma nova forma de comportamento ou uma mudança em seu sistema de disposições ruralizado, o que nos deixa com a manutenção dessas disposições mais ruralizadas mesmo no ambiente da cidade grande. Isso pode ocorrer em virtude da frágil relação que esse trabalhador migrante tem com a cidade que o cerca durante toda semana, já que dela não consegue ter outra atividade, especialmente de entretenimento, que não o trabalho no canteiro de obra. Para ele, a cidade não é acessível financeiramente e, por isso, as distâncias são mais difíceis de serem percorridas e elementos de diversão de serem acessados. Assim, a vivência na cidade se baseia apenas na experiência da obra e nada que fuja dessa relação.

O que temos, então, é a manutenção das disposições interioranas ao passo que não produzem novas; de se adaptar a um novo território que seja algo além da atividade laboral desempenhada; além da vivência com os colegas de casa e trabalho, com oportunidade de usufruir da cidade e ter nela direitos e deveres. São duas vivências diferentes: uma no interior e uma na cidade; uma na casa própria com a família, outra na casa alugada com os colegas de profissão. Ainda, essa morada em dias úteis na cidade não é o suficiente para que ele aproveite e se sinta parte dela. Como, também, os dois dias em família aparecem como escape para os dias úteis, mas, também, como visita, como um lugar que você não vê há um tempo e o medo das novidades o assombra. Especialmente, a de não ver seus filhos crescerem, como Dida passou com o seu primogênito.

Mais que a capital ou o interior, a transição entre um e outro, a vida que se dá entre os dois momentos passa a ser o verdadeiro (não) lugar ocupado por esses trabalhadores migrantes. Sendo assim, as trajetórias de trabalho-vida percorridas no decorrer desta Dissertação abrem margem para pensar os movimentos sociais mais amplos como, também, as especificidades de cada vida e disposições mais intrínsecas que, separadas ou em conjunto, o trouxe para essa atividade na Construção. E isso pode ser visto pelos percursos realizados por eles na infância e adolescência, principalmente, e como a falta de oportunidades para se estabelecerem na jornada escolar ou a situação de trabalho precário presente desde cedo, a partir do trabalho na roça e/ou da vida em *bicos*, propiciaram a construção de um espaço ainda mais privado dentro da Construção que o limitam a um ambiente onde a única certeza é a continuidade da instabilidade de emprego e local de vida, mesmo a partir de vínculos pretensamente mais protegidos.

Essas ideias compuseram o escopo principal de investigação desse texto e são trazidas aqui como um extrato das análises desenvolvidas ao longo dele. As entrevistas e contatos diários com os trabalhadores, (re)aproximando-se de suas origens e trajetórias de trabalho-vida, propiciaram a criação de uma imagem desse trabalhador migrante que em muito não foge daquele visto no decorrer das pesquisas do último século, mas que se diferenciam em local de origem e, consecutivamente, em formas e necessidades de vida, mais próximas de uma realidade regional e tão distantes da imagem cidadina. O que pode ser visto a partir de relatos obtidos e trazidos no decorrer de grande parte do texto e nas fotos e imagens construídas a partir da realidade investigada. Com o auxílio de dados quantitativos e da transformação de dados primários em formatos quantitativos, a realidade vista nos relatos orais pode ser contraposta com a prática e vice-versa.

As trajetórias vistas e os contatos realizados poderiam, com o tempo, render diversas outras análises complementares ou o aprofundamento de questões específicas, como a geracional vista entre os sujeitos analisados e como elas se constroem baseadas nesse rol de masculinidades. Portanto, pretende-se seguir, em pesquisas futuras, com o direcionamento analítico geral visto aqui ao tratar sobre migrações internas no estado da Paraíba e como as disposições podem se modificar considerando um público mais masculino ou um mais feminino, divididos em setores diversos da economia – como o trabalho doméstico, local de recebimento de grande parte da mão de obra migrante feminina – que coexistem sob um mesmo símbolo da flexibilidade e precariedade, seja dos vínculos laborais e/ou das condições de vida.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AESA PB – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. **Caracterização das regiões naturais**. Paraíba, sem data. Disponível em: http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/PE_07.pdf. Acesso em 22 de nov. de 2022.

ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: PINSRY, Carla Bassanezi (org) *et al.* **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, ed. 3, pp. 156-202, 2015.

ALMEIDA, José Américo de. **Memórias**: antes que me esqueça. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ALMEIDA, Pauline. Informalidade volta a crescer e ajuda a derrubar renda no país, aponta IBGE. **CNN**, Rio de Janeiro, 21 de março de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/informalidade-volta-a-crescer-e-ajuda-a-derrubar-renda-no-pais-aponta-ibge/#:~:text=Apesar%20do%20trimestre%20finalizado%20em,a%20atuar%20como%20trabalhadores%20informais>. Acesso em 18 de maio de 2022.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. Dos *habitus* de classe aos patrimônios individuais de disposições: reflexões sobre a prática em Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. **Sociologias**, ano 18, v. 42, pp. 294-327, 2016.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, pp. 27-43, 2020.

BAENINGER, Rosana. **Migrações internas no Brasil século 21**: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População–Nepo/Unicamp, pp. 71-93, 2011.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, ed. 2, p. 390, 1959.

BARRETO, Aníbal (Cel.). **Fortificações no Brasil** (Resumo Histórico). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, p. 340, 1958.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à condição operária**: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, p. 331, 2009.

BENSAID, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. IN: **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, pp. 11-73, 2017.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** (62/63): 69-72, pp. 183-191, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, ed. 2, p. 63, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 311, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, ed. 9, p. 224, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, ed. 2, p. 160, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Ver. Sociol. Polít.**, n. 26, pp. 83-92, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, p. 239, 2021.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, p. 701, 2009.

BUSNARDO, Elaine Araújo. Autogestão em construção: uma cooperativa de construção civil do Rio de Janeiro. In: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n.1, pp. 53-71, 2006.

BLACK ALIEN. **Umextrapunkprumextrafunk**. Rio de Janeiro: DeckDisc: 2004. CD, 3:48min.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Coração que recusa a pactuar com a solidão, prefácio. In: MÃE, Valter Hugo. **O apocalipse dos trabalhadores**. São Paulo: Biblioteca Azul, ed. 2, p. 208, 2017.

BRASIL. Lei no 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 de nov. de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em 15 de jun. de 2020.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. IN: **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, jun., pp. 153-174, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Naves, **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, pp. 107-143, 2002.

CASTEL, Robert. **A Insegurança Social**: o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, p. 95, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, p. 611, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, ed. 8, p. 104, 2007. (Coleção “Repensando a Geografia”)

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Rev. Direito e Práxis**, v. 11, n. 01, Rio de Janeiro, pp. 349-369, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, ed. 3, p. 196, 2016.

CESIT. Dossiê: Reforma Trabalhista. UNICAMP, 2017.

COCKELL, Fernanda Flávia; PERTICARRARI, Daniel. Contratos de boca: a institucionalização da precariedade na construção civil. **Caderno CRH**, v. 23, n. 60, pp. 633-653, 2010.

COSTA, Luciano Rodrigues. Subcontratação e informalidade na construção civil no Brasil e na França. **Cadernos CRH**, v. 24, n. 62, pp. 413-464, 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ubu Editora, ed. 2, p. 704, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 103, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**: o capital humano das organizações. São Paulo: Atlas, ed. 9, 2009.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Decreto-Lei nº 311, de 02 de março de 1938**. Brasília: Governo Federal, Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 24 de nov. de 2022.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la Migración. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n. 49, 1990.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galera e o movimento hip-hop. Ceará: UFCE/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1998. (Tese de doutorado)

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. A epidemia da terceirização e a responsabilidade do STF. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 80, n. 3, pp. 106-125, 2014.

ESTADO DA PARAÍBA, Assembleia Legislativa. Lei complementar nº 90, de 23 de setembro de 2009, autoria: do deputado Branco Mendes. Casa de Eptácio Pessoa, João Pessoa, 2009. Disponível em: https://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Complementares/2009_DA_NOVA_REDACAO_AO_ART_1_DO_CAPITULO_I_DA_LEI_COMPLEMENTAR_N_59_DE_30_DE_DEZEMBRO_DE_2003_E_DA_OUTRAS_PROVIDENCIAS.pdf. Acesso em 24 de jan. de 2023.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, ed. 2, p. 366, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 275, 1968.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, p. 464, 2017.

FELINTO, Marilene. **As mulheres de Tijuapapo**. São Paulo: Ubu Editora, p. 240, 2021.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, pp. 495-512, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, ed. 2, p. 122, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global Editora, p. 253, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, p. 536, 2020.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira. In: FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira**. Aracaju: J. Andrade, p. 192, 2015.

FISCHER, Brodwyn. Historicising informal governance in 20th century Brazil. **Contemporary Social Science**, pp. 1-17, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, p. 288, 1987.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 299, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, ed. 19, p. 248, 1984.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 149, 1967.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, p. 626, 2013.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, p. 372, 2018.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero, p. 285, 1990; Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, MCT-CNPq, 1989 - coleção pensamento antropológico.

HARVEY, David. **Spaces of Global Capitalism: A Theory of Uneven Geographical Development.** Londres: Verso, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuários Estatístico do Brasil – 1995. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/educacao/660-analfabetismo>. Acesso em 09 de dez. de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua Trimestral:** desocupação fica estável em 26 das 27 UFs no 1º trimestre de 2022. Rio de Janeiro, Estatísticas sociais, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33703-pnad-continua-trimestral-desocupacao-fica-estavel-em-26-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2022>. Acesso em 14 de dez. de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** panorama. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em 22 de nov. de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua – 1º Trimestre de 2022.** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=33725&t=resultados>. Acesso em 19 de maio de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil.** Rio de Janeiro, sem data. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 22 de nov. de 2022.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** uma análise de sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. Brasília: IPEA, texto para discussão 2691, p. 113, 2021.

JACINTO, Janério M.; MENDES, César M.; PEREHOUSKEI, Nestor A. O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. **Revista Percurso – NEMO**, v. 4, n. 2, pp. 173-191, 2012.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 202, 1979.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos:** disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, p. 344, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Editora Schwarcz S.A (Companhia das Letras), ed. 7, p. 368, 2012.

LOMBARDI, Maria Rosa (Coord.). **Engenharia, trabalho e relações de gênero na construção de habitações.** São Paulo: FCC, p. 226, 2019.

KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis dos (orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Para além do discurso: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, pp. 81-125, 2023.

MAIA, Doralice Sátyro. **O campo na cidade: necessidade e desejo** (um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB). 1994. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/ Departamento de Geociências, 1994. 217f. (Dissertação de Mestrado).

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos Lentos na Cidade: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa-PB**. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Departamento de Geografia, 2000. 362f. Tese (Doutorado).

MAIA, Doralice Sátyro. Desvendando o campo na cidade: Notas metodológicas. **Geotextos**, v. 6, n. 2, pp. 35-57, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, p. 174, 1994.

MARTINS, Waléria Kássia de Souza. **Dos sindicatos dos padres à Igreja viva: Igreja Católica e questões sociais do campo no Brejo Paraibano da década de 1960**. 2020. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/ Programa de Pós-Graduação em História, 2020. 177f. (Dissertação de Mestrado).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, p. 271, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I**. São Paulo: Boitempo, p. 894, 2011.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo, p. 149, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, p. 175, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, ed. 2, p. 288, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, p. 174, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões**. Rio de Janeiro: IBASE, p. 64, 1993.

MENEZES, Marilda Aparecida. Família, juventudes e migrações. **Anthropológicas**, v. 3, n. 1, pp. 113-136, 2012.

MENEZES, Marilda Aparecida. Trabalho por conta própria: sonho dos migrantes? **Revista Travessia**, set-dez, pp. 22-27, 1990.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho**. 1985. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1985. 176f. (Dissertação de Mestrado)

MENEZES, Maria Clara Lima de. **Antecedentes de desproteção: a precarização no Setor da Construção brasileiro e a sua intensificação com a Reforma Trabalhista de 2017**. 2020. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/ Departamento de Ciências Sociais, 2020. 66f. (Trabalho de Conclusão de Curso).

MENEZES, Maria Clara Lima de. Debates e implicações sobre a reforma agrária no Brasil contemporâneo – o caso do assentamento rural União no Brejo paraibano. In: **VI Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, 2019, Recife/PE. Anais, Recife: Even, pp. 1-20, 2019.

MOREIRA, Assis. Número de brasileiros morando no exterior nunca foi tão grande quanto agora. **Valor econômico**, São Paulo, 03 de setembro de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/09/03/numero-de-brasileiros-morando-no-exterior-nunca-foi-tao-grande-como-agora.ghtml>. Acesso em 01 dez. de 2021.

NOVAES, José Roberto Pereira; JACKSON F., José Marçal; SIMONELLI, Angela Paula. Olhar etnográfico e intervenção social na produção e uso de imagens: entrevista com José Roberto Novaes (Beto Novaes). **RBSO – Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, n. 17, pp. 1-13, 2019.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. **Migrações nordestinas no século 21: um panorama recente**. São Paulo: Editora Edgar Blucher, pp. 198, 2014.

OLIVEIRA, Ruth Helena Fidelis de Souza. **Os trabalhadores da Construção Civil, a Escola Zé Peão e as aprendizagens consideradas importantes para o trabalho e para vida**. João Pessoa: UFPB/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015. 160f. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, p. 173, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, ed. 4, p. 150, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Brazilian labour reform in historical perspective. **Global Labour Journal**, v. 9, n. 3, pp. 319-338, 2018.

PETERS, Gabriel. *Habitus*, reflexividade e neo-objetivismo na Teoria da prática de Pierre Bourdieu. **RBS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 83, pp. 47-71, 2013.

PINTO, L. A. Costa. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, ed. 2, p. 308, 1998.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, p. 812, 2013.

POCHMANN, Marcio. What Brazil Learned from Labour Flexibilization in the 1990s. **International Labour Review**, v. 148, n. 1, pp. 269–282, 2009.

PRADO, Caio Jr. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 188, 1979.

PRADO, Caio Jr. **A revolução brasileira**. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, p. 497, 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Histórias de vida e depoimentos pessoais”. In: LUCENA, C.T; CAMPOS, M.C.S.S; DEMARTINI, Z.B.F (org). **Pesquisa em Ciências Sociais**: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: CERU, série 2, n. 10, pp. 79-97, 2008.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Editora Record, ed. 85, p. 155, 2002.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o federalismo oligárquico. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Naves (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1, pp. 89-120, 2003.

RIBEIRO, Anna Lyvia Roberto Custódio. **Racismo estrutural e aquisição da propriedade**: uma ilustração na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Contracorrente, p. 157, 2020.

ROBERTI, Eugenia. Perspectivas sociológicas en el abordaje de las trayectorias: un análisis sobre los usos, significados y potencialidades de una aproximación controversial. **Sociologias**, ano 19, n. 45, pp. 300-335, 2017.

RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. **História, Ciência, Saúde, Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, 2008.

ROMBALDI, Maurício. A copa de 2014 e os trabalhadores da construção: estratégias globais, mobilizações locais. **Revista da ABET**, v. 13, n. 2, pp. 184-198, 2014.

SÁ, Marcio. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios. Recife: Editora UFPE, ed. 3, p. 273, 2019.

SALÁRIO.com.br. **Guincheiro (Construção Civil)** - Salário 2022 - João Pessoa, PB - Mercado de Trabalho. Disponível em: [https://www.salario.com.br/profissao/guincheiro-construcao-civil-cbo-782205/joao-pessoa-pb/#:~:text=Um%20Guincheiro%20\(Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil\)%20trabalhando, trabalho%20de%2044%20horas%20semanais](https://www.salario.com.br/profissao/guincheiro-construcao-civil-cbo-782205/joao-pessoa-pb/#:~:text=Um%20Guincheiro%20(Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil)%20trabalhando, trabalho%20de%2044%20horas%20semanais). Acesso em 13 de dez. de 2022.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, p. 299, 1998.

SERASA. **Seguro-desemprego 2021: quem tem direito ao benefício?** Educação financeira, 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/blog/seguro-desemprego-2021-quem-tem-direito-ao-beneficio/>. Acesso em 14 de dez. de 2022.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **RBS - Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, pp. 47-62, 2011.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital**: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). São Paulo: Paco Editoria, p. 459, 2019.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. “Ciganos da construção”: a divulgação de acidentes de trabalho na construção civil pela imprensa durante a ditadura militar brasileira. **SAECULUM** – Revista de História, nº 39, pp. 149-166, 2018.

SINTRICOM-JP. In: **Revista SINTRICOM 80 anos**. João Pessoa: SINTRICOM-JP, 2014.

SINTRICOM-JP. **Programa Escola Zé Peão**. João Pessoa: SINTRICOM-JP, 2009, p. 10 (online). Disponível em: <https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-34837822/documents/5e25144c39e65rdAumIB/1.PROGRAMA%20ESCOLA%20Z%C3%89%20PE%C3%83O.pdf>. Acesso em 18 de nov. de 2022.

SINTRICOM-JP. **Um pouco da história de luta do SINTRICOM**. João Pessoa, sem data, YouTube, 07:31min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lmj7Cv9aUsI>. Acesso em 18 de nov. de 2022.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos avançados**, n. 21, v. 61, pp. 173-191, 2007.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba. **Em Mari-PB: experimento do plantio de mandioca surpreende e gera perspectivas positivas de produção**. Areia: Centro de Ciências Agrárias – CCA, 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cca/contents/noticias/em-mari-2013-pb-experimento-do-plantio-de-mandioca-surpreende-e-gera-perspectivas-positivas-de-producao>. Acesso em 22 de nov. de 2022.

8 APÊNDICES

A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado PARTICIPANTE DA PESQUISA,

A pesquisadora Maria Clara Lima de Menezes (mestranda- Matrícula: 20211011019), sob orientação do professor Mauricio Rombaldi (Matricula: 2276902) convida você a participar da pesquisa intitulada **“Labor e Reprodução Social: as marcas da transição rural-urbana na trajetória de trabalhadores migrantes do Setor da Construção em João Pessoa”**. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a inserção de trabalhadores rurais paraibanos nos centros urbanos por meio do Setor da Construção considerando a relação entre a experiência ocupacional e as disposições sociais incorporadas no meio rural ao espaço urbano.

Esta pesquisa não traz nenhum benefício imediato para o(a) Sr(a), mas, ao participar deste estudo, o(a) Sr(a) contribui para o conhecimento acadêmico-científico na área de estudos sobre o trabalho e suas relações tanto em termos regionais quanto nacionais. Com os seus relatos, contribui para maior conhecimento e reflexões sobre as novas formas de trabalho coerentes com o processo de acumulação flexível do capital e as relações formais e informais vivenciadas no mercado de trabalho do Setor da Construção, um setor marcado um alto índice de acidentes de trabalho e rotatividade, mas que, ao mesmo tempo, compõe grande parte da economia brasileira e emprega muitos trabalhadores em diversos momentos históricos.

É importante destacar que esta pesquisa, como toda pesquisa com seres humanos, envolve riscos aos seus participantes. Portanto, os riscos previsíveis para essa pesquisa consideram a presença de alguma questão que gere constrangimento e/ou desconforto para responder e as dúvidas que podem surgir durante a sua participação. Neste caso o(a) Sr(a) pode deixar registrado na sua resposta ou ao fim dessa entrevista as suas impressões sobre esse instrumental. É importante deixar evidente que o fato de não responder a qualquer questão não trará nenhum prejuízo a você e nem invalidará a sua participação na pesquisa. Em caso de dúvidas antes, durante ou após a realização dessa entrevista, o Sr(a) pode entrar em contato com a pesquisadora.

O(a) Sr(a) não terá nenhum custo, como também não terá quaisquer compensações financeiras com sua participação nesta pesquisa. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em um banco de dados de pesquisa (*Google Drive* e um HD externo da pesquisadora), com acesso restrito, sob a responsabilidade da pesquisadora, por pelo menos 03 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Desde já agradecemos!

Informação de Contato da Responsável Principal, do Orientador e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB



Maria Clara Lima de Menezes, Tel: (83) 2178-1405/Cel: (83) 99360-2510. Email: claraamenezess@gmail.com.

Endereço institucional: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Campus I - Bloco 05 CEP 58051-970, João Pessoa-PB.
Fone/Fax: (83) 3216-7204

Mauricio Rombaldi

Professor do PPGS/UFPB

Telefone: (83) 99673-6827

Endereço institucional: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Campus I - Bloco 05 CEP 58051-970, João Pessoa-PB.
Fone/Fax: (83) 3216-7204

Comitê de Ética em Pesquisa

Centro de Ciências da Saúde - 1º andar / Campus I / Cidade Universitária CEP: 58.051-900 - João Pessoa-PB Tel. (83) 3216 7791 Email: comitedeetica@ccs.ufpb.br Horário de Funcionamento: 07h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer constrangimento ou prejuízo.

João Pessoa/PB, ____ de ____ de 2022.

B. ROTEIRO DE ENTREVISTA GERAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

ROTEIRO DE ENTREVISTA – trabalhadores do Setor da Construção, situados na capital, João Pessoa, que possuem uma trajetória de vida e trabalho migrantes, seja do interior do estado para sua capital ou para outros lugares do país.

TÍTULO DO PROJETO: Labor e Reprodução Social: as marcas da transição rural-urbana na trajetória de trabalhadores rurais migrantes do Setor da Construção em João Pessoa.

PESQUISADORAS(ES) RESPONSÁVEIS: Maria Clara Lima de Menezes (Mestranda - Matrícula: (20211011019) e Prof. Dr. Maurício Rombaldi (Orientador - Matrícula: 2276902) **LOCAL DA COLETA DE DADOS (ENTREVISTA):** canteiro de obras.

Entrevista nº _____.

PARTE 1 – PERFIL GERAL, EDUCAÇÃO, MOTIVO DA MIGRAÇÃO E NÚCLEO FAMILIAR

- Nome: _____.
- Idade: _____.
- Sexo/gênero: _____.
- Estado civil: _____.
- Como você se vê em questão de raça/cor? () branco () preto () pardo () amarelo () indígena () outra _____.
- Local de trabalho/residência atual (cidade/estado): _____.
- Local de origem (cidade/estado): _____.

1. Você já passou por muitas cidades/estados? Se sim, esse trânsito constante entre um lugar e outro faz parte de sua vida?
2. Com quantos anos você migrou pela primeira vez? Ainda morava com seus pais ou já tinha sua família?
3. Você frequentou a escola? Até que série estudou? Queria ter estudado mais? Ter essa educação formal é importante para você? Como você acha que impacta no seu trabalho, se impacta?
4. É melhor para você ter essa educação formal ou na sua opinião, não faz diferença?
5. Quantas pessoas tem na sua casa? Eles também trabalham?
6. E como foi sua infância? Desde quando você trabalha? Você tinha tempo para brincar, sair etc.? Brincava com o que?
7. Como era lá onde você morava? Você gostava? Sente falta? Você acha que é muito diferente dos outros locais que você trabalhou ou de onde está agora?
8. Seus pais faziam o que para viver? Eles também eram migrantes? Você acha que essas relações influenciaram algo em sua vida ou em seu trabalho?
9. Você se sentia bem com o seu trabalho na roça? Você acha que é um trabalho muito duro? Geralmente que horas começava e que horas terminada? Ele te impedia de ir à escola ou viver outras coisas/relações?
10. Quais atividades você desempenhava, por exemplo? Você poderia descrevê-las, se possível?
11. Tem diferença desse trabalho que você fazia na roça com esse que você exerce agora na Construção?
12. Como era para você ter que desempenhar esse trabalho no rural? Você tinha vergonha ou algum trauma dessa situação?
13. Seus irmãos também seguiram seus passos? Vocês todos trabalhavam enquanto criança, na roça etc.?
14. Onde você morava tinha algum culto religioso? Você se considera uma pessoa religiosa?
15. Com qual religião você se identifica e como é isso para você? Faz tempo que você participa dela?
16. Atualmente ou durante a sua trajetória, você participa/participou de alguma associação de pessoas (clubes, times, grupos religiosos etc.)? Se sim, como você se sentia incluído naquele grupo? Tinham muitos outros trabalhadores da construção também ou da roça, como você?
17. Você participa ou participou de algum movimento social? Você é filiado a algum sindicato ou coisa do tipo?

PARTE 2 – ENTRADA NO MUNDO DO TRABALHO E MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

1. Quando e como você entrou no mundo do trabalho? Foi a partir do Setor da Construção? Você achou que permaneceria neste primeiro trabalho? O que você planejava?
2. Como o emprego na construção apareceu para você? Era seu objetivo? Você tinha outras oportunidades de trabalho antes de trabalhar na construção?
3. E como você foi contratado? Foi por indicação, currículo ou outro meio?
4. Você acha que é mais fácil ou mais difícil encontrar trabalho na Construção se considerado outros setores?
5. Quais funções você exercia/exerce no trabalho no Setor da Construção? Como se vê na função atual?
6. Qual o trabalho, entre os que você desempenhou, que foi mais importante para você?
7. Houve mudanças nas suas condições socioeconômicas (mobilidade social, salário, entre outros fatores) na última década?
8. Você acha que houve mudanças (seja positivas ou negativas) nas condições de trabalho na última década?
9. Em comparação com sua família de origem (pais, avós), as condições melhoram? Pioraram? Por quê? O que mudou?
10. Só você migrou ou parte da sua família também? Sua companheira/companheiro (se houver) desempenha funções parecidas com as suas? Qual o trabalho dela/dele?
11. Você é único da sua família que trabalha na construção?

PARTE 3 – CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. Você tem um vínculo de trabalho formal (de carteira assinada) ou informal? Para você, tem alguma diferença entre esses dois?
2. Você gosta do seu trabalho? Queria mudar, fazer algo diferente? Você tem outras possibilidades de emprego?
3. Qual a sua função? Qual seu tempo de trabalho diário/semanal/mensal?
4. Como é a empresa em que você trabalha? Ela geralmente contrata trabalhadores migrantes?
5. Você está a quanto tempo nesse trabalho? Geralmente, você passa quanto tempo em cada obra/trabalho? Você acha que é um emprego muito rotativo?
6. Você tem algum custo (de transporte, tempo etc.) para ir trabalhar?
7. Você acha que seu emprego é arriscado? Se sim, por quê? Você já sofreu algum acidente no trabalho?
8. Qual a intensidade desse trabalho?
9. Você recebe mensalmente, quinzenalmente ou por obra/dia/trabalho específica? Você acha que sua remuneração é justa?

10. Você acha que tem uma mesma base de remuneração em comparação aos seus colegas de trabalho? Você ganha mais/menos ou a mesma quantia?
11. Seus companheiros de trabalho são todos homens? Você acha que é um trabalho muito difícil, árduo?
12. Você já teve alguma mulher como colega? Você acha que mulheres poderiam desempenhar essa função?
13. Você acha que a raça/cor/local de origem é algo que diferencia negativamente uma pessoa em seu ambiente de trabalho, entre as funções como também entre os próprios trabalhadores? Se sim ou não, por quê? Você já enfrentou algum tipo de discriminação em relação de onde você vem, sua trajetória de vida etc.?
14. Você já sofreu alguma vergonha ou preconceito no trabalho? Os outros trabalhadores são parecidos com você? Eles também são migrantes? O pessoal “pega no seu pé”?
15. Você tem alguma formação técnica para exercer a função que você exerce? Você acha que seu nível de conhecimento se encaixa na função que você está exercendo agora?
16. Você acha que tem muitas diferenças entre como você se via no início da sua trajetória e o momento presente? O que mudou? Você acha que suas condições melhoraram?

PARTE 4 – TRABALHO, PERSPECTIVAS, POSICIONAMENTOS POLÍTICOS E NÚCLEOS DE SOCIALIZAÇÃO

1. Você acha que o Brasil está em crise? Isso muda alguma coisa na sua vida?
2. E essa situação atual, dos últimos anos, você acha que melhorou ou piorou as condições de vida para você e seus familiares? Você acha que a mudança de governos provocou alguma mudança específica?
3. Quais suas percepções sobre o presente, no caso, no último ano? No que se refere à economia, política, eleições etc.
4. Você tem alguma posição política e/ou partidária? O que você acha da política no geral?
5. Você acha que política tem algum impacto no mercado de trabalho ou e/ou na função que você exerce?
6. Você já participou de greves, paralisações, acordos etc.?
7. Você gostaria de mudar algo na sua condição social e/ou econômica atual? Se sim, o que?
8. Quando você está ou estava na capital você pensava em voltar para sua cidade de origem? Você sentia saudades? Você acha que tem muitas diferenças entre a “cidade grande” e o local de onde você mora/vem?
9. Esses deslocamentos marcaram sua vida de alguma forma específica? Você acha que conseguiria viver bem apenas aqui, sem se deslocar? O que é viver bem para você?

10. Você tinha/tem vontade de voltar para sua cidade natal e trabalhar lá? Como você se vê nesse retorno, mais feliz, mais triste...?

João Pessoa/PB, _____ de _____ de 2022.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Maria Clara Lima de Menezes'.

Maria Clara Lima de Menezes

C. “O desastre citadino” OU OUTRAS IMAGENS DA CIDADE

“O desastre citadino” é o nome de um dos meus poemas-prosas, escrito em 2022, depois de uma breve viagem pelo Rio Paraíba, repleta de enjoos, mas, também, belezas e questionamentos. Como a cidade se forma a partir dessa inundação natural que passa a ser artificializada pelo coletivo urbano? De perto da pesquisa, como da vida, é possível ver além do que está posto? Se não o drama das relações pessoais como um todo, as questões e categorias que envolveram essa pesquisa também permeiam a vida cotidiana. Quanto ao poema, ele aparece aqui, por partes, em:

“Selvagens canta
 No burburinho dos fones de ouvido
 “Eu me entrego à cidade
 Vou atrás de você”
 A cidade aqui atrás
 Decola de um espaço suspenso
 Onde não mais ocupa
 A gastura
 Da vida
 E da entrega
 Performa um drama
 Dentro dessa ocupação
 No cenário da natureza devastada
 A cidade ocupa o centro
 Desse desastre

[...]

Como o rio
 Que atravessa a pele
 Decresce com o surgimento
 De uma força pungente
 Maior que a gente
 Que dela desmente
 Todo o avanço
 Suspenso
 Sem dele tomar
 Nada positivo
 Termina
 Um poema sofrente
 Que na cidade não acha
 A gente
 Pois a água
 Levou
 Com ela

O que dela seguia
A frente”

M.C, *O desastre citadino*, 2022

E, para além do conteúdo de suas palavras, ele abriga, também, as imagens a seguir, como num mapa próprio desses dois anos passados.

Foto 1 – Composição “A cidade entorta o rio e vice-versa”



Fonte: Acervo pessoal, Forte Velho-PB, visões do Rio Paraíba, 2022

Foto 2 – Composição “A cidade entorta o rio e vice-versa”



Fonte: Acervo pessoal, Forte Velho-PB, visões do Rio Paraíba, 2022

Foto 3 – “Metamorfoses do espaço desabitado”



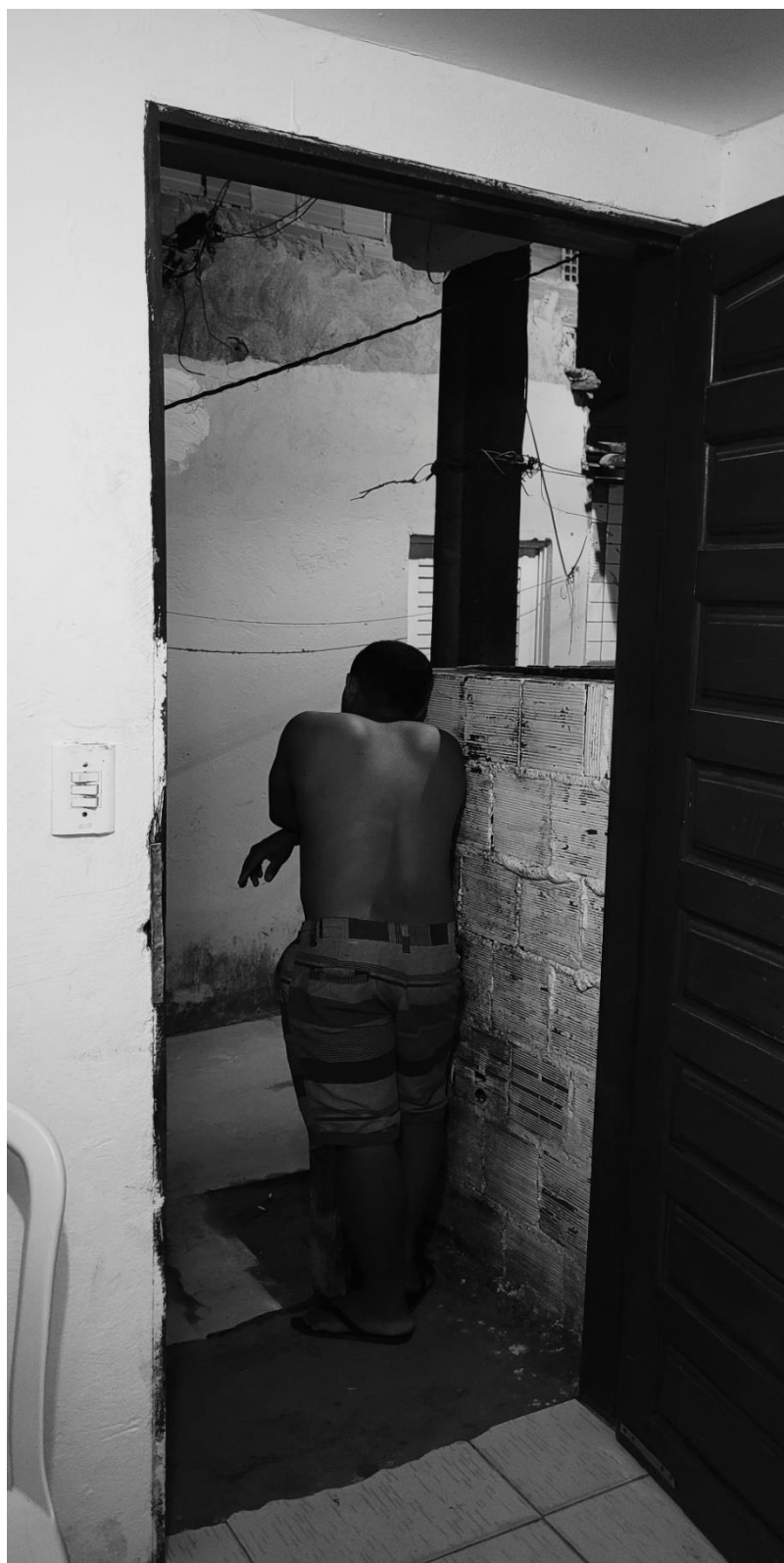
Fonte: Acervo pessoal, Manaíra, João Pessoa-PB, 2022.

Foto 4 – “Porteiro da Construção”



Fonte: Acervo pessoal, Manaíra, João Pessoa-PB, 2022

Foto 4 – “Descanso casual/Vila das emoções”



Fonte: Acervo pessoal, Altiplano, João Pessoa-PB, 2022

Foto 6 – “O véu da Construção”



Fonte: Acervo pessoal, Manaíra, João Pessoa-PB, 2022

Foto 7 – “Onde piso”



Fonte: Acervo pessoal, Altiplano, João Pessoa-PB, 2022.

9 ANEXOS

1. PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA PLATAFORMA BRASIL

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CCS/UFPB	
---	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: LABOR E REPRODUÇÃO SOCIAL: AS MARCAS DA TRANSIÇÃO RURAL-URBANA NA TRAJETÓRIA DE TRABALHADORES MIGRANTES DO SETOR DA CONSTRUÇÃO EM JOÃO PESSOA

Pesquisador: Clara Menezes

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 59474622.1.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.481.952

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia /CCLA/UFPB. A análise será empreendida a partir da articulação entre métodos qualitativos e quantitativos que confluem para apreensão tanto da realidade a partir dos dados estatísticos quanto da análise do discurso empregado por trabalhadores entrevistados, muito em virtude da compreensão da metodologia qualitativa adotada e suas prerrogativas a respeito da análise das trajetórias (BOURDIEU, [1994] 1996).

Para contextualizar o impacto do Setor da Construção na economia brasileira, bem como as situações de trabalho – jornadas, acidentes, ciclos trabalhistas etc. – experienciados pelos trabalhadores em seus dois contextos de trabalho-vida – o rural e o urbano –,

será realizada uma coleta de dados estatísticos no sistema do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em relatórios setoriais governamentais, empresariais e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Para entender as relações que esses trabalhadores mantêm com seus novos e velhos contextos, assim como suas vivências, serão

realizadas entrevistas em profundidade com trabalhadores da Construção Civil situados na capital João Pessoa/PB que são oriundos de zonas rurais e que migraram para o trabalho na construção, seja na capital do estado ou no Sul/Sudeste a partir da década de 1990.

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar			
Bairro: Cidade Universitária		CEP: 58.051-900	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA		
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791	E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br	

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.481.952

HIPÓTESE DE PESQUISA

A migração com sentido trabalho é uma realidade efetiva da sociedade brasileira, quicã transnacional, como elencado em alguns estudos vistos no decorrer deste projeto. Dessa forma, estipulamos que, com a ocorrência de um grande processo de êxodo rural visto nas primeiras décadas do século passado até a década de 1960, principalmente, com a construção da capital federal Brasília, e as novas formas de industrialização, essa realidade migratória ainda está presente em grande parte da população do campo mesmo que na contemporaneidade. Agora, prejuízos “mais sutis” à sua situação rural e possibilidade de reprodução social são acionados pela defasagem de programas governamentais que davam incentivo à produção – à exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – e a ampliação da exploração de terras e trabalhadores pelo grande latifúndio, parceiro do desenvolvimento industrial.

Estipula-se um grande contingente de trabalhadores migrantes fora de seus lugares de origem, com pouca ou nenhuma escolarização formal que são encaminhados, rotativamente, para o trabalho em setores que conseguem abrigar uma grande quantidade de mão de obra e de maneira flexível, como é o caso do Setor da Construção. Assim, a migração com sentido trabalho do campo para as cidades e o trabalho na construção aparecem como possibilidade de mudança de vida para esses trabalhadores ou uma via de inicialização nas grandes cidades por estarem habituados a um modelo de produção rotativa e de trabalho árduo, como é o caso do trabalho agrícola.

Critérios de Inclusão

Participarão da pesquisa trabalhadores da Construção Civil em João Pessoa que sejam migrantes e/ou estejam em migração, vindos do interior/campo do estado da Paraíba ou de outros estados do Brasil, mas provenientes de zonas rurais. Estipula-se um número de pelo menos 10 (dez) trabalhadores de canteiros de obras, a fim de verificar as similaridades e diferenças entre as suas diversas trajetórias. Esses trabalhadores podem ser de uma única obra/local de construção ou de construções diversas espalhadas pela cidade a depender da possibilidade de inserção da pesquisadora no campo. Ainda, serão realizadas entrevistas com pelo menos 3 (três) encarregados das obras visitadas a fim de perceber se são, também, migrantes e/ou se suas realidades diferenciam daquelas vivenciadas pelos outros trabalhadores e sua condição migrante.

Critérios de Exclusão

Estão excluídos desse estudo trabalhadores não migrantes do Setor da Construção

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB 4, 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.481.952

e aqueles que não consentirem a realização das entrevistas perante os termos esclarecidos (TCLE) e demais informações disponibilizadas pela pesquisadora.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a inserção de trabalhadores rurais paraibanos nos centros urbanos por meio do Setor da Construção considerando a relação entre a experiência ocupacional e as disposições sociais incorporadas no meio rural ao espaço urbano.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Consideramos riscos os possíveis danos psíquicos ou físicos passíveis de ocorrer aos entrevistados e à pesquisadora durante o decorrer das entrevistas ou na tentativa de contato prévio. Qualquer desconforto – físico ou psicológico – verbalizado ou sentido entre ambas as partes ocorrerá de cessar a entrevista. Por estarmos ainda em pandemia pelo Coronavírus (Covid-19), serão seguidos os protocolos de biossegurança no que diz

respeito ao uso de máscara pela pesquisadora e a higienização dos utensílios que podem ser usados no decorrer desse contato, à exemplo do gravador, pastas e canetas.

Benefícios:

Esta pesquisa tem como objetivo servir de ponto de partida para uma discussão ampliada no que diz respeito a realidade de migração ainda vivenciada por parte do setor rural, pouco agregado às pautas governamentais e ao compartilhamento de direitos e possibilidade ativa de mudança/qualidade de vida. Com esse contato, será possível dimensionar minimamente, em união aos dados estatísticos, qual a parte da realidade da Construção Civil em João Pessoa e como seus trabalhadores fazem parte de um macroprocesso social, econômico que o político que tem como um de seus centros a dinamicidade/potência do setor analisado em contrapartida aos riscos de acidentes de trabalho e seu forte apelo a flexibilidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo com os objetivos, referencial teórico, metodologia e referências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta a documentação de praxe.

Recomendações:

Divulgar resultados.

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB 4, 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.481.952

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1934028.pdf	07/06/2022 12:05:40		Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO_CLARAMENEZES_2022.pdf	07/06/2022 12:05:12	Clara Menezes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA_CLARAMENEZES_PLATAFORMABRASIL_2022.pdf	26/04/2022 11:47:31	Clara Menezes	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	TERMODECOMPROMISSOPESQUISA_DO_MESTRADO_CLARAMENEZES_2022.pdf	26/04/2022 11:30:31	Clara Menezes	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMADEPESQUISA_MESTRADO_CLARAMENEZES_2022.pdf	26/04/2022 11:29:07	Clara Menezes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TECLE_FORMULARIO_MESTRADO_CLARAMENEZES_2022.pdf	26/04/2022 11:28:31	Clara Menezes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB 4 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 5.481.952

JOAO PESSOA, 22 de Junho de 2022

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB 4 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

2. INFORMATIVO BIMESTRAL SINTRICOM, ANO 07, Nº 21/ABRIL-MAIO, P. 04, 2013

SINTRICOM realiza campanha de conscientização

Com o objetivo de conscientizar empresas, empresários e trabalhadores o SINTRICOM elaborou um cartaz chamando a atenção para duas importantes bandeiras de luta que já são direitos conquistados na Convenção Coletiva de Trabalho, que são o registro da produção no contra-cheque e pela melhoria do café da manhã fornecido pela empresa.

O registro dos ganhos de produção e horas extras no contra-cheque foi uma conquista recente e ainda não está sendo cumprida por todas as empresas. Com este

Sintricom FILIADO À **CUT**

Quem faz a cidade crescer tem que ser reconhecido!

REGISTRO DA PRODUÇÃO NO CONTRACHEQUE É LEI!

5 HORAS DE TRABALHO PESADO É JUSTO?

Trabalhador bem alimentado produz mais e melhor.

Categoria reivindica café da manhã e cesta básica com mais alimentos!

registro o trabalhador pode comprovar sua verdadeira renda e conseguir crédito junto a bancos e lojas, aumentando assim seu poder aquisitivo e a possibilidade de adquirir bens duráveis como imóveis e veículos.

Uma nutrição adequada é essencial para trabalhadores que atuam em funções exaustivas como as da construção civil. É preciso ter energia para aguentar a longa jornada de trabalho pesado, no entanto o café da manhã que é fornecido atualmente pela maioria das empresas não oferece todos os nutrientes necessários para a atividade. É preciso que as empresas despertem para o fato de que um trabalhador bem nutrido produz mais e melhor.

3. TABELAS ORIGINAIS

3.1 Vilas e Cidades (criadas)

VILAS E CIDADES (CRIADAS)			
	Século XVI	Século XVII	Século XVIII até 1720
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba	1		
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	
Bahia	4	5	1
Espírito Santo	2	1	
Rio de Janeiro (e Guanabara)	1	6	
São Paulo	6	10	1
Pará		4	
Maranhão		2	1
Alagoas		3	
Paraná		2	
Santa Catarina		1	1
Piauí			1
Ceará			1
Minas Gerais			8

Fonte: Santos, 2020.

3.2 População ocupada nos setores da economia (1872-1920)

SETORES	1872 %	1900 %	1920 %
1. Agricultura	3671 = 64,1	5071 = 53,4	6377 = 69,7
2. Indústria	282 = 4,9	321 = 3,4	1264 = 13,8
3. Serviços	1773 = 31,0	4111 = 43,2	1509 = 16,5
Total	5726 = 100	9503 = 100	9150 = 100

Fonte: Fausto, 2016.